

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO,
HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE

**ARQUITETURA INSTITUCIONAL EM CONCRETO
APARENTE E SUAS REPERCUSSÕES
NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS
ENTRE 1970 E 1985**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MELISSA LAUS MATTOS

Orientadora: Prof. Dr. Maria Inês Sugai

Florianópolis, novembro de 2009.

MELISSA LAUS MATTOS

**ARQUITETURA INSTITUCIONAL EM CONCRETO
APARENTE E SUAS REPERCUSSÕES
NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS
ENTRE 1970 E 1985**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Urbanismo, História e
Arquitetura da Cidade, linha
de pesquisa em Urbanismo,
Cultura e História da Cidade.
Departamento de Arquitetura
e Urbanismo

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Maria Inês Sugai (Orientadora)

Prof. Dr. Cesar Floriano dos Santos

Prof. Dr. Hugo Massaki Segawa

Prof. Msc. Luis Eduardo Teixeira

PGAU-Cidade | UFSC

PGAU-Cidade | UFSC

FAU | USP

Dep. Arq. Urb. | UFSC

Florianópolis, Novembro 2009.

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

M444a Mattos, Melissa Laus

Arquitetura institucional em concreto aparente e suas repercussões no espaço urbano de Florianópolis entre 1970 e 1985 [dissertação] / Melissa Laus Mattos ; orientadora, Maria Inês Sugai. - Florianópolis, SC, 2009.

1 v.: il., mapas, plantas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Inclui referências

1. Arquitetura. 2. Arquitetura brasileira. 3. História da arquitetura. 4. Arquitetura institucional. 5. Concreto aparente - Florianópolis (SC). I. Sugai, Maria Ines. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. III. Título.

CDU 72

Folha de Aprovação

A dissertação, intitulada *Arquitetura Institucional em Concreto Aparente e Suas Repercussões no Espaço Urbano e Florianópolis entre 1970 e 1985*, de autoria de Melissa Laus Mattos, foi submetida a processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora instituída pela Portaria No. 039/PGAUCidade/08, para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, tendo sido aprovada sua versão final em 25 de novembro 2009, em cumprimento às normas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-Cidade.

Prof. Almir Francisco Reis, Dr.
Coordenador do PGAU-Cidade

Banca Examinadora

Prof^a Arq. Urb. Maria Inês Sugai, Dra
Presidente da Banca – Orientadora

Prof. Arq. Urb. Cesar Floriano dos Santos, Dr.
Membro

Prof. Arq. Urb. Luis Eduardo Teixeira, Msc.
Membro

Prof. Arq. Urb. Hugo Massaki Segawa, Dr.
Membro

RESUMO

Passados quarenta anos desde que foram erguidos os primeiros edifícios institucionais em concreto aparente em Florianópolis-SC, suas presenças na paisagem urbana continuam relevantes. Do mesmo modo, a influência que suas localizações exerceram sobre o processo de distribuição espacial na cidade deixou marcas profundas e indeléveis em seu desenho urbano e contribuíram na consolidação de processos segregativos ao repercutirem na distribuição sócio-espacial do município.

O objetivo deste estudo é o de relacionar três abordagens distintas – porém interligadas – de como surgiram e repercutiram na cidade as arquiteturas institucionais em concreto aparente nos anos de 1970 a 1985, quais sejam: o contexto social, político e econômico que envolve a instalação e transferência de sedes de órgãos institucionais para capital catarinense ou as mudanças de localização destas dentro da própria cidade as questões técnicas e conceituais que atuaram como geradoras da expressão arquitetônica adotada nestas edificações (a valorização estrutural e o uso do concreto aparente entre outros) e; por fim, as arquiteturas em si, que, neste caso, testemunham sobre o tempo, a técnica e ética sob o qual foram construídos.

Desta maneira, a primeira abordagem investiga a relação entre os contextos históricos, políticos e econômicos nacional e local, que resultaram em terreno fértil para a expansão das instalações estatais, na política de distribuição espacial nas cidades (em especial àquelas que apresentavam caráter ou potencial para atuar como centralidade metropolitana) e na ocupação do território por órgãos e representações governamentais e institucionais.

Um segundo viés procura compreender as origens da linguagem arquitetônica adotada nos projetos para as sedes dos órgãos institucionais em Florianópolis no período: edifícios em escala “monumental” (diversa da escala da cidade no período), caracterizados pela ênfase dada aos elementos estruturais básicos

(vigas, pilares, lajes e pórticos) de modo a assumirem o papel de prover estabilidade aos edifícios, e de gerar partidos arquitetônicos definidores da distribuição espacial das atividades que encerram, além de guardarem em si a carga simbólica e a força expressiva transmitida pelo uso do concreto aparente.

Neste contexto, se faz cabível e necessária a consideração sobre a presença do ideário estético e dos valores que orientaram a arquitetura paulista nos anos de 1960 e a existência de princípios éticos comuns entre as duas produções. Derivada desta discussão abrimos breve debate sobre a relevância do crescimento e desenvolvimento da indústria do cimento durante as décadas de 1960 e 1980 e qual sua contribuição para a consolidação da linguagem arquitetônica do concreto aparente - então majoritária nos projetos para as representações do Estado no período. Discutimos também, brevemente, sobre a polêmica classificação das edificações em concreto aparente produzidas no país como herdeiras do movimento Brutalista em arquitetura.

Por fim apresentamos, sinteticamente, alguns dos principais projetos de edifícios institucionais erguidos em Florianópolis entre 1970 e 1985, onde especial atenção é dedicada àqueles três que foram pioneiros na cidade, tanto por suas características arquitetônicas quanto por suas localizações em áreas novas (aterros do centro urbano), ou em áreas ainda pouco desbravadas na Florianópolis da década de 1970 (bairros da Trindade, Pantanal e Itacorubi).

Palavras chave: *Arquitetura Brasileira, História da Arquitetura, Arquitetura Institucional, Concreto Aparente, Florianópolis-SC*

ABSTRACT

Forty years since the first institutional buildings were built on exposed concrete in Florianópolis, SC, their presence in the urban landscape are still relevant. Likewise, the influence exerted by their locations on the process of space distribution in the city left deep and indelible marks in its urban design and contributed to the consolidation of segregated process to rebounding on the socio-spatial distribution of the city.

The objective of this study is to relate three different approaches – however interconnected – of how the institutional architecture on exposed concrete have emerged and rebound on the city in the years 1970 to 1985, namely: the social, political and economic context surrounding the installation and transfer of the headquarters of the institutions for Santa Catarina's capital or the location changes in of these within the city itself, the technical and conceptual issues that have acted as generators of architectural expression adopted in these buildings (structural recovery and use of exposed concrete and others) and, finally, the architecture itself, which in this case, testimony about the time, technique and ethics under which they were built.

Thus, the first approach investigates the relationship between the historical, political and economic, national and local contexts, resulting in fertile ground for state facilities expansion, of the spatial distribution policy in cities (especially those who had character and potential for act as a central metropolitan area) and the territory occupation by governmental offices and institutional agencies.

A second bias seeks to understand the origins of architectural language adopted in the projects for the headquarters of the institutions in Florianópolis in the period: building on a "monumental" (different from the scale of the city at that time), characterized by emphasis on basic structural elements (beams , collumns, slabs and porches) to assume the role of providing buildings stability, and generating architectural design approach that define the spatial distribution of ending

activities, as well as keep itself a symbolic and expressive power transmitted by the use of exposed concrete .

In this context it is appropriate and necessary to account for the presence of aesthetic ideals and values that guided the architecture of São Paulo in the 1960s and the existence of shared ethical principles between the two productions. Derived from this discussion, was opened a brief debate on the relevance of growth and development of the cement industry during the 1960s and 1980s and what is its contribution to the consolidation of the architectural language of the exposed concrete - so dominant in the projects for the State offices in this period. We also discussed briefly about the controversial classification of buildings on exposed concrete produced in the country as heirs of the Brutalist movement in architecture.

Finally we present briefly some of the key projects of institutional buildings built in Florianópolis between 1970 and 1985, when special attention is given to those three who were pioneers in the city, both for its architectural features and by their locations in new areas (landfills Center urban), or in areas still not cleared in Florianópolis 1970s (neighborhoods of the Trindade, Pantanal and Itacorubi).

Key-words: Brazilian Architecture, Architecture History, Institucional Architecture, Exposed Concrete, Florianópolis-SC

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E MAPAS

Figura 1 - Ilustração do relatório Graeff, de 1952 - Vista do projeto de ocupação da Baía Sul. 1952. [Fonte: Paiva, Ribeiro e Graeff, 1952]	24
Figura 2 - Perspectiva do Plano Diretor de Florianópolis de 1969 (lei em 1976). [Fonte: ESPLAN, 1971].....	25
Figura 3 - Esq. Ilustração do Plano Diretor 1976. [Fonte: Damiano, 2009] Dir. Mesma área da ilustração em foto da década de 1990 [Fonte: Tempo Editorial, 2009]	26
Figura 4 - Capa da revista Acrópole 232, de setembro de 1957, com projeto vencedor para Assembléia Legislativa do Estado, 1957. [Fonte: Projeto Design 2006]	28
Figura 5 - Eletrosul e parte da UFSC, 2007. [Fonte: Vincenzo Berti, 2009].....	32
Figura 6 - Terminal Rodoviário Rita Maria e o aterro da Baía Sul, 2002 [Fonte: Tempo Editorial, 2009].....	32
Figura 7 - Obras de canalização do Rio da Bulha [192-][Fonte: Arquivo DAEX/UFSC, 2004]	34
Figura 8 - Florianópolis. Vista da cidade. [193-][Fonte: Silva, 2002].....	36
Figura 9 - Centro de Florianópolis. Vista do Campo do Manejo e Baía Sul. [194-][Fonte: Silva, 2002].....	37
Figura 10 - Modelo da cidade universitária a se implantar na região da Prainha, conforme relatório de 1952. [Fonte: Paiva, Ribeiro e Graeff, 1952]	40
Figura 11 - Florianópolis. Vista do centro e Baía Sul. [196-][Fonte: Foto B, 2005].....	41
Figura 12 - Área do Forte Santa Bárbara (ainda uma ilha). [196-] [Fonte: Silva, 2002].....	42
Figura 13 - Florianópolis. Vista aérea a partir do Continente, 1971. [Fonte: Sugai, 1994]	51
Figura 14 - Aterro da Baía Sul. Início da urbanização. Início das obras do Terminal Rodoviário Rita Maria. Final década de 1970. [Fonte: Acervo Casa da Memória, 2007].....	53
Figura 15 - Florianópolis. Início das obras do aterro da Baía Sul. 1972. [Fonte: Sugai, 1994]	55
Figura 16 - Florianópolis. Vista aérea a partir da ilha. Aterro da Baía Sul, ponte Colombo Salles e Via de Contorno Norte. 1975. [Fonte: Sugai, 1994]	56
Figura 17 - Aterro da Baía Sul. Paisagismo de Roberto Burle Marx - Meados da década de 1980. [Fonte: Desconhecida].....	57

Figura 18 - Praça XV de Novembro, primeiro núcleo administrativo de Florianópolis. Final do século XIX. [Fonte: IHGSC].....	62
Figura 19 - Vista panorâmica da cidade - A esquerda o Campo do Manejo, futura localização do Centro Cívico de Florianópolis.[193-] [Fonte: IHGSC, 2008].....	62
Figura 21 - Vista do Campus da Trindade - Universidade Federal de Santa Catarina. [197-] [Fonte: Acervo LDA UFSC, 2008].....	66
Figura 22 - Proposta de Graeff, Paiva e Ribeiro para o centro cívico de Florianópolis. [Fonte: Paiva, Ribeiro e Graeff, 1952].....	68
Figura 23 - Vista aérea da região da futura Praça Tancredo Neves. A esquerda as obras do Tribunal de Justiça, ao lado edifício do DNER. Do outro lado da praça a sede da CELESC, ocupada pelo executivo catarinense a partir da década de 1980. [197-] [Fonte: Skyscrape, 2009].....	69
Figura 24 - Vista aérea do aterro da Prainha. Palácio da Justiça, Assembléia Legislativa e Palácio do Governo [197-][Fonte: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2001].....	70
Figura 25 - Região a nordeste do morro da cruz. Primeiro plano os bairros Agrônômica e parte da Trindade. Ao centro Manguezal do Itacorubi cortado pelo bairro Santa Mônica. Ao fundo bairro do Itacorubi. 2009 [Fonte: Skyscrapercity, 2009].....	78
Figura 26 - Vista aérea dos bairros Itacorubi e João Paulo. Em primeiro plano o edifício sede da CELESC. [199-][Fonte: Tempo Editorial, 2009].....	79
Figura 27 - FAU-USP Projeto: Artigas, 1962-69 [Fonte: Renata Malachias, 2009].....	83
Figura 28 - Tribunal de Justiça e a escala da cidade no final dos anos 1970. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab, 1968. [Fonte: Acervo LDA UFSC, 2008].....	85
Figura 29 - Movimentos dos principais arquitetos que participaram da produção da arquitetura institucional em concreto aparente em Florianópolis. [Fonte: Autora].....	100
Figura 30 - Concretagem do primeiro nível do Tribunal de Justiça de Santa Catarina [196-] Projeto: Saraiva, 1968 [Fonte: Acervo Tribunal de Justiça, 2005].....	107
Figura 31 - Unidade de Habitação de Marselha. Projeto: Le Corbusier, 1947 [Fonte: Andrew Littlewood, 2007].....	115
Figura 32 - Croqui de projeto para Brasília - Pedro Paulo de Melo Saraiva e equipe, 1977 [Fonte: www.ppms.com.br].....	125
Figura 33 - Projeto do Clube XV de Santos, Pedro Paulo de Melo Saraiva e Francisco Pretacco, 1967 [Fonte: www.ppms.com.br, 2009].....	126
Figura 34 - Vistas externa e interna de projeto para o Paço Municipal de Florianópolis, Pedro Paulo de Melo Saraiva, 1977 [Fonte: www.ppms.com.br, 2009].....	127

Figura 38 - Projeto Centro Administrativo da Unisinos, 2005 [Fonte: Arquivo Pessoal Brena, 2009].....	131
Figura 42 Plantas baixas da Residência Becker. Projeto: Ademar Cassol, 1966.[Fonte: Alberton, 2006]	Erro! Indicador não definido.
Figura 43 - Localização da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina	136
Figura 47 - Plantas apresentadas no concurso para projeto da Assembléia Legislativa de Santa Catarina – praça Pereira Oliveira [1957][Fonte: Projeto Design, 2007]..	139
Figura 48 - Proposta da esplanada ligando a Assembléia Legislativa ao Tribunal de Justiça. Projeto: Saraiva, Rocha e Paesani [1957][Fonte: Projeto Design, 2007]	141
Figura 49 - ALESC. Projeto: Saraiva, Rocha e Paesani [1964] Vista a partir do Centro Cívico Tancredo Neves [196-][Fonte: Acervo Casa da Memória, 2009]	141
Figura 50 - ALESC. Projeto: Saraiva, Rocha e Paesani [1964] - 2005.....	141
Figura 53 - Fachada para a Rua Jorge Luiz Fontes, já com novo anexo. Projeto de Reforma: PPMS Arquitetos Associados [2003][Fonte: Projeto Design, 2007]	148
Figura 54 - Fachada para Av. Governador Gustavo Richard [2007][Fonte: Projeto Design, 2007].....	148
Figura 55 - Localização da sede da Eletrosul	149
Figura 56 - Eletrosul - Entrada do auditório.	151
Figura 57 - Eletrosul – Vista a partir do morro do Pantanal [198-] Projeto: Netto [1975] [Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009].....	152
Figura 58 - Eletrosul – Vista a partir da Rua Dep. Antônio Edu Vieira [198-] Projeto: Netto [1975][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]	152
Figura 59 - Eletrosul – Vista a partir da Rua Dep. Antônio Edu Vieira [198-] Projeto: Netto [1975][Fonte: Acervo LDA UFSC].....	156
Figura 60 - Eletrosul – Edifício e esplanada da entrada principal [2003] Projeto: Netto [1975]	156
Figura 61 – Eletrosul – Croqui apresentado por ocasião do concurso [1975] Projeto: Netto [1975][Fonte: www.arq.ufsc.br, 2007]	157
Figura 62 - Eletrosul – Detalhe brises em alumínio [2003] Projeto: Netto [1975]	157
Figura 63 - Sede da Petrobras – Rio de Janeiro - Detalhe Brises [2009] Projeto: Netto [1968][Fonte: João Pedro Perassolo, 2009]	158
Figura 64 - Eletrosul – Hall Central [1999] Projeto: Netto [1975][Fonte: Tempo Editorial, 2009]	158

Figura 66- Localização do Terminal Rodoviário Rita Maria.....	160
Figura 67 - Perspectiva para concurso [1976] Projeto: Brena e Carlevaro [1076][Fonte: Acervo Enrique Brena, 2009].....	161
Figura 68 - Terminal Rodoviário Rita Maria. Projeto: Brena e Carlevaro [1976] Ao fundo, Ponte Colombo Salles. Paisagem continental parcialmente preservada [198-][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]	162
Figura 69 - Terminal Rodoviário Rita Maria. Projeto: Brena e Carlevaro [1976] Ao fundo, pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos. Ocupação e verticalização da área continental [2008].....	162
Figura 70 - Aterro da Baía Sul e obras do Terminal Rodoviário Rita Maria [1980][Fonte: Silva, 2002].....	163
Figura 71 - Esquemas de fluxo de veículos, posição solar e ventilação cruzada. Desenho de Yamandu Carlevaro [s.d.][Fonte: Projeto, 1981]	163
Figura 73 – Esquema de zoneamento.....	165
Figura 75 - Esquema instalações. Adaptado de [Projeto, 1981]	167
Figura 76 – TRRM - Esquema da elevação do conjunto estrutural. [Fonte: Hanai, 1992] ...	169
Figura 81 - Localização do Palácio da Justiça	172
Figura 82 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Planta baixa pavimento tipo (com divisórias). [Fonte: Arquivos do arquiteto, 2008].	174
Figura 83 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Planta baixa sala do júri. 6º pavimento. [Fonte: Arquivos do arquiteto, 2008].	174
Figura 85 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Esquema estrutural. 2008.....	175
Figura 86 - Palácio da Justiça e Assembléia Legislativa. Ao fundo, obras do aterro da Baía Sul [197-][Fonte: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2001].....	176
Figura 87 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Volume destacado na paisagem urbana [197-][Fonte: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2001]	176
Figura 88 - Palácio da Justiça, Assembléia Legislativa e SESC [197-][Fonte: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2001].....	177
Figura 89 - Palácio da Justiça e Fórum da Capital. Ao fundo novo anexo do palácio, 2007.	177
Figura 92 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Detalhe estrutura externa e escada auxiliar. 2008.	179

Figura 93 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab. 2006.....	179
Figura 94 - Localização do Palácio Santa Catarina.....	180
Figura 96 - Secrétariat – Chandigard. Projeto: Le Corbusier [1953] [Fonte:panoramio.com, 2009].....	182
Figura 97 - Usine Claude & Duval - Le Corbusier, 1[949] [Fonte: www.flickr.com/people/nomios [2009].....	182
Figura 99 - Terreno onde foi erguido o prédio administrativo da CELESC, posterior Palácio Santa Catarina, às vésperas da obra. [1960][Fonte: Acervo Fabrício Boppré, 2009].....	183
Figura 100 - Palácio Santa Catarina. Detalhe dos brises da fachada original (retirados em 2008). Projeto: Broos [1967] – 2009	184
Figura 101 - Palácio Santa Catarina. Detalhe dos brises da fachada voltada para Praça Cívica Tancredo Neves. Projeto: Broos [1967] - 2005	184
Figura 102 - Localização do Edifício da Secretaria Estadual de Educação	185
Figura 104 - Secretaria Estadual de Educação vista do aterro da Baía Sul [198-] Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]	187
Figura 105 - Secretaria Estadual de Educação - Vista do aterro da Baía Sul. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972] - 2008.....	187
Figura 106 – Secretaria Estadual de Educação. Esquema planta do pavimento térreo.	188
Figura 107 - Secretaria Estadual de Educação. Esquema pavimento tipo.	188
Figura 108 - Secretaria Estadual de Educação - Detalhe da estrutura. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972] – 2008	189
Figura 109 - Secretaria Estadual de Educação - Detalhe estrutural. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972] - 2007	189
Figura 110 - Secretaria Estadual de Educação [198-] Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC].....	190
Figura 111 - Secretaria Estadual de Educação. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972] - 2007	190
Figura 112 - Secretaria de Educação e arquitetura do entorno. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972] 2007.	190
Figura 113 - Localização da sede da antiga TELESC.....	191
Figura 114 - Sede da TELESC [198-] Projeto: Liz e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009].....	192

Figura 115 - Sede da TELESC – Vista a partir da esplanada da entrada principal. Projeto: Liz e Monteiro [1972][Fonte: Tempo Editorial, 1999].....	193
Figura 116 - Sede da Unesco em Paris, Marcel Breuer, 1958. [Fonte: www.unostamps.nl, 2009].....	193
Figura 117 - Logotipo da TELESC	193
Figura 118 - Sede da TELESC [198-] Projeto: Liz e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009].....	194
Figura 119 - Sede da TELESC – Vista a partir da guarita do acesso principal. Projeto: Liz e Monteiro [1972] - 2003.....	194
Figura 120 - Sede da TELESC – Detalhe da estrutura e brises. Projeto: Liz e Monteiro [1972] - 2003.....	195
Figura 121 - Sede da TELESC – Áreas de trabalho [198-] Projeto: Liz e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009].....	195
Figura 122 - Localização do edifício do Tribunal de Contas do Estado de SC.....	196
Figura 123 - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Vista Rua Bulcão Viana. Projeto: Liz [1973] - 2007.....	197
Figura 124 - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Vista Rua José da Costa Moellman. Projeto: Liz [1973] – 2007.....	197
Figura 125 - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Detalhe de frisos decorativos. Projeto: Liz [1973] – 2009.....	198
Figura 128 - Localização do CREA-SC	199
Figura 129 - Sede do CREA-SC. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1976][Fonte: www.crea-sc.org.br, 2009].....	200
Figura 130 - Arquiteto Ademar Cassol apresenta o projeto da atual Sede do CREA-SC no Lançamento da Pedra Fundamental [1976] [Fonte: www.crea-sc.com.br, 2009].....	200
Figura 131 - Localização da sede da CELESC.....	201
Figura 132 - Sede da CELESC - Vista a partir do acesso de veículos. Projeto: Liz, Monteiro e Brena [1986] - 2003.....	202
Figura 133 - Sede da CELESC - Entrada principal. Projeto: Liz, Monteiro e Brena [1986][Fonte: Tempo Editorial, 2000].....	202
Figura 134 - Sede da CELESC - Vista a partir do jardim. Projeto: Liz, Monteiro e Brena [1986][Fonte: Tempo Editorial, 2000].....	203

Figura 135 - Sede da CELESC - Detalhe estrutura. Projeto: Liz, Monteiro e Brena [1986] - 2003.....	203
Figura 140 - Localização Agência do Banco Safra.....	206
Figura 142 - Praça Pereira Oliveira [192-] Assembléia Legislativa e Tribunal de Justiça no terreno hoje ocupado pelo Banco Safra. [Fonte: IGHS, 2009].....	208
Figura 143 - Agência do Banco Safra – Detalhe estrutura e aberturas. Projeto: Liz e Monteiro [1973] - 2003.....	209
Figura 144 - Agência do banco Safra – Detalhe estrutura em grelha diagonal. Projeto: Liz e Monteiro [1973] - 2003.....	209
Figura 145 - Localização do Ceisa Center.....	210
Figura 146 - Ceisa Center. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2007.....	211
Figura 147 - Ceisa Center – Fachada para a Av. Osmar Cunha. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2003.....	212
Figura 148 - Ceisa Center – Detalhe escada helicoidal. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2005.....	212
Figura 149 - Ceisa Center – Detalhe fachada em curva e aberturas. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2007.....	213
Figura 150 - Ceisa Center – Entrada pela Av. Osmar Cunha. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2003.....	213
Figura 151 - Ceisa Center – Fachada em curva e escada helicoidal. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2007.....	214
Figura 152 - Ceisa Center – Fachada para a Av. Osmar Cunha. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2007.....	214
Figura 153 - Ceisa Center – Detalhe aberturas. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2007.....	214
Figura 154 - Localização da sede da Tractebel.....	215
Figura 155 - Sede da Tractebel – Fachada para a Rua Antônio Dib Mussi. Projeto: Liz e Monteiro [1982] - 2007.....	216
Figura 156 - Sede da Tractebel – Detalhe estrutura e brises. Projeto: Liz e Monteiro [1982] - 2007.....	216
Figura 157 - Sede da Tractebel - Detalhe aberturas. Projeto: Liz e Monteiro [1982] - 2009	217
Figura 158 - Sede da Tractebel - Detalhe fachada. Projeto: Liz e Monteiro [1982] - 2009 ..	217

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ALESC	Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
CELESC	Centrais Elébricas de Santa Catarina
CREA/SC	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina
ELETROSUL	Eletrosul – Centrais Elébricas S. A.
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A
ESPLAN	Escritório Catarinense de Planejamento Integrado
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
MITERPE	Manual de Implantação de Terminais Rodoviários de Passageiros
PCD	Plano de Catarinense de Desenvolvimento
PDAMF	Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SERPHAU	Serviço Federal de Habitação
SETUF	Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis
TELESC	Telecomunicações de Santa Catarina
TELEPAR	Telecomunicações do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS, QUADROS E MAPAS.....	11
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	19
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I – Antecedentes	33
1.1 Modelos de desenvolvimento urbano e atuação do Estado em Florianópolis até a década de 1970	33
CAPÍTULO II - As transformações do espaço urbano de Florianópolis entre 1970 e 1985.....	44
2.1 Breves considerações sobre o contexto nacional.....	44
2.2 O contexto catarinense e o papel de Florianópolis	49
2.3 As ações do Estado.....	54
2.3.1 O Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis e o Plano Diretor de 1976	54
2.3.2 Instalação de órgãos governamentais e empresas estatais em Florianópolis.....	58
2.3.3 A localização dos órgãos governamentais e empresas estatais em Florianópolis.....	61
Primeiro período: Séculos XVII e XVIII - A praça colonial e os edifícios públicos.....	61
Segundo período: Décadas de 1960 a 1980 – Construções e transferências de sedes institucionais/administrativas em Florianópolis.....	63
Terceiro período: Décadas de 1990 aos dias de hoje - A descentralização	80
CAPÍTULO III – As origens formais das arquiteturas institucionais em concreto aparente em Florianópolis entre 1970 e 1985.....	82
3.1 Contexto da criação arquitetônica nacional.....	84
3.2 A “Escola Paulista” de arquitetura.....	90
3.3 Paulistas, Gaúchos e Uruguaios: os arquitetos migrantes em Florianópolis	99
3.4 O uso do concreto aparente.....	102

3.5 Parênteses: Ser ou não ser Brutalista	110
CAPÍTULO IV – Estudos de Caso	119
4.1 Os arquitetos	124
4.1.1 Pedro Paulo de Melo Saraiva (1933-).....	124
4.1.2 Luis Forte Netto (1935-).....	128
4.1.3 Enrique Hugo Brena Nadotti (1937-) e Yamandu Jorge Carlevaro (1934-).....	130
4.1.4 Moysés Elizaldo da Silva de Liz	132
4.1.5 Odilon Figueiredo Monteiro.....	133
4.1.6 Ademar Cassol	134
4.2 As Arquiteturas.....	136
4.2.1. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (1964-1970) Palácio Barriga Verde.....	136
4.2.2 Eletrosul (1975-1978).....	149
4.2.3 Terminal Rodoviário Rita Maria (1976-1981).....	160
4.3 Outros Projetos de Destaque	172
4.3.1 Palácio da Justiça Ministro Luiz Galotti (1968-1975) Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	172
4.3.2 Palácio Santa Catarina (1967 - 1970)	180
4.3.3 Secretaria Estadual de Educação.....	185
4.3.4 TELESC (1972 - 1976).....	191
4.3.5 Tribunal de Contas (1973-1976)	196
4.3.6 CREA-SC (1973-1978).....	199
4.3.7 CELESC (1986-1988)	201
4.4 A Reprodução dos Modelos Arquitetônicos.....	204
4.4.1 Sede do Banco Safra (1973-1974).....	206
4.4.2 Ceisa Center (1975-1978)	210
4.4.3 Sede da Tractebel (1982-1984).....	215
Conclusões.....	218
Bibliografia.....	227
6.1 Referências Bibliográficas e Bibliografia Consultada	227
ANEXOS	237
7.1 Linha do Tempo	237

INTRODUÇÃO

A produção arquitetônica nacional entre os anos de 1970 e 1985 é fragmento ainda pouco presente na historiografia arquitetônica brasileira. A tradição linear dos relatos históricos não guarda lugar adequado a este período de criações arquitetônicas altamente relevantes e simbólicas de uma busca por uma nova “identidade nacional” expressa também no campo do espaço construído. A tríade – Movimento Modernista, Brasília e Pós Brasília – que habitualmente capitula a história recente da arquitetura brasileira vêm relegando a produção arquitetônica – freqüentemente denominada “escola paulista” ou “Brutalismo paulista” – papel de coadjuvante no cenário nacional.

Dentre as razões para esta pouca expressão podemos supor, entre outros: 1) a relativa heterogeneidade da produção arquitetônica do período, ou seja, a dificuldade de reconhecimento de uma unidade (neste caso formal) que abarque suas obras; 2) a “oposição” à escola modernista carioca, subentendida a este tempo como a própria escola brasileira em arquitetura; 3) a dificuldade de atrelamento ético e teórico do movimento com o movimento do novo Brutalismo inglês (embora seja comum encontrar essa associação, presente mesmo em uma de suas nomenclaturas – “Brutalismo Paulista” e; 4) por último, percebe-se também uma freqüente relação entre a produção arquitetônica do período com circunstâncias políticas nacionais negativas: o golpe militar de 1964 e a ditadura posterior que, de certo modo, através de sua postura desenvolvimentista, foi batizar inúmeros exemplares da arquitetura institucional erguidos entre as décadas de 1960, 1970 e meados de 1980.

Em Florianópolis, não diferente do resto do país, o estudo, a avaliação, e mesmo a crítica da arquitetura produzida neste período ainda não teve vez, mesmo sendo estas algumas das edificações de presença mais significativas na paisagem construída da cidade. A busca de um olhar crítico sobre sua posição de, ao mesmo tempo resultante e agente de impacto no cenário urbano da cidade também se mostra esmaecida.

O aparecimento do primeiro projeto relevante da arquitetura institucional em concreto em Florianópolis – a Assembléia Legislativa do Estado, projeto vencedor de concurso em 1957, sob autoria de Paulo Mendes da Rocha, Pedro Paulo de Melo Saraiva e Alfredo Paesani – coincide com o tempo das primeiras experiências de planejamento urbano na cidade, tal como o conhecemos hoje. No início da década de 1950 o município contratou uma equipe de arquitetos ligados à prefeitura de Porto Alegre, que elaborou um plano diretor para o perímetro urbano de Florianópolis, tornado lei em 1954. Quinze anos depois foi elaborado outro plano que acabou por vigorar até 1995. Ambos os planos apresentam em sua raiz a importação de conceitos modernistas de zoneamento funcional e a idéia de “progresso”, comum ao movimento moderno.

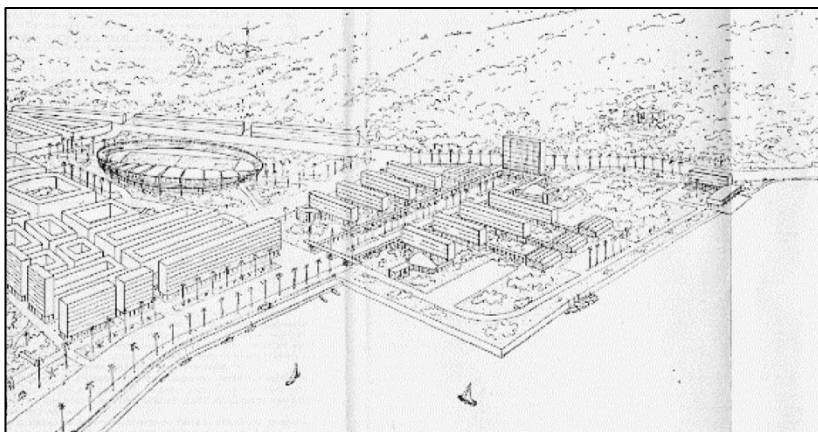


Figura 1 - Ilustração do relatório Graeff, de 1952 - Vista do projeto de ocupação da Baía Sul. 1952.
[Fonte: Paiva, Ribeiro e Graeff, 1952]

Foi no período de vigência do plano de 1976¹ que se proliferaram os novos prédios administrativos na cidade. O contexto sócio político tinha como característica mais marcante a ditadura militar instalada no país desde 1964 e sua ideologia desenvolvimentista e de modernização. Neste período

¹ Os princípios gerais dos planos propostos para Florianópolis e região até a década de 1970 serão apresentados no Capítulo II.

Florianópolis vivia uma grande defasagem entre seu desenvolvimento urbano e os elementos para seu controle. A elaboração de um novo plano diretor para a capital não seria, à época, apenas um “vetor de mudança sócio-econômica” (Pereira, s.d., p. 15), como indicava seu texto, mas o caminho mais curto para o recebimento de recursos federais que lhe viabilizassem a aplicação.²

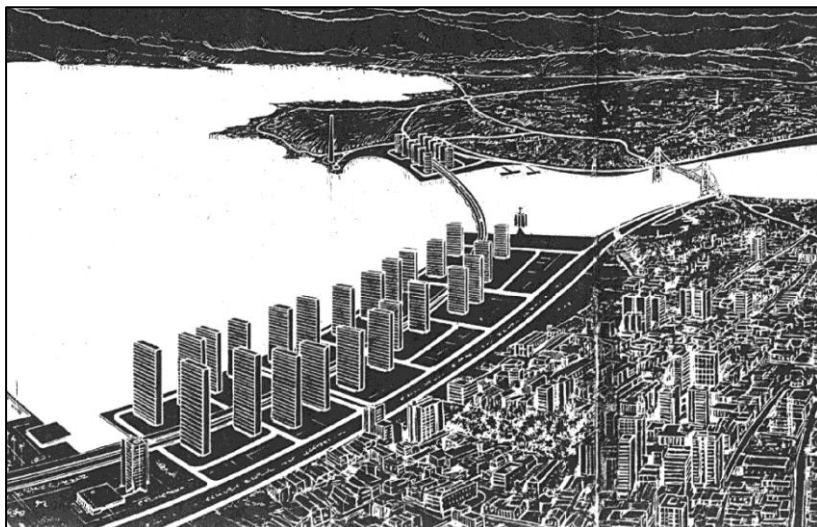


Figura 2 - Perspectiva do Plano Diretor de Florianópolis de 1969 (lei em 1976). [Fonte: ESPLAN, 1971]

“Corresponde ao período desenvolvimentista do início da década de setenta, quando as determinações técnico-econômicas predominavam e todo o espaço passa a ser enquadrado numa lógica estritamente

² As décadas de 1960 e 1970 representaram um período de realização de grandes empréstimos junto à instituições internacionais de crédito, além de pesados investimentos estatais destinados desde a implantação de universidades até a construção de infra-estrutura de base para o “desenvolvimento do país”. Proliferavam obras públicas em diversos campos, como a ampliação da malha rodoviária, construção de usinas hidroelétricas e mesmo a construção de edifícios institucionais e administrativos localizados, sobretudo, nas capitais dos estados. Estes investimentos, todavia, estavam condicionados a criação de planos de desenvolvimento e controle urbano, entre os quais figura o Plano Diretor para Florianópolis, aprovado em 1976.

funcional e estratégica. Se o plano anterior buscava o equilíbrio na distribuição das funções, este caracterizava-se pela clara atribuição funcional aos diversos setores espaciais. Buscava a integração com a rede urbana, atribuindo ao aglomerado urbano de Florianópolis um papel específico, já sugerido pela sua condição de capital: ela devia tornar-se um grande centro urbano-industrial portuário” (Vaz, 1991, p. 57)



Figura 3 - Esq. Ilustração do Plano Diretor 1976. [Fonte: Damião, 2009] Dir. Mesma área da ilustração em foto da década de 1990 [Fonte: Tempo Editorial, 2009]

A elaboração deste novo plano diretor fica a cargo do ESPLAN (Escritório Catarinense de Planejamento Integrado) que, como dissemos, adota o conceito da arquitetura e urbanismo modernos como meios para a criação de novas formas de associação coletiva, em outras palavras, as premissas da cidade funcional, ditadas no IV CIAM. O plano vislumbrava Florianópolis como pólo regional de desenvolvimento a ser concretizado através de, via primeira, a implantação de estratégias que garantissem a acessibilidade rodoviária que a capital não apresentava até então (fato este amplamente utilizado

como justificativa para a estrutura urbana não integrada que Estado de Santa Catarina dava a conhecer).

Além da integração rodoviária, o plano previa, entre outras coisas, um claro zoneamento funcional, a construção de um porto para a grande Florianópolis e uma nova ponte ligando a ilha e o continente que ia dar em uma grande área aterrada e ocupada por grandes edifícios de arquiteturas modernistas e caráter basicamente administrativo.

Boa parte da estrutura rodoviária então prevista foi implantada e contribuiu fortemente para a consolidação de uma distribuição sócio-espacial que ainda perdura em Florianópolis. O porto, por sua vez, nunca foi construído, e o zoneamento não se implantou com tanto impacto³, mas a proposta do aterro veio a cá e neste se lançou a nova ponte, projeto do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva.

Saraiva foi também responsável à época pelo planejamento físico da parte urbana da capital, e foi através de seus projetos que Florianópolis viu construídos os primeiros exemplares dessa nova arquitetura que se implantava na cidade: os edifícios da Assembléia Legislativa do Estado e o Palácio da Justiça, erguidos no aterro da Prainha, dando fechamento a perspectiva do aterro da Baía Sul.

Muito embora Saraiva já em 1957 tivesse vencido concurso de projeto para a Assembléia Legislativa do Estado⁴, trabalho em parceria com Paulo Mendes da Rocha e Alfredo S. Paesani, é só em 1964, com um segundo projeto para a Assembléia, de autoria do mesmo grupo de profissionais, que vai se introduzir na

³ Entre as propostas não executadas estava, por exemplo, um novo plano de zoneamento para a região sudeste da ilha e a criação do chamado Setor Turístico Oceânico.

⁴ Pedro Paulo de Melo Saraiva e os jovens arquitetos recém formados Paulo Mendes da Rocha e Alfredo Paesani, participaram do concurso para a sede da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina com uma proposta arquitetônica de base funcionalista, em cujo volume esguio sobre pilotis abrigava as atividades administrativas e um auditório em volume destacado do corpo central conformava o plenário. O local de implantação do edifício também não era o mesmo em que se encontra o prédio atual da ALESC. O concurso do final dos anos de 1950 previa a construção da nova Assembléia Legislativa no mesmo terreno em que se encontrava sua sede anterior, incendiada nesta mesma década: a Praça Pereira Oliveira, de posição de geográfica elevada no triângulo central.

arquitetura de Florianópolis alguns dos elementos da gramática construtiva habitualmente relacionada a “escola paulista” de arquitetura, neste caso o grande vão que abriga atividades diversas e a estrutura exposta em concreto aparente. Pouco depois, em 1968, com o projeto para o Tribunal de Justiça do Estado, Saraiva aprofunda a experiência construtiva de modelo paulista e abre frente para a reprodução de inúmeros outros edifícios institucionais com características estéticas e funcionais semelhantes. Elementos como: a estrutura externa e aparente, planta baixa livre com núcleo “duro” de serviços, valorização dos elementos de circulação vertical, o uso do concreto aparente, a simetria bilateral das plantas e uma eficiente distinção funcional nos espaços, vão se repetir na grande maioria dos exemplares da arquitetura institucional erguida na cidade no período compreendido entre 1970 e 1985.

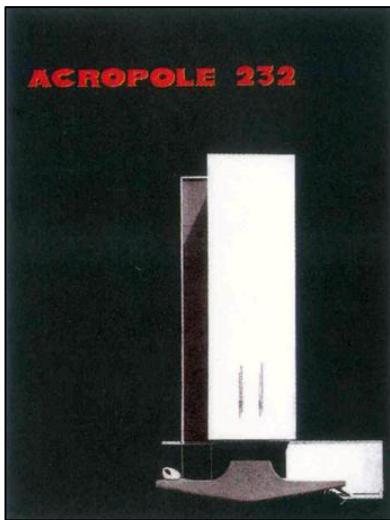


Figura 4 - Capa da revista Acrópole 232, de setembro de 1957, com projeto vencedor para Assembléia Legislativa do Estado, 1957. [Fonte: Projeto Design 2006]

Na década de 1970 soma-se a esta tradição da “escola paulista” o trabalho de arquitetos formados no Rio Grande do Sul, sobretudo através da atuação do escritório “Liz Cassol Monteiro Arquitetos Associados”, que vai ser responsável por boa parte da arquitetura institucional nesses moldes na ilha. No final da

década entra na mistura a influência da arquitetura uruguaia (que já se fazia indiretamente através do RS) pela atuação dos arquitetos Enrique Brena e Yamandu Carlevaro que aprofundaram os estudos em pré-fabricação em concreto e argamassa armada iniciados por Liz, Cassol e Monteiro.

Cabe observar que, assim como em boa parte do país, Santa Catarina só foi ter sua primeira escola de arquitetura já em finais dos anos de 1970. Em 1977, especificamente, tendo sua primeira turma formada apenas em 1981. Desta maneira, toda a arquitetura produzida oficialmente no Estado ficava a cargo de profissionais formados em outros Estados, em particular Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Frente a este quadro geral, foi objetivo primeiro desta pesquisa estudar e resgatar para a historiografia da arquitetura brasileira e para a história do município de Florianópolis a arquitetura institucional /administrativa entre os anos de 1970 e 1985 - projetadas sob influência da chamada “Escola Paulista” - e investigar suas possíveis conexões com os conceitos de Brutalismo em arquitetura, inserindo assim a produção arquitetônica local no cenário nacional e relacionando-a a produção internacional deste período tão relevante mundialmente em termos históricos, filosóficos e políticos.

Para tanto, além de pesquisa bibliográfica sobre o momento histórico do país e do município à época destas produções, lançamos mão também da realização de estudos de caso de edificações significativas tanto por sua força simbólica, quanto por sua presença formal e programática, ou ainda por seu destaque entre as demais arquiteturas da Ilha de Santa Catarina. Através destes estudos buscamos também investigar a possível relação entre a arquitetura institucional/administrativa produzida em Florianópolis entre 1970 e 1985 com os princípios éticos e estéticos da chamada “Escola Paulista”, aprofundar conhecimentos e discutir sobre a validade da utilização do termo “Brutalismo” na classificação das edificações analisadas e investigar a relação da arquitetura produzida em Florianópolis neste período com o contexto político e social do país, em particular o regime militar vigente na época.

Além destes temas, especial atenção foi dedicada ao estudo da inter-relação entre as propostas urbanas previstas para a cidade da época e a produção desses exemplares de arquitetura. De mesmo modo, pretendeu-se dar início à discussão acerca das determinantes adotadas na definição de suas localizações, buscando identificar as relações entre estas, o direcionamento dos investimentos estatais à época e o processo de distribuição espacial resultante em Florianópolis.

Para alcançar os objetivos propostos, foi adotada metodologia de pesquisa que uniu fontes de caráter primário – entrevistas não estruturadas com os arquitetos, levantamentos arquitetônicos e fotográficos dos edifícios eleitos como estudo de caso – e fontes de caráter secundário, através de estudo bibliográfico dividido em três momentos:

1 - Pesquisa bibliográfica local, referente ao contexto histórico-político-urbano da cidade no período de implantação dessas arquiteturas (planos diretores, discussões sobre planejamento urbano local, publicações, etc.).

2 - Pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, tendo por base inicialmente as discussões sobre arquitetura brasileira entre os anos de 1970 e 1985, as bases éticas e estéticas da chamada “Escola Paulista” e introdução a análise das obras desta ‘corrente’ arquitetônica, assim como pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica voltada a compreensão dos conceitos de Brutalismo em arquitetura, suas derivações no cenário internacional e a discussão sobre sua possível influência na “escola paulista”.

3 - Pesquisa de fontes documentais do período de levantamento proposto, desde publicações que tenham apresentado algumas das arquiteturas institucionais em concreto aparente erguidas na cidade, bem como sobre seus autores, até os registros públicos originais dos concursos e projetos apresentado estudados.

O trabalho que segue apresenta três diferentes escalas de análise: a escala nacional, através de breve contextualização dos momentos histórico, social, econômico e da produção arquitetônica entre os anos de 1970 e 1985; uma escala local,

analisando as repercussões do cenário histórico e político nacional na cidade de Florianópolis, bem como as particularidades de sua própria história política; e por fim a escala da arquitetura, através da apresentação e breve análise de alguns dos edifícios institucionais em concreto aparente mais relevantes na paisagem e na memória da cidade.

Para tanto esta dissertação encontra-se estruturada do seguinte modo: No primeiro capítulo apresenta-se sinteticamente um histórico dos modelos de desenvolvimento urbano e da atuação do Estado em Florianópolis até a década de 1970, destacando a característica histórica da cidade de tão somente sede administrativa do Estado e suas conseqüências na economia e configuração urbana.

O segundo capítulo traz observações sobre as transformações do espaço urbano de Florianópolis entre 1970 e 1985, inicialmente tecendo breves considerações sobre o contexto nacional (em termos políticos, sociais e econômicos) para em um segundo momento descrever o contexto sócio econômico local no período e as ações do Estado na promoção e manutenção do perfil administrativo da cidade, como, entre outros, a elaboração de um novo plano diretor entre 1969 e 1971 (aprovado em 1976), a instalação de órgãos governamentais e empresas estatais em Florianópolis e construção de infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento urbano da região.

O terceiro capítulo é dedicado à discussão teórica acerca da arquitetura institucional em concreto aparente produzida neste período na cidade e suas relações com a produção nacional do mesmo período. Neste capítulo são exploradas também as hipóteses da influência da “Escola Paulista” de arquitetura, o simbolismo de poder atrelado aos prédios públicos (sobretudo neste período de governo militar), a adoção do concreto aparente como escolha formal e técnica e, por fim, a validade do atrelamento desses projetos ao que se convencionou chamar de “Brutalismo” em arquitetura.

No quarto e último capítulo são apresentados os estudos de caso, sendo dedicada especial atenção a três dos edifícios administrativos em concreto aparente mais importantes no período, tanto por suas características arquitetônicas quanto por

sua localização espacial e relação com o desenvolvimento de algumas regiões da ilha: O edifício da Eletrosul, de importância ímpar para o desenvolvimento dos bairros à leste da península central, o Terminal Rodoviário Rita Maria, como primeiro grande edifício público implantado no aterro da Baía Sul, e a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina , encontrado junto aos demais poderes – executivo e judiciário - junto a Praça Cívica Tancredo Neves.

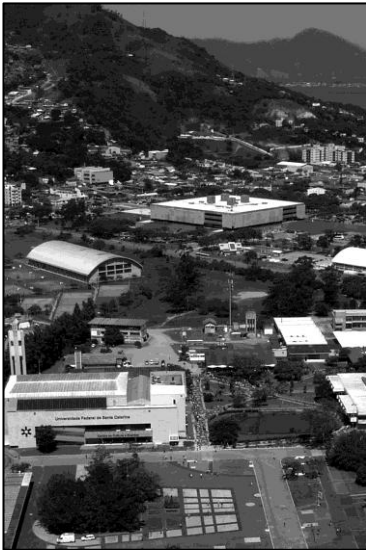


Figura 5 - Eletrosul e parte da UFSC, 2007.
[Fonte: Vicenzo Berti, 2009]



Figura 6 - Terminal Rodoviário Rita Maria e o aterro da Baía Sul, 2002 [Fonte: Tempo Editorial, 2009]

Além destes edifícios o capítulo traz ainda os levantamentos de outros sete projetos icônicos da arquitetura institucional em concreto aparente em Florianópolis, como o Palácio da Justiça, a Secretaria de Educação e as sedes da TELESC e CELESC, entre outros. Por fim, com a apresentação de mais três projetos, comenta-se sobre a reprodução do modelo dos edifícios em concreto aparente em Florianópolis para além da função institucional e administrativa, buscando, deste modo, ilustrar a representatividade da estética do concreto aparente na paisagem urbana da capital a partir dos anos de 1970.

CAPÍTULO I – Antecedentes

1.1 Modelos de desenvolvimento urbano e atuação do Estado em Florianópolis até a década de 1970

Florianópolis enfrentou, historicamente, uma série de dificuldades para sua consolidação como centro urbano e como capital do Estado de Santa Catarina. Desde sua fundação como Vila de Nossa Senhora do Desterro até meados do século XX, muitas foram as idas e vindas das políticas locais e nacionais que acabaram por manter a cidade à margem do centro político e econômico brasileiro.

Vaz (1991) aponta dois períodos históricos como os de maior impacto na paisagem local: o primeiro período seria a segunda metade do século XIX, com o crescimento da atividade portuária, impulsionada pela imigração europeia para fins de ocupação territorial, que dinamizou as atividades de importação e exportação dos produtos regionais (farinha de mandioca, milho, feijão e arroz).

“Com o crescimento da atividade portuária, através da importação e exportação de produtos da região, a população cresceu. O funcionalismo público que se ampliava com as novas funções de capital da província de Santa Catarina também contribuiu para a dinamização do mercado interno.” (Vaz, 1991, p. 34)

Desta época datam ainda a construção do primeiro mercado público municipal (e sua posterior demolição e transferência de funções para um novo prédio, erguido na então rua do príncipe, atual Conselheiro Mafra) o incremento das ações de pavimentação e iluminação pública (iniciados na primeira metade do século), e a implementação de um sistema de transporte coletivo de tração animal.

O segundo período histórico referido data de meados do século XX, particularmente os anos entre 1950 e 1970, marcados no país pela “transferência da hegemonia política para um setor

social dominado pelos interesses do capital internacional (...) cuja consequência é a formação das classes médias urbanas e a ampliação do [setor] terciário” (Vaz, 1991, p. 32), e a introdução de um modelo de integração de rede urbana.

Estas últimas transformações urbanas, embora tenham seu período culminante entre as décadas de 1960 e 1970, vão ter sua origem já na década de 1930, com os primeiros reflexos da industrialização no Estado.

Além destes dois períodos descritos por Vaz (1991), cabe citar um terceiro período histórico em que a cidade passou por relevantes transformações, ainda que suas resultantes não tenham gerado grande impacto na paisagem da cidade. Foi durante as duas primeiras décadas do século XX que se executaram as primeiras obras de infra-estrutura urbana de cunho sanitarista, como a provisão das redes de abastecimento de água, em 1910, e de recolhimento de esgotos, em 1916. Todavia, como dissemos, a exceção da construção da Av. Hercílio Luz sobre o recém canalizado Rio da Bulha, este período não trouxe grandes modificações a paisagem urbana da capital.



Figura 7 - Obras de canalização do Rio da Bulha [192-][Fonte: Arquivo DAEX/UFSC, 2004]

Na historiografia de Florianópolis é quase consenso entre os autores o posicionamento político e econômico da cidade à margem do estado e do país. De fato, na década de 1930, Florianópolis era uma das poucas capitais do Brasil que não tinha seu desenvolvimento diretamente atrelado ao crescente processo de industrialização porque passava o país e, justamente por isso, não sofria um processo de metropolização como outras capitais nacionais.

No Estado, as regiões do Vale do Itajaí (com centro em Blumenau) e Nordeste (com centro em Joinville), já se iniciavam em um processo de industrialização, se alinhando com a política de desenvolvimento nacional. Florianópolis, por sua vez, vivia o declínio da atividade portuária e o advento de uma nova economia urbana, baseada quase que exclusivamente na função de sede de governo.

“Até 1930, Florianópolis, apesar de sua precariedade como capital, era a maior cidade e o maior centro comercial do Estado (e para isso contribuiu a ligação ilha-continente), exercendo certa centralidade sobre todo o litoral, convergindo para ela as importações, bem como o excedente provindo da tributação, por ser capital administrativa” (CEAG, 1980 p.42 In: Michels, 2001 p. 57)

Vamos ver adiante que a propalada estagnação econômica⁵ da capital neste período, que transformou sua base econômica de portuária para administrativa, acaba exercendo papel determinante no futuro da cidade. A manutenção da função administrativa vai gerar, num primeiro momento, já nas décadas de 1950/1960/1970, um modelo de ocupação territorial da cidade pelo Estado – através de suas instituições – que vai deixar grandes marcas na configuração urbana e paisagem locais. Num segundo momento vai privar a cidade dos efeitos diretos da economia industrial neo-liberal – que vem causando grandes impactos nas cidades de economia baseada na indústria – e prepara terreno fértil para a implantação do atual modelo

⁵ A estagnação econômica da capital na década de 30 é frequentemente justificada pelos autores pela já citada decadência da atividade portuária, pelos efeitos da crise internacional de 29 e pela oposição à Getúlio Vargas na revolução de 30.

adotado de cidade-mercadoria, com capacidade competitiva no mercado mundial.



Figura 8 - Florianópolis. Vista da cidade. [193-][Fonte: Silva, 2002]

Nas décadas de 1930 e 1940, ainda em função do crescimento das atividades administrativas (logo, da máquina do Estado e do corpo do funcionalismo) e da redução das atividades portuárias, começa a se esboçar um movimento de definição das áreas prioritárias de expansão residencial das elites de Florianópolis nas regiões norte/nordeste da Ilha. Sugai (1994) aponta, além desta, outras razões para a definição destas áreas, como:

“2. A ampliação das atividades de construção civil, impulsionadas pelo aumento da demanda, pela melhoria do setor energético regional e pela mão de obra disponível (...)

3. Ampliação do sistema de fornecimento de águas tratadas (...)

4. Início da construção da atual BR 101, que iria concentrar o trânsito de cargas na área continental

[n.d.a: desvalorizando as terras da porção continental da cidade]

5. O potencial que a ampliação das classes médias urbanas representavam para o desenvolvimento do turismo e o grande interesse que, conseqüentemente, passavam a ter as praias situadas ao norte da ilha” (Sugai, 1994, p. 60)

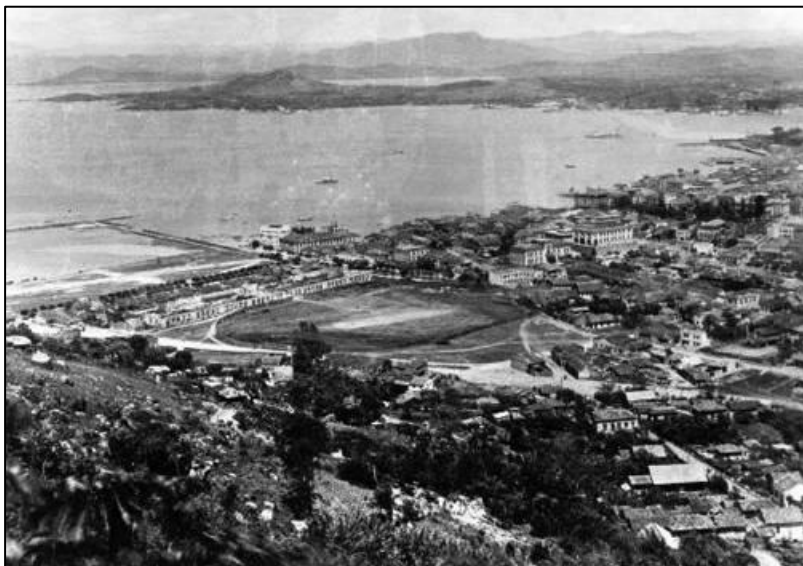


Figura 9 - Centro de Florianópolis. Vista do Campo do Manejo e Baía Sul. [194-][Fonte: Silva, 2002]

A esta época as elites florianopolitanas passam a priorizar a ocupação residencial das áreas ao norte da península central (em detrimento à região sul da porção continental da cidade, para onde já haviam esboçado interesse) e se amplia o interesse nos balneários ao norte da ilha, onde vão ter terras as famílias mais ricas e influentes na política local e estadual.

A partir da década de 50 o Estado adota ações – por meio da elaboração de planos urbanos, alteração de legislações de uso e ocupação do solo, implantação de equipamentos urbanos e grandes intervenções viárias – que vão reforçar a ocupação das

regiões sob posse das elites locais e que vão repercutir fortemente na estrutura urbana de Florianópolis.

Dentre essas ações cabe citar o Plano Diretor de 1952 (tornado lei em 1954) que, na contramão do processo de consolidação da cidade como centro administrativo exclusivamente, propunha a adoção de atividades industriais “modernas e dinâmicas”. Além disso, o plano propunha a construção de um novo porto como “fator importante para seu desenvolvimento econômico” (Paiva, Ribeiro e Graeff, 1952), a construção de uma avenida em direção ao norte da península (futura av. Beira Mar), e a instalação de uma cidade universitária na área do atual aterro da Prainha, abrangendo, deste modo, com o plano, todo o limite urbano em vigor até então.

De forte cunho funcionalista, o plano negava a cidade tradicional e destacava seu “atraso econômico, industrial e comercial” que, para os autores, se traduzia na “fisionomia da cidade”.

“Atualmente, a razão se der de Florianópolis é, ainda principalmente, a sua função de capital do Estado ou, mais exatamente, a de sede do Governo Estadual. Florianópolis está atrasada, do ponto de vista industrial e comercial e seu ‘hinterland’ não atingiu um nível econômico capaz de sustentar uma grande cidade moderna” (Paiva, Ribeiro e Graeff, 1952, p. 12).

Para os autores a “modernização” da cidade passaria necessariamente pela transformação – via plano – das atividades econômicas de base (com a introdução da indústria e de comércio diversificado como atividades de apoio ao porto) e um adensamento populacional mediante racionalização da distribuição das zonas residenciais na ilha e continente.

Tendo, portanto, o zoneamento funcional como seu instrumento principal, o plano propunha basicamente:

“a) Regulamentar a utilização e a percentagem de ocupação dos terrenos da área urbana e regulamentar os gabaritos de altura das construções.

b) Constituir zonas residenciais bem definidas, melhorando as áreas já loteadas e prevendo o arruamento das áreas vacantes próximas ao centro atual.

c) Localizar convenientemente as áreas destinadas à cultura do espírito e do corpo, prevendo, para esse fim, espaços verdes correspondentes (praças), que seriam obtidas por meio de desapropriação de áreas convenientemente localizadas.

d) Caracterizar uma via tronco desde o acesso terrestre na zona do Estreito, até o lugar atualmente denominado 'aterro'. Localizar ao longo dessa via tronco todos os centros de atividades, comercial e administrativa (centros comerciais, centro cívico, centro universitário, etc.). Criar novas vias e melhorar as existentes, quando necessário (...) a fim de conseguir uma trama viária equilibrada e completa" (Pereira, 2004)

Pouco das propostas foi posto em prática, como a construção, quase 15 anos depois, da av. Beira Mar Norte (pavimentada em 1969). Em relação a localização da cidade universitária, cabe observar que, embora o plano de 1954 fosse taxativo ao considerar que a idéia de crescimento da cidade em direção a região da Trindade fosse incabível (Rizzo, 1993, p. 25), sua localização foi, por anos, objeto de uma extensa e acirrada disputa política regional, vencida uma década depois pelo grupo que desejava sua implantação no interior da península central.

"[A] atração pelos balneários situados ao norte e a leste da ilha impulsionava e direcionava o eixo de expansão das áreas residenciais das camadas de mais alta renda, que se desenvolviam na área norte da península. Os bairros situados à nordeste-leste da área urbana central, em especial a Agrônômica e a Trindade, constituíam-se, portanto, na 'passagem' para aqueles balneários e no eixo 'natural' de expansão urbana. A implantação do campus universitário da UFSC na Trindade constituiu-se, portanto, numa intervenção que procurava marcar a área como futuro local para ocupação e expansão das elites, evitando intervenções que viessem a desvalorizar a região, como aquelas

efetuadas ali em décadas anteriores (cemitério, penitenciária, aterro sanitário, etc.) Tratava-se (...) da abertura de novas frentes para o capital imobiliário” (Sugai, 1994, p. 90).

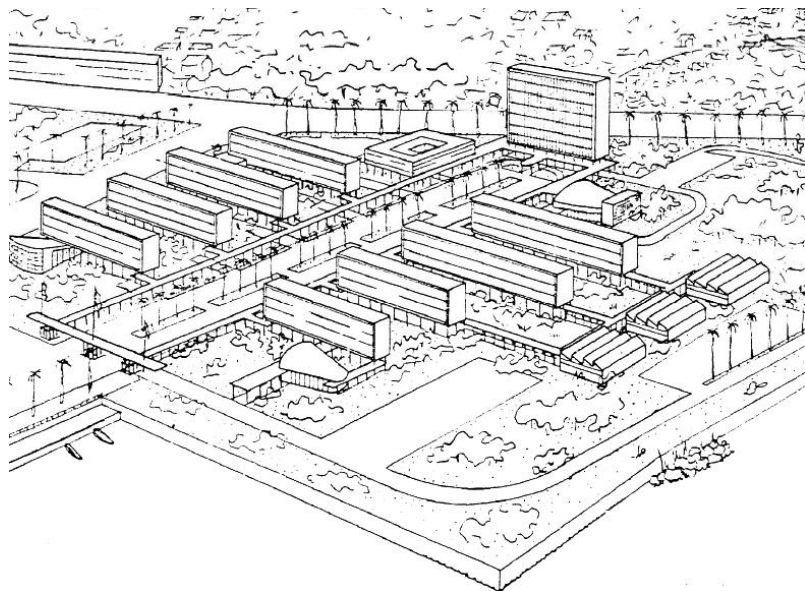


Figura 10 - Modelo da cidade universitária a se implantar na região da Prainha, conforme relatório de 1952. [Fonte: Paiva, Ribeiro e Graeff, 1952]

Pode-se observar também, através da polêmica sobre a implantação da universidade, que já neste período nasce a idéia – hoje enaltecida – da “vocação” da cidade como berço de atividades acadêmicas e de desenvolvimento tecnológico: atividades “limpas” e que alimentariam uma população de mais alto nível de escolaridade e “conseqüentemente” de maior renda.

Na década de 1960, o desenvolvimento passa a ser um objetivo estratégico de escala nacional, sobretudo após 1964, com o golpe militar e a “centralização de decisões, recursos públicos e monitoramento das aplicações com repercussão espacial nas mãos do governo federal” (Vaz, 1991, p. 46). É a partir deste período, até o final da década de 1970, que se dá o ápice do

processo de ampliação das funções do Estado, iniciado na década de 1930.



Figura 11 - Florianópolis. Vista do centro e Baía Sul. [196-][Fonte: Foto B, 2005]

“A enorme expansão do Estado ocorreu de várias formas, com a criação de empresas estatais, atuando diretamente no setor produtivo, a criação de um complexo sistema financeiro, como órgão arrecadador e investidor e através da criação de órgãos de pesquisa e assistência à produção, entre outros. Em nenhum outro momento da história do Brasil ocorreu um aumento tão grande do aparelho de Estado.

Uma das conseqüências da política de governo de ampliação e centralização das funções do Estado, foi o aumento do número de órgãos públicos, tanto estaduais como federais. O aparelho de Estado em Santa Catarina representado pela criação de novos órgãos públicos, teve um crescimento extraordinário, nas décadas de 60 e 70. Nesse período, foram criados quase 60% do total de órgãos públicos estaduais surgidos ao longo dos últimos 100 anos.” (Faccio, 1997, p. 179)

Sem desconsiderar a ação estatal em períodos anteriores, deve-se notar alguma diferença nas ações do Estado neste novo período. Neste, as ações de Estado passam por profundas modificações que vão possibilitar um maior poder de intervenção enquanto suporte ao enriquecimento privado em Santa Catarina. Não por acaso, a este tempo se dá um grande crescimento do capital industrial catarinense, que vai repercutir decisivamente na configuração urbana regional e na consolidação dos centros produtivos regionais que perduram até hoje.

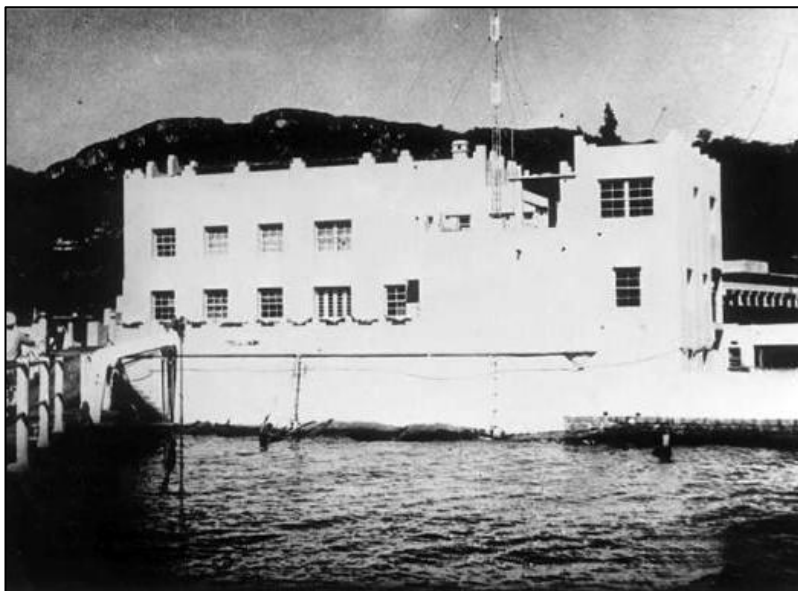


Figura 12 - Área do Forte Santa Bárbara (ainda uma ilhota). [196-] [Fonte: Silva, 2002]

Florianópolis, em específico, vai ser a sede de todo esse novo aparato institucional, o que lhe impõe, juntamente com o advento da política rodoviária (que liga a cidade em definitivo com o restante do estado), um novo ritmo de crescimento urbano, como veremos nos capítulos subseqüentes.

Cabe observar também que a presença dessa grande máquina estatal e seu corpo funcional vão ser os grandes impulsionadores do crescimento de todo o entorno da região da UFSC, através da criação de bairros residenciais que atendessem

essa população, como o Santa Mônica, e o desenvolvimento dos bairros da Trindade, Pantanal, Córrego Grande e Carvoeira.

Outra observação relevante acerca da influência das ações estatais mediante implantação de suas instituições em Florianópolis se refere a “coincidência” entre a ação incisiva do Estado na cidade e a forte política das elites locais de busca de consolidação da cidade como capital de Santa Catarina.

“Na segunda fase do período rodoviário (...) implantaram-se progressivamente grandes obras infra-estruturais de transportes rodoviários, com as rodovias BR 101 (litorânea) e BR 470 (buscando o interior) no âmbito federal; pavimentaram-se rodovias estaduais e ampliaram-se os serviços de transportes. (...) Florianópolis continuou a receber recursos estaduais e federais para a manutenção de seu status de capital.

Os anos setenta foram para a capital o coroamento do período do ‘milagre’ ao receber grandes obras como o aterro da baía Sul, a ponte Colombo Sales, a avenida Beira Mar Norte [n.d.a. Via de contorno norte, em adição a Av, Beira mar já implantada], as ligações com os balneários, etc.” (Vaz, 1991, p. 51)

Já na década de 1980, com a crise financeira deflagrada (o fim do “milagre econômico” já iniciado em fins da década de 1970) e o início de um grande processo de destituição do poder político e econômico da esfera central de governo, Florianópolis, que até então tinha suas base econômica assentada quase que exclusivamente nas atividades administrativas e no suporte as atividades que davam manutenção ao seu status de capital, passa agora a enfatizar a atividade turística já em expansão, e será esta, a partir de então, a grande responsável pelas grandes transformações infra-estruturais e da paisagem urbana da cidade.

CAPÍTULO II - As transformações do espaço urbano de Florianópolis entre 1970 e 1985

No capítulo anterior tratamos dos principais eventos históricos e das circunstâncias políticas, econômicas e administrativas que repercutiram no espaço urbano de Florianópolis até o início da década de 1970, indo culminar na instalação de um grande número de empresas estatais na capital catarinense, além do conseqüente direcionamento das políticas públicas no campo da infra-estrutura para as regiões central e Norte da Ilha.

Neste capítulo comentaremos brevemente algumas questões chave da situação política, social e econômica do país na década de 1970 e até meados da década de 1980, em específico os traços desenvolvimentistas do regime militar em curso, o “Milagre Econômico”, os investimentos em infra-estruturas regionais e urbanas de apoio ao desenvolvimento nacional e as estratégias de controle locais através da presença massiva de novas sedes de órgãos governamentais e de empresas estatais que deixavam os centros administrativos habituais: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Pretendemos demonstrar também que, por um breve período, apesar do descompasso histórico do desenvolvimento da cidade em relação aos rumos do país, Florianópolis teve sua administração e seu projeto de desenvolvimento alinhados com projetos de caráter nacional e, não por acaso, sofreu transformações econômicas e em sua estrutura espacial que perduram até hoje.

2.1 Breves considerações sobre o contexto nacional

Uma das maiores marcas política, econômica e social dos anos de 1960 no Brasil foi o regime militar imposto ao país logo após o golpe de abril de 1964. Perdurando até meados da década de 1980, o governo militar ficou caracterizado pela prática de uma

intensa repressão política e por uma postura autoritária e centralizadora que, entre outras repercussões, transformou rapidamente o perfil das grandes e médias cidades brasileiras.

Em 1961, após o breve e conturbado período de governo do presidente eleito Jânio Quadros, que culminou em renúncia, toma posse o vice-presidente e ministro trabalhista, João Goulart. Sua subida ao poder, no entanto, não foi de todo aceita por diversos setores da sociedade civil brasileira bem como pelo setor militar. Graças a sua política “populista” e sua aproximação com governos socialistas, Jango, como era conhecido, foi visto por estes setores como um “perigo comunista” e, para limitar seu poder político, sua ascensão à Presidência da República foi condicionada à instalação do regime parlamentarista no país.

Este regime vigorou até 1963, quando João Goulart reassume a chefia de governo mediante realização de plebiscito nacional que aprovou a volta do presidencialismo. Todavia, seu governo legalista e defensor da reforma agrária, continuou a sofrer dura oposição do setor militar (que o acusava de permitir a indisciplina militar e manter um governo de caráter esquerdista), da Igreja Católica e de setores conservadores da sociedade, cujo descontentamento máximo foi declarado em março de 1964, através da “Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade”.

Em 1º de abril de 1964 o Exército Brasileiro, com o apoio do governo norte-americano, executou um golpe de Estado que destituiu João Goulart do poder e instalou um regime de exceção que perdurou até meados da década de 1980. Neste período, mais do que o poder político militar que se evidenciou através do regime autoritário, “evidencia-se também o poder crescente de uma burguesia industrial vinculada aos setores mais influentes da tecnocracia estatal” (Sugai, 1994, p. 94).

Economicamente vamos ter:

“(…) um grande arrocho salarial e ações do Estado favoráveis ao fortalecimento do grande capital nacional e internacional – que geraram grande acumulação de capitais e uma crescente concentração de renda. Estas medidas, paralelamente a recuperação da economia mundial a partir de 1967, garantiram a consolidação da expansão capitalista no Brasil e o ‘boom’ econômico do

período 1968-73, chamado ‘milagre brasileiro’.” (Sugai, 1994, p. 94)

Dentre as estratégias desenvolvimentistas traçadas para o país à época, recebem especial destaque as políticas de desenvolvimento urbano, marcadas por seu caráter altamente centralizado e por sua intenção de regular os processos de conurbação mediante a criação de regiões metropolitanas.

Estas regiões seriam “áreas de concentração generalizadas no plano físico e econômico e das decisões e comando no plano central” cuja delimitação se baseou em três critérios: “a continuidade dos espaços urbanizados; os fluxos de transportes, notadamente do transporte de passageiros; e as funções exercidas por cada um dos centros urbanos circunvizinhos à capital do Estado.” (Landó, 1972, p. 25)

A função de determinar quais seriam estas regiões metropolitanas coube ao Governo Federal (através do SERFHAU – Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo, criado em 1966) – conforme parágrafo 10 do artigo 157 da Constituição de 1967:

“A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum.” (BRASIL, 1967)

Para o governo militar, a importância da criação das regiões metropolitanas não se restringia apenas à organização fundiária de regiões que, com as rápidas transformações econômicas dos anos anteriores (em especial o governo do presidente Juscelino Kubitschek) e das relações de trabalho (sobretudo a relação campo – cidade), se tornariam foco de intenso crescimento populacional desacompanhado de uma política de planejamento urbano. Para este, a criação destas regiões era também a base de um necessário novo modo de atuar sobre questões consideradas chave para “modernização” da estrutura social de um país que buscava seu “desenvolvimento”.

“É função do governo central formular a política nacional de desenvolvimento urbano, atentando para o

papel de especial relevo que toca às regiões metropolitanas, como pólo de desenvolvimento de primeira ordem, ou seja, como principais centros de irradiação da modernização necessária às transformações estruturais da sociedade brasileira sobre as quais se assentam todo o processo de desenvolvimento” (SERFHAU, 1972, p. 206 in Rizzo, 1993, p. 54)

Coube ao SERFHAU, já na década de 1970, o debate acerca de soluções institucionais de nível metropolitano que viessem a subsidiar a estrutura administrativa necessária ao controle central dessas regiões. No entanto, a tentativa de solução da questão institucional relacionada à gestão de uma esfera administrativa metropolitana - então inexistente na estrutura estatal brasileira que é composta por três esferas: municípios, estado e união - não logrou o êxito esperado.

Para Monte-Mór (2007), uma das razões para este fato foi a dificuldade de congruência entre um regime de natureza centralizadora e a ação do SERFHAU no sentido de conferir maior capacidade decisória ao poder municipal.

“Partindo da perspectiva do desenvolvimento local integrado, o planejamento urbano promovido pelo SERFHAU se baseava no município enquanto entidade autônoma, capaz de decidir sobre seus problemas urbanos. O caráter ‘integrado’ dos planos, abrangendo a visão físico-territorial, social, econômica e administrativa, se por um lado abria uma nova dimensão à tentativa de organização do espaço urbano, por outro desconhecia a centralidade crescente observada no país a partir de 1964.” (Monte-Mór, 2007, p. 86)

A partir de 1972, com a criação do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), as regiões metropolitanas receberam uma maior importância estratégica. Foi por meio deste plano que se estabeleceu a criação das primeiras nove regiões metropolitanas no país: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Salvador e Belém. Além disso, o I PND “procurou projetar o país como futura potência mundial (...) e caracterizava-se por uma forte intervenção estatal, marcada

pelo centralismo e pelo caráter tecnocrático do governo.” (Faccio, 1997, p. 60)

O II PND, de 1975, teve como meta geral a consolidação de uma economia industrializada através da provisão de infraestrutura de base que atendesse as necessidades de aumento de atividade das indústrias nacionais. Além disso, objetivava o alinhamento do Brasil com as novas realidades da economia mundial, buscando, deste modo, assegurar a passagem do país para “um nível superior de desenvolvimento.”

Além de manter as nove regiões criadas pelo I PND, o II PND busca ainda soluções para a “desconcentração intra-regional do sistema urbano dominante na região sudeste” (Rizzo, 1993, p. 57)

“Esta estratégia consistia em investir nas cidades médias com possibilidade de serem pólos irradiadores de desenvolvimento regional e, explicitamente para os estados do sul, propunha a ordenação do processo de desenvolvimento do sistema urbano da região sul, mediante expansão ordenada das metrópoles regionais e o fortalecimento dos núcleos urbanos de médio porte” (Rizzo, 1993, p. 56)

Neste sentido, o II PND lança como linha mestra na busca pela “integração nacional” reforçar, como nunca antes o país testemunhara a “presença ativa do Estado” (Faccio, 1997, p. 61). Esta deveria então se dar não apenas através da centralização normativa e financeira, mas também pela criação de um grande aparato institucional a se instalar nas cidades de médio porte. O Estado deveria se mostrar presente.

Sob esta condição

“A política pós 1964, especialmente a partir de 1968, colocou as empresas estatais com papel de destaque no processo de industrialização brasileira. As empresas estatais surgiram, pois, como os instrumentos mais eficientes para a promoção de uma lógica nacionalista de acumulação, isto é, uma lógica que dá à acumulação nacional prioridade sobre a maximização global. O crescimento do setor estatal foi a mais substancial modificação estrutural da propriedade da indústria,

durante o período do milagre. Em termos quantitativos, o Estado tornou-se a fonte mais importante de capital de investimento. Mais crucialmente ainda, as empresas estatais tiveram papéis-chave no rompimento dos estrangulamentos que o capital nacional era incapaz de superar e o capital estrangeiro não se dispunha a enfrentar independentemente” (Evans, 1980, p. 238 In: Faccio, 1997 pag. 62)

Temos então que, a partir de 1964, o governo militar adotou uma política centralizadora cujo objetivo declarado era o de promover a “modernização” da produção industrial e agrícola, e criar condições para o desenvolvimento da indústria no país. Sob essa égide, entre as ações do Estado que melhor demonstram esta centralização, estão os projetos de metropolização de áreas urbanas consolidadas ou em vias de consolidação, e a conseqüente geração de novas funções públicas. Foi por meio desta política, juntamente com as novas discussões sobre planejamento urbano introduzidos no período, que passamos a ver um intenso processo de concentração de aparelhos do Estado, tanto em Brasília quanto nas capitais dos estados.

Considerando ainda o grande crescimento da indústria da construção civil, impulsionado pela concentração de renda experimentada no período batizado de “milagre brasileiro”, as cidades brasileiras sofreram uma rápida e profunda transformação de sua organização espacial e de sua paisagem urbana.

2.2 O contexto catarinense e o papel de Florianópolis

Santa Catarina não possuía uma região metropolitana. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II, não apenas desconsideraram Santa Catarina, mas também fizeram entrever ao Governo do Estado e as elites dominantes a condição secundária de sua capital no contexto econômico catarinense.

Dada a política nacional vigente a partir da década de 1930, que atrelava o “desenvolvimento” do país ao crescimento e consolidação de áreas industriais, em Santa Catarina as cidades

que na época apresentavam sinais de industrialização – como Joinville e Blumenau – ocupavam posição de maior destaque no contexto do Estado do que sua capital. Além disso, essas cidades não tinham Florianópolis como um pólo irradiador de crescimento, mas sim as capitais vizinhas Curitiba, Porto Alegre e, sobretudo, São Paulo.

Diante deste quadro, governo e elites com interesses econômicos ligados à capital catarinense, passam a despender grande esforço no sentido de transformar Florianópolis e as cidades vizinhas em Região Metropolitana (a receber os recursos nacionais) e em pólo irradiador de desenvolvimento.

As discussões acerca da criação de um pólo urbano em Santa Catarina se iniciaram já na década de 1960 (Silva, 1978, p. 134), especificamente em 1967, quando a prefeitura da capital determinou a revisão do plano diretor de 1954 - trabalho realizado pelo CEAU (Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo) - órgão ligado à administração do município e coordenado pelo arquiteto e urbanista Luis Felipe Gama D’Eça.

O primeiro resultado apresentado pela equipe foi o “Estudo Preliminar do Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis”, desenvolvido entre 1969 e 1971. Deste estudo derivou o Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF), de caráter regional, que considerava em seu texto, além de Florianópolis, mais vinte cidades de seu entorno.

Tendo como uma de suas bases fundamentais o PDAMF, em 1971 o governo do estado deu a conhecer o Plano Catarinense de Desenvolvimento, o PDC.

O objetivo primeiro deste plano era a promoção da “integração estadual” e o conseqüente alinhamento da política urbana catarinense com política urbana nacional. O PDC, na contramão da realidade econômica do Estado e da relação direta que o SERFHAU fazia entre desenvolvimento econômico, crescimento urbano e metropolização, também vai apontar (como fez o PDAMF, seu modelo) a capital do estado como a cidade que deveria assumir a posição central no desejado processo de integração catarinense.



Figura 13 - Florianópolis. Vista aérea a partir do Continente, 1971. [Fonte: Sugai, 1994]

“Se em 1952 os urbanistas com seu Plano combatiam o ‘atraso’ de Florianópolis convictos de que a cidade moderna e industrial viria com a instalação de um porto, vinte anos depois os planejadores estarão convictos de que a cidade, mesmo não se tendo industrializado, poderá ser elevada à condição de pólo integrador do Estado de Santa Catarina” (Rizzo, 1993, p. 62)

Uma vez que o plano vai concluir que cidades pólo não precisavam necessariamente localizar-se em cidades industriais, o passo seguinte do Governo do Estado vai ser a elevação artificial da cidade de Florianópolis a pólo integrador catarinense. Um pólo planejado, ou seja: um pólo formado não em função das forças de mercado, mas criado mediante ação do governo.

Sugai (2002) ressalta o papel do ideário do planejamento a serviço da validação de ações governamentais como esta, que no mais das vezes buscavam tão somente ocultar as razões verdadeiras que lhes motivavam: a busca da perpetuação da hegemonia política das elites catarinenses, a manutenção destas

mesmas elites políticas e econômicas à frente do poder público no Estado e, sobretudo, escamotear seu processo crescente de acumulação capital.

“Diversos estudos já evidenciaram os interesses de classe que estavam subjacentes ao ideário do planejamento, que desempenhou papel marcante nas décadas de 1960 e 1970. Procuravam mostrar que a eficiência atribuída ao planejamento vinculava-se à sua capacidade de encobrir projetos de acumulação de capital, ou seja, de transformar decisões políticas em decisões ‘técnicas’, que aparentam ser de interesse universal” (Sugai, 2002, p. 96)

Como veremos adiante, Florianópolis não foi exceção na maneira de adotar o planejamento como condição *sine qua non* para seu “desenvolvimento”. Para ratificar condição de capital e centro administrativo de Santa Catarina, cabia ao Governo do Estado trabalhar no sentido de, via Projeto Catarinense de Desenvolvimento, buscar o reconhecimento de sua região metropolitana junto ao Governo Federal.

No entanto, para alcançar tal objetivo, Florianópolis precisaria necessariamente de um plano de desenvolvimento, uma vez que a própria injeção de recursos públicos nas cidades brasileiras estava condicionada, segundo critérios do SERFHAU, a existência do planejamento urbano na esfera municipal.

Cabe observar que, embora não tenha sido classificada como metrópole regional, já se evidenciava um processo de conurbação de Florianópolis com as cidades limítrofes de São José, Palhoça e Biguaçu. No plano econômico sobressaem as atividades terciárias que atendiam à crescente população migrante, provida tanto do interior do Estado quanto das principais cidades do país, e que veio formar o corpo funcional de inúmeras empresas estatais transferidas ou criadas em Florianópolis, ou mesmo da recém criada Universidade Federal de Santa Catarina.

“Florianópolis é, por excelência, na condição de capital do Estado, um núcleo cuja posição política estratégica engendra uma dinâmica de crescimento cumulativo. O desenvolvimento econômico de vários núcleos do

interior, associados às transformações lideradas pelo centro do país, não se verifica diretamente na capital de Santa Catarina, que praticamente mantém a sua estrutura econômica tradicional. Indiretamente, contudo, com a progressiva ampliação das funções do poder público, o crescimento geral do Estado continua beneficiando à capital na medida em que seu excedente viabiliza o redimensionamento do aparato governamental e de segurança; em conseqüência, é incrementada a economia urbana.” (Silva, 1978, p. 127)

Todo este movimento político e econômico porque passava a cidade vai se evidenciar, em especial, no

“(…) aumento da especulação e das atividades imobiliárias, na ampliação de órgãos da administração pública, no afluxo de migrantes que se instalaram nas encostas dos morros da ilha e, principalmente nas periferias urbanas da área continental, e, ainda, na intensificação da construção civil e nas diversas intervenções urbanas efetuadas pelo Estado, a partir de 1970.” (Sugai, 2002, p. 96-97)

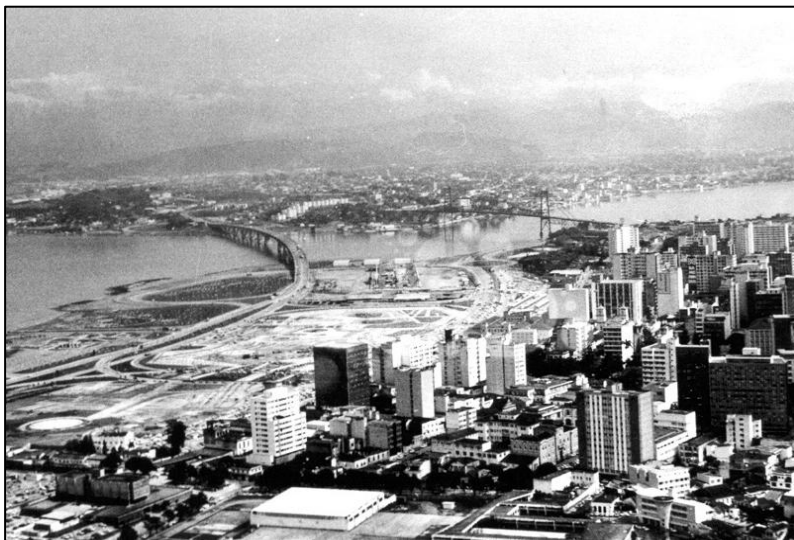


Figura 14 - Aterro da Baía Sul. Início da urbanização. Início das obras do Terminal Rodoviário Rita Maria. Final década de 1970. [Fonte: Acervo Casa da Memória, 2007]

2.3 As ações do Estado

2.3.1 O Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis e o Plano Diretor de 1976

Elaborado segundo os ditames do SERFHAU, o Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF), como vimos, apresentava como prioridade

“A transformação de Florianópolis em um grande centro urbano, capaz de equilibrar a atração de São Paulo, de Curitiba e de Porto Alegre, polarizando progressivamente o espaço catarinense e catalisando a integração e o desenvolvimento harmônico do estado, tratando este como uma Unidade Autônoma da Federação Brasileira.” (ESPLAN, 1971, p. 82)

Enquanto o diagnóstico de 1952 descrevia uma cidade “atrasada”, os autores do PDAMF consideraram que Florianópolis vivia uma espécie de “esclerose urbana” e, nesse sentido, seu plano buscou “vetar qualquer solução urbanística para Florianópolis que implicasse em injeção de novos fluxos no centro tradicional, ou melhor, em toda a península urbanizada da zona insular” (Rizzo, 1993, p. 70)

“(...) a esclerose está presente em todos os espaços urbanos e de forma generalizada sem condições de modificação pelo processo rotineiro de ação. (...) Não adianta melhorar os acessos porque é impossível o aumento da capacidade de fluxo da ponte. Admitindo a hipótese de que esse problema fosse resolvido por um recurso técnico miraculoso, o xadrez de suas ruas estreitíssimas do centro tradicional teria de ser completamente modificado, com a demolição de todo o centro, o que é impossível técnica e economicamente” (ESPLAN, 1971, p. 123)

Deste modo as soluções propostas no plano apresentavam como prioridade algumas grandes transformações viárias na

cidade que a tornaria “moderna” e que a consolidaria como pólo centralizador do projeto de integração catarinense.

O plano apresentava também a idéia da construção de um grande eixo viário de “integração” e “desenvolvimento”, que partiria da expansão urbana das cidades de Palhoça e Biguaçu, às margens da BR 101, e a ligação destas à ilha por meio da Via Expressa A, que por sua vez levaria até uma nova ponte de ligação Ilha-Continente. A ponte desembocaria numa extensa área aterrada até um túnel cortando o Morro do Penhasco, ligando então o centro da cidade ao bairro do Saco dos Limões, ao aeroporto e, principalmente à planície insular leste, onde se implantaria o “Setor Oceânico Turístico da Ilha”.⁶

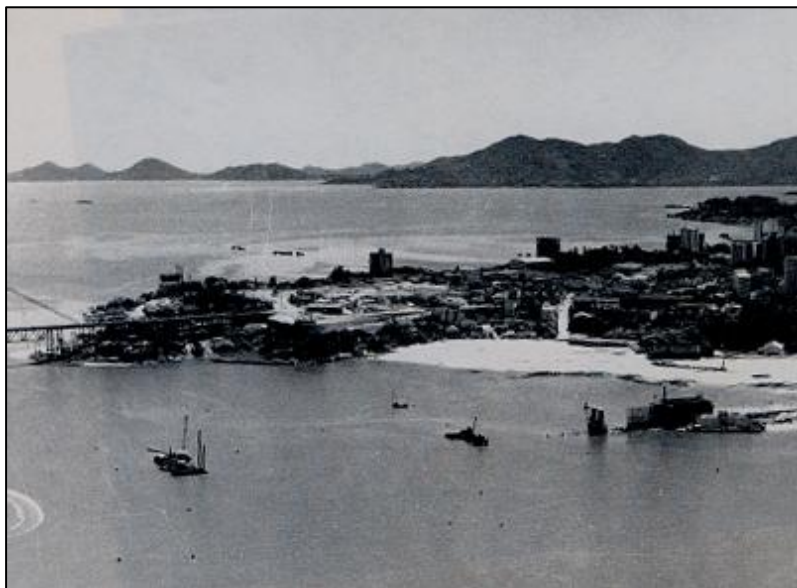


Figura 15 - Florianópolis. Início das obras do aterro da Baía Sul. 1972. [Fonte: Sugai, 1994]

A área aterrada na saída da ponte (paralela ao centro urbano tradicional) seria destinada, como vimos, a um grande

⁶ O Setor Oceânico Turístico da Ilha deveria se estender sobre toda a região entre a Praia da Joaquina, incluindo a Lagoa da Conceição, e a área do Campeche que viria a ser, segundo o plano, a zona de expansão residencial e de atividades de lazer em Florianópolis.

complexo viário, mas também a criação do chamado Centro Metropolitano.

Voltado para a Baía Sul, era nesta enorme área de aterro que deveria se instalar todo o centro administrativo, institucional e financeiro da cidade, bem como o centro cívico que daria sede aos edifícios dos poderes legislativo, judiciário e executivo, além dos terminais rodoviários estadual e municipal.



Figura 16 - Florianópolis. Vista aérea a partir da ilha. Aterro da Baía Sul, ponte Colombo Salles e Via de Contorno Norte. 1975. [Fonte: Sugai, 1994]

Como vimos anteriormente, para conseguir financiamento federal para a execução de seu plano, era necessário seguir o método determinado pelo SERFHAU. Deste modo, para ser considerada uma região metropolitana era necessário que se criasse toda uma esfera administrativa de nível regional.

Através do ESPLAN são criados, então, a Câmara de Representantes dos Municípios; uma Diretoria Executiva da Área Metropolitana, a Companhia Metropolitana de Desenvolvimento e o Escritório Metropolitano de Planejamento. Florianópolis deveria ter também um escritório de planejamento ligado ao escritório metropolitano.



Figura 17 - Aterro da Baía Sul. Paisagismo de Roberto Burle Marx - Meados da década de 1980.
[Fonte: Desconhecida]

Muito embora se tenham efetuado vultosos esforços para a consolidação de Florianópolis como metrópole regional a partir do PDAMF, o objetivo de obter o financiamento junto ao SERFHAU não logrou êxito. Deste modo a prefeitura municipal de Florianópolis - que vinha financiando todo o projeto - excluiu do plano todos os demais municípios e aprovou, em 1976, o que passou a ser o 2º Plano Diretor de Florianópolis.

Cabe ainda dizer que, embora o Plano determinasse a região a sudeste da península como área de expansão residencial, outras forças políticas e, sobretudo, econômicas, buscavam a construção de infra-estrutura urbana em direção ao norte e nordeste da ilha. Eram nestas áreas que se localizavam os terrenos e imóveis da maior parte da elite política e econômica da cidade, e foi naquele sentido que foram realizadas as grandes obras viárias e infra-estruturais.

“As obras implantadas mais significativas do Plano Diretor idealizado pelo ESPLAN foram a nova ponte, os aterros e o sistema viário que facilitaram os acessos ao

centro e direcionaram a expansão urbana. Estas obras permitiram o adensamento de diversos bairros no continente e até mesmo nos municípios vizinhos. Na ilha, a expansão acompanhou a via expressa do contorno [norte] em direção a Trindade”. (Rizzo, 1993, p. 173)

Como veremos na seqüência, assim como as elites locais foram ocupar as regiões norte e nordeste da ilha, também a localização dos novos edifícios institucionais e estatais que se estabeleceram nesta década em Florianópolis seguiu nesta direção, indo influenciar - em breve espaço de tempo - todo o processo de distribuição espacial da cidade.

2.3.2 Instalação de órgãos governamentais e empresas estatais em Florianópolis

Como vimos, no intervalo entre o final dos anos de 1960 e final dos anos de 1970 foi marcado politicamente pelo golpe de 1964 e a tomada do poder central pelos militares. Testemunha-se nesse período uma intensa repressão política, a cassação dos direitos constitucionais, prisões arbitrárias e assassinatos de opositores políticos. Economicamente temos a abertura ao capital estrangeiro e o conseqüente aumento da produção do país com fins de exportação. O rápido desenvolvimento do país foi apoiado no incremento da produção de bens de consumo, uma política salarial “austera” e a oferta de privilégios econômicos ao capital estrangeiro, período chamado “milagre brasileiro”.

À força política por vias violentas e ao grande acúmulo de capital, vai se juntar ainda uma postura de governo altamente centralizadora. Estados e capitais tinham seus administradores escolhidos pelo governo federal e sua autonomia para a tomada de decisões de âmbito regional e local era praticamente nula.

No que tange a questão urbana, este caráter centralizador vai se expressar particularmente na adoção da idéia do planejamento como impulsionador do desenvolvimento das cidades e como solução única e inquestionável para os problemas urbanos. A criação das regiões metropolitanas – condicionadas a

elaboração de planos locais e regionais de desenvolvimento, sob pena de as cidades não receberem recursos financeiros federais – acaba gerando um “boom” na produção de planos de desenvolvimento regional e planos diretores por todo o país.

Esses planos, todavia, deveriam obedecer as premissas ditadas pelo SERFHAU. Deste modo, embora buscassem analisar e propor soluções em nível regional e local, os planos deveriam necessariamente atender a ditames federais e dar subsídios a extensão da presença do poder central em todo o território brasileiro.

Em Santa Catarina o esforço foi feito no sentido de se ter validado - via plano - o projeto de criação de sua metrópole regional, cujo centro irradiador de desenvolvimento deveria ser a cidade de Florianópolis.

Muito embora a capital não demonstrasse força política e econômica suficiente para atuar com um pólo centralizador “natural”⁷, era nela que se sediavam os interesses econômicos (quase sempre de caráter fundiário e imobiliário) de uma elite financeira que no momento dominava também a esfera administrativa do Estado.

Com objetivo, então, de reforçar a presença estatal na cidade (da parte do governo federal) e fortalecer a imagem de “capital” frente ao restante do estado e do país (da parte das elites e governo local), a cidade de Florianópolis, que apresentava historicamente uma economia de base terciária e voltada ao atendimento das necessidades da administração pública, seu funcionalismo e de uma atividade turística em início de estruturação, passou, a partir da década de 1970, a ser o endereço de um sem número de órgãos governamentais, instituições públicas e empresas estatais.

“Enquanto capital, no seu espaço urbano localizaram-se ao longo do tempo diversos equipamentos políticos,

⁷ Rizzo (1993) apresenta os conceitos de Tolosa e Reiner utilizados na construção da análise do Projeto Catarinense de Desenvolvimento, pela Comissão de Planejamento da UFSC, em 1974. Segundo estes, os “pólos naturais” são aqueles que se formam em função das forças livres de mercado, enquanto os “pólos planejados” seriam criados em função da ação de governo.

infra-estrutura e ainda concentraram-se as sedes dos órgãos públicos e funcionários públicos, entre outros. Neste sentido, o espaço urbano da cidade foi marcado, desde o seu princípio, pela presença do Estado. Mas a extraordinária expansão do Estado no Brasil nas décadas de 60 e 70 teve repercussões enormes no espaço urbano de Florianópolis. Não esquecendo suas peculiaridades históricas, em nenhum outro momento da história de Florianópolis a presença do aparelho do Estado transformou tanto o espaço urbano da cidade como nessas últimas décadas.” (Faccio, 1997, p. 68)

Na década de 1970 se estabeleceram na cidade algumas das principais sedes de órgãos governamentais do estado, bem como representações de órgãos de nível federal. Dentre estes podemos citar a presença das diretorias regionais do DNER (1978/79 sua segunda sede), INAMPS (1975), EMBRATEL (1976) e IBAMA (1976) – localizados no centro da cidade - bem como a construção de novos edifícios para abrigar a CELESC (1970) e a TELESC (1976). Além disso, cabe também ressaltar a transferência para Florianópolis da sede de estatais como a Eletrosul (1975) - vinda do Rio de Janeiro - e mesmo a mudança na localização da Universidade Federal de Santa Catarina: de edifícios espalhados pelo centro da cidade para o bairro da Trindade, onde se encontra até hoje seu campus principal.

Nos anos de 1980, com o início declínio do estado intervencionista e a abertura política, o número de órgãos públicos instalados em Florianópolis sofre relativa redução. Segundo Faccio (1997), nesta década o crescimento do número de órgãos públicos na cidade não passa de 10%, enquanto a década anterior havia testemunhado um aumento de 32%.

A que pesem os números, podemos citar alguns órgãos institucionais importantes instalados em Florianópolis na década de 1980, como o campus universitário da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), o CIC (Centro Integrado de Cultura) que abrigava também o Museu de Arte de Santa Catarina, além das sedes da CIASC (Centro de Informática e Automação) e CIDASC (Centro Integrado de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina), entre outros, já na região a nordeste da península central.

Florianópolis sofreu um profundo impacto com a presença desse enorme aparato estatal. Para fazer funcionar essa grande máquina, centenas de funcionários públicos migraram para a capital, vindos tanto do interior do estado quanto das grandes capitais do sudeste. Esse fluxo migratório alavancou a economia local de serviços e, principalmente, estimulou um crescimento sem precedentes da indústria da construção civil na cidade. Foi um período de intensa verticalização e de expansão das áreas urbanizadas para além do centro tradicional.

2.3.3 A localização dos órgãos governamentais e empresas estatais em Florianópolis

Podemos identificar historicamente três importantes períodos que definiram ou alteraram a política de localização dos edifícios governamentais e empresas estatais em Florianópolis: o primeiro datado do início do povoamento da então Vila de Nossa Senhora do Desterro, um segundo, no período compreendido entre o início do da década de 1960 e 1980, e um terceiro momento, ainda em curso, iniciado já no final dos anos de 1990 e que ainda perdura.

Primeiro período: Séculos XVII e XVIII - A praça colonial e os edifícios públicos

Uma vez identificado um sítio que apresentasse condições geográficas e climáticas adequadas, proximidade de pontos de água fresca, e que representasse um abrigo para as embarcações que por ali entrariam e saíam da cidade, o segundo gesto típico do modelo de implantação das cidades coloniais litorâneas brasileiras pouco variava. Uma capela erguida preferencialmente sobre uma pequena colina fechando uma das faces de uma grande área de convívio coletivo.



Figura 18 - Praça XV de Novembro, primeiro núcleo administrativo de Florianópolis. Final do século XIX. [Fonte: IHGSC]



Figura 19 - Vista panorâmica da cidade - A esquerda o Campo do Manejo, futura localização do Centro Cívico de Florianópolis.[193-] [Fonte: IHGSC, 2008]

Em Florianópolis não foi diferente. A singela capela erguida por Francisco Dias Velho⁸ no topo da pequena colina sofreu inúmeras transformações e é, hoje, a Catedral Metropolitana de Florianópolis. A praça marítima do início da póvoa, depois de algumas transformações que contaram até mesmo com um período de cercamento e acesso limitado, além de um paisagismo voltado a constituição de um jardim botânico, é atualmente a Praça XV de Novembro.

Foi na primeira metade do século XVIII, com a chegada do Brigadeiro José da Silva Paz à ilha para a implantação do sistema defensivo por fortalezas, que a praça recebeu em seu entorno o primeiro edifício público: a casa de governo, sede do governo da Capitania de Santa Catarina, hoje (também após várias modificações) Palácio Cruz e Sousa.

Posteriormente foram instalados nos limites da praça, entre poucas residências, a Casa de Câmara e Cadeia (Antiga Câmara de Vereadores de Florianópolis) e o comando do quartel do Campo do Manejo, na área hoje ocupada pela agência central dos Correios.

Toda a função administrativa da cidade e da capitania se localizava, então, no entorno da Praça XV de Novembro, enquanto o poderio militar ocupava as fortalezas e quartéis (alguns centrais, como o Quartel do Campo do Manejo, como veremos adiante.)

Segundo período: Décadas de 1960 a 1980 – Construções e transferências de sedes institucionais/administrativas em Florianópolis.

Década de 1960 – O debate acerca da localização da Universidade Federal de Santa Catarina

⁸ Bandeirante paulista considerado o fundador da póvoa de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis.

Antes mesmo de ser criada oficialmente, em dezembro de 1960, a localização da Universidade Federal de Santa Catarina já era assunto polêmico em Florianópolis. Até esta data, as primeiras faculdades na cidade distribuíam-se em alguns prédios dispersos pelo centro da cidade.



Figura 20 - Fazenda Zootécnica Assis Brasil. Atual campus da UFSC. [193-][Fonte: IHGSC, 2008]

Sugai (1994), conta que, desde a década de 1950 “havia o empenho de setores das elites locais na implantação do futuro campus universitário na área da Fazenda Assis Brasil, antigas terras comunais na Trindade”. Para os autores do primeiro plano diretor da cidade, no entanto, “a idéia de um possível crescimento em direção à Trindade não tem nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação” (Paiva, Ribeiro e Graeff, 1952, p. 35). Em seu plano a região destinada a implantação da cidade universitária vai se localizar aos pés do morro do Hospital de Caridade, em área a ser aterrada.

Na década seguinte a polêmica persistia:

“Para alguns, Florianópolis já era uma cidade universitária. A possibilidade de instalação do campus na Trindade, nos anos sessenta, ainda era inimaginável, não havendo qualquer perspectiva, pelo menos de alguns setores sociais, da expansão urbana crescer em direção à área da Trindade.

Parecia difícil imaginar que a cidade poderia expandir-se para ‘além do morro’. A área destinada para instalação do Campus Universitário da Trindade era, então, imaginada apenas para as instalações do curso de Agronomia, portanto um espaço rural, e não um espaço que pudesse vir a ser urbano.” (Faccio, 1997, p. 135)

De fato, a Fazenda Assis Brasil localizava-se em uma gleba alagadiça, com acesso precário por estrada de terra, sem saneamento e atendida precariamente pelos serviços de luz e água. Ainda sim prevaleceram os interesses das elites proprietárias de extensas faixas de terra no norte da ilha que buscavam impulsionar a realização de obras públicas que promovessem acessibilidade às áreas sob sua posse. Em 1962 o Conselho Universitário deu a palavra final, e o campus da UFSC começou a receber suas primeiras instalações por volta de 1965.

Podemos lembrar o quanto essa decisão contrariava a chamada “ordem natural” do crescimento da cidade, a medida que o plano diretor de 1976 (elaborado entre 1969 e 1971), posterior portanto ao início da transferência da Universidade para a Trindade, previa claramente a expansão da cidade em direção ao sudeste. Foi pra este sentido da cidade que o plano previu a imensa maioria de seus projetos e benfeitorias.

Podemos entender o porquê de, apesar de corpos técnicos apontarem por quase quarenta anos um crescimento urbano voltado para região sul da cidade, o campus universitário e demais equipamentos de apoio ao desenvolvimento terem sido consolidados na direção norte/nordeste, apenas se olharmos sob o ponto de vista da dinâmica imobiliária regente no período em Florianópolis.



Figura 21 - Vista do Campus da Trindade - Universidade Federal de Santa Catarina. [197-] [Fonte: Acervo LDA UFSC, 2008]

Sugai (1994) discute amplamente a questão, e sobre esse tópico específico vai dizer:

“Sabia-se que a implantação do campus universitário na Trindade iria interferir, a médio prazo, e dependendo dos investimentos urbanos efetuados pelo Estado, na expansão e na estruturação urbana de Florianópolis. Representava, sem dúvida nenhuma, uma imensa frente de expansão e investimentos para o capital imobiliário.” (Sugai, 1994, p. 79)

E assim aconteceu. A presença da Universidade no bairro aumentou significativamente (e em escala crescente até hoje) o fluxo de pessoas à região, gerando necessidades de aprimoramento da estrutura urbana local e, conseqüentemente impulsionando os investimentos imobiliários e a construção civil que, num ciclo que se retroalimenta, transformou a Trindade em um bairro com total independência em relação ao centro da capital, apresentando serviços diferenciados que atendem em boa medida a população local (em grande parte constituída por

estudantes e funcionários da UFSC ou outras instituições ali instaladas).

A implantação do campus da UFSC no bairro da trindade foi, portanto, uma “ação pioneira” (Sugai, 2002, p. 172) do Estado no sentido da ocupação da região a nordeste da península e impulsionou durante a década de 1970 a instalação e o movimento de transferência de inúmeras empresas estatais para aquela região.

“A instalação do campus da UFSC na Trindade, na década de 1960 (...) constituiu-se na intervenção pioneira na região. Incentivou, nas décadas seguintes, as novas e contínuas transferências de empresas estatais para aquela região nordeste-leste da área urbana, que já vinha sendo objeto de crescente interesse imobiliário desde a década de 50” (Sugai, 2002, p. 118)

Final da década de 1960 – Primeiras transferências

O plano diretor de Florianópolis, aprovado em 1954, apresentava uma base teórica profundamente arraigada no modelo de cidade funcional propalado pela carta de Atenas. Dentre as principais interferências urbanas propostas, merecem destaque a intenção de criar de um porto a se localizar na área continental, e a abertura de uma grande avenida tronco, que se estendendo desde o continente até o Largo Treze de Maio, receberia uma série equipamentos urbanos, como: uma estação ferroviária, terminais rodoviários, um centro cívico e, por fim, já no seu fechamento, a cidade universitária.

“Para o Centro Cívico, os autores propõem duas grandes praças interligadas, com edifícios administrativos e amplas áreas de estacionamento. Sugerem uma íntima ligação entre os edifícios, os espaços verdes e os espaços para manifestações coletivas. Também procuram essa relação entre a praça e a paisagem marítima, assim como descrevem ser a relação existente na época entre a Praça XV de Novembro e o mar.” (Souza e Sugai, 2009, p. 14)

Ainda que propusesse um novo centro cívico, o plano de 1954 pretendia manter a praça tradicional, mas atendendo apenas as funções religiosas e comerciais.

“O relatório de Graeff (1952) referente ao Plano Diretor justificou proposição de criar um centro cívico deslocando atividades da praça XV de Novembro ‘Será preciso adotar uma nova forma de praça cívica, projetada especialmente para satisfazer as necessidades desse conteúdo funcional’. Necessidades que foram identificadas como áreas para estacionamento, separação entre pedestre e veículo e separação entre ‘espaço verde e espaço para manifestações coletivas. Todavia propôs a preservação do antigo centro cívico com suas funções remanescentes: a praça XV de Novembro. ‘...devemos mantê-la em sua forma tradicional, como berço que foi da velha cidade, deixando-a com a função de centro religioso e comercial’” (Vaz, 1991, p. 56)

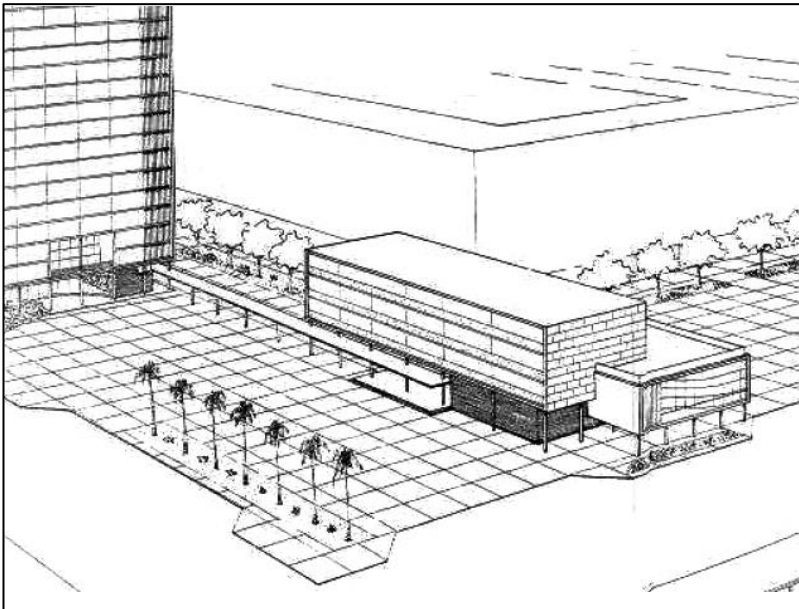


Figura 22 - Proposta de Graeff, Paiva e Ribeiro para o centro cívico de Florianópolis. [Fonte: Paiva, Ribeiro e Graeff, 1952]

Conforme vimos no primeiro capítulo, o plano de 1954 não chegou a ser implantado de todo com sucesso. Todavia já na metade dos anos de 1960 começa a ser construída, na área do Largo Treze de Maio (vizinha ao antigo Campo do Manejo) a sede do poder legislativo estadual: A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, também denominado Palácio Barriga Verde. Sua sede anterior, na Praça Pereira Oliveira, foi destruída em um incêndio.

Poucos anos depois, em 1975 foi inaugurado ao lado da Assembléia Legislativa, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sede do poder judiciário estadual. Em 1976 se instalou próximo ao tribunal o DNER, primeiro órgão federal localizado naquela região.

Ainda em 1976 é construído, do lado oposto da praça, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que vai ser ampliado poucos anos mais tarde e passa hoje por sua quarta ampliação.



Figura 23 - Vista aérea da região da futura Praça Tancredo Neves. A esquerda as obras do Tribunal de Justiça, ao lado edifício do DNER. Do outro lado da praça a sede da CELESC, ocupada pelo executivo catarinense a partir da década de 1980. [197-][Fonte: Skyscraper, 2009]

Ao final da década de 1970, todos os edifícios dos principais órgãos de representação de poder do estado estavam localizados na região do Largo Treze de Maio, com exceção do principal deles: o Palácio do Governo. É apenas em 1983, com a posse do governador Espiridião Amim, que o centro do executivo catarinense se transfere do Palácio Cruz e Sousa, na Praça XV de Novembro, para a nova região, que era já conhecida neste tempo como Praça da Bandeira.

Sua sede será o edifício ocupado anteriormente pela CELESC. O Palácio Santa Catarina, como era chamado, abrigou por vinte anos o executivo catarinense, que se transferiu em 2003 para as margens da SC 401.

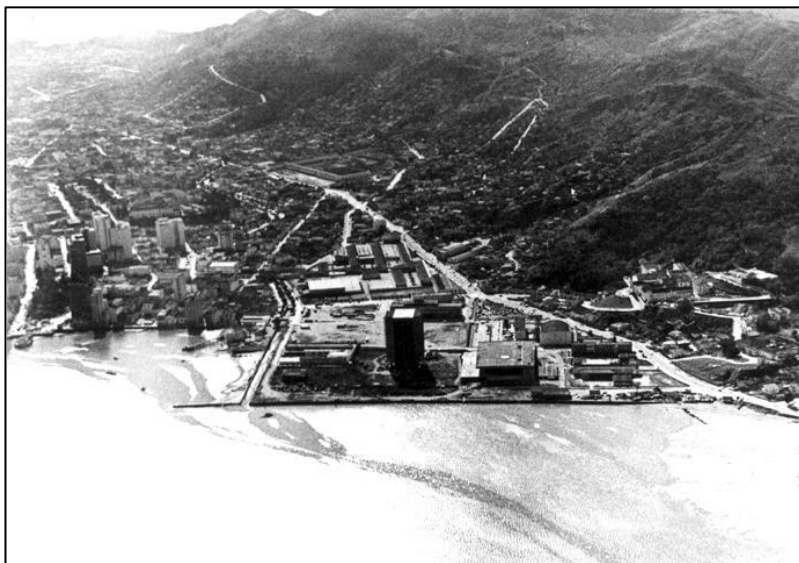


Figura 24 - Vista aérea do aterro da Prainha. Palácio da Justiça, Assembleia Legislativa e Palácio do Governo [197-][Fonte: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2001]

Nos primeiros anos de Nossa Senhora do Desterro, a área próxima ao largo foi ocupada pelo Campo do Manejo e seu respectivo quartel. Entre os anos de 1920 e 1940 a região era uma das mais desvalorizadas da cidade, onde se localizavam as moradias de baixa renda e por onde passava o Rio da Bulha que -

canalizado na década de 1920 - era usado até então pela população como local de despejo de lixo e dejetos.

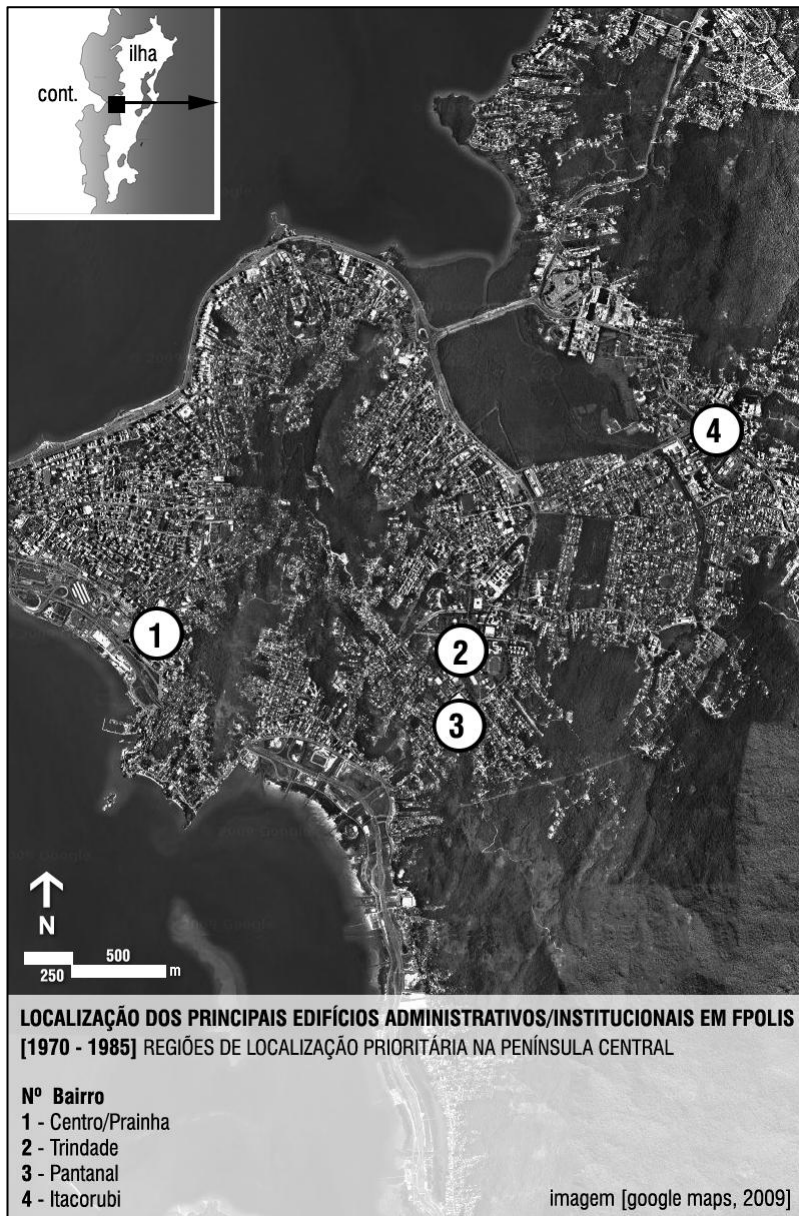
Em 1942 é construído o segundo aterro da cidade de Florianópolis, que deu forma ao Largo Treze de Maio. É só no final de 1989 que a então Praça da Bandeira é re-batizada como Praça Tancredo Neves e elevada a Centro Cívico do Estado de Santa Catarina.

Cabe observar, no entanto, que, na prática, a Praça Tancredo Neves foi poucas vezes utilizada realmente como praça cívica (a exceção de esparsas manifestações grevistas). Até ser “reurbanizada” na década de 1990, a praça exercia comumente a função de estacionamento público e feira livre.

Vemos, deste modo, que o centro cívico de Florianópolis não passou pelo mesmo processo de formação porque passou boa parte dos centros político administrativos efetivados na década de 1970 no Brasil. Estes foram

“organizados como cidadelas afastadas dos núcleos urbanos tradicionais. Implantados em grandes vazios periféricos à cidade, obedecendo a planos diretores que, na maioria dos casos, reproduziam o esquema de Brasília: edifícios isolados para cada função ou agrupamento de funções, segundo conveniências de exequibilidade em diferentes frentes de trabalho.” (Segawa, 2002, p. 177)

Na capital catarinense o centro cívico resultou de ações diversas, desvinculadas em objetivos entre si e não planejadas. Mesmo no caso de projetos com a mesma autoria, como a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Justiça, ambos de Pedro Paulo de Melo Saraiva, as intenções de integração entre os edifícios e entre edifício e praça nunca chegaram a cabo. Dentre as sedes de poderes e instituições que conformam a praça, apenas o antigo Palácio Santa Catarina tem, por exemplo, seu acesso principal voltado para a praça. Curiosamente, o único dos prédios que não foi projetado originalmente para abrigar um órgão da primeira linha do governo.



Décadas de 1970 e 1980 – As estatais a nordeste da península e o crescimento de seus bairros vizinhos

Paralelamente ao deslocamento das sedes do governo do estado para a Praça Tancredo Neves, iam sendo executadas também as primeiras transferências de órgãos ligados ao governo (em particular os responsáveis por assuntos agrários) para a região do Itacorubi. No bairro da Trindade, como vimos, se instalou o campus da Universidade Federal de Santa Catarina, gerando os primeiros investimentos em infra-estrutura urbana destinados a esta área a nordeste da península.

Além da UFSC - que recebeu no período investimentos federais sem precedentes em sua história - também a transferência da sede a Eletrosul para Florianópolis contribuiu para as rápidas transformações urbanas porque passaram os bairros vizinhos às suas instalações.

Entre 1975 e 1978 a empresa ocupava provisoriamente alguns imóveis alugados no centro da cidade. Em 1976 se iniciam as obras, em terreno de 22.000m² doado pelo governo do estado, da nova sede da estatal, objeto de concurso para projeto de arquitetura vencido por Luis Forte Neto e sua equipe⁹.

Localizada em terreno lindeiro à UFSC, e Eletrosul enfrentou os mesmos problemas relacionados a infra-estrutura urbana que a Universidade sofria desde alguns anos antes. A estatal, no entanto, trazia para Florianópolis um enorme contingente de funcionários para os quais deveria tratar de prover condições de vida que justificassem sua saída e de suas famílias do Rio de Janeiro. Deste modo:

“(...) A Eletrosul teve que viabilizar várias alternativas para garantir moradia para seus funcionários. Para suprir as necessidades de moradia dos seus empregados, a empresa empreendeu um programa de construção de unidades residenciais, vendidas aos empregados através da fundação ELOS.

⁹ Luis Forte Neto e o projeto da sede da Eletrosul serão apresentados adiante, no capítulo IV.

Para os funcionários mais ‘graduados’, a empresa construiu dois condomínios fechados, na Carvoeira, próximo a Eletrosul, e em Itaguaçu, área residencial de classe mais alta localizada na parte continental da cidade. Também foram adquiridos vários terrenos, entre esses, cerca de 50 lotes no Jardim Anchieta.” (Faccio, 1997, p. 140)

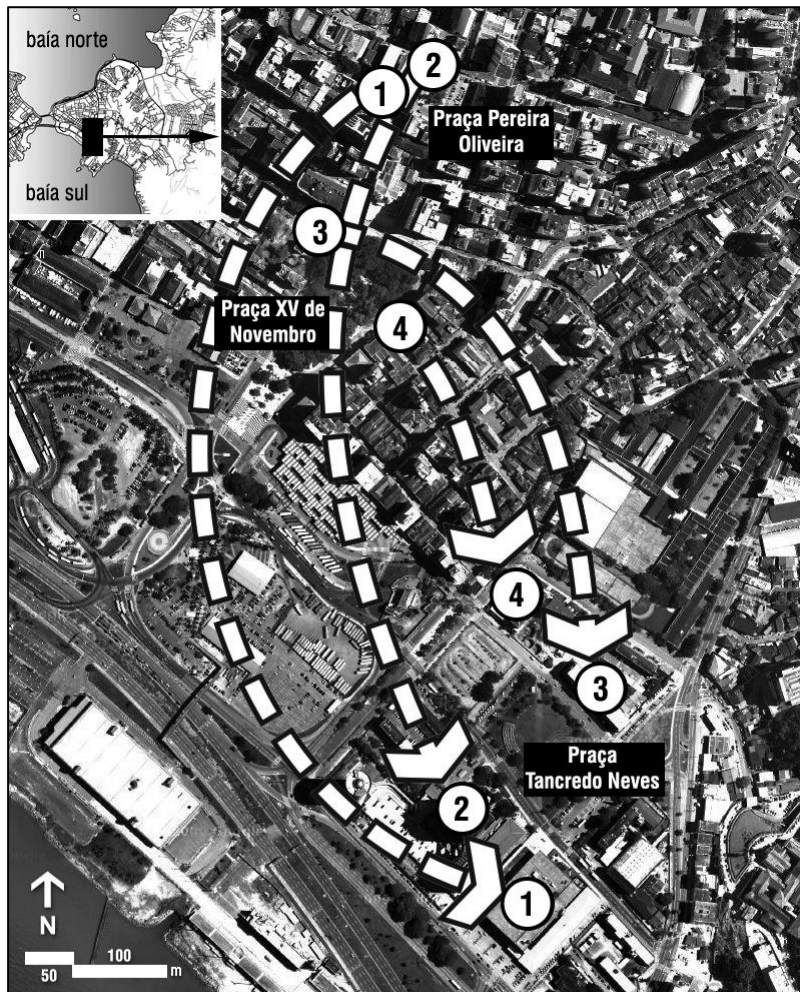
Todos estes investimentos, além de buscarem solucionar questões patentes de falta de moradia e infra-estrutura urbana, tinham também um caráter de “incentivo” à transferência do corpo funcional do Rio para Florianópolis.

Para a região do Córrego Grande a ELOS (Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social) ofereceu inúmeros financiamentos para subsidiar a fixação de moradia de seus funcionários.

Cabe lembrar que, embora o contingente de funcionários migrados para trabalhar para a Eletrosul já fosse bastante significativo, o descolamento de uma empresa de tal porte e importância estratégica para o país, impulsiona também a vinda de centenas de empresas menores dispostas a lhe prestar serviços específicos. Estas em boa parte buscaram se instalar nas proximidades da estatal, assim como as residências de seus funcionários.

Vemos então que a vinda da Eletrosul para Florianópolis contribuiu severamente para a ocupação e desenvolvimento da região litorânea a sua sede e da UFSC. Nos anos subsequentes à sua instalação temos um inédito crescimento do setor imobiliário (motivado pela necessidade de suprir de moradias o enorme contingente que veio residir em Florianópolis) e o incremento bastante significativo dos setores de serviços e comércio. Estes últimos baseados, sobretudo, no fato de que os funcionários da Eletrosul não apenas recebiam salários de valores bem acima da média local, como recebiam acréscimo de 30% em seus saldos em caráter de incentivo a sua transferência para a capital.

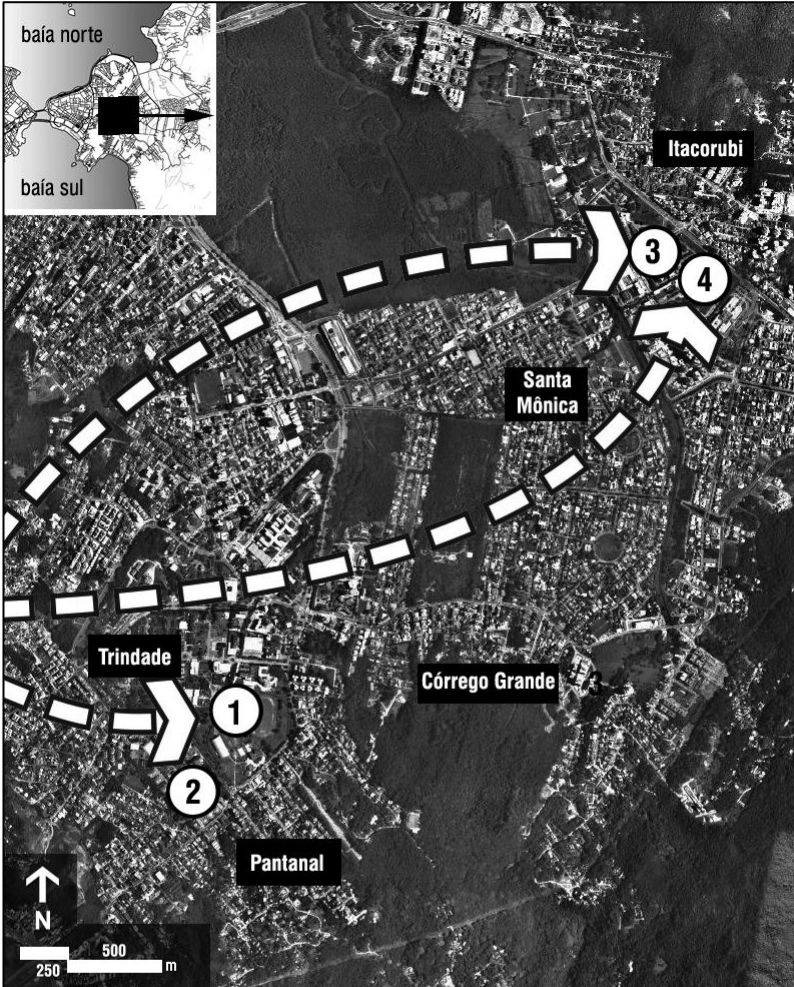
O bairro do Itacorubi, do mesmo modo que a Trindade e o Pantanal a época, também era uma grande área rural, neste caso dedicada ao manejo de gado leiteiro. Nos objetivos do governo do



**LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS/INSTITUCIONAIS EM FPOLIS
[1970 - 1985] TRANSFERÊNCIA DA PRAÇA XV DE NOVEMBRO PARA A PRAÇA TANCREDO NEVES**

Nº Edifício [ano de transferência] capítulo	
1 - Assembléia Legislativa [1970]	ver item 4.2.1
2 - Palácio da Justiça [1975]	ver item 4.3.1
3 - Palácio Santa Catarina [1983]	ver item 4.3.2
4 - Tribunal de Contas [1976]	ver item 4.4.3

baseado em [Faccio, 1997]
imagem [google maps, 2009]



**LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS/INSTITUCIONAIS EM FPOLIS
[1970 - 1985] TRANSFERÊNCIA PARA O INTERIOR DA PENINSUA / INSTALAÇÃO (Eletrosul)**

Nº Edifício [ano de transferência] capítulo

- 1 - UFSC [1970] ver ítem 2.3.3
- 2 - ELETROSUL [1975] ver ítem 4.2.2
- 3 - TELESC [1976] ver ítem 4.3.4
- 4 - CELESC [1988] ver ítem 4.3.7

baseado em [Faccio, 1997]
imagem [google maps, 2009]

estado, a ocupação inicial daquela região deveria ser feita através da instalação de órgãos e autarquias estaduais ligadas a atividade agrícola.

Infra-estrutura urbana e acessos viários também eram precários quando foram instalados os primeiros órgãos de governo na região: o Laboratório de Análise de Solos e Minerais e o CETRE – Centro Prático de Treinamentos, destinado a capacitar técnicos agrícolas para atividades de extensão rural. Diante destas condições, os funcionários destes órgãos receberam por algum tempo “uma ajuda de custo acrescida ao salário, no valor que cobrisse os custos de transporte e alimentação” (Faccio, 1997, p. 143)

De meados dos anos de 1970 até meados dos anos de 1980, outros inúmeros órgãos governamentais¹⁰, em sua maioria de nível Estadual, vão ser instalados no mesmo bairro, com especial importância o campus de Florianópolis da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) em 1979, e a sede da TELESC, e, 1974.

No final dos anos de 1980 é erguida a sede da CELESC, já inserida em um contexto político e econômico diferenciado das outras sedes de estatais e instituições que apresentamos. Diferentemente dos demais, o edifício principal da empresa não foi construído com recursos públicos, e sim de sua fundação, a CELOS (Fundação CELESC de Seguridade Social) que o aluga para o estado.

Sugai (2002) ainda observa que

“A transferência das instituições e empresas estatais para a região situada nas adjacências da Trindade, facilitou a comercialização e ocupação dos loteamentos que vinham sendo aprovados desde as décadas

¹⁰ Entre os órgãos governamentais e instituições instalados no Itacorubi no período podemos citar: ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (1975), ACARPESC - Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (1975), EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária - (1975), CCA – Centro de Ciências Agrárias da UFSC (1976), CREA-SC - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia de Santa Catarina (1978), CIDASC (1982), FIESC (1985), EPAGRI - Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (1986), entre outros.

anteriores nesta região e também nos balneários situados ao norte e a leste da Ilha. O processo de ocupação e crescimento populacional gerou novas e constantes ações do Estado, que beneficiaram estes setores da cidade, seja pela ampliação da infraestrutura local, dos serviços urbanos ou mesmo através de planos e legislações urbanas que pretendiam normatizar a ocupação do solo e promover a preservação destas áreas que vinham sendo ocupadas pelos setores populacionais de mais alta renda” (Sugai, 2002, p. 119-120)

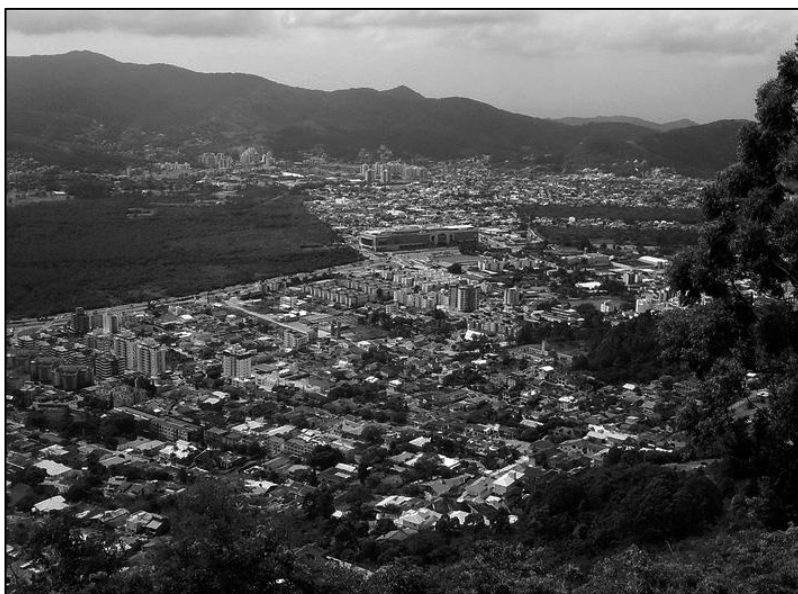


Figura 25 - Região a nordeste do morro da cruz. Primeiro plano os bairros Agronômica e parte da Trindade. Ao centro Manguezal do Itacorubi cortado pelo bairro Santa Mônica. Ao fundo bairro do Itacorubi. 2009 [Fonte: Skyscrapercity, 2009]

Deste modo podemos ver que a política de localização dos órgãos públicos, instituições e empresas estatais em Florianópolis não obedecia a uma lógica baseada em critérios técnicos, como os níveis de acessibilidade, o atendimento por serviços urbanos, os custos com transporte de funcionários, ou até mesmo uma localização em alguma região que lhes agregassem algum “status” derivado da história. Na capital catarinense a localização destes

prédios não apenas se deu em grandes frações de terra de propriedade do Estado, como relacionava-se ao favorecimento de parcela mínima da população, pra quem a construção de acessibilidades e infra-estrutura urbana com recursos públicos ampliaria o mercado consumidor e o preço de suas terras.

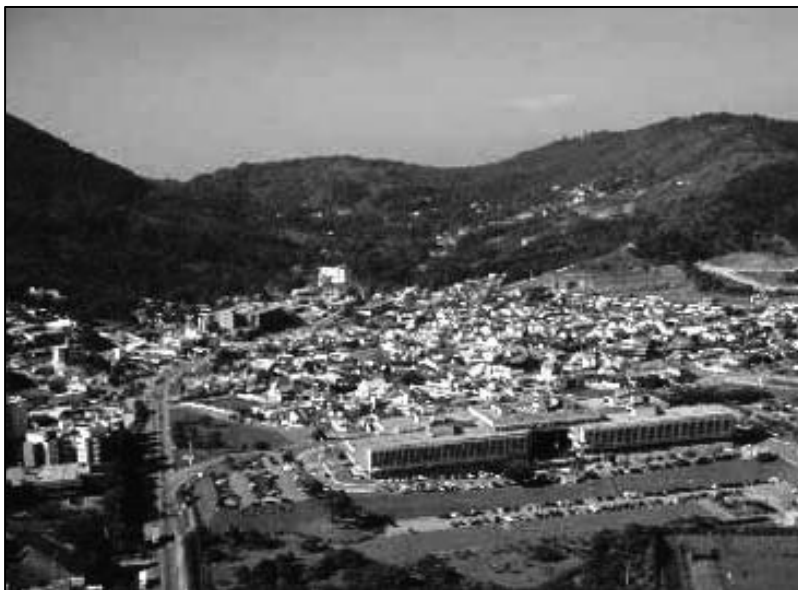


Figura 26 - Vista aérea dos bairros Itacorubi e João Paulo. Em primeiro plano o edifício sede da CELESC. [199-][Fonte: Tempo Editorial, 2009]

A adoção dessas políticas, devidamente “vendidas” como interesse comum, vai deixar marcas indeléveis na estrutura urbana e na paisagem da capital. O surgimento e crescimento de novos bairros, imensas áreas construídas artificialmente com aterros sobre o mar, a ocupação das áreas de várzeas de rios e de manguezal, a aceleração do processo de verticalização, o fortalecimento da segregação espacial das elites, gerando por si só, paisagens e contextos urbanos insólitos ao norte da ilha, são apenas algumas das heranças que este momento histórico deixou para Florianópolis.

Terceiro período: Décadas de 1990 aos dias de hoje - A descentralização

Embora os anos após a década de 1980 não sejam o foco deste trabalho, cabem algumas observações acerca da atual política de localização dos órgãos governamentais em Florianópolis.

Podemos observar nas duas últimas décadas um processo de “descentralização” das sedes dos edifícios públicos governamentais na cidade. Na esfera municipal os deslocamentos mais importantes referem-se à sede da Prefeitura Municipal de Florianópolis e a sede da Câmara de Vereadores. Embora ainda circunscritos no que se considera o “perímetro central” de Florianópolis, ambas as sedes se deslocaram de áreas de uso público tradicional e com escala compatível às atividades cívicas, para edifícios comerciais em altura, alugados, e localizados em ruas estreitas onde mal são identificados. A prefeitura abandonou o casarão da Rua Almirante Alvin e mudou-se para um edifício alugado no final do calçadão da Rua Conselheiro Mafra. A Câmara de Vereadores abandonou o prédio da Praça XV e foi ocupar um edifício em um pequeno trecho de calçadão (criado posteriormente à ocupação) na Rua Anita Garibaldi, praticamente fundos da Catedral.

Na esfera estadual a mudança foi um tanto mais brusca e significativa. Já nos dias iniciais de seu primeiro mandato, o governador Luiz Henrique da Silveira anunciou que não ocuparia o Palácio do Governo localizado na Praça Tancredo Neves. Sob o discurso de que o edifício não comportaria seu corpo de funcionários e não seria adequado à recepção de comitivas políticas, em menos de 90 dias a sede do governo estadual foi transferida para o então centro administrativo do BESC, localizado na SC 401 que liga o centro ao norte da ilha. O novo prédio foi comprado por R\$ 42 milhões e sofre, desde a mudança em 2003, inúmeras reformas e ampliações.

“O governador Luiz Henrique comprou o Centro Administrativo, em outubro de 2003, por R\$ 42 milhões. Está pagando em suaves prestações. O detalhe é que os 20 mil metros quadrados construídos não

comportam a estrutura do governo, que continua espalhada pelo Centro da Capital. Agora precisa que os vereadores de Florianópolis alterem o zoneamento da região para que possa erguer mais duas torres de oito andares. O projeto aguarda a segunda votação na Câmara.” (Pereira e Minosso, 2009)

A transferência da sede do governo de estado não apenas reafirma o movimento histórico de construção de acessibilidade e provisão de infra-estrutura urbana para a região norte da ilha (onde se localizam as elites), mas marca também um afastamento definitivo do governo em relação aos cidadãos da capital e do estado.

O deslocamento do centro da cidade até o centro administrativo é demorado e caro. Um passageiro que sair do terminal central em direção a sede do governo vai gastar entre R\$ 2,80 e R\$ 5,60¹¹, enquanto o cidadão que se deslocar da área continental vai ter somado estes valores as tarifas de R\$ 1,85 (mais baixa) a R\$ 4,70 (mais alta), preços esses que inviabilizam ou dificultam enormemente a formação de grupos reivindicatórios de qualquer natureza.

Em outros termos, tanto o governo municipal quanto o governo estadual estão promovendo nos últimos anos um acintoso desmonte da infra-estrutura administrativa construída historicamente no centro da capital catarinense. Mais do que isso, estão eliminando silenciosamente (seja por abandono ou por obra) os espaços de encontro cívico e, conseqüentemente a possibilidade do exercício cívico com posicionamento político contrário ou favorável ao governo.

¹¹ Tarifas correntes em novembro de 2009, referentes ao trajeto Terminal de Integração do Centro – Terminal de Integração da Trindade (custo de R\$ 2,80) e Terminal de Integração da Trindade – Centro Administrativo (custo de R\$ 2,80 para quem não possui cadastro e cartão de “passe rápido” do SETUF - Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis. Alternativa possível é utilizar a linha “151 – Centro Administrativo Semi Direto, que apresenta 24 horários entre as 06h40 e 22h50 somente em dias úteis, e parte do Terminal de Integração do Centro até o Centro Administrativo do Estado pelo valor de R\$ 2,80. [Fonte: SETUF. www.setuf.com.br , 2009]

CAPÍTULO III – As origens formais das arquiteturas institucionais em concreto aparente em Florianópolis entre 1970 e 1985

“Algumas formas da arquitetura moderna parecem absurdas e chocam, dando a impressão de serem produtos do acaso, da fantasia, unicamente da fantasia do arquiteto que as imaginou. Entretanto não é assim. Cada escola, cada tendência está montada sobre um certo número de premissas, e as formas dos edifícios, criados pelos arquitetos filiados a cada uma delas não são somente produto de sua fantasia, mas também de uma consequência lógica dessas premissas.”
(Artigas, 1999)

Como já visto, o contexto político e econômico nacional e a trajetória particular de Florianópolis na década de 1970, fizeram da cidade – no contexto do estado - um ponto de atração para a instalação de novas empresas estatais.

Em paralelo, a facilidade que o governo militar demonstrava em movimentar vultosos recursos em prol de seu objetivo desenvolvimentista (investimentos em infra-estrutura, subsídios à indústrias produtoras de bens de capital e a implantação de programas de moradia apoiados pelo BNDES e BNH, em especial) causou efervescência em todas as áreas ligadas a construção civil.

A indústria do cimento nacional ultrapassou os números de fornecimento das empresas internacionais e, junto a isso ganhou corpo o pensamento arquitetônico vinculados às práticas sociais de construção e a valorização da verdade da estrutura como caminho de resistência e busca de uma “identidade” nacional.

A chamada “Escola Paulista” de arquitetura (termo cujo uso será discutido adiante) vai alcançar o ponto mais alto de sua produção, e sua linguagem de formas puras, derivadas da

estrutura e sem revestimentos (por muitos considerada brutalista) passa a ser reproduzida por todo o país. Desvinculadas da base ética original – que tem no arquiteto e professor João Batista Vilanova Artigas seu mais importante disseminador – a gramática formal da escola passou a ser utilizada para atender os mais diversos tipos de programas arquitetônicos, da escola à residência, da igreja aos prédios públicos.



Figura 27 - FAU-USP Projeto: Artigas, 1962-69 [Fonte: Renata Malachias, 2009]

Em curiosa contradição, o modelo paulista foi rapidamente assimilado nas obras governamentais – sobretudo em seus projetos de sedes administrativas e empresas estatais – onde suas características, por vezes monumentais, ganharam acento e adquiriram caráter simbólico que acabou por marcar uma época.

Neste capítulo, abordaremos algumas questões que, em conjunto com os contextos político e econômico apresentado anteriormente, influenciaram os projetos arquitetônicos dos edifícios institucionais em concreto aparente em Florianópolis neste período, como: a possível “influência” da “Escola Paulista” de arquitetura; a importância da indústria do cimento no desenvolvimento técnico da arquitetura no período e breve debate sobre o conceito de Brutalismo vinculado à produção paulista a partir da década de 1960. Antes deste, e a título de introdução, vamos apresentar, sinteticamente, o contexto da criação arquitetônica nacional entre 1970 e 1985.

3.1 Contexto da criação arquitetônica nacional

Quaisquer considerações sobre fatos ocorridos no Brasil entre meados das décadas de 1960 e 1980 – dos econômicos aos artísticos, dos políticos aos esportivos – não podem ser feitas sem que se as relacione com as circunstâncias políticas nacionais do período. O golpe militar de 1964 e a instauração de um regime ditatorial que vai se dissolver apenas na segunda metade da década de 1980 atuaram como fundadores (contra ou a favor de si mesmo) de todo o pensamento e ação àquela época.

No campo urbanístico, em que prevalecia a idéia do planejamento como instrumento promotor e regulador do desenvolvimento das cidades, foram criadas regiões metropolitanas com pólos nas cidades de maior economia do país e despendidos grandes valores na construção de infra-estruturas urbanas de apoio a esse “desenvolvimento”. Foi um período de intensa produção de novos planos – cuja realização significava tornar as cidades aptas a receber os investimentos do governo federal – e, através destes, se viu o desenho ou re-desenho das estruturas físicas de muitas cidades de modo a seguir, quase exclusivamente, o modelo que o projeto Brasília apresentara ao país uma década antes - sobretudo no que tange a definição dos espaços dedicados as sedes administrativas vinculadas ao governo e ao poder central.

“Brasília transformou-se também num paradigma para a reorganização física dos espaços da burocracia oficial. A busca de lugares próprios para a administração pública tornou-se recorrente sobretudo no Brasil dos anos de 1970 – tanto com a implantação de centros político-administrativos ocupando grandes vazios na periferia urbana (como o vazio anterior de Brasília) quanto na construção de suntuosos edifícios para sedes de empresas estatais ou paraestatais -, fenômeno que não deve ser desvinculado da ostentação do “milagre econômico” do período da política de centralização administrativa, ao estilo autoritário do governo pós-golpe de 1964.” (Segawa, 2002, p. 176)

Como destacou Segawa (2002), entre os maiores projetos arquitetônicos do período, destacaram-se os dedicados as sedes

de governo e empresas estatais. A função desses edifícios ia além da de atender as necessidades relacionadas às atividades burocráticas que encerravam, mas também atuar como elementos de impacto na paisagem das cidades de modo a denotar simbolicamente – sem espaço para dúvida – a presença e a força do poder central.

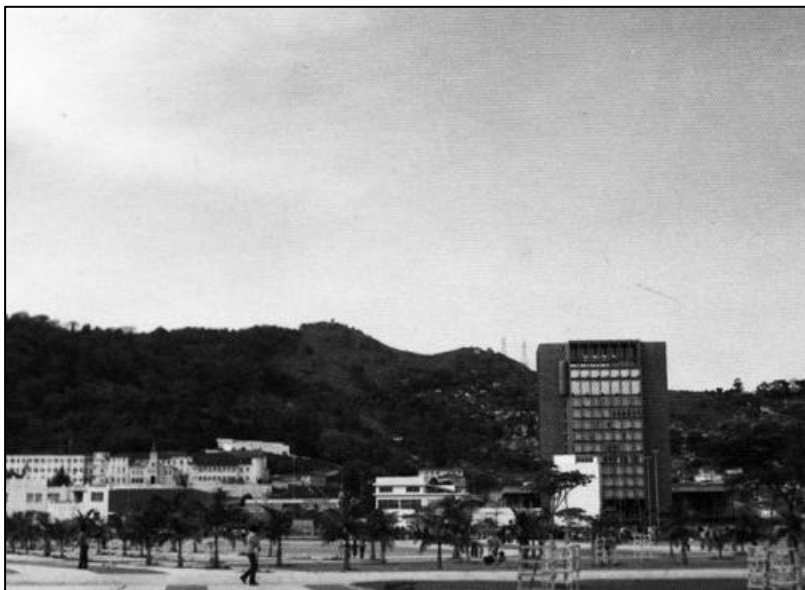


Figura 28 - Tribunal de Justiça e a escala da cidade no final dos anos 1970. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab, 1968. [Fonte: Acervo LDA UFSC, 2008]

Para alcançar esse objetivo, as arquiteturas adotadas apresentavam, majoritariamente, algumas características em comum: em primeiro lugar o caráter monumental (no caso de Florianópolis todos os projetos foram concebidos em uma escala bem maior do que quaisquer outros até então); a estrutura periférica, em concreto aparente, quase sempre superdimensionada de modo a enfatizar sua monumentalidade; partido arquitetônico que variava entre o monobloco sobre pilotis, o “grande abrigo” e o vazio central organizador; além de uma inserção urbana quase sempre agressiva.

Se parte do modelo urbano e arquitetônico adotado pelos novos planos para as cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes e, particularmente, seus centros cívicos ou sedes de estatais seguiam o modelo de “monumentalidade” apresentado por Brasília, as características mais específicas dos desenhos arquitetônicos vão derivar, prioritariamente, de uma “interpretação” da linguagem da que se convencionou chamar “Escola Paulista” de arquitetura.

Cabe lembrar que até meados da década de 1940 a arquitetura considerada como “brasileira” tinha como grande base as obras da chamada “Escola Carioca”. Consagradas no país e no mundo, as obras de arquitetos como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Affonso Eduardo Reidy eram plenas de qualidade e caracterizadas pela “clareza e flexibilidade de seu método projetual, de cunho corbusiano, porém realçado e estendido peculiar e criativamente” (Zein, 2006). Graças a isto e a divulgação e assimilação de suas “doutrinas” por arquitetos das mais diversas regiões do Brasil, a produção carioca passou a ser entendida pela historiografia arquitetônica como a própria arquitetura nacional.

“A arquitetura brasileira da escola carioca ainda não era, finda a 2ª Guerra, plenamente hegemônica no panorama cultural do país, pois seguiam concomitantemente atuando arquitetos, seja de tradição acadêmica, seja afinados com outras possibilidades formas “modernistas”; mas seu exemplo brilhante e sua quase imediata consagração internacional impulsionaram e incrementam a rapidez na aceitação de seus paradigmas. Entre os quais se inscrevia o desejo de representar a ‘brasilidade’ e de elencar-se entre os aspectos culturais relevantes da ‘identidade nacional’. Esses exemplos e essas vontades manifestavam a consolidação de uma escola, a “Escola Carioca”, que principalmente estabelece a autoridade de uma determinada doutrina projetual moderna, de corte corbusiano, mas procedimentos com os quais a arquitetura moderna brasileira poderia idealmente se expandir, consolidando muito precocemente uma determinada visão de identidade nacional arquitetônica. Que é desde então acreditada quase que como se tratasse de um termo absoluto – ‘a arquitetura

brasileira’ – assim reforçando e realimentando sua rápida consagração externa e interna.” (Zein, 2006)

Ainda que esse “consenso” em torno da relação entre a “arquitetura brasileira” e a produzida pela “Escola Carioca” tenha sido protagonista do debate arquitetônico nacional da primeira metade do século XX, coexistiam com ela outras manifestações – sobretudo após a década de 1950 e a construção de Brasília – que adotavam ideais diversos desta.

Internacionalmente despontava o debate acerca do esgotamento do modelo da arquitetura moderna e, mesmo arquitetos considerados pioneiros do movimento – com Le Corbusier e Oscar Niemeyer – já se lançavam em uma revisão autocrítica de suas arquiteturas. Dentre as posturas revisionistas, uma das que causou efeito mais pronunciado na época foi a do Brutalismo.

No Brasil o projeto de Reidy para o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro é considerada a primeira expressão “brutalista” na arquitetura brasileira, mas coube aos arquitetos de São Paulo sob os princípios de Vilanova Artigas aprofundar e disseminar a linguagem no Brasil.¹²

Nos anos de 1970, em específico, o cenário da arquitetura brasileira passa a ser ocupado – ao menos em sua dimensão mais visível – por uma segunda geração de arquitetos de formação paulista. Ainda que engajada nos princípios inaugurais da escola defendidos por Artigas, esta já se apresentava permeada de contradições, uma vez que seu cunho político e social é “diluído” a medida que seu modelo é reproduzido em todo o país, e que o governo militar adota sua linguagem como expressão “oficial” do Estado.

“A segunda [escola], ligada à pesquisa tecnológica do concreto, vai dar o tom dos anos 70 com sua “arquitetura das estatais”, e que vão ser a marca daqueles anos sombrios de autoritarismo. São diversos exemplos, pois foi essa a arquitetura que mais se

¹² Discutiremos a diante sobre os conceitos da “Escola Paulista” bem como sobre a validade da utilização do termo” para designar este corte específico da produção arquitetônica no Brasil e, também, sua possível vinculação com os princípios do Brutalismo.

difundi, por sua paradoxal aproximação à administração pública.

Ocupar e modificar o estado por dentro, esse velho lugar comum dos partidos comunistas, se não teve resultados políticos, gerou grandes encomendas para muitos arquitetos. Até aqueles que pertenciam a outra tradição, os “estrangeiros” de São Paulo, vão pegar carona nessa fórmula que deu certo: concreto, grandes vãos, amplos vazios, etc. Nenhum resquício, naturalmente, da antiga dialética dos anos 50 que procurava absorver e aprofundar as deficiências da técnica empregada (impressão das fôrmas de madeira, etc.). A arquitetura do “milagre brasileiro” unia numa mesma linguagem a monumentalidade das grandes obras de infra-estrutura e o apuro da tecnologia do concreto (pontes, hidrelétricas, etc. muitas vezes projetadas por arquitetos) aos edifícios das grandes empresas estatais do período ditatorial. Metrô, universidades, estações rodoviárias, centros-administrativos, etc.” (Recamán, 1999, p. 8-9)

Como apontou Recamán (1999), outra característica importante da arquitetura do período foi a prevalência do uso do concreto aparente como base estrutural e estética em um grande número de projetos (em especial os institucionais). As razões do “monopólio” deste sistema construtivo no período se ligavam à expressividade arquitetônica relacionada a “verdade dos materiais” - que pregava a “Escola Paulista” - mas, principalmente, à ampla disponibilidade do cimento - sua matéria prima - no mercado brasileiro.

Dentro das estratégias de desenvolvimento para o país traçadas pelo governo militar, especial ênfase foi dedicada às obras de infra-estrutura, como a construção de hidroelétricas e rodovias, além da construção - como vimos no capítulo II - de um sem número de novas sedes institucionais e de serviço (centros cívicos, terminais rodoviários, aviários e metroviários, escolas, etc.)

“Ingressar no clube dos países desenvolvidos: um sonho dos militares, mas certamente o sonho de qualquer cidadão de um país subdesenvolvido. A arquitetura brasileira desses anos do ‘milagre’ também

alimentou uma pretensão dessa natureza. É provável que nunca se tenha planejado e projetado tanto no país em tão pouco tempo; nunca se construiu tanto, também. Mas o signo da quantidade não autoriza uma equivalência de qualidade. O excesso de trabalho embaraçava a autocrítica. Os arquitetos encastelavam-se num isolamento de olímpica auto-suficiência ante as discussões em curso no mundo.” (Segawa, 2002, p. 191)

Este distanciamento que a arquitetura brasileira do final da década de 1970 tomou das discussões correntes internacionalmente vai ser apenas uma das questões chave que vão direcionar o pensamento e a produção arquitetônica no país a partir de meados dos anos de 1980.

“Marca dos anos mais violentos da ditadura militar, essa arquitetura mal se manteve nos anos 80, aqueles da “década perdida”, da ambigüidade da redemocratização do país. E hoje, quando aparece, é uma pálida reprodução das grandes encomendas do passado: sem estado, essa vertente ficou sem mecenas” (Recamán, 1999, p. 9)

Sem mecenas, cercada pelo debate crescente em torno do pós-modernismo em arquitetura e inserida em um contexto histórico marcado pelo mergulho do país em uma crise econômica, a arquitetura que começa a predominar nos anos de 1980 assumiu feições diversas de sua predecessora.

“Fenômenos percebidos mundialmente aportavam entre os arquitetos brasileiros: a percepção da falência de panacéias arquitetônicas (soluções supostamente válidas para todas as realidades), o maior diálogo com o contexto urbano ou o ambiente natural na implantação dos edifícios, o reconhecimento da história como referência projetual, a revalorização da reciclagem de edifícios como atitude de preservação cultural, a produção do espaço como resultado de uma colaboração entre arquitetos e usuários, bem como uma postura menos hierática, unívoca, determinista e sintética, substituída por uma conduta mais analítica, simbólica, admitindo a ambigüidade.” (Segawa, 2002, p. 191)

3.2 A “Escola Paulista” de arquitetura

O termo “Escola Paulista” é utilizado para denotar uma produção específica de arquitetura, feita em São Paulo entre as décadas de 1950 e 1970, sob a égide do arquiteto e professor João Batista Vilanova Artigas (1915-1985). Além de produzir reflexos em toda a arquitetura nacional até meados da década de 1970, o modelo arquitetônico “paulista” passa atualmente por uma “revisão” por toda uma nova geração de jovens arquitetos.

Ainda que largamente utilizada nos meios acadêmicos e da crítica de arquitetura, a definição do que seria uma “Escola Paulista” de arquitetura ainda suscita indagações e debates relacionados, sobretudo, a duas questões: 1 – a negação da existência de uma escola por parte de alguns arquitetos classificados como integrantes da mesma; 2 – a utilização do termo, mais para estabelecer uma fronteira firme entre as arquiteturas carioca e paulista, do que necessariamente para considerar as singularidades, proximidades ou afastamentos entre as duas.

Curiosamente a postura de negação de existência de uma escola deriva, prioritariamente, dos próprios arquitetos considerados seus membros. Para Pedro Paulo de Melo Saraiva, por exemplo,

“Não existe arquitetura paulista. O que há é o enfoque de um grupo de arquitetos, talvez por influência de Artigas, que viu a arquitetura de maneira mais séria e menos romântica”. (Serapião, 2004)

O arquiteto Julio Roberto Katinsky, contemporâneo de uma segunda geração de arquitetos ligados à “Escola Paulista” é mais radical:

“Eu não aceito esta idéia de arquitetura paulista. Eu criei uma outra palavra mais adequada. O que existe é uma grande escola Corbusiana de Arquitetura brasileira, da qual nós temos em primeiro lugar Lúcio Costa – que é uma cabeça teórica e prática fundamental sem ela os outros não existiriam. (...) E eu critiquei esta expressão “arquitetura paulista”, isso não existe! (...)”

Eu acho que arquitetura paulista é um eufemismo, porque os caras não tinham coragem de confessar que eram discípulos de Artigas! O Artigas sempre foi perseguido por ser comunista etc. Então... não vai falar arquitetura paulista.” (Cunha, 2007)

Zein (2006) aponta o paradoxo que se atrela ao posicionamento desses arquitetos paulistas:

“Ao desejo iniludível de assumir a criação de arquiteturas outras – de novas feições mais acordes, na sua opinião, aos novos tempos – somava-se o anelo, talvez impossível, de negar, ou de não admitir jamais se estar propondo quaisquer descontinuidades com as feições anteriores, não se manifestando por escrito senão de maneira pouco freqüente, embora deixe rastros importantes. A inerente liberdade de oposição e debate que de fato desejam nunca é claramente assumida, mesmo quando a insatisfação generacional segue estando presente; e manifesta-se muito mais no espaço do que no tempo, deslocando-se do Rio de Janeiro a São Paulo. Mesmo assim, nunca atacam de frente os mestres cariocas, mas como bons e educados filhos, apenas apontam com muito cuidado, não os erros, mas a valorização das “autocríticas” dos maiores. Não compartilhar esperanças, ombrear nos mesmos fóruns e negar as diferenças cada vez mais flagrantes em prol de uma “unidade” – neste caso, quase sinônimo de “identidade” – que parecia estar garantida e não se desejava romper; e o fazem mais por razões ideológicas que por afiliação e coerência formal-arquitetônica. Essa atitude escapista, que aceita e nega, que critica mas elogia, venceu tão profundamente que segue sobrevivendo. Como consequência, nunca se enfatiza, ainda hoje, as cada vez mais evidentes diferenças nos discursos e nas obras, entre as arquiteturas da escola carioca e o então nascente brutalismo paulista; cujas propostas nunca são, por essas razões tortas, vistas como distintas – mas apenas e obliquamente como faces diversas de uma continuidade, mesmo quando diferem quase totalmente. Distinções essas que só vão começar a ser reconhecidas a partir de meados dos anos 1980 em diante, pela crítica nascida da geração seguinte posterior, e mesmo assim, a duras penas.

Em não existindo consenso em torno da “existência” de uma “Escola Paulista” de arquitetura, tampouco se encontra uma posição comum a cerca de sua possível origem. Neste sentido podemos identificar também dois pontos de vista distintos. A primeira corrente defende que a “Escola Paulista” é uma continuidade da “Escola Carioca”. Uma das razões para esta afirmação reside na consideração de que, tanto “Escola Paulista” quanto a “Escola Carioca”, derivam do pensamento corbusiano. As escolas comporiam, portanto, uma linha evolutiva “natural” que, em alguns momentos, passaria por momentos de revisão crítica. Outra justificativa (de teor formal) para esse pensamento se liga à consideração de que alguns projetos cariocas apresentam similaridades compositivas com a arquitetura produzida em São Paulo já a partir de meados dos anos de 1950. Dentre os arquitetos que defendem esta idéia está Fábio Penteadó:

“Alguns projetos de (Vilanova) Artigas do início da década de 1960 amarraram tão bem arte e tecnologia que o resultado foi surpreendente. Esses projetos despertaram seguidores em uma época em que a arquitetura estava no auge, com espaço diário na mídia. Mas não foi um processo nascido genuinamente em São Paulo. Arquitetos cariocas como Sergio Bernardes, Jorge Moreira e principalmente Affonso Eduardo Reidy contribuíram decisivamente para as idéias paulistanas, e desse encontro nasceram conceitos que influenciaram gerações de profissionais, mesmo que na época, início da década de 1960, não tivessem efetivamente representado o pensamento da maioria dos arquitetos da cidade.” (Sayegh, 2008)

Uma segunda corrente de pensamento defende a ruptura entre as duas escolas, classificando-as como antagônicas, principalmente a partir do ponto de vista ético. Artigas, que mesmo nunca tendo negado a influência de Le Corbusier ou dos arquitetos relacionados à “Escola Carioca” em seus projetos, se alinhava a este pensamento:

“Oscar e eu temos as mesmas preocupações e encontramos os mesmos problemas. Mas, enquanto ele sempre se esforça para resolver as contradições numa síntese harmônica, eu as exponho claramente. Em minha opinião, o papel do arquiteto não consiste numa

acomodação; não se deve cobrir com uma máscara elegante as lutas existentes. É preciso revelá-las sem temor”. (Pesquisa Fapesp Online, 2006)

Neste trabalho buscamos adotar por um possível “caminho do meio”, ou seja: considerar, sim, que as arquiteturas paulista e carioca se diferenciam em muitos pontos (sobretudo nos relacionados à ética construtiva), mas que não se tratam, porém, de fenômenos absolutamente divergentes.

A arquitetura paulista da década de 1950, ainda que tomasse distância da “Escola Carioca” no que tange seus fundamentos éticos, também apresentava similaridades quando observada do ponto de vista formal, estético. Seus denominadores comuns residem – guardada medida - em seus ideários de base modernista, herdeiros do pensamento de Le Corbusier. Em muitos casos, inclusive, a mera análise estética não nos permite apontar a procedência de uma ou outra arquitetura.

Um exemplo importante que podemos citar é o prédio do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Projetado por Affonso Eduardo Reidy - ligado tradicionalmente a “Escola Carioca”. O museu representa, mais do que a primeira grande obra no Brasil executada em concreto aparente, uma gramática cooptada e desenvolvida em profundidade pela arquitetura da “Escola Paulista”. O tratamento estrutural, a valorização tectônica, a estrutura sintética e o princípio do grande abrigo, por exemplo, vão ser estudados, aprofundados e reproduzidos à exaustão pelos arquitetos daquela escola.

Ademais, as primeiras obras da última fase criativa de Artigas tomavam por base os princípios compositivos adotados pelos arquitetos cariocas. Uma breve comparação entre, por exemplo, os projetos de Reidy para o Colégio Brasil Paraguai – ou mesmo o projeto do MAM no Rio - com as escolas projetadas por Artigas no início da década de 1960 (ou ainda os pilares e pórticos do Ginásio de Itanhaém), já demonstra essa aproximação. Além dos princípios modernos comuns, nesse período embrionário da “Escola Paulista”, também tinha em comum a composição a partir de um princípio de “exterioridade”, de ligação entre o interno e o externo como linha geratriz dos projetos.

Esse princípio comum, todavia, se enfraquece e logo é substituído por uma atitude projetiva “contrária”. Formalmente, as obras de Artigas e seus alunos apresentam cada vez mais o espaço central – comumente um vazio – como núcleo integrador dos projetos. O princípio do centro como área do encontro e do convívio social alcança seu ápice no projeto do mestre para a FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de São Paulo.) e vai se repetir e fortalecer com o tempo.

Fortalece-se também o distanciamento ético entre as escolas paulista e carioca, ou, pelo menos, a vontade de distanciamento que desejavam os arquitetos paulistas. O arquiteto Sérgio Ferro, em entrevista a Marlene Acayaba em 1986, comenta:

“A origem do movimento em São Paulo está relacionada com a briga de Artigas contra a via formalista de Niemeyer. Embora respeitasse muito a Niemeyer como profissional, o Artigas pensava arquitetura de outro modo que marcou todo esse grupo paulista. Era uma outra maneira de fazer e ver arquitetura. Naquela época, o Manifesto de Brasília era incompreensível para nós, especialmente pela dicotomia introduzida pelo Niemeyer quando dizia que ‘durante o dia no meu escritório sou arquiteto e minha militância faço depois que saio do escritório’. A militância na arquitetura, para Artigas e para aqueles que criou, era constante. Qualquer risco, qualquer traço tinham uma implicação social e crítica enorme. Interessava-nos saber como o operário ia fazer a parede que desenhávamos e que tipo de esforço estava em jogo.” Sérgio Ferro em (Acayaba, 1986)

Para Sanvitto (2002), era também a questão ética que diferenciava as duas escolas:

“Vilanova Artigas foi o expoente da tendência brutalista no Brasil. Seu pensamento arquitetônico caracterizou-se pela preocupação com a habitação popular e a questão social vinculada à arquitetura. A “Escola Carioca” concentrou seus esforços numa prática profissional associada aos aspectos estéticos, da qual Lúcio Costa foi o grande mentor. Esta foi uma diferença

importante entre as duas escolas: a questão ética. Os aspectos formais eram diversos entre Rio de Janeiro e São Paulo, mas acima de tudo a ideologia é que diferia. Na “Escola Carioca” prevaleceram os aspectos estéticos, enquanto que em São Paulo o ponto central era uma ética vinculada às questões político-sociais.” (Sanvitto, 2002)

Foi sobre “ética político-social” que a “Escola Paulista” construiu sua base ideológica e formal. Esta se fundava na idéia de que o projeto arquitetônico deveria ser mais do que mero exercício compositivo entre formas ou domínio técnico sobre soluções construtivas, deveria ser também um projeto social. Deste modo os arquitetos paulistas buscavam – através de seus projetos - a solução das questões habitacionais do país por meio da construção de um modelo genérico que, lançando mão de poucos recursos, atendesse a todos. Acreditavam ainda na “verdade, na correção, na virtude e na igualdade dos homens.” (Sanvitto, 2002)

“A produção do Brutalismo Paulista foi justificada por um discurso vinculado aos ideais político-sociais dos seus arquitetos, que, pela participação docente nas universidades, influenciaram a formação profissional de seus seguidores. Propunham a participação da arquitetura na construção de um país mais justo e com condições melhores de vida para o seu povo. (...) Nesta posição idealista a arquitetura exercia um papel importante, já que a ela se atribuía a potencialidade de contribuir intensamente para a solução dos problemas do país.” (Sanvitto, 1997, p. 92)

Essa crença na possibilidade de promoção da igualdade social através da arquitetura se refletia, naturalmente, nos princípios compositivos adotados pela escola. Privilegiavam o espaço único, que permitisse a livre circulação e o acesso irrestrito das pessoas a esses espaços. Evitavam-se as compartimentações e a conseqüente segregação que provocavam.

Na análise compositiva das residências produzidas pela “Escola Paulista”, Sanvitto (2002), identifica dois conceitos básicos geradores das arquiteturas desta produção: o prisma elevado sobre pilotis e o modelo do “grande abrigo”. Ainda que

em referência a um programa específico, residencial, as conclusões da autora a cerca dos partidos arquitetônicos desta escola podem ser estendidos sem prejuízo às suas demais produções nesse período. Vão ser, também, o prisma sobre pilotis e o grande abrigo os referenciais compositivos primários das arquiteturas institucionais, administrativas, comerciais - entre outras - produzidas àquele tempo. Uma das posturas projetuais que se pode atribuir à “Escola Paulista” é justamente essa recorrência de, em muitos casos, se subjugar os programas arquitetônicos aos seus partidos.

“Através da caracterização arquitetônica, as obras do Brutalismo Paulista demonstram o espírito da época, mas omitem o uso que abrigam, fazendo com que um mesmo partido seja utilizado para os mais diferentes programas. As soluções arquitetônicas assumiam formas similares nas quais a estrutura, enfatizada pelo uso do concreto armado aparente, assumia o papel de definidor do partido e referencial para a criação de formas. (Sanvitto, 2002)

A autora prossegue em sua análise descrevendo de modo sintético os dois princípios geradores destas arquiteturas:

"1. O prisma elevado é a tendência de conceber o edifício como um objeto autônomo, numa composição que procura se mostrar univolumétrica, desvinculando o elemento principal de composição das divisas e do solo. Somente o subsolo ou um elemento compositivo secundário chegam até os limites do lote. O pavimento térreo, quando ocupado, tem suas vedações recuadas e/ou envidraçadas [...] O prisma elevado sobre pilotis, o uso de empenas cegas em fachadas opostas, somados aos recuos e às relações interior-exterior ou continuidade-bloqueio, são as questões formais presentes na criação da edificação como um objeto que se impõe ao lote.

2. A segunda estratégia corrente nessa produção, o grande abrigo, apresenta duas variáveis na relação lote-edificação. Numa delas o grande abrigo é uma cobertura que não chega até as divisas do terreno. Para distingui-la, no conjunto da edificação, as vedações são recuadas ou transparentes. Na outra variável, é um

fechamento que cobre o terreno entre as divisas laterais, sendo a largura do lote um dos configuradores do espaço." (Sanvitto, 2002, p. 2)

Na análise das plantas baixas mais comuns à produção arquitetônica da época, encontramos ainda dois modelos adotados com maior frequência:

1 – A planta organizada ao redor de um vazio central – frequentemente conformado pela subtração de parte do volume puro dos prédios – e iluminado por cobertura zenital. Em Florianópolis este princípio se aplica, por exemplo, ao projeto da sede da Eletrosul (ver item 4.2.2)

2 – A planta livre organizada em torno de um núcleo “duro” de serviços e circulação vertical, valorizando a continuidade visual e espacial. É o caso, por exemplo, dos projetos do Tribunal de Justiça (ver item 4.3.1), Secretaria de Educação (ver item 4.3.3) e TELESC (ver item 4.3.4), em Florianópolis.

É importante que se considere, no entanto, que como toda escola que influenciou o pensamento e a criação arquitetônica em grande escala, os princípios éticos e compositivos originais desta escola - como o eco de um som que se esmaece mais e mais a medida que se distancia da fonte - vão sendo diluídos, simplificados e muitas vezes ignorados quando chegam em seus destinos mais longínquos. À distância, forma e conteúdo correm o risco de se desvincular com muita facilidade. E quando falamos de distância, não tratamos exatamente de intervalo geográfico. A distância geográfica tem suas implicações, sem dúvida – o tempo que uma informação leva para ir de um ponto a outro, e o modo como se cristaliza ao final do processo, são variáveis de difícil controle e, portanto, passíveis de gerar distorções. Este princípio, no entanto, não se aplica quando tratamos dos casos de reprodução de modelos arquitetônicos impulsionados por interesses exclusivos do capital imobiliário e especulativo. Nestes casos, “longe”, pode ser o vizinho, e o esvaziamento conceitual em detrimento da adoção de uma forma “aceita” por parcelas específicas de usuários, passa a ser procedimento padrão.

A “Escola Paulista” não representou uma exceção neste processo. Ao contrário. Tão logo seus projetos de linhas sóbrias,

carregados de uma solidez estrutural - e mesmo uma tendência a monumentalidade – são apadrinhados pelo governo já em fins da década de 1960, não tardam a serem reproduzidos por todo o país, atendendo a programas diversos e, por vezes, inusitados.

“Não importava o programa de uso: da casa ao viaduto, da agência bancária ao forno crematório, da escola à torre de garagem, do sofá ao edifício administrativo – era a moda (ou ditadura) das grandes estruturas de concreto, do concreto aparente, dos pilares esculturais, das estruturas protendidas, do exibicionismo estrutural, a competição por vãos livres maiores, dos panos de vidro – imitações esvaziadas dos conteúdos elaborados por mestres como Niemeyer, Vilanova Artigas e seguidores consistentes.” (Segawa, 2002, p. 191)

As arquiteturas institucionais em concreto aparente realizadas em Florianópolis a partir dos anos de 1970 seguem, em geral, este mesmo caminho de “esvaziamento”, mas é importante dizer que não se diferem em nada, neste sentido, da arquitetura institucional praticada em todo o país neste mesmo período. Ainda que tempo e distância conseguissem conservar intactos os princípios compositivos originais da “Escola Paulista”, a simples adoção de um modelo que buscava a igualdade social pela arquitetura em edifícios representativos do poder ditatorial corrente já era suficiente para dotar essa produção arquitetônica de uma carga relevante de contradição.

No caso particular de Florianópolis este processo não se deu desacompanhado. Junta-se a ele o fato de que boa parte das arquiteturas institucionais em concreto aparente da cidade terem sido propostas por arquitetos cuja influência paulista não se deu apenas por mera difusão midiática do modelo mas, principalmente, pela interpretação que essas arquiteturas receberam ao passar pelo filtro das faculdades de arquitetura – fora do contexto paulista - que os formaram.

3.3 Paulistas, Gaúchos e Uruguaiois: os arquitetos migrantes em Florianópolis

Duas das características importantes do contexto arquitetônico brasileiro entre meados das décadas de 1970 e 1980 são os indissociáveis fenômenos da “migração” de arquitetos provindos do eixo Rio-São Paulo para atuar em outras regiões do país, e a criação de diversas novas faculdades de arquitetura fora deste eixo.

Para a compreensão da arquitetura institucional em concreto aparente em Florianópolis nos deteremos na consideração das duas principais regiões que “exportaram” arquitetos para a cidade na década de 1970 (além de São Paulo): notadamente o Rio Grande do Sul e o Paraná.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – primeira da área no estado – foi fundado no final da década de 1970, indo ter sua primeira turma formada apenas em 1981. Desta maneira a produção arquitetônica na cidade entre 1970 e 1985, nosso período de estudo, vai ser de majoritária autoria de arquitetos formados em outros estados. No caso das arquiteturas institucionais em concreto aparente, podemos dividir os projetos entre um pequeno número de arquitetos das seguintes procedências: Pedro Paulo de Mello Saraiva e Luis Forte Netto, ambos de formação paulista; Moisés Liz, Ademar Cassol e Odilon Monteiro, de formação gaúcha; e as exceções – porém notáveis – dos arquitetos Yamandu Carlevaro e Enrique Hugo Brena, provindos do Uruguai.

Cabe observar, todavia, que a presença gaúcha e uruguaia em Florianópolis não se resume apenas à leitura direta entre os autores das principais obras e suas regiões de formação em arquitetura. O que podemos ver, a partir de breve análise é que, mais do que isso, as formações desses arquitetos, embora distintas, encontram em muitos momentos fios condutores comuns. Edgard Graeff e Demétrio Ribeiro, arquitetos responsáveis pelo relatório sobre as questões urbanas e infra-estruturais de Florianópolis (em 1952) e pela criação do Plano Diretor do município (aprovado em 1954), foram os principais líderes intelectuais da Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do

Sul, entre 1960 e 1970 (período de implantação de seu novo currículo e de formação dos arquitetos que vem atuar em Florianópolis pouco depois). Demétrio Ribeiro e Edvaldo Paiva - outro dos autores do plano diretor de 1954 - tiveram formação no Uruguai (Ribeiro em arquitetura e Paiva em engenharia e, posteriormente, urbanismo), Edgard Graeff se formou no Rio de Janeiro, mas assim como Edvaldo Paiva cursou pós-graduação em urbanismo no país vizinho.

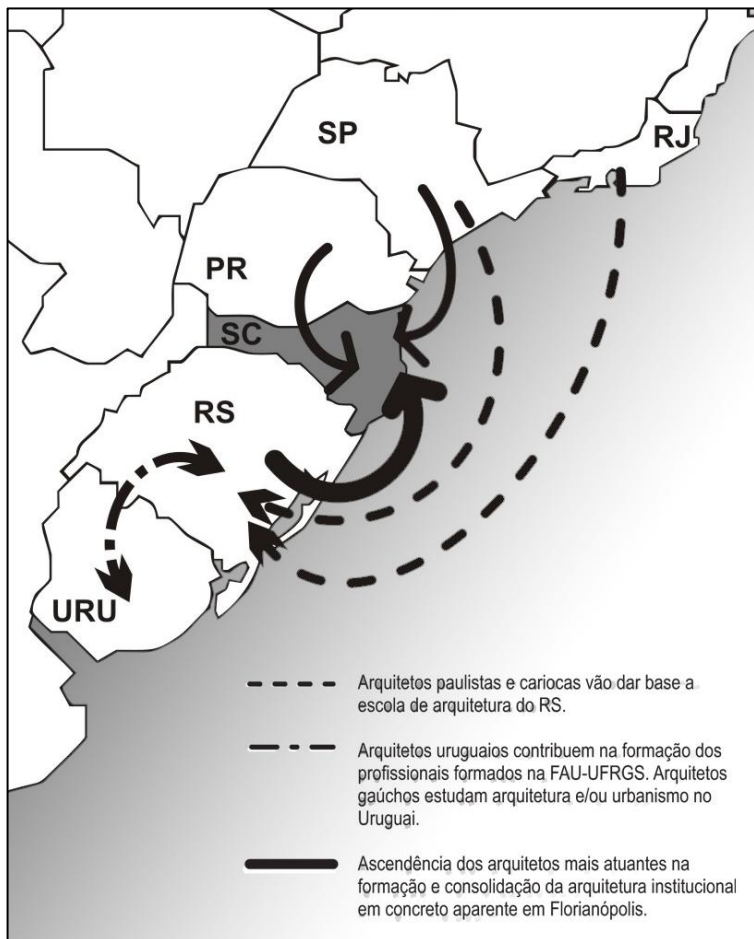


Figura 29 - Movimentos dos principais arquitetos que participaram da produção da arquitetura institucional em concreto aparente em Florianópolis. [Fonte: Autora]

“Outra influência no Rio Grande do Sul derivou do fascinante modernismo uruguaio protagonizado por Villamajó (1894-1948), Surraco (1896-1976), Scasso (1892-1975), de Los Campos, Puente y Tournier e a Facultad de Arquitectura de Montevideo – de onde regressou Demétrio Ribeiro – outra importante referência intelectual no sul do Brasil. A escola de arquitetura do Rio Grande do Sul, nesse sentido é tributária da informação vanguardista de Montevideo, do Rio de Janeiro e talvez da europa, com o ainda não avaliado papel desempenhado pelo austriaco Eugenio Steinhof, militante no ensino de arquitetura na Escola de Engenharia de Porto Alegre, antes de sua integração ao curso ministrado nas Belas-Artes Steinhof foi saudado em 1929 por Adolfo Morales de los Rios Filho (1887-1973) como um ‘arquiteto moderno’ vienense, por ocasião de sua conferência no Rio de Janeiro, com poucos meses de antecedência da palestra de Le Corbusier.” (Segawa, 2002, p. 132)

Vilamanjó também foi professor do Demétrio Ribeiro na faculdade de arquitetura de Montevideo, onde se formaram também os arquitetos uruguaio Enrique Hugo Brena e Yamandu Carlevaro, ambos herdeiros da tradição da arquitetura moderna do país.

Enquanto a Faculdade de Arquitetura da Universidade Rio Grande do Sul sofreu influência dos pensamentos carioca e uruguaio, em Curitiba se abrigou a “derivação mais eloquente do pensamento de São Paulo” (Segawa, 2002, p. 152) Dos arquitetos que atuavam na capital paranaense merece destaque Luiz Forte Netto (de formação paulista) que participou da construção do cenário da arquitetura institucional em concreto aparente em Florianópolis com seu projeto para a sede da Eletrosul.

3.4 O uso do concreto aparente

“(...) Seria impossível compreender o caráter inovador da arquitetura brasileira sem nos detemos na contribuição extraordinária dada pela moderna técnica do concreto armado, que tem sido capaz de responder às mais audaciosas propostas dos construtores. Não é possível separar o sucesso artístico dos nossos arquitetos da capacidade dos engenheiros brasileiros, os quais vêm demonstrando, através dos anos, a mesma intenção renovadora. Não é por acaso que temos hoje a nossa disposição uma experiência técnica no uso do concreto armado comparável à dos países mais adiantados do mundo. (...)”
(Artigas, 1999 p.143)

Se precisássemos eleger o material protagonista da arquitetura brasileira, entre 1970 e 1985 – nosso período de estudo – não recairia qualquer dúvida sobre a predominância do concreto em sua forma aparente.

Poucas arquiteturas do mundo souberam se valer, como fizeram as brasileiras, das características de um material em favor da construção de uma linguagem projetual particular, própria. Das vantagens da plasticidade do concreto e da facilidade de moldagem de praticamente qualquer forma, todo o modernismo em arquitetura do país é tributário. Do mesmo modo, o caráter antagônico a este – a rigidez do concreto quando pronto e sua expressão monolítica – foram fonte de extensas pesquisas plásticas realizadas pelos arquitetos modernos brasileiros.

Embora o uso do concreto aparente tenha ganhado corpo em todo mundo a partir da década de 1950¹³, no Brasil a partir de

¹³ Entre 1946 e 1952 Le Corbusier já ensaiava o uso do concreto em sua forma aparente no seu projeto para a Unidade de Habitação de Marselha, na França. Entre 1948 e 1949 Pier

meados da década de 1960 os incentivos econômicos dedicados à indústria do cimento impulsionaram fortemente o processo de disseminação de seu uso em diversas áreas da construção – de rodovias a residências, de hidrelétricas a prédios públicos – e o desenvolvimento de novos experimentos e técnicas para sua execução, principalmente sob a forma de concreto armado ou protendido.

“Acompanhada de um período de avanços no campo industrial e produtivo, a urbanização frenética configurou o pano de fundo para o aprimoramento da técnica no Brasil. A necessidade gerada pela intensa construção de grandes rodovias e pontes contribuiu para que as pesquisas em relação ao concreto se intensificassem e normas começassem a ser unificadas.” (Giannecchini, 2009, p. 38)

Durante o regime militar e, em particular, durante o período do chamado “milagre brasileiro” os investimentos governamentais destinados, tanto aos setores públicos quanto privados, beneficiaram diversos ramos industriais e alavancaram o desenvolvimento da indústria de bens de capital. Para se ter uma idéia, entre 1964 e 1976 a indústria do cimento no Brasil passou de uma produção de 5,6 para 19,1 milhões de toneladas. As razões desses números podem ser encontradas na adoção de uma política econômica que promoveu agressiva substituição de importações nos setores produtores de máquinas e equipamentos, insumos básicos para a indústria e aumento da produção e da prospecção de petróleo. As empresas cimenteiras brasileiras foram favorecidas também por um esquema de apoio do BNDES que incluía empréstimos para a racionalização do uso de combustíveis e repasses do BNH - uma vez que a indústria produzia material de construção indispensável para o desenvolvimento que os militares “desejavam” para o país. (Baer, 2002, p, 438)

Destaca-se também o

“[...] crédito de IPI sobre a compra de equipamentos, depreciação acelerada para equipamentos nacionais;

Luigi Nervi apresenta suas estruturas aparentes no projeto do edifício da exposição de Turim e, antes ainda, entre 1940 e 1943 seu hangar para aviões.

isenções do imposto de importação, crédito subsidiado e formas mais ou menos explícitas de reserva de mercado para novos empreendimentos; e a garantia de política de preços compatível com as prioridades da política industrial.” (Votorantin, 2009)

Do ponto de vista da arquitetura, já na década de 1960 o uso do cimento para a produção de estruturas em concreto armado ocupava lugar de destaque entre os projetistas.

As primeiras experiências brasileiras na produção do então “cimento armado” datam de 1888, quando da instalação da primeira fábrica no país. Não tendo logrado êxito, outras raras indústrias se instalaram até o final do século XIX, mas é apenas a partir de 1910 que se instalam no país empresas de cimento estrangeiras que viam no Brasil um mercado promissor.

As primeiras obras erguidas em concreto no país foram pontes sobre rios do interior de São Paulo e do Rio de Janeiro, também na década de 1910. Segundo Gianechinni (2009), o primeiro edifício em cimento armado foi construído em São Paulo, em 1909, com projeto do arquiteto Francesco Notaroberto. Já na década de 1920 os cálculos estruturais – antes feitos no exterior – passam a ser realizados no Brasil e nas duas décadas seguintes foram elaboradas novas normas técnicas decorrentes do aprimoramento dos cálculos e das necessidades estruturais que emergiam.

Na década de 1950 foram fundadas as primeiras empresas de cimento com capital exclusivamente nacional. Alguns anos antes Le Corbusier apresentou ao mundo suas experiências em concreto aparente na Unidade de Habitação de Marselha. No Brasil, um ambiente de efervescência cultural trazia com relativa frequência exposições e mostras que atualizavam os arquitetos brasileiros quanto às experiências estruturais no mundo.

A construção de Brasília (a partir de 1956) e a expressão plástica do concreto armado que Niemeyer mostrou dominar nos projetos de seus palácios para a capital federal, impulsionaram de modo especial as experiências formais na utilização do concreto armado no país. Predominava na obra de Niemeyer, no entanto, a prática moderna purista de pintar as estruturas em branco.

Exceções notáveis a regra foram os edifícios do Ministério das Relações Exteriores (Itamarati) e a Catedral de Brasília (que terminou por ser pintada posteriormente).

Fábio Penteadó, em entrevista recente, atribuiu à construção de Brasília a origem da utilização majoritária do concreto aparente nos projetos paulistas que a sucederam:

“Com o advento de Brasília, o plano de ação do Carvalho Pinto pendeu para a aceitação de uma linha de arquitetura modernista. Assim, depois de Brasília, começou em São Paulo a história do concreto aparente, que virou moda. Nos concursos públicos o concreto era um dogma. Se o projeto não tivesse concreto aparente era descartado na certa. Em um certo momento, até a dificuldade de se fazer um concreto aparente bem-feito teve um efeito extraordinário, pois quando a superfície saía malfeita, virava Brutalismo. Mas a verdade é que muitas vezes se fazia uma estrutura cheia de buracos, com má qualidade, resultado de um jeito caipira de entender o material e suas potencialidades. E muita gente reagia mal, não entendia, criticava – de certa maneira, com razão.” Fábio Penteadó em entrevista a (Sayegh, 2008)

De fato a arquitetura da nova capital federal inspirou grande parcela dos arquitetos modernistas no Brasil e no mundo, mas é à arquitetura desenvolvida em São Paulo a partir do final da década de 1950 que se atribuiu, historicamente, a posição de grande disseminadora da utilização do concreto em sua forma aparente no país.

Pelas mãos de Artigas e seus seguidores a utilização das estruturas de concreto aparente passou a representar mais do que o simples emprego de uma técnica construtiva, mas assumiu ares ideológicos, vindo a representar o desejo dos arquitetos de transformar as relações no canteiro de obras e, ao fim e ao cabo, de transformar as relações na sociedade brasileira.

Na década de de 1980 diversos fatores contribuíram para a substancial diminuição do número de arquiteturas em concreto aparente. Entre elas podemos citar: a consolidação da indústria do aço, já implantada no Brasil desde os anos de 1960; o aumento do

preço da matéria prima básica do concreto - o cimento; o alto preço das fôrmas de madeira (que logo deram lugar ao uso de compensados e madeiras reconstituídas); e a linguagem compositiva pós-moderna, high tech, que avança o cenário arquitetônico com a valorização de estruturas metálicas, polidas e brilhantes expostas como signo de contemporaneidade.

Na arquitetura produzida em Florianópolis as primeiras estruturas independentes em concreto datam da década de 1940, e foram executadas em um contexto de grandes dificuldades técnicas que iam desde a elaboração de cálculos dimensionais adequados, passando por uma enorme dificuldade de acesso ao material e indo terminar em uma mão de obra que praticamente desconhecia os métodos de trabalho apropriados para sua execução. Castro (2002) aponta que até esta década o cimento utilizado nas obras da capital provinha de importação da Alemanha. Na década seguinte o material já era produzido em Itajaí. Cal, telhas e esquadrias também eram fornecidas por outras cidades do estado.

Wolfgang Ráu, projetista e construtor de origem suíça com larga atuação na construção dos primeiros edifícios com estruturas independentes em concreto armado em Florianópolis, relata a Castro (Castro, 2002) os resultados práticos gerados pelas dificuldades técnicas da época. Neste depoimento Ráu “lembra que muitas vezes exagerava-se no dimensionamento de vigas, lajes e pilares obtendo-se resultados contraditórios com os objetivos da época: a construção se tornava mais cara e visivelmente mais pesada.” (Castro, 2002, p. 49)

Apenas no final da década de 1950 passa-se a identificar na arquitetura de Florianópolis uma transformação no dimensionamento e execução das estruturas em concreto armado. Vãos de maior amplitude, conjuntos viga-pilar mais delgados e leves e maiores alturas vencidas pelas estruturas demonstram um conhecimento técnico um pouco mais apurado em relação à utilização do concreto armado, tanto em relação ao seu dimensionamento quanto na execução das estruturas. Dentre as razões para este aprimoramento cabe destaque para a fundação em Santa Catarina de órgãos de classe ligados a engenharia e a arquitetura, que promoviam debates diversos em nível regional

que permitiram a troca e difusão de conhecimentos técnicos entre os profissionais do estado.¹⁴

Na década de 1970 – período áureo da arquitetura em concreto aparente no país – o cenário da tecnologia e mão de obra especializada em edificações de concreto armado ou aparente não muda tão drasticamente. Mesmo com o aumento significativo de obras que utilizavam o sistema, boa parte dos trabalhos em grandes obras institucionais foram realizadas por empresas construtoras externas a Florianópolis.



Figura 30 - Concretagem do primeiro nível do Tribunal de Justiça de Santa Catarina [196-] Projeto: Saraiva, 1968 [Fonte: Acervo Tribunal de Justiça, 2005]

¹⁴ Já em 1934 foi criada a ACE (Associação Catarinense de Engenheiros) que, além de promover os debates citados, teve papel de destaque na criação do CREA/SC (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Santa Catarina) em 1957, na fundação da Escola Técnica Federal, em 1960, e na implantação da Escola de Engenharia da UFSC e do Sindicato de Engenheiros de Santa Catarina. (Castro, 2002, p.50)

Um bom exemplo do parco domínio da técnica na cidade é o projeto da cobertura do Terminal Rodoviário Rita Maria. Formado por peças hexagonais (assemelhadas a um diafragma) de 35 metros de comprimento, seu projeto previa a utilização do concreto armado em sua construção. Na prática, todavia, a execução das peças esbeltas de concreto e a enorme carga que representaria sobre um sítio aterrado mudou os planos originais. Ao fim e ao cabo, a cobertura precisou ser executada em argamassa armada, diminuindo substancialmente a pressão sobre o terreno.

A atenção à execução das peças em concreto também foi determinante na qualidade das obras. Enquanto em algumas delas podemos ver emendas e preenchimento de falhas executivas com argamassa sobreposta a estrutura, em outras o domínio técnico partia desde a elaboração e especificação de projeto. Dentre os projetos estudados (e que serão apresentados a seguir), um dos que alcança maior qualidade executiva é, sem dúvida, a sede da Eletrosul. Não por acaso podemos ver, já nas plantas do projeto de Luis Forte Netto, notas de seu escritório acerca dos cuidados necessários na execução das formas.

Cabe dizer também que, assim como em muitas obras do Brasil no período, a “estética” do concreto que vigorava na produção arquitetônica muitas vezes foi buscada de modo falseado, ou seja: são comuns as edificações que, ainda que usem estruturas em concreto armado, receberam fechamentos tradicionais de alvenaria revestida em argamassa e foram, posteriormente, pintadas de modo a “imitar” a aparência do material. Comum também foi a pintura das estruturas em concreto aparente de modo a escamotear as imperfeições em sua execução. Foi um preço que se pagou pela dissolução dos argumentos “éticos” ligados à arquitetura em nome de princípios “estéticos” dominantes.

“Descolando-se do programa social que supostamente a sustentava, a técnica adquire novo status: passa a ser um fim em si mesma. É transformada em linguagem autônoma e, como tal, inchada até os limites da hipertrofia, produzindo uma agressividade imaginária: uma ‘racionalidade mentirosa e sem perigos’ empregada para dar a ilusão de ordem ao absurdo. A

‘verdade’ das estruturas é falseada, não como em Warchavchik, pois agora o resultado é farsesco. Deformações, virtuosismos, ilusionismos invertem o sentido inicial e eram justificados pela ‘sensibilidade do arquiteto’, pelo seu arbitrário à ‘licença poética’. A estética empenhada da arquitetura moderna anterior inverte o sinal: passa a ser má técnica fetichizada dissimulando a falta de responsabilidade política” (Arantes, 2002, p. 44-45)

Nos anos de 1980, em paralelo às questões econômicas que colaboraram para a diminuição dos projetos de arquiteturas em concreto aparente, surgiu também, por via de arquitetos ligados a “Escola Paulista” uma postura em defesa da redução do uso do concreto, tendo em vista os riscos que sua produção exercia na saúde dos operários.

“(…) a maior jornada de trabalho, doenças e acidentes mortais acontecem no canteiro. É o luar onde se reúne o maior conjunto de explorações do nosso sistema. Não vejo como estar preocupado com a ética, desconhecendo totalmente esta realidade brutal. O concreto armado foi aplicado com mil intenções, mas pesquisas recentes mostram que o cimento é a causa principal das doenças do canteiro, tipo dermatose, silicose, etc. Quando se sabe disso, utilizar o concreto além do estritamente necessário passa a ser crime.” Sérgio Ferro em (Acayaba, 1986)

Não se pode tributar, é claro, a esta postura a razão do declínio da utilização do concreto aparente como gênese e razão da arquitetura, mas a diversas questões já apontadas nesta pesquisa, como a relação econômica desfavorável e a própria “crise” de valores porque passava a arquitetura neste momento de “transição democrática” (tanto política no Brasil, quanto arquitetônica no mundo)

3.5 Parênteses: Ser ou não ser Brutalista

Se a existência ou não de uma “Escola Paulista” de arquitetura já era tema polêmico entre a crítica especializada e os arquitetos vinculados a esta escola, uma segunda discussão, paralela, vai também ganhar espaço na pauta dos debates sobre arquitetura a partir da década de 1960: a vinculação da produção da “Escola Paulista” aos princípios éticos e estéticos do Brutalismo.¹⁵

Enquanto por um lado uma boa parcela da crítica arquitetônica brasileira apresenta a adjetivação “brutalista” como indissociável de uma definição precisa da arquitetura produzida em São Paulo a partir da década de 1960, parcela igualmente representativa não apenas discorda da classificação como, muitas vezes, descarta qualquer possibilidade de conexão entre os dois movimentos.

Zein (2002) atribui a instauração desta polêmica à coexistência de três posicionamentos conflitantes sobre o tema:

“A opinião contrária à postulação da questão do Brutalismo se divide, a grosso modo, em três vertentes: a que se opõe ao tema em face da priorização da questão da identidade nacional, conforme defendida por Vilanova Artigas; as não-opiniões contraditórias e de tom negativo que preconizam a inexistência de estudos aprofundados sobre o tema do Brutalismo (ao mesmo tempo que se negam realizá-los), assinalando a impossibilidade ou até o desinteresse em se demorar sobre o assunto; e a negação pela ausência, que invalida a discussão sobre o tema do Brutalismo paulista ao afirmar não haver ruptura, mas simples continuidade,

¹⁵ A discussão, abandonada a partir da década de 1980, foi re-acesa no meio acadêmico já em fins da década de 1999. Entre os diversos trabalhos recentes dedicados ao tema, merecem especial atenção as de autoria de Marlene Acayaba (*Brutalismo Caboclo, as residências paulistas*, 1985) e (“Reflexões sobre o Brutalismo caboclo” Entrevista de Sérgio Ferro a Marlene Milan Acayaba., 1986); Fernando Freitas Fuão (*Brutalismo, a última trincheira do movimento moderno*, 2000); e Ruth Verde Zein (*Brutalismo, “Escola Paulista”: entre o ser e o não ser*, 2002), (*Arquitetura da “Escola Paulista” brutalista (1953-1973)*, 2005) e (*Brutalismo, sobre sua definição (ou, de como um rótulo superficial é, por isso mesmo, adequado)*, 2007), entre outros.

da arquitetura ‘paulista’ em face da ‘carioca’, evitando espertamente precisar melhor o tema - até porque, se o fizer, entrará em contradição com os fatos.” (Zein, 2002, p. 7)

À parte as vertentes apresentadas por Zein (2002), cabe uma breve introdução sobre os conceitos básicos sobre os quais se funda o chamado Brutalismo em arquitetura¹⁶.

A tese mais difundida aponta que o movimento brutalista surge com este nome na Inglaterra em 1955 com a publicação do “manifesto brutalista” por Alison e Peter Smithson. Sua base ética fundava-se no respeito à “integridade, responsabilidade, verdade, objetividade, justa expressão do material, da construção e ausência de revestimentos.” (Barone, 2002).

A “integridade” e a “responsabilidade” estavam relacionadas ao comprometimento do arquiteto com a sociedade, a cidade e sua estrutura. Como “verdade” entendia-se o emprego de modos de construção que se evidenciassem através dos materiais e estruturas adotados.

“O material se usava como se encontrasse; a justa expressão do material era a clara expressão das técnicas construtivas e dos esforços de cada elemento estrutural empregado. Para os Smithsons, a lógica de pensamento e projeto poderia se manifestar no exterior, através da disposição espacial, da construção, dos materiais. Interessava a objetividade, de modo que a expressão do projeto viesse daquilo para que o edifício servia, e não do gênio pessoal do autor. A imagem seria importante à medida que traduzisse para o observador o edifício.” (Barone, 2002).

O uso dos materiais e dos sistemas construtivos “as found” expressa pelos Smithson vinha de uma necessidade de contrapor o padrão populista da arquitetura oficial. Era, portanto, um preceito ético que em muito se aproximava, neste sentido,

¹⁶ O conceito de Brutalismo não se restringiu ao campo arquitetônico, indo caracterizar também trabalhos como o do artista Jean Dubuffet (Art Brut) ou mesmo a fotografia, como na exposição “Parallel of Life and Art”, de 1953.

daqueles que foram adotados pelos arquitetos discípulos de Artigas.

Ainda que a aproximação entre parte do ideário do movimento brutalista inglês e os princípios da “Escola Paulista” de arquitetura possam ser apontados sem muita dificuldade, esta possível vinculação encontrava resistência nos próprios arquitetos protagonistas dessa produção. O mestre Artigas, por exemplo, não apenas refutava a idéia, como a considerava derivada de um “irracionalismo tendente a abandonar os valores artísticos da arquitetura, de um lado, aos imperativos da técnica construtiva que se transforma em fator determinante” (Artigas e Silva, 1988, p. 78).

Para Fuão (2000), a negação por parte de Artigas do vínculo ético entre os movimentos derivava, em parte, de relativa “desinformação” do arquiteto acerca do movimento inglês e, em parte, da necessidade de associação da arquitetura produzida nos moldes da “Escola Paulista” nas décadas de 1960 e 1970 como forma de “resistência e identidade arquitetônica nacional”. Neste sentido o autor ainda destaca que, embora guardasse características muito semelhantes as do movimento inglês, o discurso atrelado a arquitetura produzida no Brasil neste período nunca se alinhou “oficialmente” com o discurso brutalista corrente em nível internacional:

“É literalmente curioso observar que em toda a grande produção arquitetônica brasileira dos anos 60-70 com características descaradamente brutalista; seja em seu sentido ético social de uma busca pelos aspectos culturais de identidade, ou seja, exatamente pelo código estético de utilização de materiais (concreto bruto, tijolos à vista, instalações aparentes, destaque das caixas d’água, destaque volumétrico de elevadores e escadas); não se faça referência ao vocabulário formal e teórico dos Novos brutalistas. O discurso girava sempre em torno a descrição simplista do projeto, dos materiais, da criatividade estrutural, exaltava o aspecto revolucionário do programa, a organização não convencional da casa, a fluidez e polivalência dos espaços, a simplicidade e a “pobreza” adequada dos materiais.” (Fuão, 2000)

Zein (2002) compartilha da visão de Fuão sobre o posicionamento de Artigas, em especial a parte em que o autor relaciona a postura de negação da “influência” brutalista a “busca frenética de criar através da arquitetura a imagem de uma identidade nacional, e contra um movimento internacional que seria igual no mundo inteiro. Um correlato imediato entre imagem arquitetônica e cultura nacional” (Fuão, 2000). E a autora vai além, atribuindo a “teimosia de alguns pretensos discípulos em manter, de maneira a-histórica, acrítica, estreita e sectária, uma visão de mundo que não mais é possível, e muito menos é satisfatória. (...)” uma das razões da “resistência corrente” da historiografia arquitetônica brasileira em legitimar a relação entre o Brutalismo e a “Escola Paulista” de arquitetura.

Há que se observar, todavia, que se o movimento brutalista inglês e a “Escola Paulista” de arquitetura guardavam semelhanças no sentido da busca - através de uma ética social - de enfatizar as questões culturais e de representação de uma identidade por via arquitetônica, era também neste sentido que encontravam suas diferenças. Enquanto no movimento brasileiro a “identidade” a se encontrar deveria ser, não apenas “nacional”, mas “anti-internacional”, os brutalistas ingleses consideravam “locais culturais, onde a arquitetura estava a serviço da cultura” e não havia espaço para considerações de âmbito nacionalista. (Fuão, 2000)

“Na questão ética, o Brutalismo Paulista reporta ao movimento homônimo inglês, que teve nos Smithson seus maiores defensores. Por outro lado, a influência formal está vinculada a Le Corbusier, ao concreto bruto aplicado aos prismas puros e à busca da univolumetria. Também Frank Lloyd Wright e os arquitetos europeus imigrados para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra influenciaram a arquitetura paulista. A herança européia chegou ao Brasil reprocessada pela cultura norte americana, especialmente pelos trabalhos de Richard Neutra, Mies van der Rohe, Walter Gropius e Marcel Breuer. Estes precedentes estrangeiros foram tomados como referenciais, mas não se operou uma transposição direta, pois o Brutalismo Paulista considerou as características nacionais e as específicas de São Paulo.” (Sanvitto, 1997, p. 93)

Considerando isto, não parece estranho ou incabível que os arquitetos vinculados a “Escola Paulista” – bem como seus discípulos, vissem na comparação entre os dois movimentos uma espécie de “subestimação” das intenções éticas e estéticas por eles defendida e, portando, razão mais do que suficiente para que a possível conexão entre os movimentos fosse refutada, ignorada ou minimizada.

A bem da verdade, à exceção de Artigas e de alguns arquitetos ligados a ele diretamente, tanto a crítica arquitetônica, quanto parcela substantiva de arquitetos atuantes no período, tendiam a apresentar uma posição que, se não aceitava completamente uma identificação entre a produção paulista e o Brutalismo inglês, considerava, sim, alguma aproximação.

“Não se pode negar que arquitetos brasileiros também foram tributários do Brutalismo; muitos paulistas caminharam por essa senda, e talvez nela tenham identificado um recurso conceitual de legitimação de uma prática. Todavia, distinguir a produção paulista como ‘Brutalista’ força uma relação de ascendência que minimiza as demais influências ou condicionantes significativas na formação desse pensamento arquitetônico.” (Segawa, 2002, p. 150)

Cabe dizer, neste sentido que, em alguns casos, a alcunha brutalista não apenas foi aceita, como sua distinção da produção arquitetônica brasileira foi sublinhada pela adição de um segundo adjetivo: o caboclo.

Acayaba (1986) aponta que, já em seu ensaio *Arquitetura Nova*, de 1968, o arquiteto Sérgio Ferro¹⁷ afirma que, diferentemente do “Brutalismo estetizante europeu”, a arquitetura paulista dos anos de 1960 “diante do adiamento de suas esperanças de organizar o espaço de um outro tempo mais humano, resultaram numa espécie cabocla de Brutalismo”.

¹⁷ Sérgio Ferro é artista plástico e arquiteto formado pela FAU-USP – onde também lecionou. Entre 1972 e 1989 foi professor da Universidade de Grenoble (França). É autor dos livros “O Canteiro e o Desenho” (1979) e “Michelangelo” (1981) e “Arquitetura e Trabalho Livre” (2006).

É curioso notar que o adjetivo “caboclo” vinculado ao “Brutalismo brasileiro” assumiu historicamente duas acepções distintas. Se por um lado exprimia a transformação “nacionalizante” porque passou o modelo ao ser interpretado pelos arquitetos brasileiros, em um segundo sentido foi adotado com grande carga pejorativa, em referência a debilidade técnica com que foi executado por muitos anos.

Independentemente da corrente de pensamento assumida no debate sobre o Brutalismo e a “Escola Paulista”, o único fato que parece consenso entre os autores e arquitetos é a “inspiração” comum de ambos os movimentos nos projetos da última fase de Le Corbusier, com destaque para a Unidade de Habitação de Marselha, na França.



Figura 31 - Unidade de Habitação de Marselha. Projeto: Le Corbusier, 1947 [Fonte: Andrew Littlewood, 2007]

Projetada entre 1947 e 1953, a Unidade de Habitação foi uma das mais importantes realizações pós-guerra do arquiteto franco-suíço. É na Unidade de Marselha que veremos construída pela primeira vez o modelo da “unidade de habitação” proposta por Le Corbusier como a solução pra questão da moradia na

cidade moderna. Em termos de expressão arquitetônica o edifício vai sintetizar o ideário do modernismo racionalista em consonância com a estética da estrutura aparente em concreto armado, se afastando do “purismo” e alvura da arquitetura moderna praticada até então.

“Em Marselha, Le Corbusier explorou essas qualidades do concreto e sua técnica rudimentar em escalas distintas: de perto, ficavam à mostra a composição heterogênea e a aspereza do concreto, ressaltadas pelas imperfeições e pela rudeza do molde; à meia distância, havia o padrão, a textura criada pela variação do sentido das fôrmas de madeira, capaz de ‘compor’ uma superfície; e, de longe, a forma geral do edifício remetia a um ‘monolito esculpido’, cheio de protuberâncias, aberturas e saliências. O imperfeito, o denso, o compacto, o maciço e a unidade são qualidades imanentes à sua aparência” (Castellotti, 2006, p. 20)

É importante comentar, ainda, que embora o conceito de Brutalismo seja habitualmente relacionado à produção da “Escola Paulista” de arquitetura, parte das obras que acompanham os preceitos do movimento são de autoria de arquitetos ligados a “Escola Carioca”¹⁸. Como vimos, o primeiro projeto brasileiro considerado brutalista foi o edifício do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, de Affonso Eduardo Reidy. Segundo Kamita (2000), mais do que este mérito, o projeto de Reidy vai ser “modelo” para as primeiras obras da última fase de Artigas.

“A forma do prisma invertido havia sido experimentada por Niemeyer na escola de Diamantina, mas Artigas deve ao MAM do Rio de Janeiro (1953), de Reidy, a solução dos pórticos estruturais seriados. Trata-se, em ambos os casos, de extrair o máximo rendimento do esqueleto de sustentação, não só no sentido funcional, mas também no sentido plástico, pois essa variação da seção do pórtico tanto acompanha a lógica das solicitações de forças, quando conforma um perfil elegante e delgado, cuja repetição define a modulação

¹⁸ Aprofundamento sobre a questão do Brutalismo na arquitetura carioca é apresentado por Flávio Castellotti, em sua dissertação: “Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro - A Dimensão Brutalista”, 2006. ProArq, FAU, UFRJ.

da planta e volumetria do edifício. Outro ponto de convergência com o museu carioca é o tratamento rústico do concreto e a introdução de brises transversais no encontro da viga com o pilar e com grandes beirais que protegem o interior contra a insolação excessiva.” (Kamita, 2000, p. 28)

Este “modelo” carioca, baseado na “franca exterioridade da forma” será em seguida invertido por Artigas que, por sua vez, “aposta na expansão do interior, buscando-lhe desse modo atribuir-lhe foros de exterior”. (Kamita, 2000). Essa “interiorização” da arquitetura de Artigas vai logo se tornar uma das principais características da produção da chamada “Escola Paulista”, que, juntamente com argumentos de ordem política, se afasta de sua “origem” carioca.

À margem da polêmica, a arquitetura institucional em concreto aparente realizada em Florianópolis a partir dos anos de 1970, não encontra profunda ligação ética ou estética com o ideário brutalista, a não ser em uma leitura superficial das estruturas em concreto aparente como geradoras dos espaços arquitetônicos. Os traços remanescentes de uma possível “inspiração” brutalista na arquitetura de Florianópolis provêm, prioritariamente, da herança compositiva da “Escola Paulista”.

Excetuando as obras dos arquitetos Pedro Paulo de Melo Saraiva (Assembléia Legislativa do Estado e Tribunal de Justiça) e Luis Forte Netto (sede da Eletrosul) - ambos de formação acadêmica paulistana fundada nos princípios de Artigas - que apresentam mais claramente os pressupostos éticos e compositivos característicos de sua escola, a maior parte dos projetos institucionais em concreto aparente na cidade vão se apresentar como variantes, interpretações já transformadas do modelo original.

Os projetos dos demais edifícios, embora declaradamente influenciados pela “Escola Paulista” e pelos últimos trabalhos de Le Corbusier¹⁹, se afastam gradualmente de ambas as fontes à

¹⁹ Em entrevista a Alberton (2006) o arquiteto Ademar Cassol, um dos mais atuantes nos projetos de arquiteturas institucionais em concreto aparente em Florianópolis, declara que as “escolas e profissionais de referência na época” eram “o Brutalismo Paulista de Artigas e

medida que vão buscando, inicialmente, atender função oposta a que vislumbrava a utopia paulista. Enquanto em sua origem a “Escola Paulista” tinha como preocupação fundamental a participação da arquitetura na resolução dos problemas sociais do Brasil e buscava valorizar as questões sociais relacionadas à construção e ao desenvolvimento de uma arquitetura habitacional social, a “arquitetura das estatais” dos anos de 1970 adota o repertório compositivo da escola e o subverte, às vezes utilizando apenas materiais comuns, às vezes a utilizando conceitos impróprios às intenções de seus clientes (governo e estatais) e que são prontamente anulados – como os vão livres de acesso público e a relação entre cidade e arquitetura.

A arquitetura da “Escola Paulista” e a adotada nos projetos de sedes de governos e estatais em Florianópolis vai apresentar uma outra diferenciação fundamental: enquanto a busca pela simplificação dos detalhes e processos construtivos estava na pauta dos arquitetos paulistas, na capital catarinense os projetos caminham no sentido oposto, em busca de uma sofisticação de detalhes e elementos decorativos apostos às estruturas que acabam muitas vezes recebendo mais destaque do que a estrutura como elemento gerador do espaço em si.

No capítulo que segue buscamos apresentar, através de algumas das principais edificações institucionais em concreto erguidas na cidade nas décadas de 1970 e 1980, como se expressaram os pontos comuns e divergentes entre os pressupostos paulistas e a arquitetura produzida em Florianópolis no período.

Paulo Mendes da Rocha e à nível internacional Mies van der Rohe”. Odilon Monteiro, seu colega em grande parte destes projetos também afirma que “naquela época, na UFRGS, não existia outra opção: éramos modernos ou modernos. Sequer tínhamos aulas sobre o neocolonial e essas outras fases”.

CAPÍTULO IV – Estudos de Caso

Nos capítulos anteriores vimos que a arquitetura institucional em concreto aparente erguida em Florianópolis entre 1970 e 1985 encontrou suas características formais e sua política de localização na soma dos contextos político e econômico nacional e local e, fundamentalmente, no modelo arquitetônico propalado pela chamada “Escola Paulista” de arquitetura.

As questões relacionadas à localização dos edifícios, e a repercussão das mesmas na estrutura urbana de Florianópolis foram apresentadas no capítulo II. Formalmente, o que vamos ver na arquitetura em concreto aparente na capital catarinense é a aplicação, com pouquíssimas variações, dos princípios compositivos que caracterizavam a produção paulista a partir da década de 1960.

Em razão dessas similaridades, reproduzimos na seqüência a caracterização que Zein (2002) fez sobre a obra da “Escola Paulista” e que, não fosse o contexto da autora, poderiam facilmente ser referentes à arquitetura institucional praticada em Florianópolis nas décadas de 1970 e 1980:

“procura de horizontalidade; jogos de níveis quase sempre reunidos num bloco único, destacado do chão; tratamento cuidadoso de estrutura de concreto armado aparente; elementos de circulação têm função destacada: se internos, definem zoneamento e usos, se externos, sua presença plástica é marcante. A tecnologia empregada é a do concreto armado ou protendido, fundido *in loco*, utilizando lajes nervuradas, pórticos, pilares com desenho diferenciado, sempre com vãos livres e balanços amplos, *sheds*, grandes empenas de concreto usadas como quebra-sol ou plano de reflexão de luz, jogos de iluminação zenital/lateral, volumes anexos com estrutura independente. Nos memoriais os autores mostram-se preocupados com a flexibilidade de uso dos espaços e possível renovação na sua destinação; segundo eles, isso comparece no projeto através da modulação, previsão de amplos espaços cobertos, concentração de

funções de serviço. Sua relação com o entorno é claramente de contraste visual, apesar de se proporem integrados com o sítio, pela facilidade de acessos” (Zein, 2002)

Lançando mão desta “gramática” compositiva os edifícios institucionais em concreto aparente erguidos na cidade, mesmo passados entre 30 e 40 anos de suas construções, ainda se destacam na paisagem urbana da capital. Com maior ou menor relevância político-administrativa ou com diferentes níveis de desenvolvimento de projeto e execução, esses prédios podem ser reunidos em um conjunto relativamente homogêneo de arquiteturas que compartilham, não de todas as características descritas anteriormente, mas de, no mínimo: tempo, espaço, função e expressão formal.

Considerando isto pudemos selecionar 13 das edificações institucionais em concreto aparente mais significativas construídas em Florianópolis entre os anos 1970 e 1985. Para tanto foram considerados os seguintes critérios:

1 - Localização dos prédios, com base em duas apreciações: a primeira referente a repercussão urbana que suas implantações representaram para a cidade – conforme apresentado no capítulo II (Eletrosul para os bairros da Trindade, Pantanal e Córrego Grande; TELESC para os bairros do Itacorubi e Santa Mônica; Centro Cívico, em relação ao centro da cidade; etc); a segunda relacionada a identificação de “grupos” de edificações com funções ou características formais semelhantes que se localizaram em determinadas regiões da capital (Estatais nos bairros do Itacorubi e Santa Mônica, Centro Cívico nas proximidades do centro urbano, etc.).

2 - Período de projeto e implantação. Foram selecionadas arquiteturas projetadas e /ou construídas entre os anos de 1970 e 1985. A definição destas datas inicial e final de abrangência do estudo se deu, basicamente, pela identificação média do período em que surgiram e deixaram de ser construídas. As datas exatas apresentam pequena variação se considerarmos tão somente os projetos, uma vez que prédios como o Palácio Santa Catarina e a Assembléia Legislativa do Estado foram propostos, respectivamente, em 1967 e 1968 e inaugurados após 1970.

3 - *Características Formais, compositivas*, das arquiteturas selecionadas. Neste sentido observamos duas questões fundamentais: o partido volumétrico e a composição espacial geradores dos projetos.

Na capital catarinense, os principais edifícios institucionais em concreto aparente levantados se utilizam dos princípios básicos adotados pela arquitetura paulista a partir dos anos de 1960, quais sejam:

Volume conformado usualmente por um bloco edificado único, erguido sobre pilotis (Tribunal de Justiça, Secretaria de Educação, etc.) ou conformando o grande abrigo (Assembléia Legislativa, Terminal Rodoviário Rita Maria). Em casos de composição com mais de um volume, a relação e a hierarquia entre os volumes se faz clara e representativa de diferenciações funcionais típicas da arquitetura moderna, como o destaque dado, por exemplo, aos auditórios (Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado). Além desses critérios, consideramos também a relação dos volumes edificados com o entorno, que se dá em Florianópolis habitualmente por contraste.

Ainda em se tratando da composição arquitetônica, destacamos outras características comuns entre as obras em Florianópolis (e que, novamente, encontram semelhança na arquitetura da Escola Paulista). Em primeiro lugar a organização dos espaços em planta baixa, onde predominam dois modelos: a planta livre com núcleo central de serviços, apoio e/ou circulação vertical (TELESC, Tribunal de Justiça, Secretaria de Educação, etc.), onde as atividades se desenvolvem periféricamente e, também desse modo se erguem as estruturas principais que vão formar as fachadas.

Outra composição comum é a presença de um vão central (iluminado através de cobertura zenital) que atua como organizador do espaço ao seu redor (Eletrosul, CELESC). Neste caso o centro do edifício vai sediar as circulações verticais (periféricas ao vazio central e comumente de caráter escultórico) e ser o ponto de encontro dos usuários, que se distribuem em suas atividades em estruturas paralelas a este núcleo.

4 - Sistema construtivo baseado prioritariamente na utilização de estruturas em concreto aparente (armado ou protendido) que conformam os volumes, as fachadas e marcam a relação interior-exterior dos edifícios. Internamente predominam as divisões funcionais em materiais leves e, em geral, de cor contrastante com a estrutura de concreto. (Terminal Rodoviário, TELESC, Secretaria de Educação, etc.)

5 - Inserções urbanas e relação com o entorno. De modo geral os edifícios institucionais em concreto aparente em Florianópolis apresentam inserções urbanas bastante “agressivas”, não apenas pela relação (comum nessa arquitetura e no modelo paulista) de contraste visual (seja pela escala desproporcional à paisagem pré-existente, seja pelo impacto do concreto aparente), mas principalmente pelas grandes movimentações de terra de que resultaram (Eletrosul, CELESC, TELESC) ou pela “indiferença” de suas implantações em relação à malha urbana pré-existente (Secretaria de Educação, Tribunal de Justiça, Assembléia, etc.)

Na seqüência do trabalho, logo após breves biografias dos principais arquitetos responsáveis pelos projetos dos edifícios institucionais em concreto aparente em Florianópolis, apresentaremos alguns dos edifícios mais relevantes erguidos na cidade a partir de 1970.

Especial ênfase foi dedicada a três projetos específicos: a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a sede da Eletrosul e ao Terminal Rodoviário Rita Maria. As razões da escolha destes prédios para observação mais demorada residem em duas questões principais: em primeiro lugar ao caráter “pioneiro” que representam do ponto de vista de sua localização em algumas áreas da cidade. Esclarecendo: cada um dos três edifícios inaugurou a ocupação de áreas “novas” e distintas da capital, atuando de certo modo como “âncoras” para as ocupações institucionais posteriores, ou no crescimento de suas áreas lindeiras. A Assembléia Legislativa foi a primeira grande obra institucional instalada na região da Prainha, onde se desenvolveu posteriormente o centro cívico do estado. O Terminal Rodoviário foi das primeiras ocupações da parte final do aterro da Baía Sul onde, segundo os planos urbanos da cidade deveriam ser localizados os equipamentos públicos mais importantes para a

cidade. Por fim, a sede da Eletrosul foi erguida no bairro da Trindade, em terreno vizinho a Universidade Federal de Santa Catarina e, como vimos no capítulo II, causou grande impacto na estrutura urbana e nos processos de distribuição espacial em Florianópolis.

A segunda razão ligada à escolha dos edifícios elencados para análise mais detida neste trabalho relaciona-se com o “ineditismo” demonstrado por seus partidos arquitetônicos no contexto da capital ao tempo de suas construções. O prédio da Assembléia apresenta a cidade o partido “clássico” do grande abrigo, amplamente exercitado pelos arquitetos de formação paulista e repetido em todo o país. A Eletrosul representa a geração da forma arquitetônica a partir de um vazio central, destinado ao encontro e às circulações verticais enquanto o Terminal Rodoviário repete o padrão do grande vão sobre o qual se realizam todas as atividades.

No ensejo apresentaremos também - embora de modo mais sintético, a título de levantamento- outras sete obras de destaque da arquitetura institucional em concreto aparente em Florianópolis, bem como breve explanação sobre a reprodução do modelo arquitetônico em edifícios de função comercial e residencial, fenômeno comum na cidade entre 1970 e 1985.

4.1 Os arquitetos

4.1.1 Pedro Paulo de Melo Saraiva (1933-)

Dos arquitetos responsáveis pela construção da linguagem do concreto aparente nos edifícios institucionais em Florianópolis, Pedro Paulo de Melo Saraiva é o único nascido na capital catarinense, em 1933, depois de seu pai, amazonense, ter vivido em São Paulo e Rio de Janeiro.

Ele pretendia cursar a Escola Naval, no Rio de Janeiro, mas acabou formado em arquitetura pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 1955. Nos anos de 1960 e 1970, viveu o momento da grande efervescência da arquitetura brasileira, tendo sido, inclusive, o primeiro a experimentar a planta livre num projeto, em 1962. Deu aulas no Departamento de Projetos na FAU/USP, de 1962 a 1975, onde foi assistente de Artigas; lecionou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Brasília em 1968 e 1969, e na Universidade Católica de Santos de 1990 a 1993. Desde 1992 é professor na FAU/Mackenzie, e desde 1999, na Universidade Anhembi Morumbi, ambas em São Paulo.

Suas principais influências declaradas são as dos arquitetos Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas, Le Corbusier e Mies van der Rohe. Trabalhou no escritório de Artigas, a quem considera um “verdadeiro construtor”, onde desenvolvia todas as etapas da obra, a começar pela planta topográfica. Considera Le Corbusier o “arquiteto que melhor trabalhou o concreto, material que tem mais a ver com a prática adotada no Brasil” (Sabbag, 2003). A influência de Mies veio, entre outros motivos, pelo fato de que, embora ele utilizasse estruturas metálicas, seu conceito de planta limpa, “asséptica”, era das características que mais o interessava na arquitetura moderna brasileira.

Em 1957, em associação com Júlio José Franco Neves, apresentou proposta para o projeto de Plano Piloto de Brasília, vencido por Lúcio Costa.

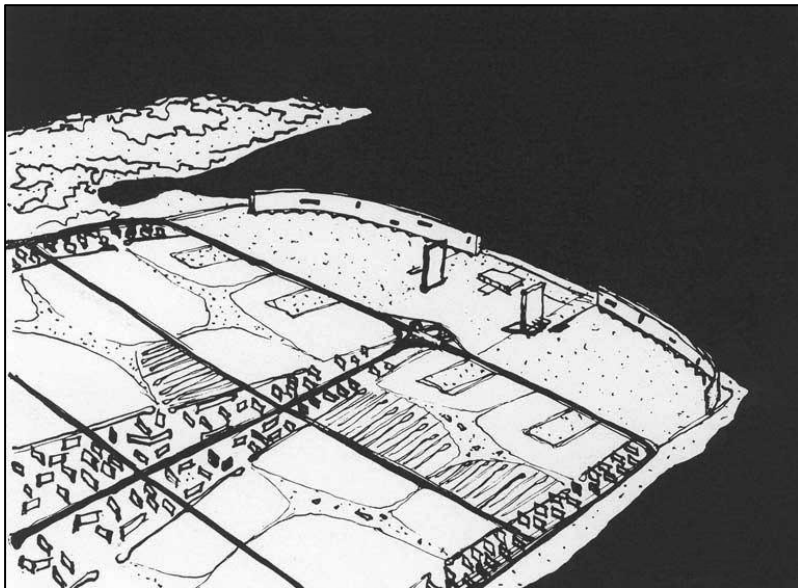


Figura 32 - Croqui de projeto para Brasília - Pedro Paulo de Melo Saraiva e equipe, 1977 [Fonte: www.ppms.com.br]

Pedro Paulo de Melo Saraiva teve grande atuação em Florianópolis desde o final dos anos de 1950. Já em 1957 participou e venceu, juntamente com seus colegas Paulo Mendes da Rocha e Alfredo Paesani, o concurso público para elaboração do projeto para a Assembléia Legislativa do Estado (Na atual Praça Pereira Oliveira). O projeto vencedor não foi erguido, mas os arquitetos ficaram como responsáveis pela elaboração de um novo projeto, dessa vez no aterro da baía sul, em 1964, (inaugurado em 1970) e por suas reformas mais recentes: em 2004, com a inclusão de um novo auditório (projeto premiado pelo IAB em 2002 na categoria de Edifícios para fins institucionais) e em 2007, com a reformulação da ala Sul do edifício.

Em 1968, antes ainda do término das obras da Assembléia, Saraiva vence o Concurso Público de Anteprojetos para Palácio da Justiça do Estado de Santa Catarina, inaugurado em 1975.

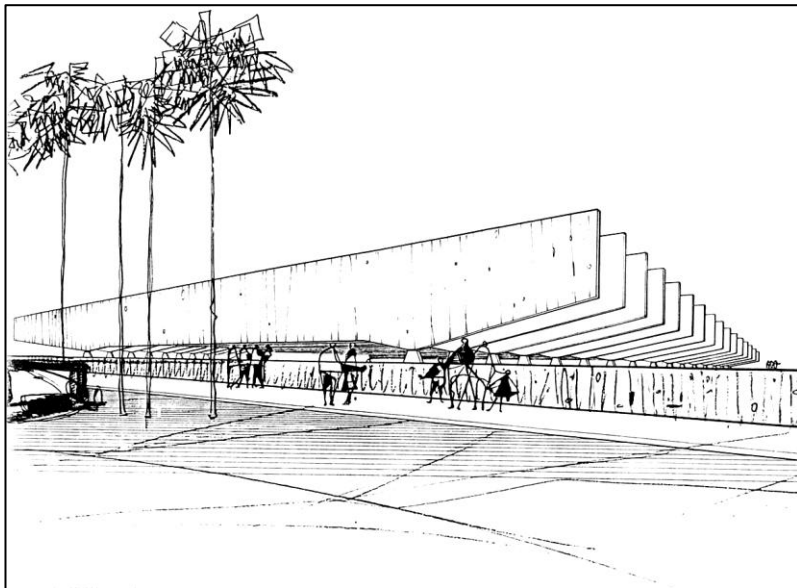


Figura 33 - Projeto do Clube XV de Santos, Pedro Paulo de Melo Saraiva e Francisco Pretacco, 1967
[Fonte: www.ppms.com.br, 2009]

Entre 1969 e 1973 assume o cargo de coordenador de planejamento físico do ESPLAN - Escritório Catarinense de Planejamento Integrado – onde integra a equipe responsável pelo “Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis”, cujo supervisor geral era o Arquiteto Luiz Felipe da Gama Lobo D’Eça (ESPLAN, 1971)

“Eu tinha contrato de um ano, mas no último mês fui convidado para fazer a coordenação do projeto físico do plano diretor de Florianópolis. Fiz o plano físico e recebi o convite para fazer a ponte Colombo Salles, cujo consórcio era formado por Croce, Aflalo & Gasperini, Figueiredo Ferraz e eu.” (Projeto Design, 2004)

Em 1972 apresenta projeto de urbanização para o aterro da Baía Sul e em 1973 fica responsável pela nova ligação entre a Ilha e o continente: a Ponte Colombo Salles. Em 1977 Saraiva e sua equipe venceram o concurso para projeto do Paço Municipal de

Florianópolis, previsto para ocupar o atual Parque da Luz, mas nunca construído.

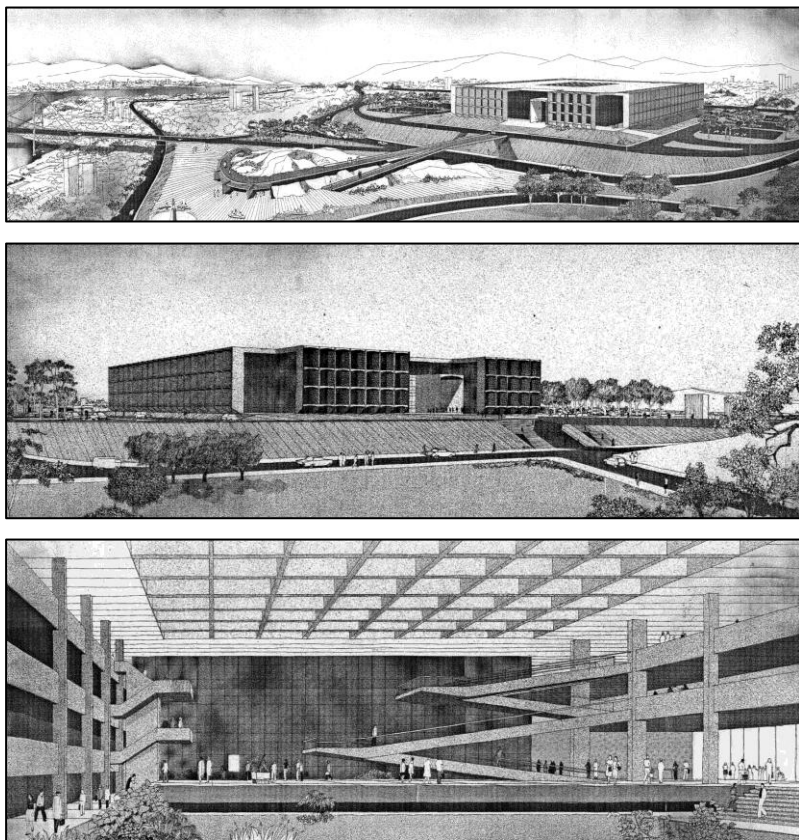


Figura 34 - Vistas externa e interna de projeto para o Paço Municipal de Florianópolis, Pedro Paulo de Melo Saraiva, 1977 [Fonte: www.ppms.com.br, 2009]

Grande parte dos projetos de Pedro Paulo realizados nas décadas de 1960 e 1970 seguia uma mesma gramática formal que continha, entre outros: grandes vãos, estruturas atirantadas e aparentes e grandes vigas em balanço. Atualmente atua em conjunto com Pedro de Melo Saraiva e Fernando de Magalhães Mendonça em escritório próprio, o PPMS - Pedro Paulo de Melo Saraiva Arquitetos Associados.

4.1.2 Luis Forte Netto (1935-)

O paulistano Luis Forte Netto, formado arquiteto pela Universidade Mackenzie, em 1958, teve participação intensa nos debates sobre a nova arquitetura brasileira nos dois anos em conviveu com os principais nomes da arquitetura paulista. no prédio do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/SP), onde instalou escritório logo após completar sua formação. Ainda como estudante fez parte da equipe de Pedro Paulo de Melo Saraiva no projeto do plano piloto de Brasília, apresentado no concurso vencido por Lúcio Costa.

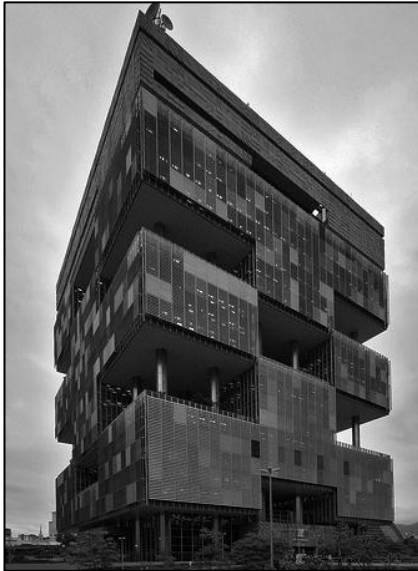


Figura 35 - Sede da Petrobras - Rio de Janeiro, 2006 Projeto: Luis Forte Netto, 1968. [Fonte: Julian Weyer, 2009]



Figura 36 - Sede da Petrobras - Vista a partir de pátio interno - Rio de Janeiro, 2006 Projeto: Luis Forte Netto, 1968. [Fonte: Julian Weyer, 2009]

Os conhecimentos práticos e teóricos advindos deste convívio o levaram a enxergar Curitiba como um bom campo onde exercitar os novos conceitos surgidos entre os jovens arquitetos de São Paulo. Mudou para a capital paranaense em 1961, onde montou escritório e, já no ano seguinte, era seu o

projeto vencedor do concurso para construção da sede do Clube Santa Mônica. O trabalho lhe rendeu sucesso local e, associado aos ex-colegas do Mackenzie também já estabelecidos em Curitiba, José Maria Gandolfi, Roberto Luís Gandolfi e Francisco Moreira, participou de inúmeros e importantes concursos nacionais. Entre seus feitos está o edifício sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, construído em 1968.

No ano seguinte a sua chegada ao estado, Forte Netto montou a seção regional do IAB, sendo eleito seu primeiro presidente. Com forte participação política na classe, em 1965 representou o IAB no 7º Congresso Internacional de Arquitetura, em Paris. Foi diretor de ensino do IAB Nacional e representante do Paraná no Conselho Superior da entidade. Em 1980 participou da organização e implantação do Curso de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e, por 30 anos, foi professor na Universidade Federal do Paraná.

Presidiu do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) quando do desenvolvimento dos planos para a implantação da via exclusiva de ônibus urbano e participou da elaboração dos Planos Diretores de Guaíra (1979), São Mateus do Sul, Cascavel (1986), Ponta Grossa (1991), Campo Largo (1978) e Foz do Iguaçu. Em 1983 trabalhou na criação das diretrizes do controle do uso do solo no litoral paranaense.

As marcas de sua arquitetura das décadas de 1960 e 1970 - concreto aparente nas estruturas, coberturas planas, vigas em balanço, cobertura como elemento de ligação entre diferentes áreas e os brises - estão presentes no seu projeto vencedor para o edifício sede das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul), executado em Florianópolis em 1975.

4.1.3 Enrique Hugo Brena Nadotti (1937-) e Yamandu Jorge Carlevaro (1934-)

Os arquitetos Enrique Brena e Yamandu Carlevaro, ambos formados em 1965, fazem parte de uma “leva” de profissionais uruguaios que vieram se estabelecer na Ilha entre as décadas de 1970 e 1980. Em 1977, três anos depois de iniciarem suas atividades no Brasil, se associaram-se para abrir o escritório “CBA” – Carlevaro Brena Arquitetura, posteriormente rebatizado como BCS Arquitetura, Planejamento, Construções e Incorporações Ltda.

Ambos conciliaram, por muitos anos, as atividades projetuais e docentes, ministrando aulas nos cursos de arquitetura: Brena na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Carlevaro na Fundação Universitária Regional de Blumenau (FURB).

Seus currículos profissionais são marcados por inúmeros projetos públicos e privados, mas, sobretudo, pela intensa participação em concursos nacionais e internacionais de arquitetura. Entre estes podemos destacar os Terminais Rodoviários de Passageiros de Florianópolis/SC, Rio Negrinho/SC, São José do Rio Preto/SP e Meier/RJ; os edifícios administrativos do BESC, DER e CELESC de Florianópolis; Tribunal de contas da Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ; Escolas Técnicas Federais de São José e Itajaí/SC; Hospital de São Joaquim/SC; Biblioteca do Rio de Janeiro/RJ; Teatro e Escola de Música de Porto Alegre; Plano Diretor de Palhoça/SC, Escola de Arquitetura da UFSC; entre outras. (Piazza, 2000, p. 82)

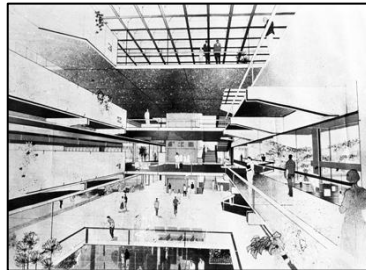
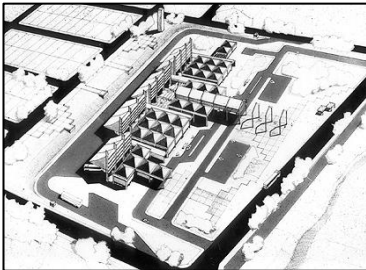


Figura 37 - A esquerda, projeto do Term. Rod. de São José do Rio Preto [s.d.]. A direita projeto para concurso da sede do BESC.[s.d.] Projetos: Brena e Carlevaro. [Fonte: Arquivo pessoal Brena,2009]

Recentemente Enrique Brena recebeu destaque nos concursos para a ampliação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz em Florianópolis, Sede do Sebrae/MG e do Complexo Administrativo da Unisinos/RS, todos realizados em companhia de alunos e ex-alunos que ajudou a formar.

Ainda demonstrando excelência na solução de programas arquitetônicos complexos, a linguagem formal adotada nos projetos do arquiteto, todavia, sofreu algumas transformações relevantes nos últimos anos. Da estética do concreto e tijolos aparentes nas décadas de 1970 e 1980, passando por diversas experimentações em estruturas pré-fabricadas, até o modo compositivo que tem adotado nos últimos anos, do qual sobressai a adoção de partidos arquitetônicos em forma de cunha e semicírculos.

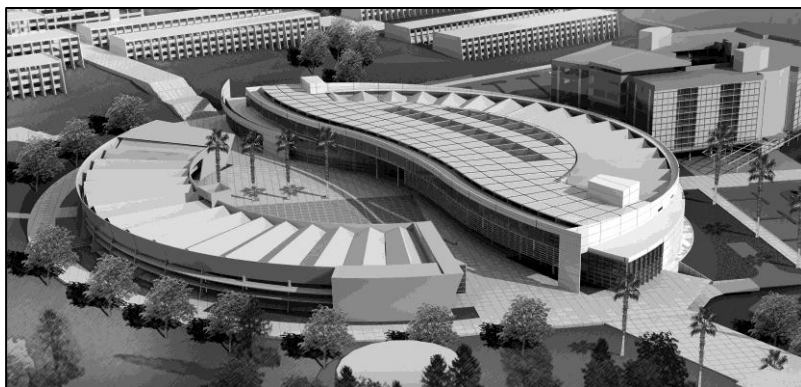


Figura 38 - Projeto Centro Administrativo da Unisinos, 2005 [Fonte: Arquivo Pessoal Brena, 2009]

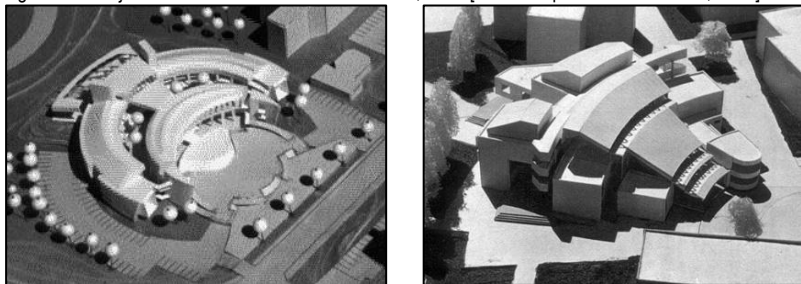


Figura 39 – A esquerda. Escola de Arquitetura e Urbanismo UFSC [199-], a direita Centro de Convivência do CTC UFSC [s.d.][Fonte: Arq. Pessoal Brena]

4.1.4 Moysés Elizaldo da Silva de Liz

O arquiteto Moysés Liz, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em 1959, foi um dos primeiros profissionais a exercer a profissão no estado.

A partir de 1960, atuando no serviço público estadual, projetou inúmeros edifícios para áreas da educação, saúde e justiça. Em 1972, juntamente com os arquitetos Ademar Cassol e Odilon Monteiro, criou o escritório Liz Cassol Monteiro Arquitetos Associados, que foi responsável, entre as décadas de 1970 e 1980, pela maior parte dos edifícios administrativos e institucionais em concreto aparente na cidade de Florianópolis.

“(…) além de diversos prédios multifamiliares, especialmente condomínios residenciais, foi co-autor dos seguintes projetos arquitetônicos construídos e que tiveram significado inovador e marcante como forma de proposição de ocupação espacial, na arquitetura local: Sede administrativa da TELESC, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Sede do CREA/SC, Sede Administrativa da Portobello (atual sede da Tractebel), Edifício Comercial Ceisa Center, Sede administrativa da CELESC, entre outros.” (Piazza, 2000)

Atualmente Moysés lidera o escritório Liz Arquitetos Associados, ao lado de Flávia Freire de Liz, onde desenvolve projetos residenciais e comerciais que se afastam, estética e funcionalmente, dos edifícios em concreto aparente que ajudou a projetar três décadas atrás.



Figura 40 - Condomínios Atlântico Sul e Itacoatiara - Praia Brava – Florianópolis [s.d.] Projetos: Moysés Liz. [Fonte:www.carmela.com.br, 2009]

4.1.5 Odilon Figueiredo Monteiro

Assim como seus colegas Moysés Liz e Ademar Cassol, o arquiteto Odilon Monteiro também se formou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Em Florianópolis integrou a equipe que organizou a montagem do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, do qual foi professor colaborador de 1978 a 1979. De 1970 a 1976 ministrou disciplinas de desenho em outros cursos da universidade.

Entre 1968 e 1973 esteve vinculado ao PLAMEG – Plano de Metas do Governo de Santa Catarina, chefiando o DAE - Departamento Autônomo de Edificações.

No campo da política de classe foi presidente do IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de Santa Catarina, membro do conselho Superior do IAB e membro do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. (Piazza, 2000, p. 218) Da mesma forma que os antigos sócios no escritório Liz Cassol Monteiro, deu continuidade a sua carreira assumindo um estilo arquitetônico que mostra poucos sinais do que praticava entre as décadas de 1970 e 1980.



Figura 41 - Edifício Porto di Mari.[s.d] Fpolis. Projeto:Odilon Monteiro. [Fonte: arcoweb.com.br, 2009]

4.1.6 Ademar Cassol

Ademar José Cassol graduou-se em arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1964. No ano seguinte mudou-se para Florianópolis a fim de acompanhar a família, que já residia em Santa Catarina desde 1958 onde se dedicava ao setor madeireiro.

Quase dez anos depois, em 1967, a empresa familiar expande sua área de atuação para diversos setores ligados à construção civil, como o setor de pré-fabricados de concreto, setor imobiliário, além de reflorestamento.

O primeiro escritório do arquiteto em Florianópolis foi aberto em 1965, no qual trabalhava sozinho enquanto em paralelo acompanhava os negócios da família. Já no início da década de 1970 Cassol se junta a Moysés Liz e, alguns anos depois a Odilon Monteiro, vindo formar o escritório de atuação mais marcante nos projetos de edifícios institucionais em concreto aparente em Florianópolis a partir dos anos de 1970, o Liz Cassol Monteiro.

Sua primeira obra representativa em concreto na capital catarinense foi a residência Wilmar Becker, de 1966. Segundo depoimento do arquiteto, este projeto marca o início da utilização do concreto aparente em programas residenciais em Florianópolis. As feições originais da casa foram seguidamente escondidas com a aplicação de revestimentos e pinturas de acordo com os usos que teve durante os anos. Antes de ser demolida já nos anos 2000 para dar lugar a um edifício de apartamentos (batizado com o nome do proprietário original – Wilmar Becker), a edificação abrigou a sede do Centro Cultural Brasil Espanha.

Ainda que o escritório já tivesse iniciado experiências em projetos concebidos com elementos pré-moldados, é apenas após sua saída sociedade, no início da década de 1980, que passa a se dedicar a estudos mais aprofundados sobre a técnica. Em parte por sua colaboração, a indústria Cassol de elementos pré-moldados é uma das mais importantes do mercado brasileiro.

Atualmente atua no escritório Cassol Arquitetos, junto de sua esposa, também arquiteta, Carmem Cassol.

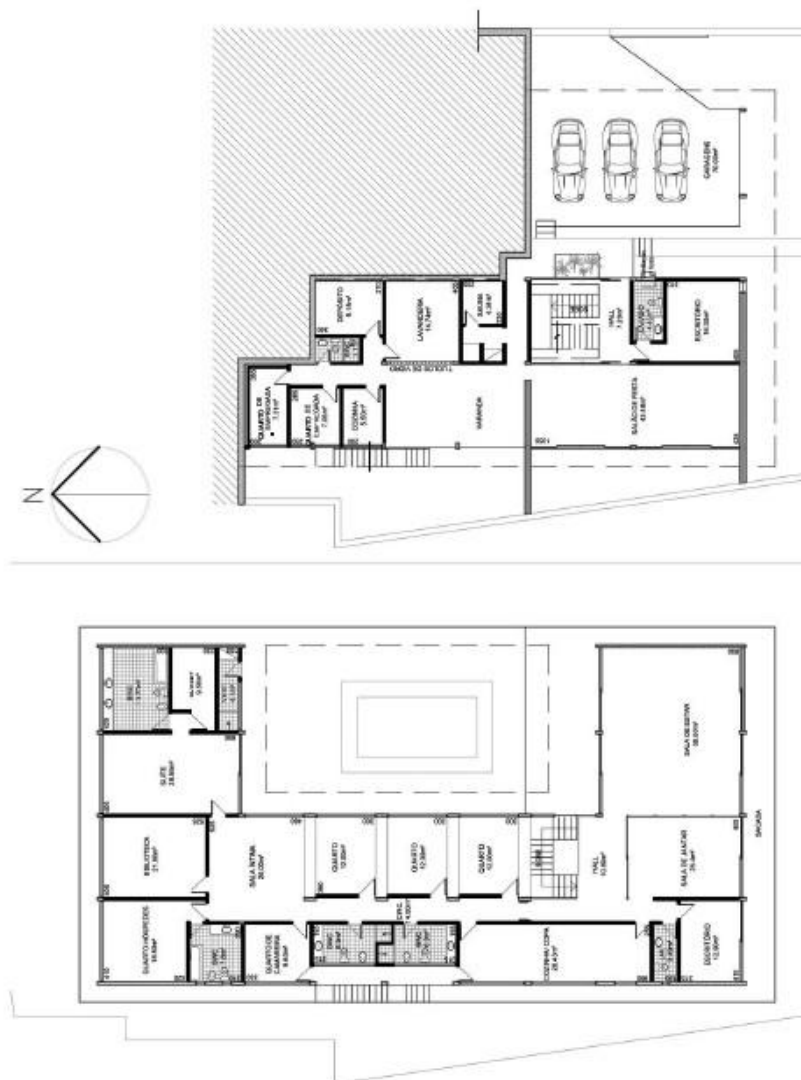


Figura 42 - Plantas baixas da Residência Becker. Projeto: Ademar Cassol, 1966.[Fonte: Alberton, 2006]

4.2 As Arquiteturas

4.2.1. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (1964-1970)

Palácio Barriga Verde

Endereço: **Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310**

Projeto: **Pedro Paulo de Melo Saraiva, Paulo Mendes da Rocha, Alfredo Paesani**

Ano do Projeto: **1964**

Ano da Inauguração: **1970**

Área: **19.583,60m²**

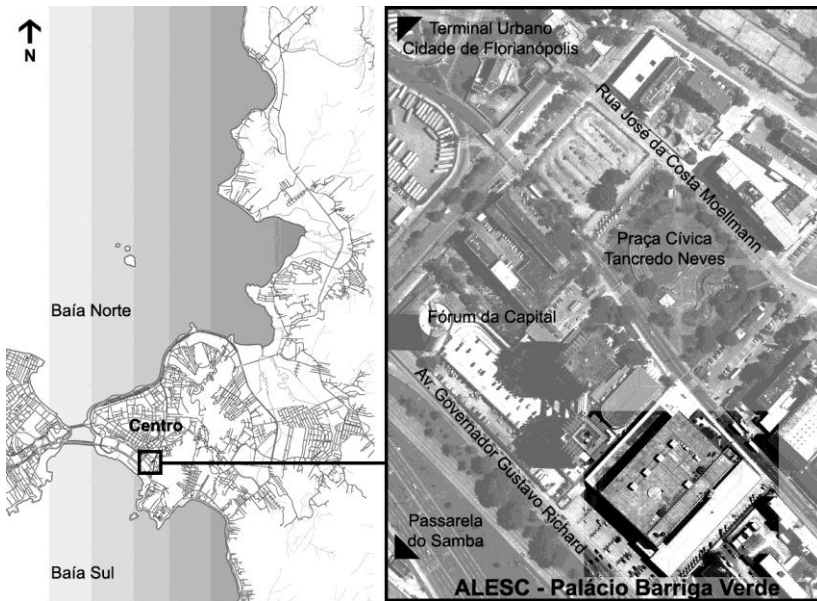


Figura 43 - Localização da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Desde o início de sua história, em 1834, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina acumula um histórico repleto de mudanças de sede, até se instalar em seu edifício definitivo: o Palácio Barriga Verde, em 1970.

Entre prédios alugados e arrendados, apenas em 1910 o legislativo estadual se instalou em sede exclusiva, um casarão localizado na Praça Pereira Oliveira que, no entanto, incendiou em 1956, deixando mais uma vez os deputados catarinenses sem local específico de trabalho.

No ano seguinte foi lançado um concurso nacional de projetos de arquitetura para a definição de uma nova sede para a Assembléia. O concurso foi vencido pelos recém formados arquitetos paulistas Pedro Paulo de Melo Saraiva, Paulo Mendes da Rocha e Alfredo Paesani, com júri que contava com a participação de Rino Levi, e cujo parecer final afirmava:

“É de se notar, neste anteprojeto, a extrema simplicidade e clareza do partido adotado, resultando daí ótima distribuição funcional de todas as dependências do edifício, circulação bem diferenciada, ligações imediatas, a par de uma área de construção reduzida. A solução feliz do partido geral se revela e resulta da disposição do plenário junto aos acessos externos, selecionando claramente as circulações de deputados, autoridades, funcionários e público”.
(Serapião, 2007, p. 62)

O projeto vencedor, que deveria se implantar na Praça Pereira Oliveira, no terreno da antiga sede incendiada, apresentava um partido bastante diverso do que foi construído posteriormente.

Para a nova Assembléia do Estado os arquitetos propunham uma torre de seção retangular e 10 pavimentos com desenho estritamente modernista. Paredes cegas nas extremas menores, enquanto as longas fachadas eram compostas por aberturas que ocupavam toda a altura do pavimento. Da fachada oeste destacavam-se as áreas destinadas à circulação e serviços encerradas em duas torres de concreto. O pavimento térreo, sobre pilotis, criava uma área de transição coberta para acesso ao auditório.

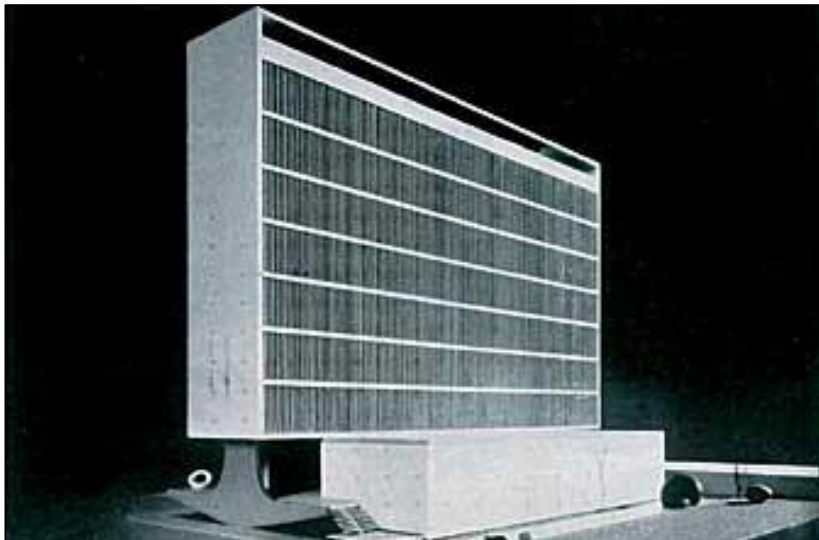


Figura 44 - Maquete do projeto vencedor do concurso para a nova sede da Assembléia para praça Pereira Oliveira [1957] Projeto: Saraiva, Rocha e Paesani. [Fonte: Projeto Design, 2007]

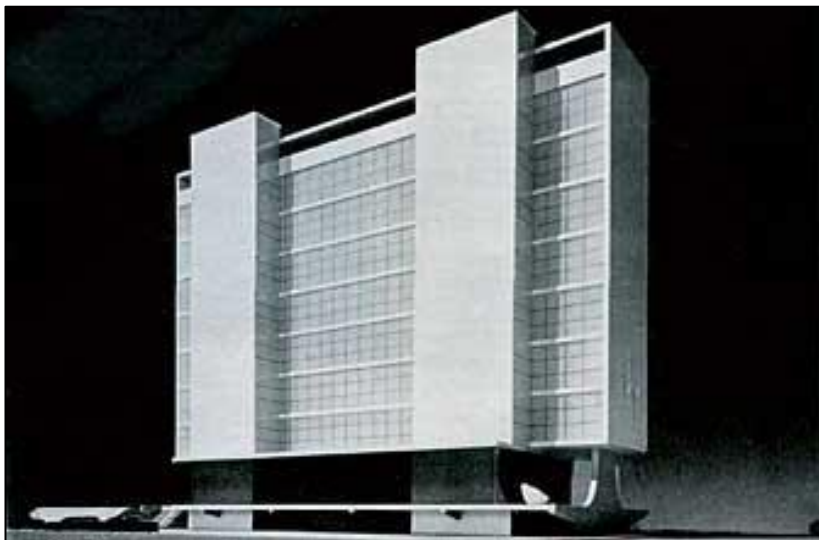


Figura 45 - Maquete do projeto vencedor do concurso para a nova sede da Assembléia para praça Pereira Oliveira [1957] Projeto: Saraiva, Rocha e Paesani. [Fonte: Projeto Design, 2007]

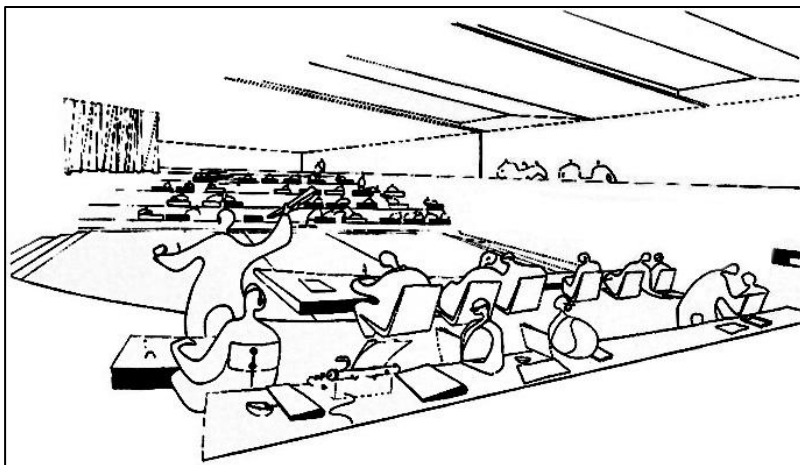


Figura 46 - Croqui de Paulo Mendes da Rocha apresentado no concurso para projeto da Assembléia Legislativa de Santa Catarina – Praça Pereira Oliveira [1957][Fonte: Projeto Design, 2007]

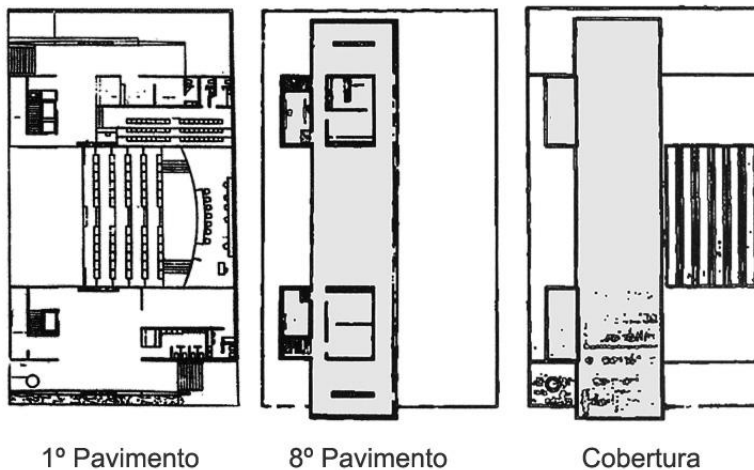


Figura 47 - Plantas apresentadas no concurso para projeto da Assembléia Legislativa de Santa Catarina – praça Pereira Oliveira [1957][Fonte: Projeto Design, 2007]

Devido a desentendimentos legais entre os poderes legislativo e executivo do Estado, o projeto vencedor do concurso não foi construído e, sete anos depois, em 1964, a equipe de arquitetos vencedora foi convidada a desenhar uma nova sede para a Assembléia, desta vez a se instalar na atual Praça Tancredo Neves, na época Largo Treze de Maio, ainda desocupado desde seu aterro na década de 1940.

O novo projeto apresentado seguia um dos partidos tradicionalmente adotados pela chamada escola paulista de arquitetura: o “grande abrigo”, que consistia, basicamente, em um grande vão a cobrir os espaços destinados às atividades para as quais os edifícios eram construídos.

Na Assembléia, o extenso vão, juntamente com o plenário em formato de tronco de cone são os elementos principais da composição do espaço, que deveria conformar ainda uma esplanada até encontrar o Tribunal de Justiça (cujo projeto foi iniciado em 1967).

"Com vãos de 15 x 30 metros, a laje de concreto nervurada foi idealizada para abrigar a esplanada de acesso ao público, que circularia de forma independente dos deputados, servidores e profissionais da imprensa. Contudo, o espaço nunca teve essa finalidade, e a setorização da circulação, outro ponto de interesse do projeto original, nunca foi colocada em prática." (Serapião, 2007, p. 58)

Considerando a não execução de parte dos princípios ordenadores apresentados no projeto, acaba por resultar a Assembléia uma implantação que favorece o acesso, trânsito e estacionamento de veículos em detrimento ao acesso e trânsito de pedestres. Mesmo anos depois, já na década de 2000, com a construção de um anexo para o Tribunal de Justiça ao seu lado e com a adição de um novo auditório ao próprio prédio, a proposta da esplanada não foi retomada e, ao contrário, o terreno que recebe o edifício foi cercado de grades.

Na face leste um bloco de quatro pavimentos dá suporte as atividades técnicas e gabinetes dos deputados.

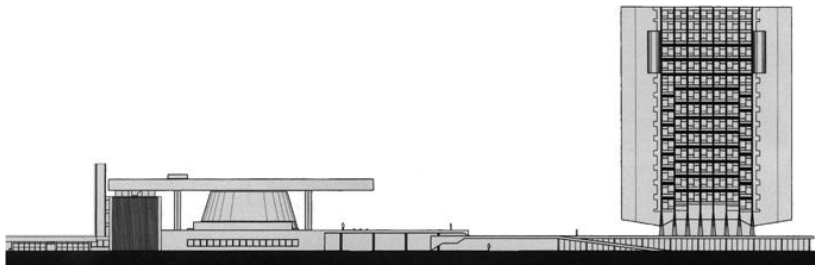


Figura 48 - Proposta da esplanada ligando a Assembléia Legislativa ao Tribunal de Justiça. Projeto: Saraiva, Rocha e Paesani [1957][Fonte: Projeto Design, 2007]



Figura 49 - ALESC. Projeto: Saraiva, Rocha e Paesani [1964] Vista a partir do Centro Cívico Tancredo Neves [196-][Fonte: Acervo Casa da Memória, 2009]



Figura 50 - ALESC. Projeto: Saraiva, Rocha e Paesani [1964] - 2005

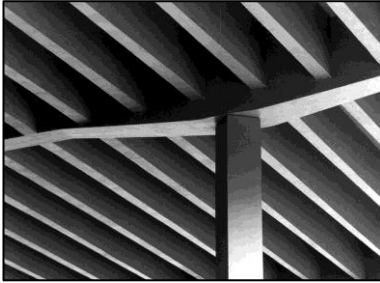


Figura 51 – ALESC. Detalhe da estrutura. Projeto: Saraiva, Rocha e Paesani [1964] - 2005



Figura 52 – ALESC. Detalhe da fachada da Rua Jorge Luiz Fontes. Projeto: Saraiva, Rocha e Paesani [1964] - 2007

Durante os quase 40 anos passados desde sua inauguração (em 1970), o edifício da Assembléia recebeu diversas reformas e anexos de área não planejados originalmente. A primeira grande mudança, já na década de 1980, foi a construção de um anexo vizinho ao bloco de apoio seguida pela setorização de seus espaços por meio de divisórias leves e por diversas ampliações das áreas de estacionamento e acessos de pedestres.

No ano 2000, Pedro Paulo de Melo Saraiva e seu escritório assume a coordenação de nova reforma, desta vez com o objetivo de dotar o prédio de um novo auditório e reorganizar os espaços para as atividades que acontecem no pavimento térreo.

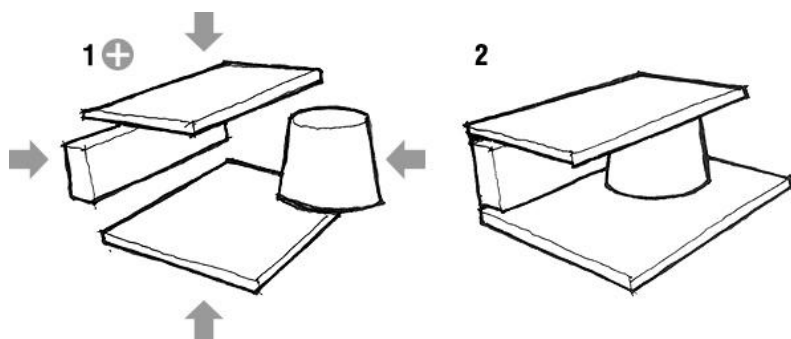
Concebido como um bloco de vidro espelhado, o novo auditório foi posicionado sobre a área da esplanada “definindo um contraponto ao plenário existente, tal como o côncavo e o convexo do Congresso Nacional”. (Serapião, 2007)

“O plenário encontrava-se em situação assimétrica em relação à cobertura, que estava ‘quase à espera [da atual intervenção], na escala do projeto original’, segundo os arquitetos. Contudo, se o volume antigo é opaco (de concreto) e tem formato de tronco de cone, a nova construção é de vidro, possui planta retangular e encontra-se elevada em pilotis.” (Serapião, 2007, p. 60)

Volumetria e Circulação

1 – A volumetria básica do edifício da Assembléia consiste em dois grandes planos paralelos entre os quais localizam-se: um paralelepípedo regular conformando o prédio de apoio e, levemente descentralizado, um tronco de cone onde funciona o plenário.

2 – No bloco sob a grande laje a circulação horizontal não obedece a nenhuma lógica arquitetônica rígida, enquanto no bloco de apoio vai variar em cada um dos pavimentos de acordo com a divisão funcional dos espaços, que apresentou diversas configurações durante os últimos anos. Boa parte dessas configurações privilegiou a circulação horizontal por corredores longitudinais, paralelos a face interna do bloco de apoio, ligando o núcleo central de circulação vertical com as áreas de serviço e sanitários nos extremos dos pavimentos.

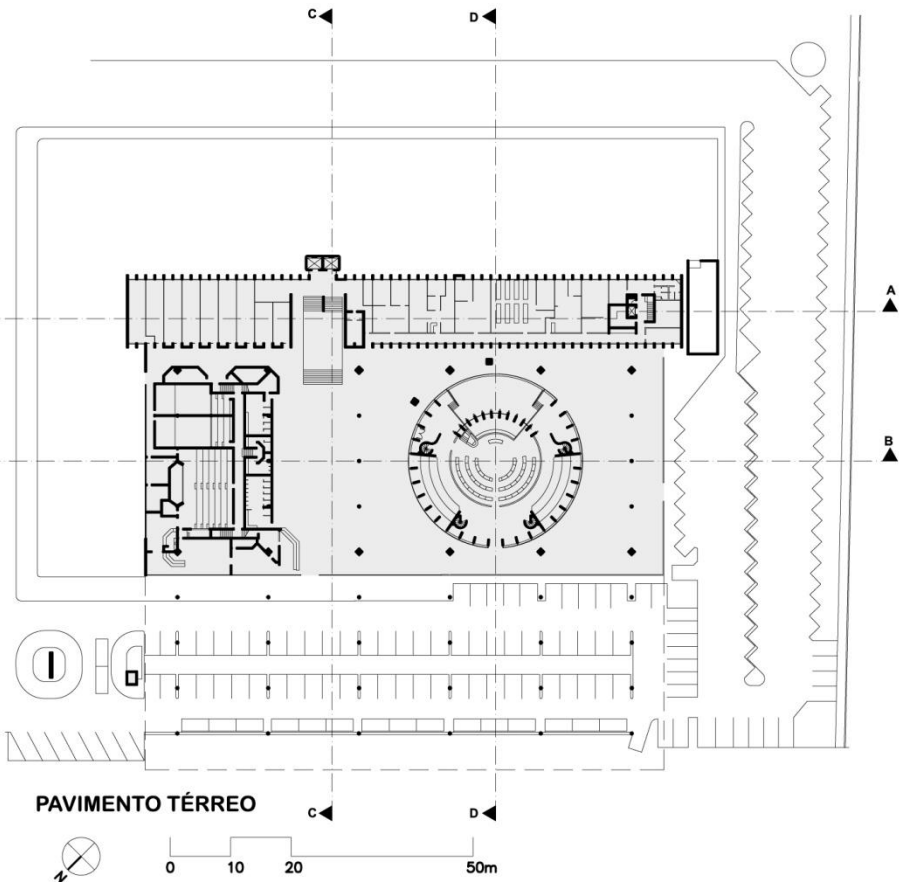


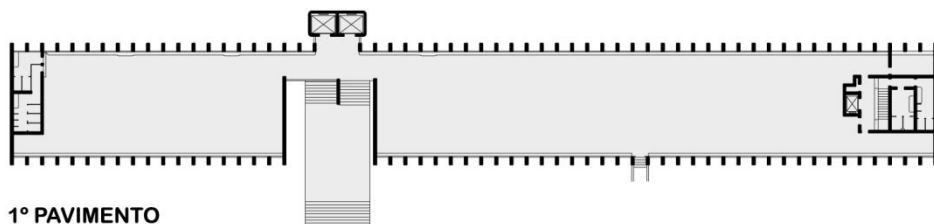
3 – Em posição assimétrica em relação ao bloco de apoio localiza-se o núcleo de escadas e elevadores que configuram a circulação vertical principal.

4 – Nota importante se refere ao posicionamento da entrada oficial da Assembléia, que ainda relacionada ao projeto de uma esplanada que ligasse o edifício até o Tribunal de Justiça, encontra-se, na face nordeste, (sem abertura ou entrada configurada em direção à praça ou a rua principal) os fluxos misturados de automóveis e pedestres.

Plantas Baixas

O projeto original da Assembléa Legislativa previu o uso flexível dos espaços, de modo a atender as necessidades administrativas que podem variar no decorrer dos anos de uso do edifício. Desta maneira, o bloco de apoio tem todos os seus pavimentos configurados com planta livre, a exceção dos extremos onde se localizam as áreas úmidas.





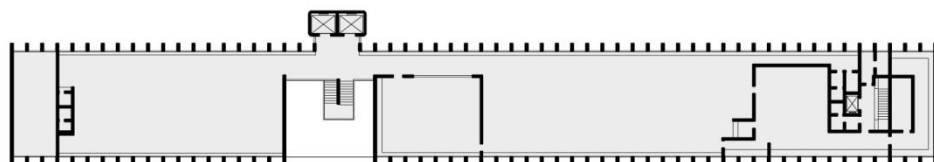
1° PAVIMENTO



2° PAVIMENTO

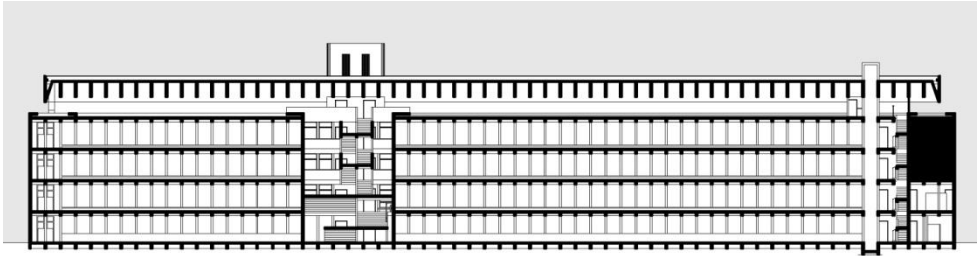


3° PAVIMENTO

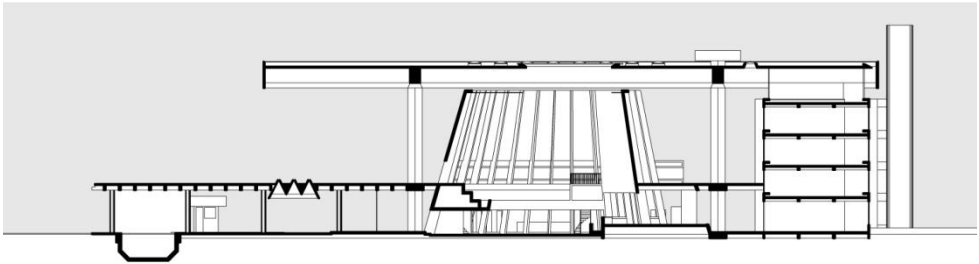


4° PAVIMENTO

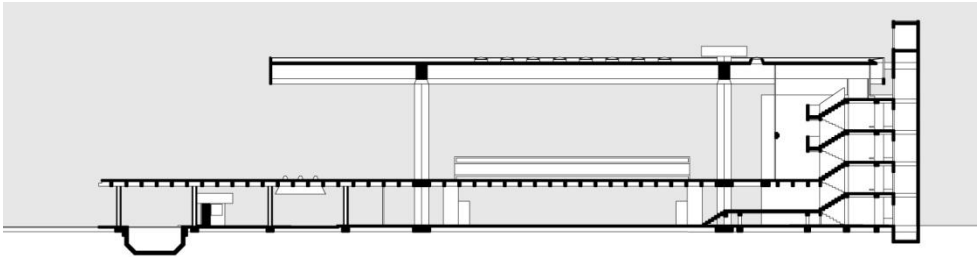




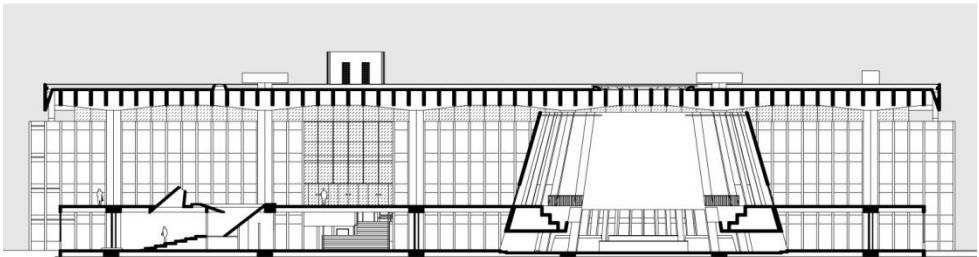
CORTE AA



CORTE BB



CORTE CC



CORTE DD

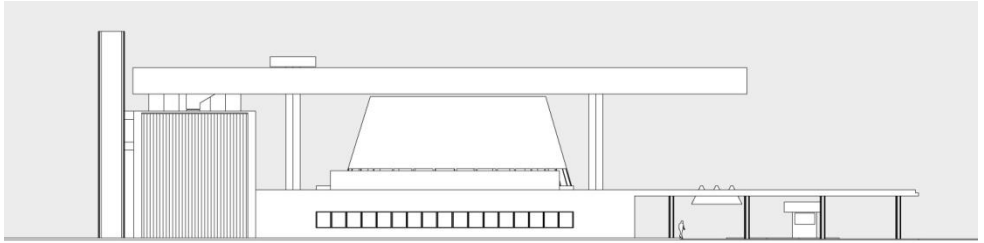
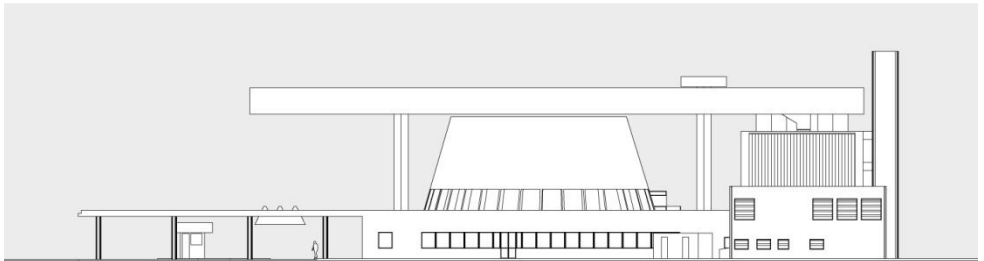
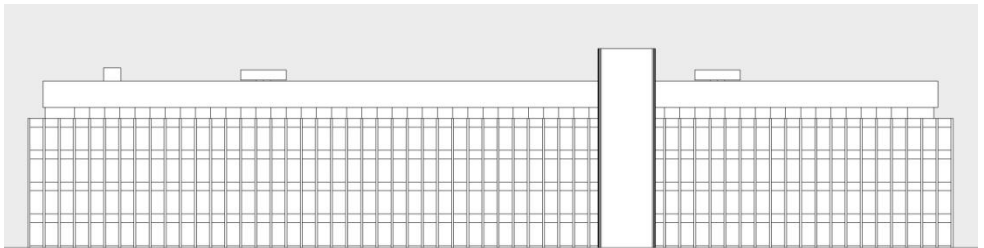
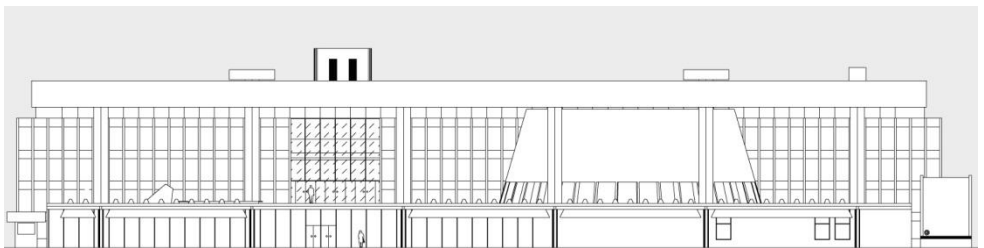
**FACHADA NORTE****FACHADA SUL****FACHADA LESTE****FACHADA OESTE**



Figura 53 - Fachada para a Rua Jorge Luiz Fontes, já com novo anexo. Projeto de Reforma: PPMS Arquitetos Associados [2003][Fonte: Projeto Design, 2007]



Figura 54 - Fachada para Av. Governador Gustavo Richard [2007][Fonte: Projeto Design, 2007]

4.2.2 Eletrosul (1975-1978)

Endereço: **Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 355 - Pantanal**

Projeto: **Luiz Forte Netto e Orlando Busarello**

Ano do Projeto: **1975**

Ano da Inauguração: **1978**

Área: **22 770,00 m²**

Construção: **CR Almeida S.A. Engenharia e Construções e HD Construtora de Obras S.A.**

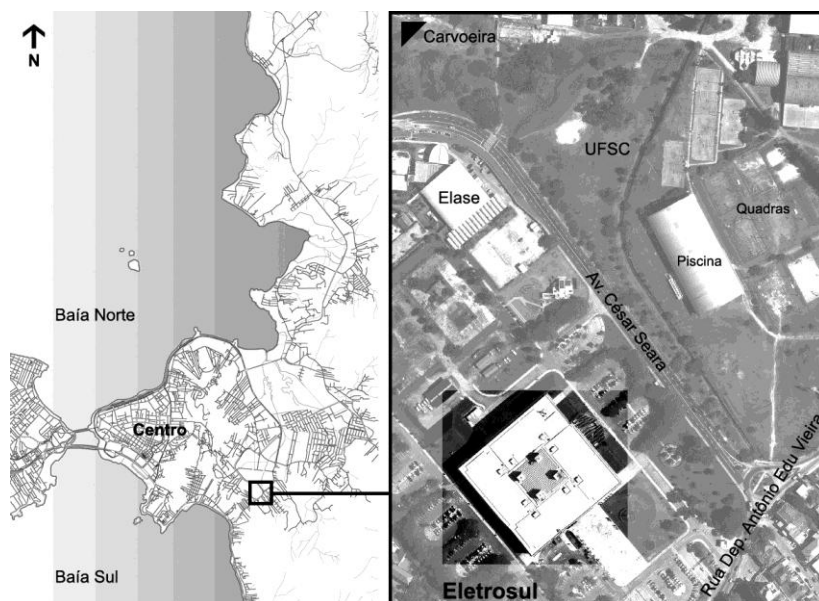


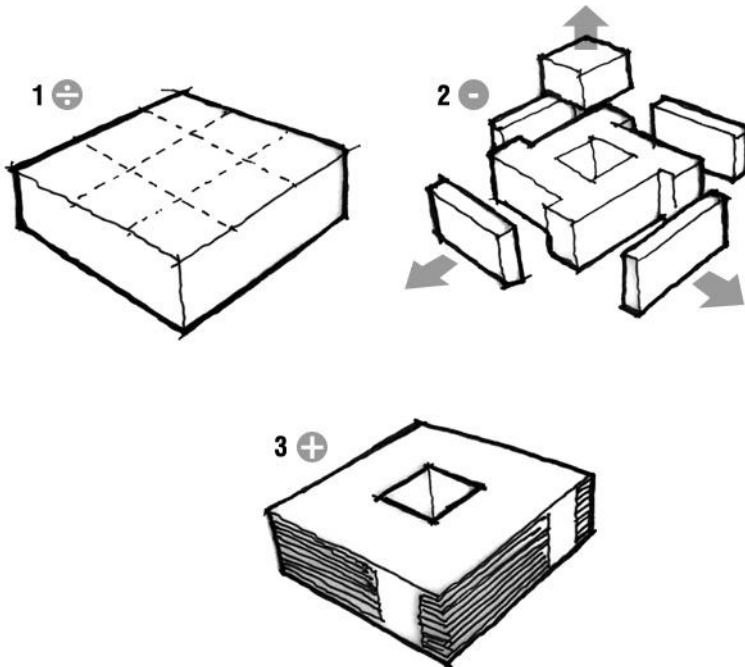
Figura 55 - Localização da sede da Eletrosul

Como pudemos ver nos capítulos anteriores, a transferência da sede da Eletrosul para Florianópolis gerou grande impacto econômico e espacial na cidade. A vinda a um só tempo de um grande contingente de profissionais de classe média e alta com suas famílias e com o objetivo de trabalhar e constituir residência na capital impulsionou a economia local, desde a pequena escala de consumo pessoal e restrito ao bairro do Pantanal, até o acelerado crescimento do mercado imobiliário e das atividades

especulativas relacionadas às terras tanto da ilha quanto do continente.²⁰

Volúmetria e Circulação

A base compositiva do edifício da Eletrosul é derivada do conceito difundido pela “Escola Paulista” da arquitetura gerada em torno de um vazio central – originariamente um jardim em residências – que tem no projeto do prédio da FAU-USP seu maior tributário.



²⁰ Sugai (2002) mostra que, acompanhados de investimentos públicos vultosos dedicados às regiões norte e nordeste da Ilha, desde a década de 1960 crescia o mercado imobiliário de médio e alto padrão nesta área da cidade. Paralelamente as cidades limítrofes a Florianópolis experimentavam um crescimento bem mais acelerado e, assim como os bairros continentais da capital, recebiam a população trabalhadora de mais baixa renda, provinda principalmente do interior do estado.

A forma básica do edifício é um prisma regular do qual se subtrai um núcleo central que vai conformar um pátio interno, de caráter integrador, onde vão se localizar as circulações verticais e por onde se distribuem os deslocamentos dentro do prédio.

O acesso principal se dá pela esplanada voltada para a rua Deputado Antônio Edu Vieira que, por leve aclive, leva até a entrada de posição excêntrica na fachada.

As quatro fachadas recebem o mesmo tratamento, independentemente de sua orientação, e são marcadas plasticamente pelo ritmo variável criado pelas posições dos brises em alumínio.

Sobre o vazio central repousa uma cobertura translúcida que ilumina a área de circulação. Escadas de caráter quase escultórico levam aos pavimentos superiores onde se desenvolvem as atividades “de escritório”. No último pavimento subtrações do volume básico conformam vazios periféricos que remetem à solução adotada no projeto de Forte Netto para a sede da Petrobrás no Rio de Janeiro.

Ainda no térreo se destaca o volume curvo que marca a entrada do auditório semi-enterrado.



Figura 56 - Eletrosul - Entrada do auditório.

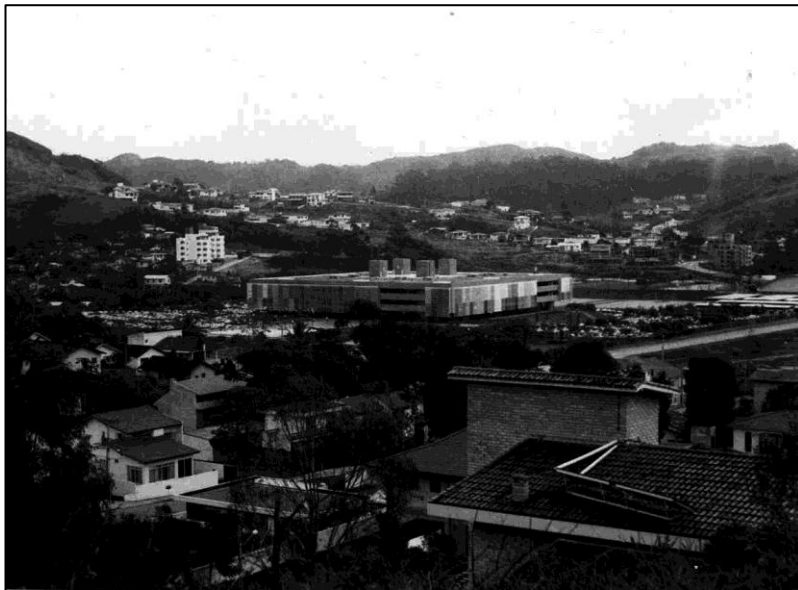
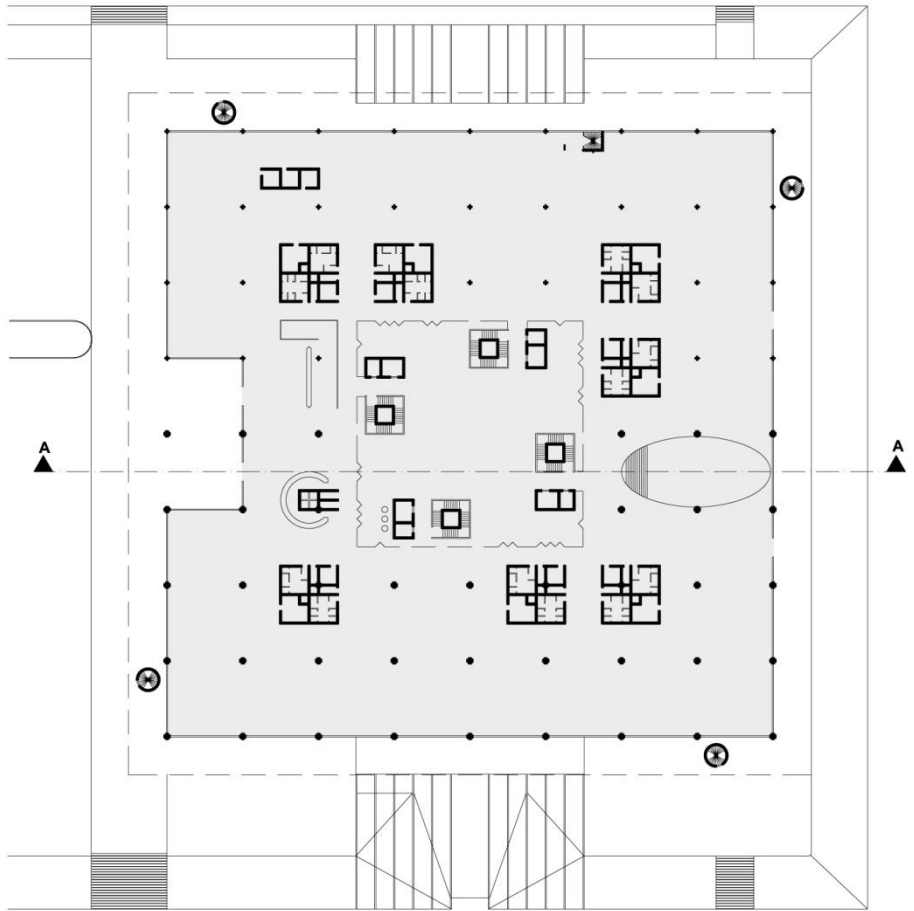


Figura 57 - Eletrosul – Vista a partir do morro do Pantanal [198-] Projeto: Netto [1975] [Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]

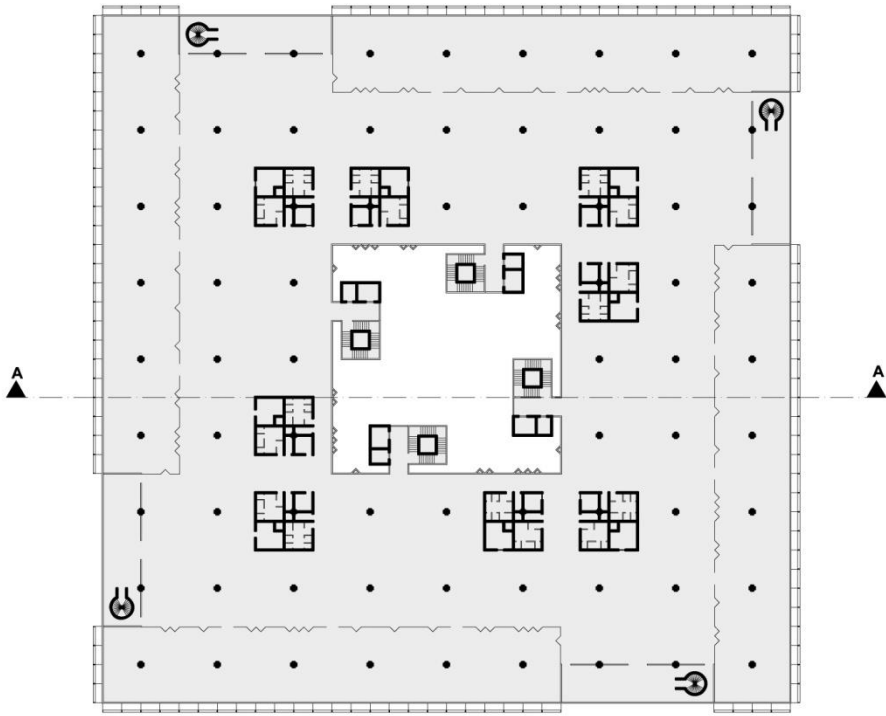


Figura 58 - Eletrosul – Vista a partir da Rua Dep. Antônio Edu Vieira [198-] Projeto: Netto [1975][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]

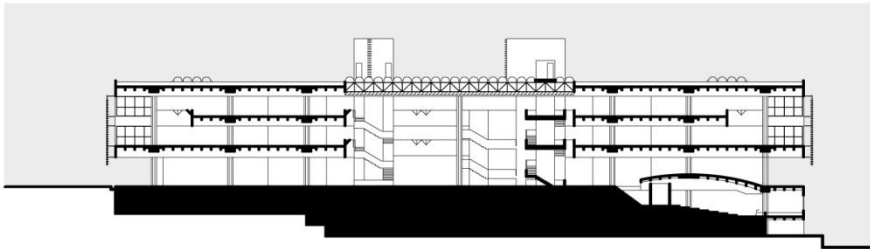


PAVIMENTO TÉRREO

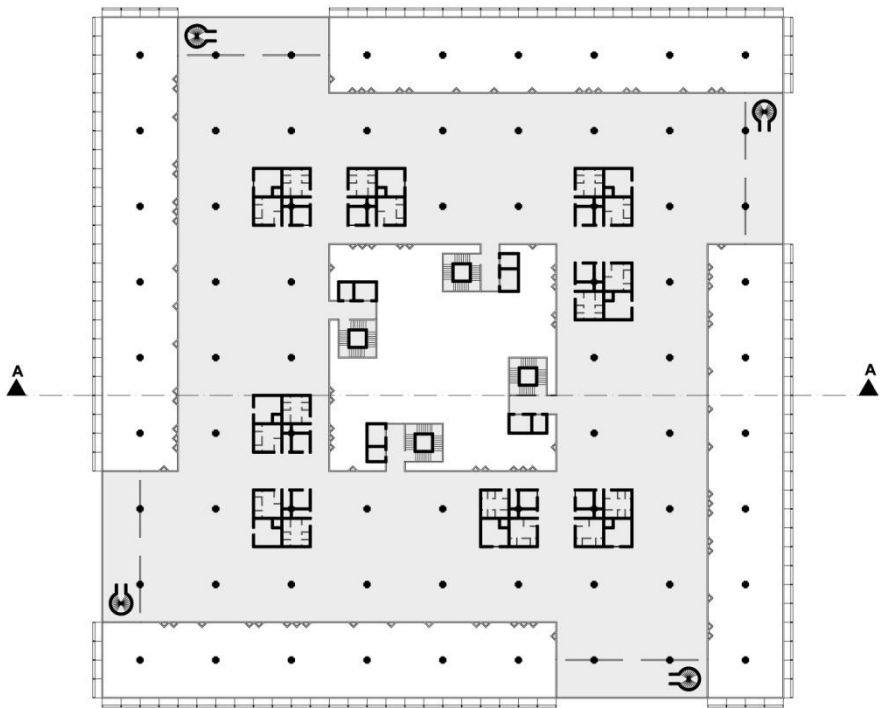




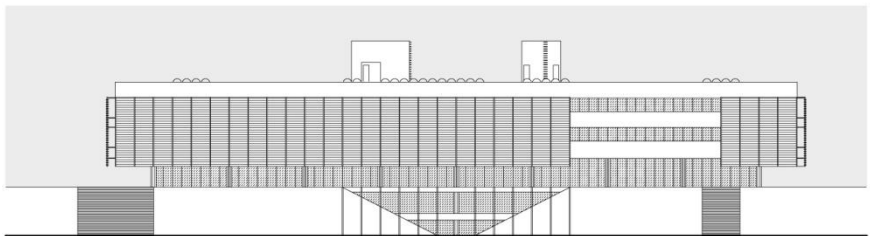
SEGUNDO PAVIMENTO



CORTE A-A



TERCEIRO PAVIMENTO



ELEVAÇÃO NORDESTE

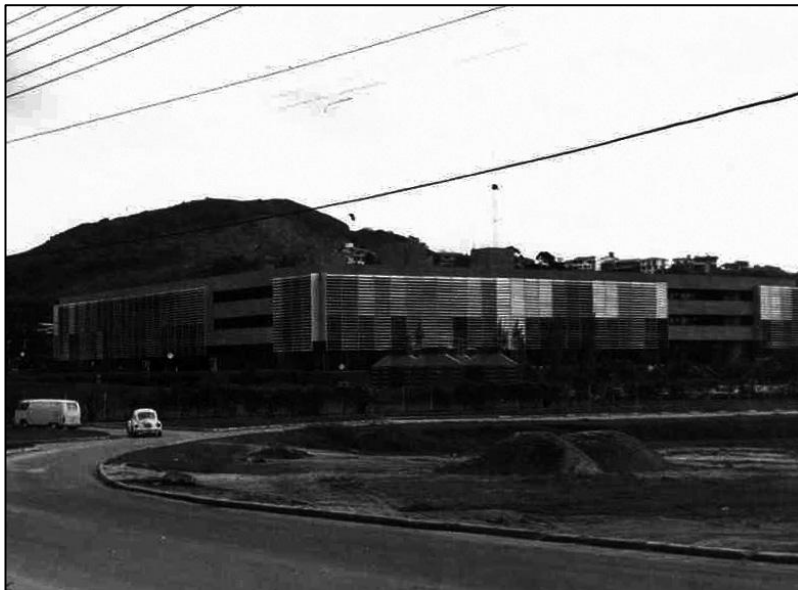


Figura 59 - Eletrosul – Vista a partir da Rua Dep. Antônio Edu Vieira [198-] Projeto: Netto [1975][Fonte: Acervo LDA UFSC]



Figura 60 - Eletrosul – Edifício e esplanada da entrada principal [2003] Projeto: Netto [1975]



Figura 61 – Eletrosul – Croqui apresentado por ocasião do concurso [1975] Projeto: Netto [1975][Fonte: www.arq.ufsc.br, 2007]



Figura 62 - Eletrosul – Detalhe brises em alumínio [2003] Projeto: Netto [1975]



Figura 63 - Sede da Petrobras – Rio de Janeiro - Detalhe Brises [2009] Projeto: Netto [1968][Fonte: João Pedro Perassolo, 2009]



Figura 64 - Eletrosul – Hall Central [1999] Projeto: Netto [1975][Fonte: Tempo Editorial, 2009]

Estrutura

A estrutura em concreto aparente do prédio da Eletrosul é dividida em módulos de 30x30 metros, separados por juntas de dilatação, e recebe pintura com material hidrófugo e incolor. Seu dimensionamento toma por base uma carga superior a 400kg/cm², permitindo a estrutura comportar com segurança as possíveis mudanças de layout interno habitualmente realizadas com a instalação de divisórias leves.

Sobre o vazio central apóia-se um treliçado em alumínio anodizado em cor natural, coberto com domos de vidro temperado translúcido. As demais coberturas são feitas em lajes planas de concreto armado, impermeabilizadas com neoprene e hypalon e cobertas com placas pré -moldadas de concreto celular.

O piso é formado por painéis em grelhas apoiados sobre as vigas. As vigas mestras de seção 50x60cm apresentam mísulas que buscam evitar deformações excessivas causadas pelos balanços. Os pilares apresentam seção cruciforme dispostos em módulos de aproximados 9x9m.

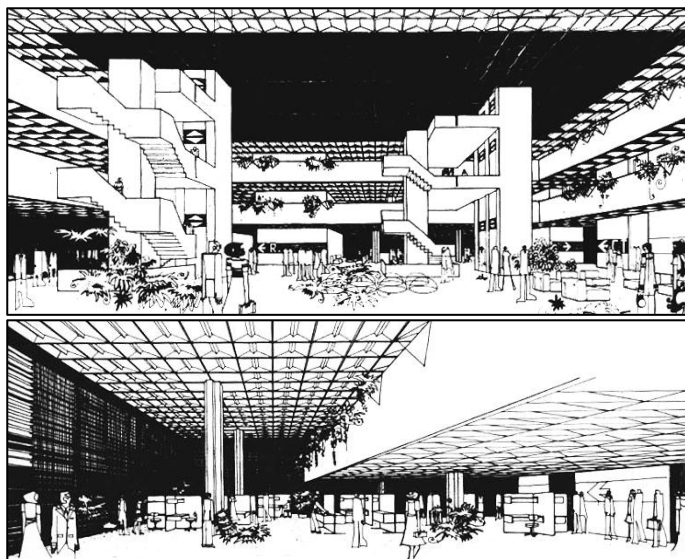


Figura 65 – Eletrosul - Perspectivas mostrando vazio central, circulação vertical e cobertura em estrutura treliçada [1975][Fonte: www.arq.ufsc.br, 2007]

4.2.3 Terminal Rodoviário Rita Maria (1976-1981)

Endereço: **Av. Paulo Fontes Nº 1101**

Projeto: **Henrique Hugo Brena, Yamandu J. Carlevaro, (colaboração: Ricardo Monti)**

Ano do Projeto: **1976**

Ano da Inauguração: **1981**

Área: **15.718,15 m²**

Outras observações: **Projeto vencedor em concurso público promovido pela Secretaria de Transportes e Obras em 1976.**

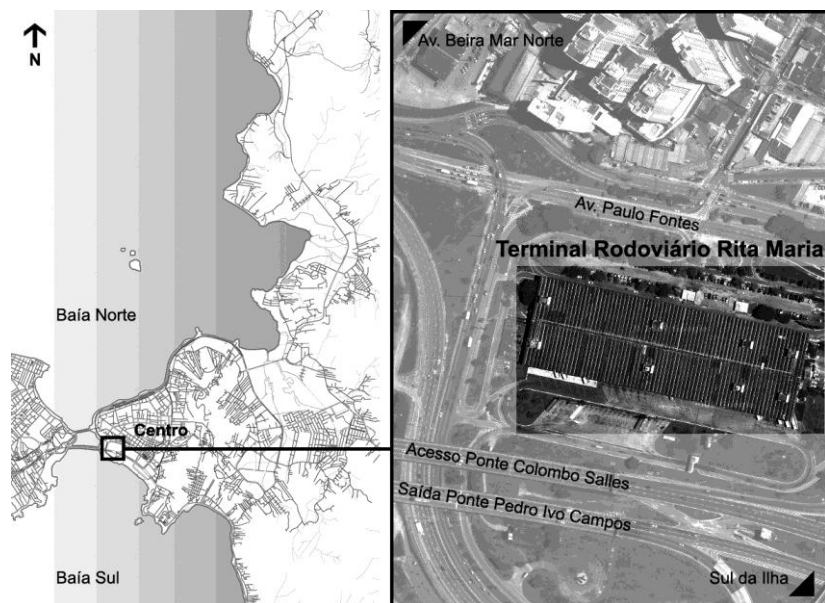


Figura 66- Localização do Terminal Rodoviário Rita Maria

Projetado em 1976 pelos arquitetos uruguaios Enrique Hugo Brena e Yamandu Carlevaro, o Terminal Rodoviário de Florianópolis (Terminal Rodoviário Rita Maria) foi concebido não apenas como edifício que comportasse as atividades de transporte intermunicipal de passageiros, mas - dada sua localização (na entrada da ilha) e suas características “monumentais” - como marco arquitetônico da cidade.

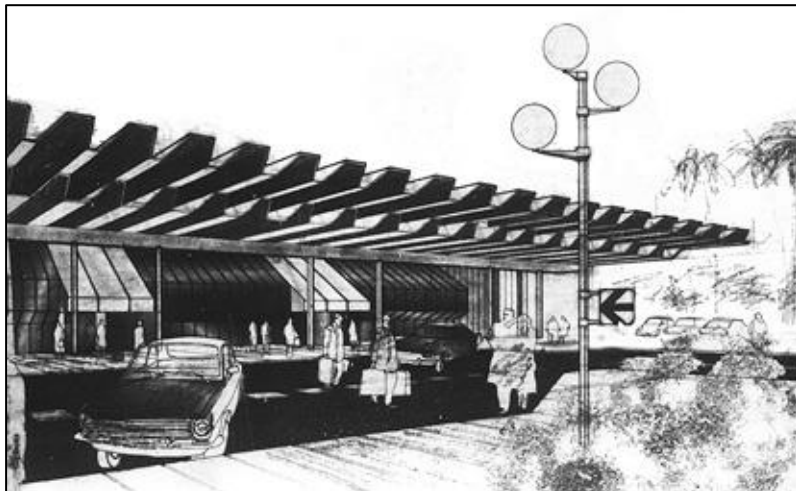


Figura 67 - Perspectiva para concurso [1976] Projeto: Brena e Carlevaro [1076][Fonte: Acervo Enrique Brena, 2009]

Resultado de concurso público promovido pela Secretaria de Transportes e Obras, foi também o primeiro terminal a seguir as determinações do manual de implantação de terminais rodoviários de passageiros (MITERPE), apresentando soluções de fluxos e orientação das atividades inéditas no país. A separação clara entre os fluxos de veículos e usuários, a separação entre fluxo de embarque e desembarque, e as propostas de reestruturação do sistema de despacho de bagagens, são alguns exemplos das soluções arquitetônicas e funcionais utilizadas no prédio.

Quanto a sua localização, a rodoviária encontra-se “ilhada” por uma rede viária complexa e importância vital para a cidade, uma vez que faz a ligação entre ilha-continente e centro-norte da ilha. Apesar de inúmeras mudanças realizadas nesta rede viária ao longo dos quase trinta anos do terminal rodoviário – criação de rótulas, instalação de sinalizas, a construção da Ponte Pedro Ivo Campos e, mais recentemente, o Elevado Dias Velho – os acessos viários do terminal permanecem inalterados. Os usuários chegam pela Av. Paulo Fontes (face norte do terminal), enquanto os ônibus chegam pelo anel viário localizado logo à saída da terceira ponte.

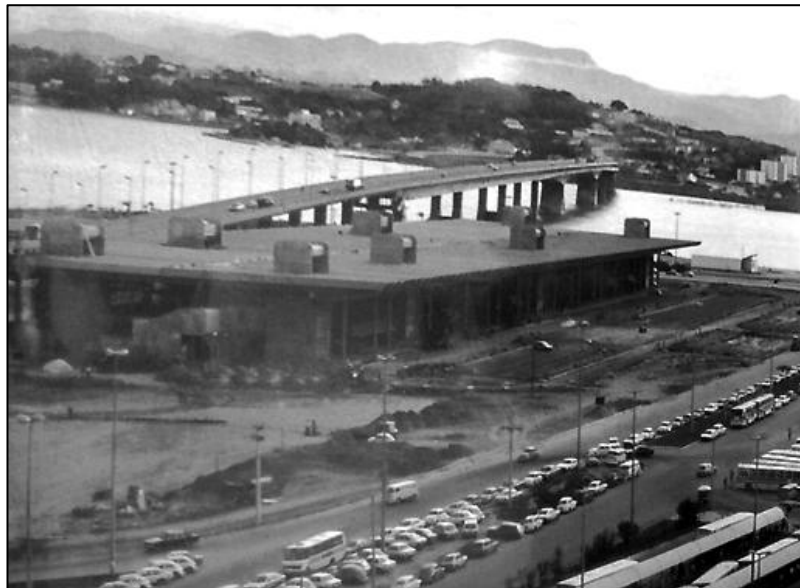


Figura 68 - Terminal Rodoviário Rita Maria. Projeto: Brena e Carlevaro [1976] Ao fundo, Ponte Colombo Salles. Paisagem continental parcialmente preservada [198-][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]

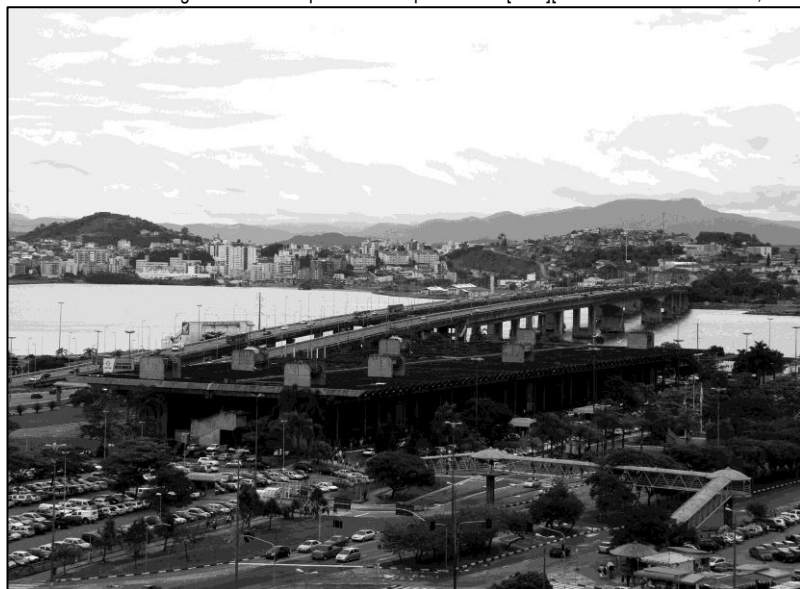


Figura 69 - Terminal Rodoviário Rita Maria. Projeto: Brena e Carlevaro [1976] Ao fundo, pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos. Ocupação e verticalização da área continental [2008]



Figura 70 - Aterro da Baía Sul e obras do Terminal Rodoviário Rita Maria [1980][Fonte: Silva, 2002]

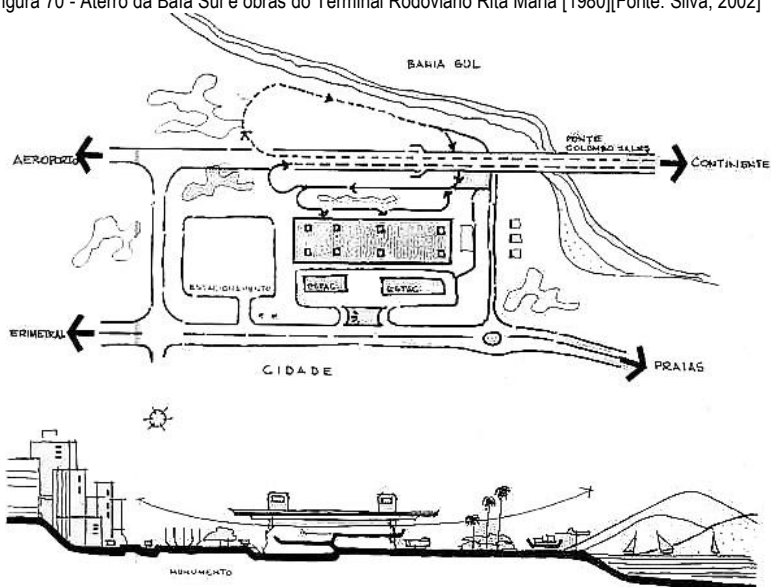


Figura 71 - Esquemas de fluxo de veículos, posição solar e ventilação cruzada. Desenho de Yamandu Carlevaro [s.d.][Fonte: Projeto, 1981]

Os acessos ao prédio em si variam de acordo com o meio de locomoção do usuário: Para quem chega a pé, a única alternativa disponível é a passarela que liga o centro da cidade e a rodoviária de modo oblíquo. Os usuários provindos da ilha que utilizam o transporte coletivo não têm acesso direto, necessitando deste modo, ir até um dos terminais urbanos e prosseguir caminhando até a rodoviária. Para quem utiliza os serviços de taxi, duas paradas à frente do terminal facilitam o traslado. Já os usuários que se encaminham por via de automóvel possuem quatro diferentes alternativas: dois grandes estacionamentos pagos, à frente e ao lado do terminal, possibilitam a estada mais prolongada do veículo, enquanto dois estacionamentos em fila à frente da área de embarque possibilitam a parada do veículos por tempo máximo de 15min ou apenas o suficiente para os procedimentos de embarque e desembarque de passageiros.

Todos os modos de aproximação ao terminal – a pé ou motorizado – convergem para o passeio externo, paralelo ao sentido longitudinal do edifício e protegido das intempéries pelo prolongamento da grande cobertura, que também assinala um espaço de transição entre área interna e externa.



Figura 72 - Terminal Rodoviário Rita Maria. Projeto: Brena e Carlevaro [1976] - 2002

Volumetria e circulação

Edifício de volume notadamente horizontal, o Terminal Rodoviário Rita Maria apresenta sua estrutura funcional (da qual deriva seu esquema de circulação) desenvolvida em dois níveis ligados exclusivamente através de escadas localizadas na área de serviços do edifício.

A circulação horizontal se dá basicamente por três eixos: um longitudinal, que liga áreas de embarque-serviços-desembarque, e duas transversais: da área externa às plataformas de embarque, e da área externa à plataforma de desembarque.

A volumetria básica deriva da adoção do modelo da grande cobertura que abriga todas as funções, podendo-se dizer, de modo simplista, que se aproxima de um paralelogramo de base retangular.

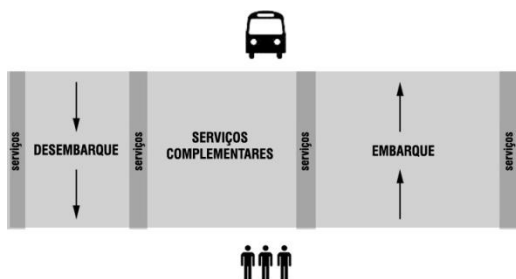


Figura 73 – Esquema de zoneamento

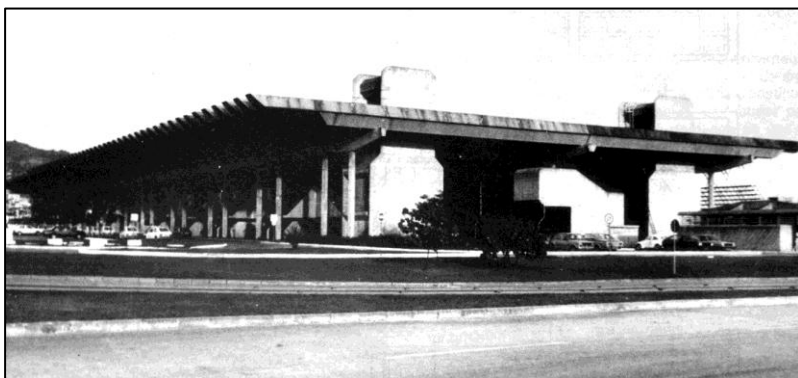


Figura 74 - Terminal Rodoviário Rita Maria [198-] Projeto: Brena e Carlevaro [1976][Fonte: Hanai, 1992]

Plantas Baixas

A análise das plantas originais do Terminal Rodoviário Rita Maria revela um zoneamento de atividades bastante simples e funcional. Os dois níveis – térreo e mezanino – são ligados por escadas localizadas entre as zonas de embarque e desembarque. No mezanino encontram-se as atividades administrativas do terminal, restaurante, espaço cultural e galeria de arte.²¹

As funções de embarque e desembarque acontecem de maneira independente, em áreas posicionadas cada qual em um extremo do terminal, inexistindo, portanto, a sobreposição de fluxos de passageiros em atividade de embarque ou desembarque. As duas áreas são ligadas por um eixo de circulação horizontal que “corta” a rodoviária longitudinalmente (sentido leste-oeste) e marca também a contraposição entre o fluxo de ônibus – que chegam e partem do terminal por sua face Sul – e o fluxo de usuários – que ascende pelo lado Norte.

Transversalmente a este eixo passam cinco outros que ligam o passeio externo – através dos portões de acesso do terminal – aos portões de embarque e desembarque. Outros portões dão acesso ao corredor de serviços, localizado no centro do eixo principal de circulação, e onde se encontram lojas de conveniência, caixas automáticos de bancos, bancas de revistas, telefones públicos, etc. Os sanitários, em número de 16, distribuem-se entre os dois níveis do edifício e apresentam estrutura marcada nas fachadas pela presença de “blocos” em concreto aparente que entremeiam a fachada em vidro fumê.

Na área de embarque as zonas livres resultantes do cruzamento dos eixos de circulação funcionam como área de espera. No projeto original, um sistema de baias em concreto auxiliava o despacho das bagagens, possibilitando o trânsito livre dos passageiros enquanto aguardam a partida de seu ônibus.²²

²¹ Nos últimos anos o mezanino do terminal tem sido ocupado por uma galeria de lojas de vestuário que anulam o uso do espaço como mezanino comunicando visualmente os dois pavimentos.

²² O serviço de despacho de bagagens nunca foi utilizado e as baias foram demolidas dando lugar hoje as “salas vip” de algumas empresas de viação.

Também segundo projeto original, a área de venda de passagens localizava-se no primeiro corredor logo após as portas de entrada do edifício. As atividades de compra de passagem, espera e embarque aconteciam, portanto, em espaços distintos.²³

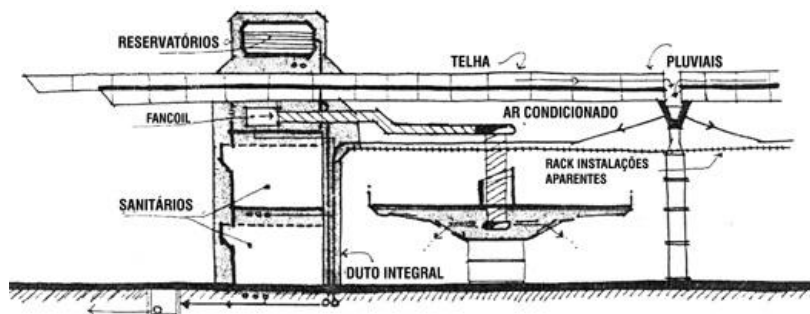
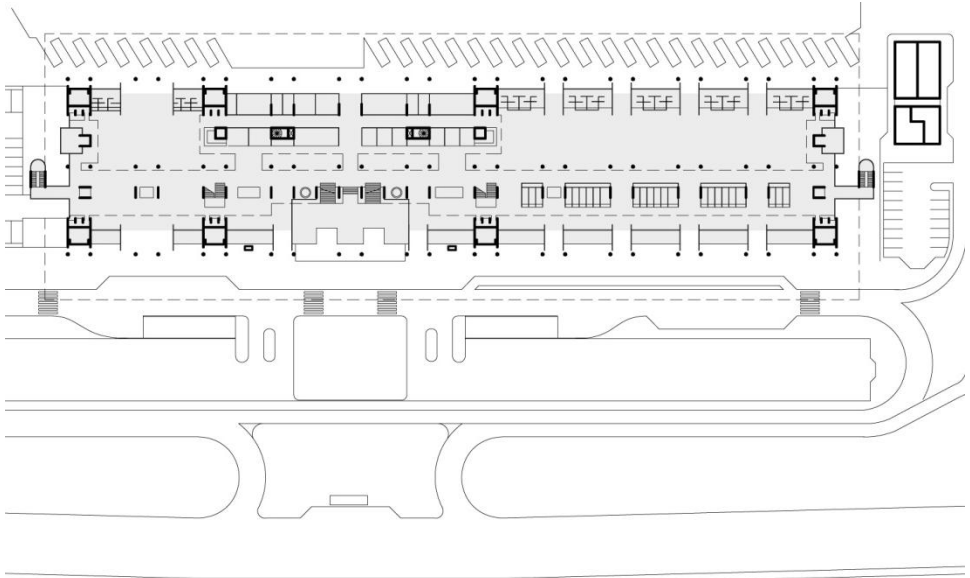


Figura 75 - Esquema instalações. Adaptado de [Projeto, 1981]

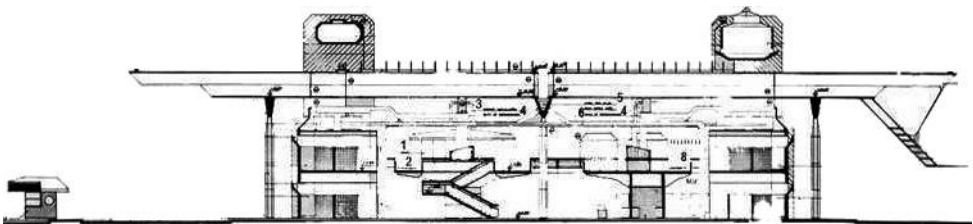
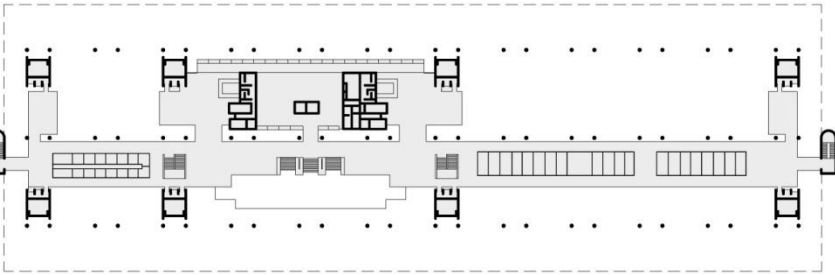
Na área de desembarque, um eixo de circulação que atravessa a edificação transversalmente liga a área externa de acesso ao terminal ao portão de desembarque, definindo também duas áreas de espera. Diferentemente da área de embarque, nesta área de chegada estão localizados os serviços de atendimento aos usuários (informações turísticas, polícia militar, etc), serviço de guarda volumes, locação de veículos, entre outros.

A face sul do prédio, por onde chegam os ônibus, possui brise em alumínio estendido por sobre as plataformas mas que, no entanto, estão sendo desmontados de modo a se adaptar aos novos veículos, maiores e mais altos, que estacionam ali.

²³ Esse corredor hoje se encontra fechado por divisórias que se estendem até a fachada principal do prédio e abrigam as áreas ampliadas dos escritórios das empresas de viação.



PAVIMENTO TÉRREO



Estrutura

A estrutura básica da rodoviária de Florianópolis é composta de três linhas de 14 pilares de seção hexagonal dispostos dois a dois de modo a demarcar as entradas do edifício. Sobre os pilares, três vigas em forma de “V”, dispostas no sentido longitudinal dão suporte a grande cobertura em argamassa armada. A viga central funciona como viga-calha, recolhendo as águas da cobertura e encaminhando-as aos extremos no edifício.

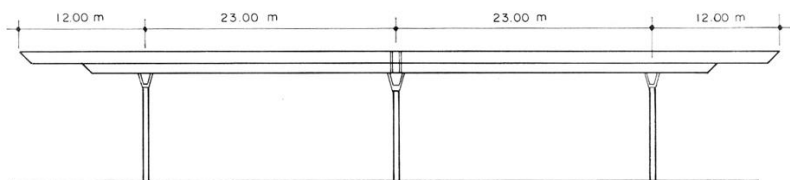


Figura 76 – TRRM - Esquema da elevação do conjunto estrutural. [Fonte: Hanai, 1992]

Segundo os arquitetos responsáveis pelo projeto do terminal, uma das diretrizes principais na escolha do sistema construtivo adotado foi sua “simplicidade de execução”, sem deixar de lado, porém uma “expressão estética marcante”:

“A linguagem utilizada responde a uma concepção expressionista completamente integrada e afirmadora da dinâmica funcional, com a utilização de materiais nobres e contrastantes incorporando toda a rede do complexo sistema das instalações na composição espacial do conjunto. Os materiais básicos estão compostos por elementos estruturais de concreto aparente sem tratamentos especiais, vidros colorglass fume, piso de borracha de cor preta e elementos leves de divisórias e forros caracterizados com cores contrastantes frente a escala monocromática da composição geral” (Carlevaro e Brena, 1981)

A cobertura em argamassa armada tinha cada um de seus trechos pré-moldados no terreno, passados por um tanque de cura e posteriormente içados até sua posição final. Os grandes elementos de seção hexagonal que alcançam de 35m de comprimento são o grande destaque do projeto e enfatizam, com seu desenho, a escala monumental do edifício.

“A cobertura, com 15.100m² de área, foi inicialmente projetada para ser executada com elementos pré-moldados de concreto protendido. De acordo com os executores, as peças inicialmente projetadas teriam peso excessivo (cerca de 750kN), exigindo equipamentos pesados para o seu lançamento, o que, além do elevado custo, acarretaria problemas adicionais devidos à baixa capacidade de suporte do terreno. Isso constituiu forte motivo para a adoção da alternativa em argamassa armada, com a qual o peso das peças foi reduzido a cerca de 250kN, simplificando-se consideravelmente o transporte e o lançamento dos elementos pré-moldados” (HANAI, 1992, p. 54)

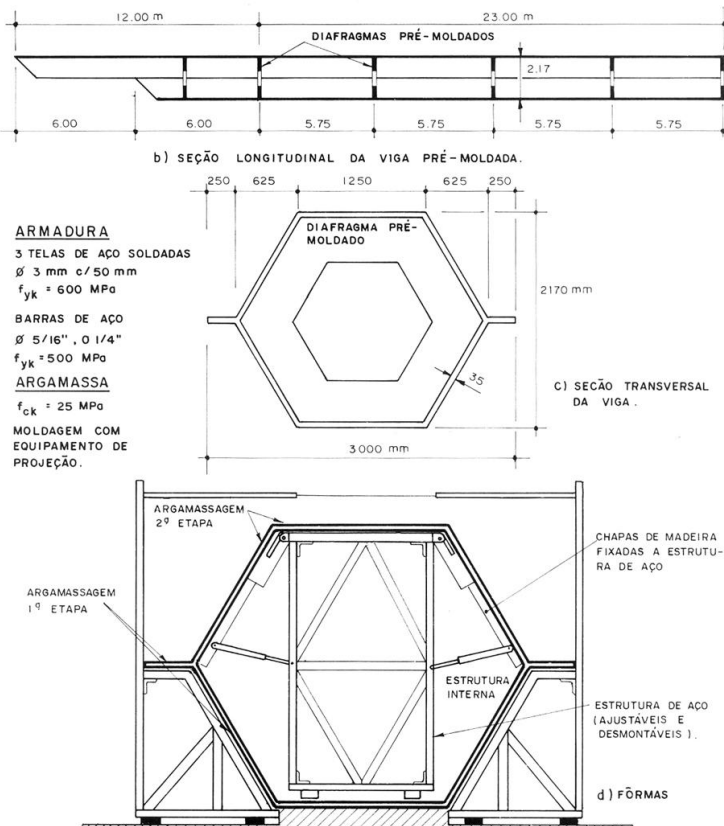


Figura 77 - Vista e cortes esquemáticos da cobertura e esquema de fôrmas. [Fonte: Hanai, 1992]

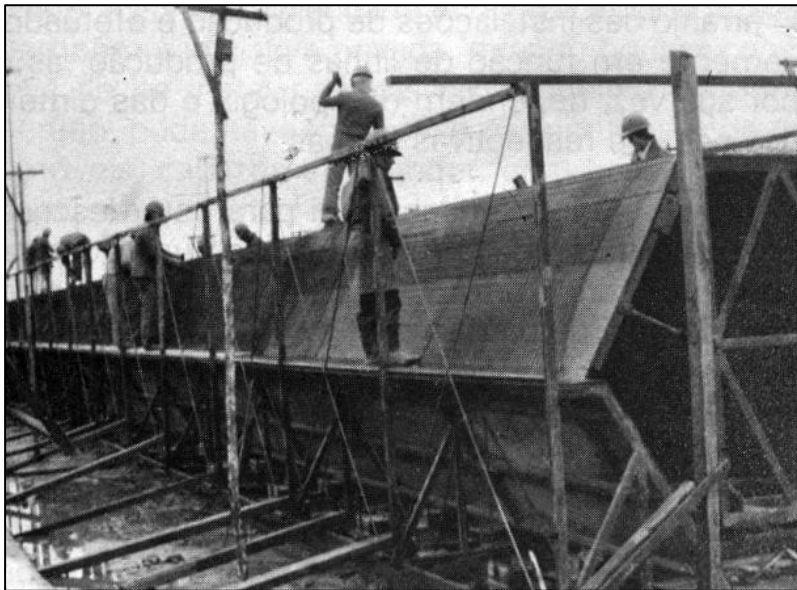


Figura 78 – TRRM. Projeto: Brena e Carlevaro [1976] Execução da cobertura. [Fonte: Hanai, 1992]

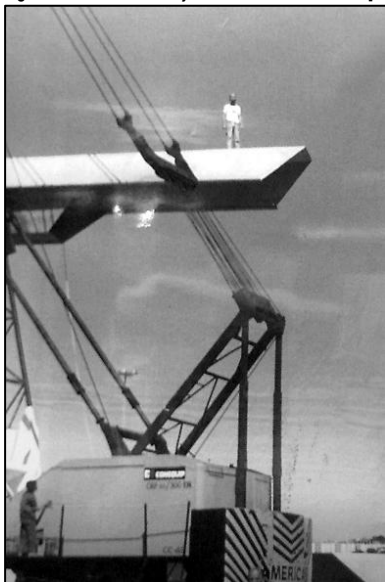


Figura 79 – TRRM. Projeto: Brena e Carlevaro [1976] Construção (içamento) da cobertura [198-][Fonte: Acervo TRRM]

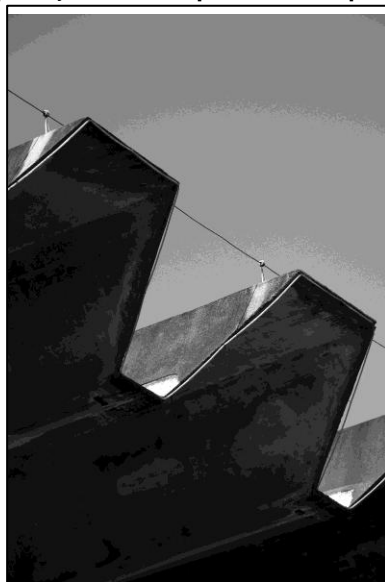


Figura 80 – TRRM. Projeto: Brena e Carlevaro [1976] Detalhe da cobertura - 2009

4.3 Outros Projetos de Destaque

4.3.1 Palácio da Justiça Ministro Luiz Galotti (1968-1975)

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Endereço: **Rua Álvaro Millen da Silveira, 208**

Projeto: **Pedro Paulo de Melo Saraiva, Francisco Petracco e Sami Bussab**

Ano do Projeto: **1968**

Ano da Inauguração: **1975**

Área: **17.000m²**

Outras informações: **Projeto vencedor em concurso público**

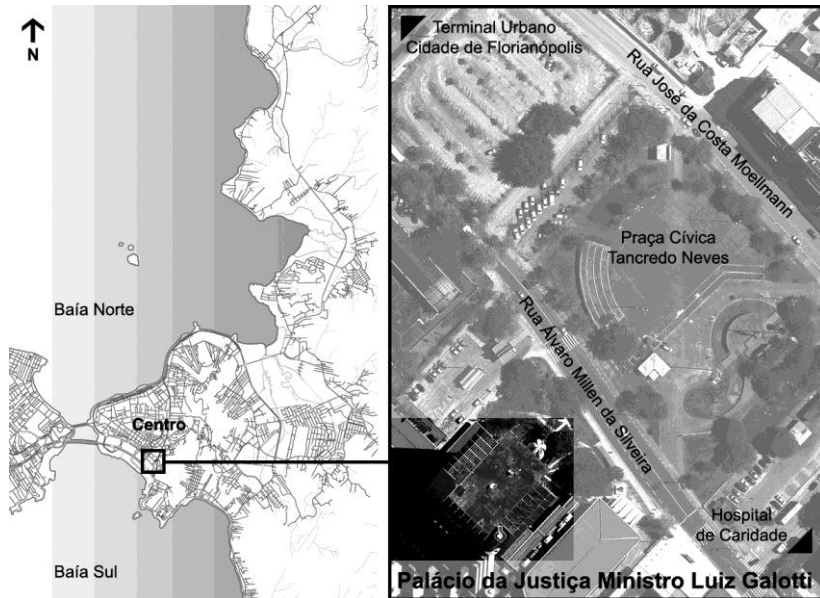


Figura 81 - Localização do Palácio da Justiça

No final da década de 1960 o Governo do Estado de Santa Catarina lançou uma licitação para a elaboração de um novo projeto para a sede permanente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis. O projeto vencedor foi de autoria do

arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, responsável à época também pelo planejamento físico da parte urbana da cidade.

O projeto foi elaborado no escritório do arquiteto em São Paulo e a execução das obras foi submetida ao extinto PLAMEG.

O local de sua implantação seria, originalmente, no centro da cidade, próximo ao Teatro Álvaro de Carvalho (local do antigo Tribunal de Justiça, ao lado do prédio incendiado da Assembléia Legislativa). No entanto, o resultado de uma análise de trânsito (procedida pelo engenheiro Olavo Arantes) acabou por determinar a transferência do edifício (ainda que sem grandes modificações no projeto) para seu sítio atual: a Praça Cívica Tancredo Neves.

A construção do palácio custou, na época, 14 milhões de cruzeiros. Trabalharam na obra cerca de 100 operários, durante um período de aproximadamente cinco anos, até a sua inauguração em 3 de março de 1975.

Nos primeiros anos de sua existência, o Palácio (então Tribunal de Justiça) ainda abrigava o fórum da Capital, que, em 1986, passou a ocupar instalações próprias. Desde a sua inauguração, o edifício passou por diversas reformas buscando abrigar uma estrutura jurídica em constante expansão. Estas alterações no espaço do edifício eliminaram alguns elementos interessantes e previstos no projeto original, como uma escada central atirantada que ligava o pavimento térreo ao Hall superior e o jardim de inverno, localizado no décimo andar.

A planta cruciforme apresenta simetria bilateral com eixo na direção Sul-Norte. No centro, alguns pavimentos apresentam um vão que interliga visualmente seus ambientes. Em alguns pavimentos este vazio dá lugar a outras estruturas, como um mezanino (no quinto andar), um auditório (nos andares 10,11,12 e 13) ou simplesmente uma laje (sexto e sétimo andares). As áreas destinadas aos trabalhos jurídicos são separadas espacialmente das áreas destinadas aos serviços de apoios. Observa-se. Também, clara distinção física entre as áreas de uso geral e a área destinada à circulação vertical.

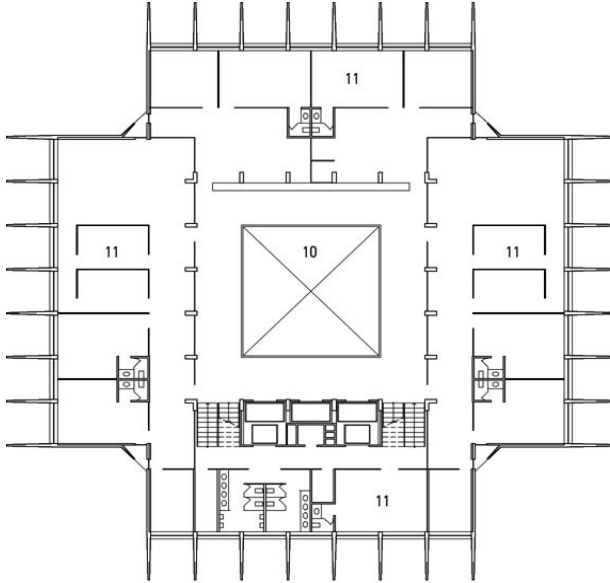


Figura 82 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Planta baixa pavimento tipo (com divisórias). [Fonte: Arquivos do arquiteto, 2008].

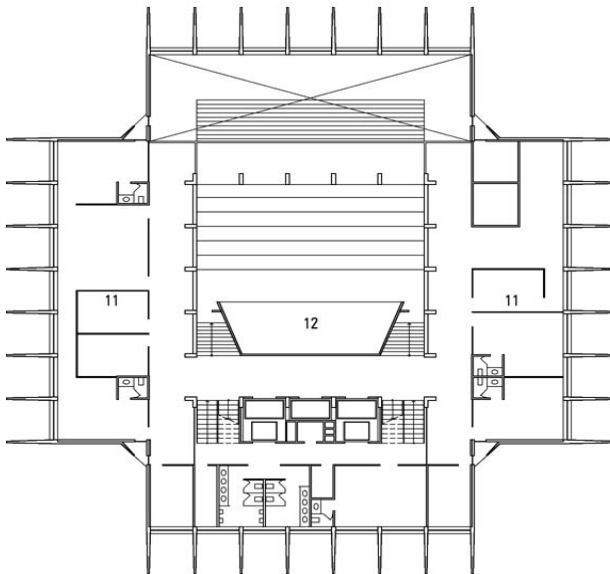


Figura 83 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Planta baixa sala do júri. 6º pavimento. [Fonte: Arquivos do arquiteto, 2008].

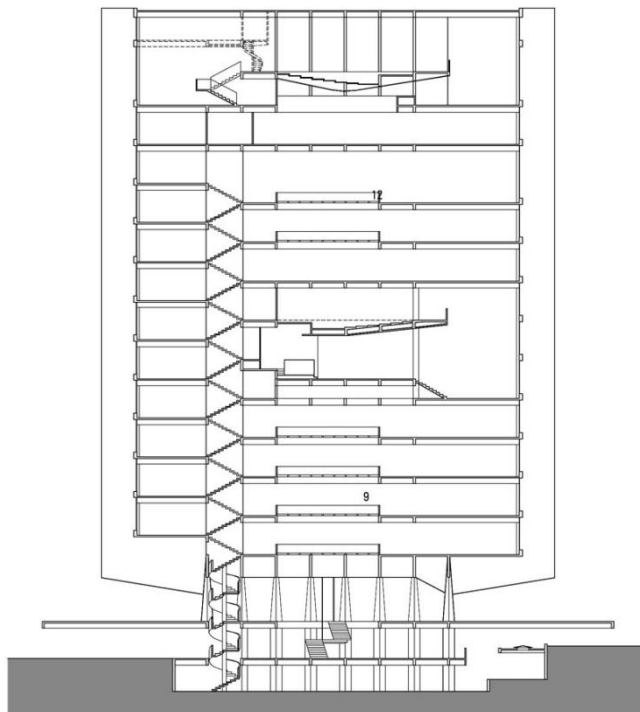


Figura 84 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Corte. [Fonte: Arquivos do arquiteto, 2008].

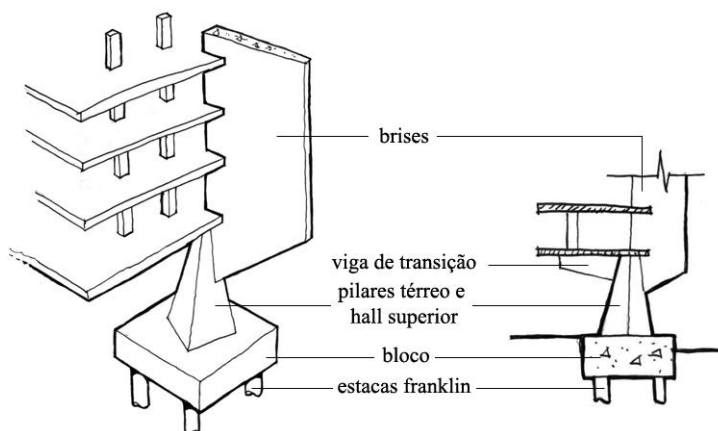


Figura 85 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Esquema estrutural. 2008.

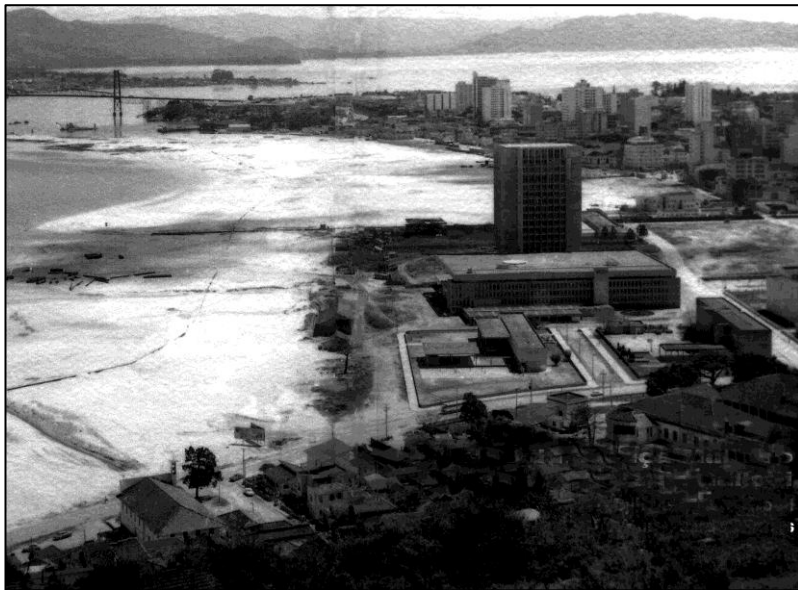


Figura 86 - Palácio da Justiça e Assembleia Legislativa. Ao fundo, obras do aterro da Baía Sul [197-]
[Fonte: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2001]



Figura 87 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Volume destacado na
paisagem urbana [197-][Fonte: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2001]

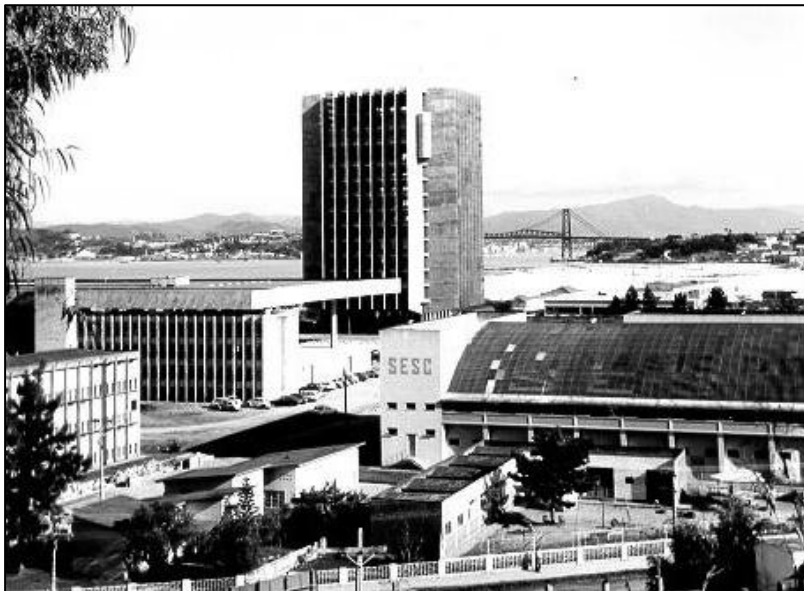


Figura 88 - Palácio da Justiça, Assembleia Legislativa e SESC [197-][Fonte: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2001]

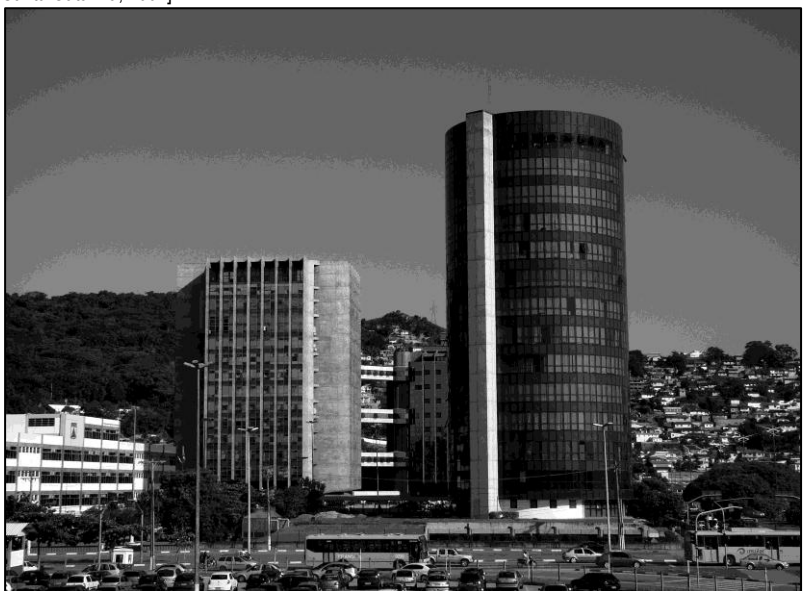


Figura 89 - Palácio da Justiça e Fórum da Capital. Ao fundo novo anexo do palácio, 2007.

Sua volumetria parte de um esquema básico formado por um prisma retangular de base cruciforme sob o qual se construiria - na sua primeira implantação próxima ao Teatro Álvaro de Carvalho - um subsolo com garagens e recepção.

A adição dos brises e de uma escada helicoidal externa nos andares 10, 11 e 12 foram adequações no projeto que marcaram o seu volume externo, respectivamente, acentuando o seu formato de cruz e projetando dois cilindros de concreto na sua fachada Norte.

No tocante a estrutura, o Tribunal de Justiça apresenta um modelo de dupla grelha estrutural: uma grelha horizontal sobre pilares periféricos com cantos recuados, e uma grelha vertical, conformada pela estrutura de pilares e lajes que também configuram a fachada do edifício. Modelo similar de desenho podemos observar no projeto de Saraiva para o Clube XV, de Santos. Este, porém, não se eleva como o prédio do Tribunal.

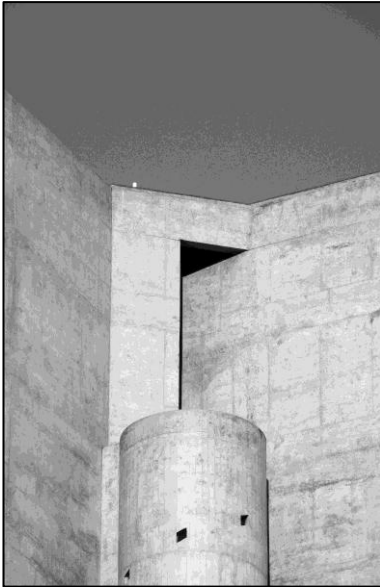


Figura 90 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Detalhe estrutura externa e escada auxiliar. 2008.



Figura 91 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Detalhe aberturas. 2008.

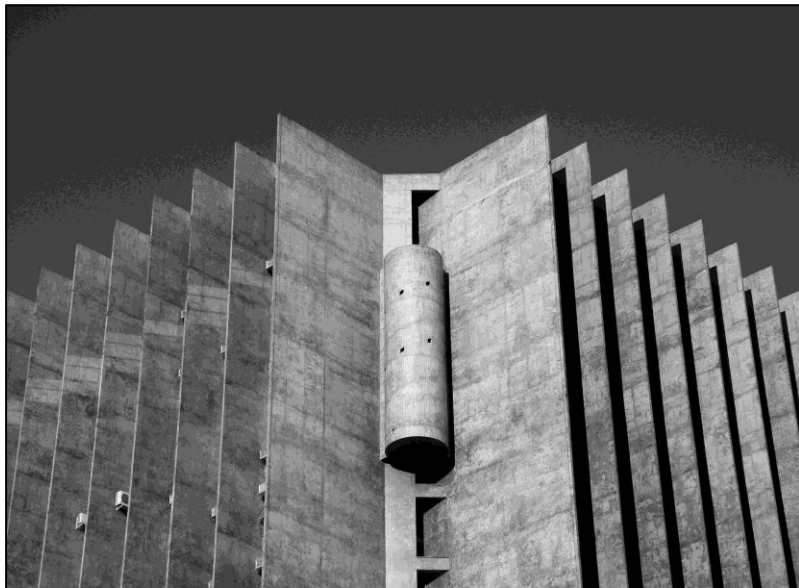


Figura 92 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab [1968] Detalhe estrutura externa e escada auxiliar. 2008.



Figura 93 - Palácio da Justiça. Projeto: Saraiva, Petracco e Bussab. 2006.

4.3.2 Palácio Santa Catarina (1967 - 1970)

Endereço: **Rua José da Costa Moellman**

Projeto: **Hans Broos**

Ano do Projeto: **1967**

Ano da Inauguração: **1970**

Outras Informações: **Ocupado pela CELESC até 1983**

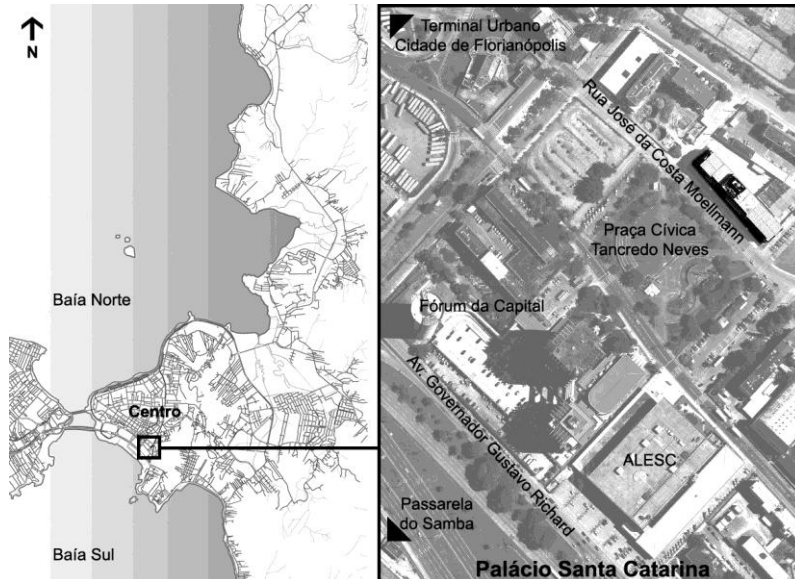


Figura 94 - Localização do Palácio Santa Catarina

Cronologicamente a sede do antigo Palácio Santa Catarina poderia ser considerada, ao lado dos projetos para a Assembléia Legislativa do Estado (1964) e Tribunal de Justiça (1968), um das primeiras proposições arquitetônicas de caráter administrativo/institucional em concreto aparente em Florianópolis.

Todavia, além da coincidência temporal e de sua localização junto a Praça Tancredo Neves, o projeto de 1967 do arquiteto austríaco Hans Broos, encerra aí sua semelhança com os demais

edifícios administrativos erguidos em concreto aparente na cidade.

A primeira grande diferença entre este e os demais edifícios é que este foi projetado para ser sede da empresa concessionária de energia elétrica do estado: a CELESC, em 1970. Apenas em 1983 o governo do estado passa a ser seu inquilino, ocupando o prédio como sede do poder executivo de Santa Catarina, abandonando o Palácio Cruz e Sousa, na Praça XV de Novembro.



Figura 95 - Palácio Santa Catarina. Projeto: Broos [1967][Fonte: Tempo Editorial, 1999]

Apresenta planta livre e estrutura periférica (porém não externa ao corpo do edifício) com núcleo de circulação vertical por escadas centralizado em um eixo de circulação horizontal que corta edifício transversalmente em posição levemente assimétrica em relação ao todo estrutural. Nas fachadas, diferentes composições em elementos de concreto antecedem as aberturas, não funcionando, no entanto, como brises, dada a orientação sul da fachada principal.

Ainda ressaltando a singularidade deste prédio em relação aos demais apresentados, cabe citar o desenho dos elementos da

fachada. Enquanto os outros prédios lançaram mão da utilização de recursos de controle solar derivados de seu desenho estrutural (e que também lhes dava a forma externa final), neste os elementos assumem função apenas “decorativa”. Ademais, se os outros edifícios estudados apresentam forte influência compositiva da Escola Paulista de Arquitetura, este, ainda que não destoe totalmente desta tendência, apresenta mais semelhanças com um modelo funcionalista corbusiano, tornando-o exemplo particular mesmo entre as obras de seu autor, Hans Broos.



Figura 96 - Secrétariat – Chandigarh. Projeto: Le Corbusier [1953] [Fonte: panoramio.com, 2009]



Figura 97 - Usine Claude & Duval - Le Corbusier, 1[949] [Fonte: www.flickr.com/ people/nomios [2009]



Figura 98 - Fachada fundos do Palácio Santa Catarina quando ainda sede da CELESC [1970] Projeto: Broos [1967][Fonte: Arquivo Hans Broos/Karine Daufenbach, 2009]

Quando o governador Luis Henrique da Silveira assumiu o Governo do Estado, em 2003, uma de suas primeiras declarações públicas já anunciava o abandono do prédio enquanto sede do executivo catarinense. Em 2004 o edifício passa às mãos do Banco do Estado de Santa Catarina como pagamento de parte da dívida do governo com a instituição (R\$ 5,4 milhões dos R\$ 8,5 milhões devidos). Em 2005 o prédio é vendido ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina por outros R\$ 5,8 milhões. (Poder Judiciário de Santa Catarina, 2007)

Entre o primeiro semestre de 2007 e o final do ano de 2008 o edifício passou por reformas que buscaram adaptá-lo a seu uso atual como anexo do Fórum da Capital. O investimento de R\$ 5 milhões (ibidem, 2007) foi destinado não apenas a atualização dos sistemas de ar condicionado e telecomunicações, como também abrangeu a re-locação de funções e re-desenho de sua planta original (já modificada anteriormente quando de sua função como sede do governo do estado). Externamente o edifício teve suas duas fachadas principais descaracterizadas com a remoção de parte dos elementos em concreto que lhes compunham, além da construção de grande volume composto por blocos vazados sobre sua cobertura.



Figura 99 - Terreno onde foi erguido o prédio administrativo da CELESC, posterior Palácio Santa Catarina, às vésperas da obra. [1960][Fonte: Acervo Fabricio Boppré, 2009]



Figura 100 - Palácio Santa Catarina. Detalhe dos brises da fachada original (retirados em 2008). Projeto: Broos [1967] – 2009



Figura 101 - Palácio Santa Catarina. Detalhe dos brises da fachada voltada para Praça Cívica Tancredo Neves. Projeto: Broos [1967] - 2005

4.3.3 Secretaria Estadual de Educação

Endereço: **Rua João Pinto, 111 – Centro**

Projeto: **Moysés Liz, Odilon Monteiro, Ademar Cassol**

Ano do Projeto: **1972**

Área: **7.765,00m²**

Pavimentos: **11**

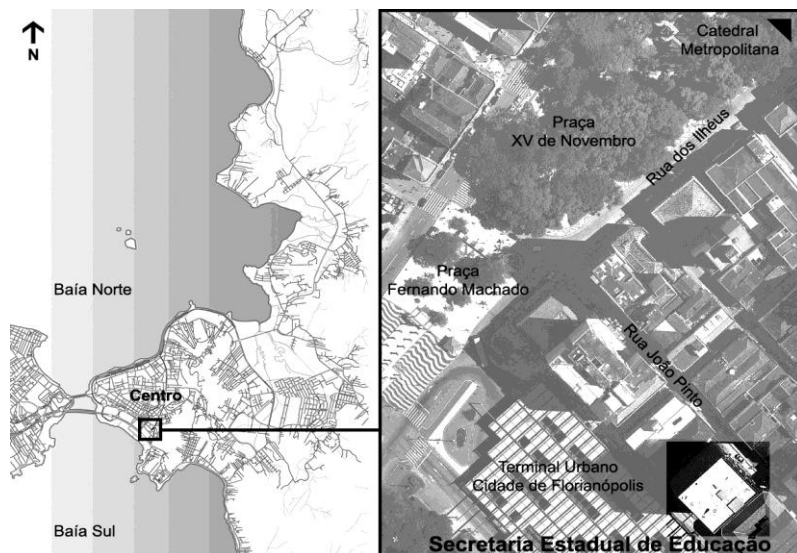


Figura 102 - Localização do Edifício da Secretaria Estadual de Educação

O escritório de arquitetura que mais projetou edifícios administrativos e institucionais em concreto aparente em Florianópolis foi o “Liz Cassol Monteiro”, surgido em 1972 da reunião de três arquitetos formados no Rio Grande do Sul e recém chegados à Ilha de Santa Catarina.

Um dos primeiros projetos conjuntos de Moysés Liz, Ademar Cassol e Odilon Monteiro foi o do prédio da Secretaria de Estado da Educação, realizado no mesmo ano da criação do escritório.

Localizado no centro de Florianópolis, os 11 pavimentos do edifício vão apresentar um partido arquitetônico que vai se repetir

em grande parte das obras do escritório no período: uma estrutura periférica em concreto aparente conformando fachadas idênticas, planta livre e um núcleo central de serviços e circulação vertical.

A implantação segue o modelo moderno do bloco suspenso por pilotis isolado no lote. Nenhum elemento arquitetônico ou anexo identifica uma entrada principal e o acesso prioritário se dá hoje pelo calçadão da Rua João Pinto. Até o início dos anos 2000 a entrada do prédio estava voltada o lado oposto, onde se encontra o Terminal Urbano Cidade de Florianópolis.

Internamente a planta livre, juntamente com o desenho das aberturas próximas entre si e sua extensão por todo o pé direito, geravam pavimentos de características quase panorâmicas com vista para a Baía Sul. A divisão atual de ambientes isolou o núcleo central de circulação e diversas pequenas salas de trabalho, eliminando possibilidades de atendimento natural das condições de conforto térmico e lumínico.

Especial destaque cabe ao desenho da estrutura em concreto da área de transição do pavimento térreo, cujos pilares de seções quadradas dispostas obliquamente a estrutura externa tocam o solo reduzidas, ao modo de Artigas e da escola paulista.



Figura 103 - Secretaria Estadual de Educação - Vista interna [198-] Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]



Figura 104 - Secretaria Estadual de Educação vista do aterro da Baía Sul [198-] Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]



Figura 105 - Secretaria Estadual de Educação - Vista do aterro da Baía Sul. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972] - 2008

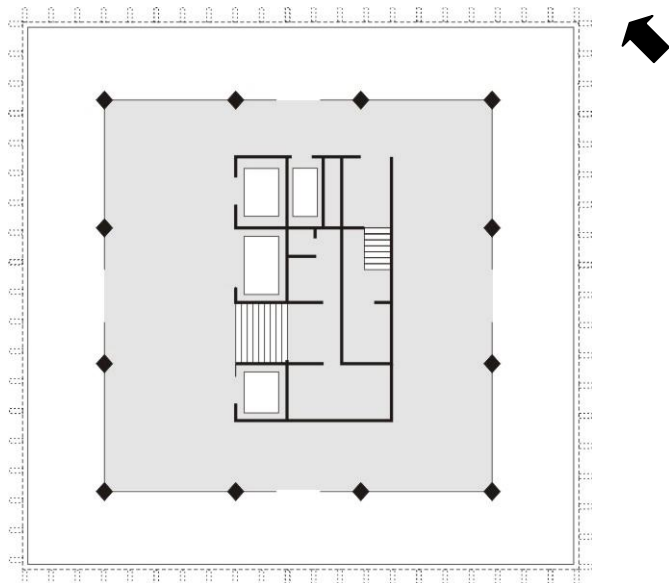


Figura 106 – Secretaria Estadual de Educação. Esquema planta do pavimento térreo.

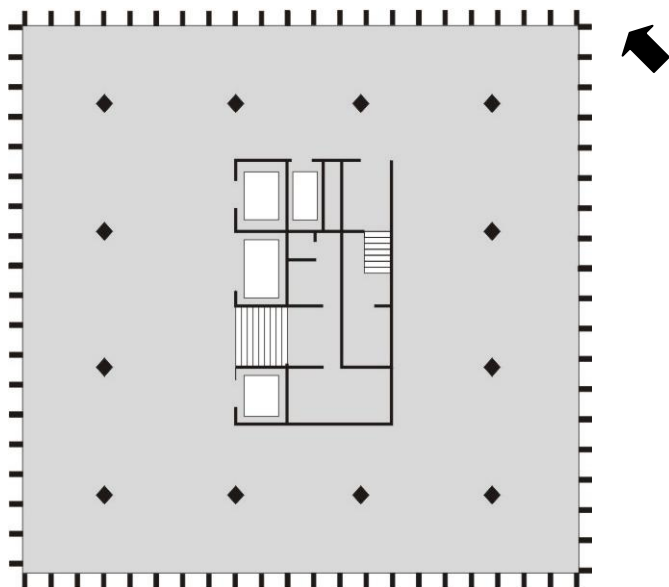


Figura 107 - Secretaria Estadual de Educação. Esquema pavimento tipo.

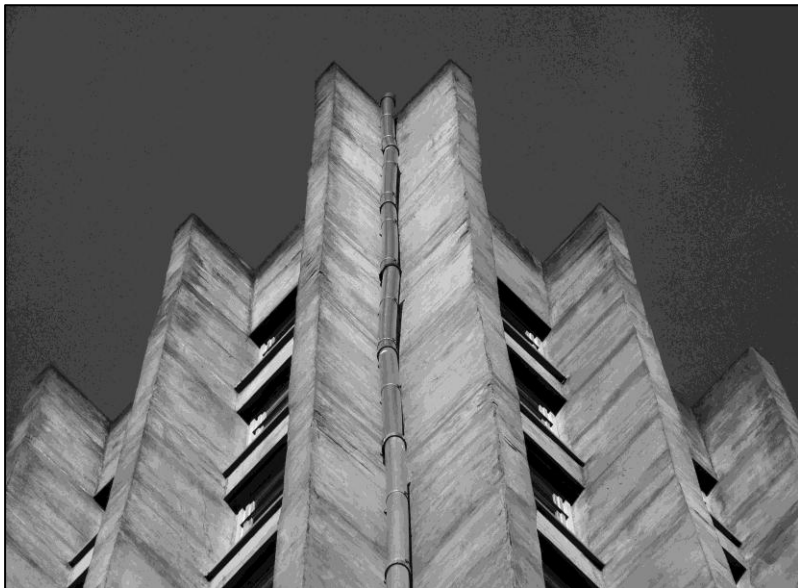


Figura 108 - Secretaria Estadual de Educação - Detalhe da estrutura. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972] - 2008



Figura 109 - Secretaria Estadual de Educação - Detalhe estrutural. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972] - 2007



Figura 110 - Secretaria Estadual de Educação [198-] Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC]

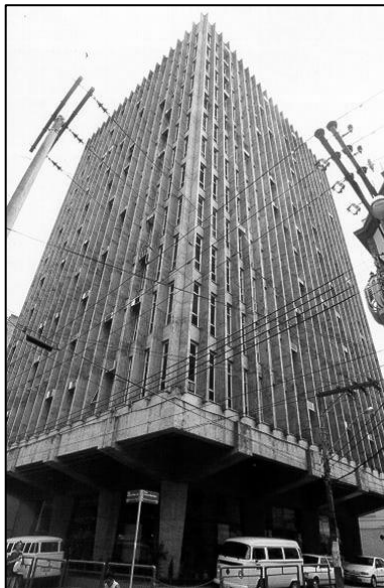


Figura 111 - Secretaria Estadual de Educação. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972] - 2007



Figura 112 - Secretaria de Educação e arquitetura do entorno. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1972] 2007.

4.3.4 TELESC (1972 - 1976)

Endereço: **Av. Madre Benvenuta, 2080 - Itacorubi**

Projeto: **Moyses Liz, Odilon Monteiro**

Ano do Projeto: **1972**

Ano da Inauguração: **1976**

Área: **10.300m²**

Pavimentos: **02 pavimentos e ático**

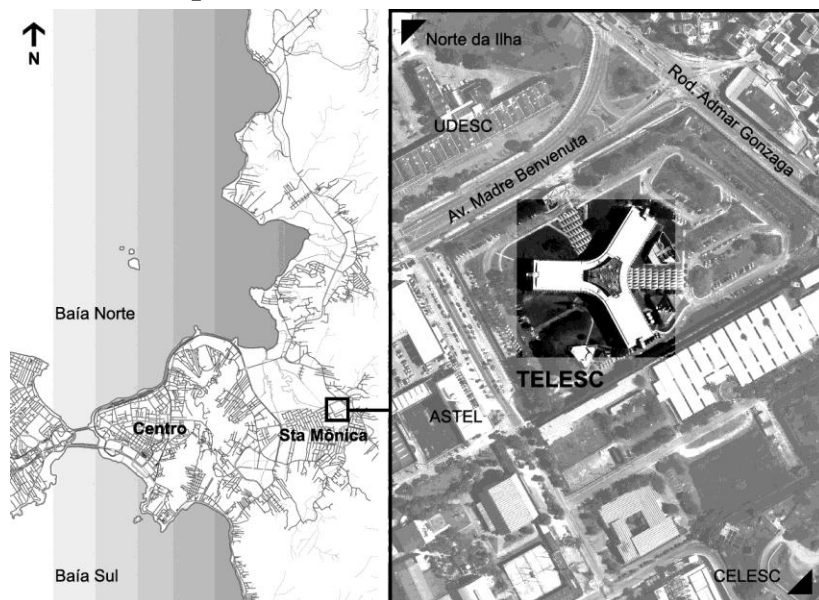


Figura 113 - Localização da sede da antiga TELESC

A sede da Telesc no Itacorubi foi o primeiro dos projetos institucionais em concreto aparente construídos naquele bairro na década de 1970. Antes dele, o governo catarinense já havia transferido ou instalado diversos órgãos estaduais relacionados às atividades agropecuárias para a região, no entanto, apenas em 1976, com a inauguração do edifício da TELESC, se vê no bairro um exemplar do modelo arquitetônico em concreto aparente que vinha se disseminando pela cidade.

Projeto de Moyses Liz e Odilon Monteiro, o edifício apresenta a singular forma de Y - remetendo ao projeto de Marcel Breuer para a sede francesa da UNESCO – que terminou por inspirar o desenho do logotipo da empresa.

Os quatro pavimentos do prédio foram erguidos em estrutura periférica de concreto aparente que, não apenas ajuda a conformar suas fachadas (com a adição posterior de elementos pré-moldados), como garante a planta livre, interrompida apenas pelo núcleo central que abriga as áreas de molhadas e o eixo vertical de circulação.

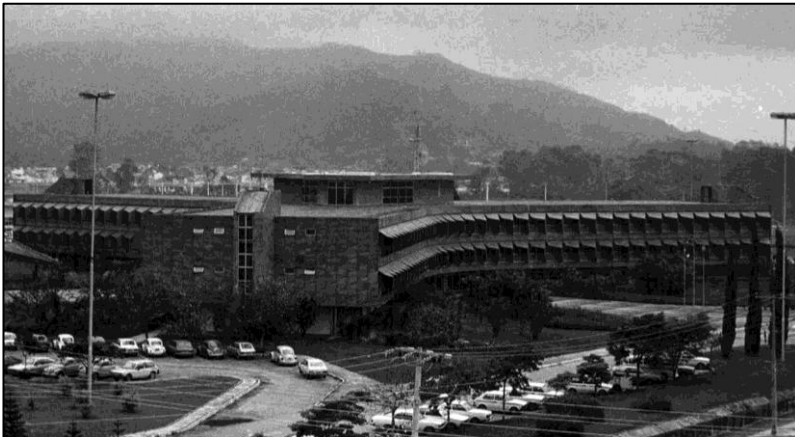


Figura 114 - Sede da TELESC [198-] Projeto: Liz e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]

Merecem destaque os brises pré-moldados adicionados as aberturas dos pavimentos superiores que conferem cor e ritmo às fachadas, e a esplanada que antecede o acesso principal do prédio.

Atualmente o prédio recebe interesse especial da Prefeitura de Florianópolis que intenta instalar sua sede no local. Segundo o Jornalista Marcelo Fernandes Correia (2007)

“Há quem afirme que o prédio não pode ser vendido porque foi construído em terreno público, sob a forma de comodato. Pelo sim, pelo não, Dário se apressou em transformar o prédio em “patrimônio público”, um mecanismo legal que cria dificuldades para a empresa negociá-lo.”



Figura 115 - Sede da TELESC – Vista a partir da esplanada da entrada principal. Projeto: Liz e Monteiro [1972][Fonte: Tempo Editorial, 1999]



Figura 116 - Sede da Unesco em Paris, Marcel Breuer, 1958. [Fonte: www.unostamps.nl, 2009]



Figura 117 - Logotipo da TELESC

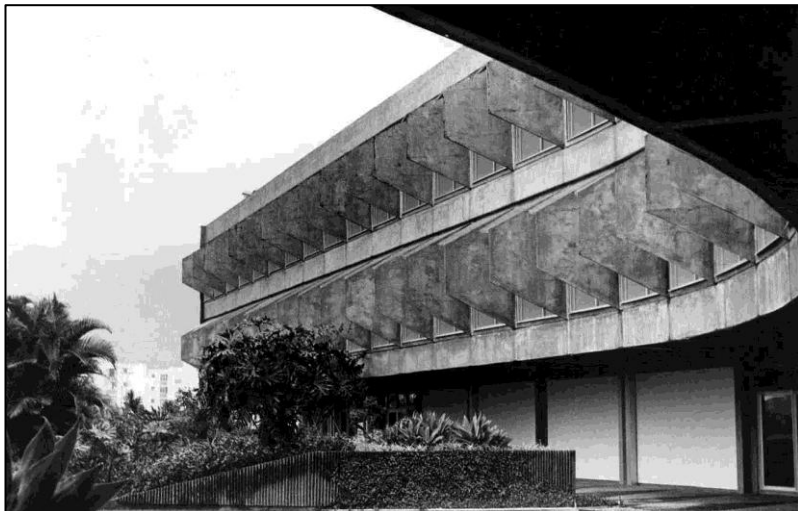


Figura 118 - Sede da TELESC [198-] Projeto: Liz e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]



Figura 119 - Sede da TELESC – Vista a partir da guarita do acesso principal. Projeto: Liz e Monteiro [1972] - 2003



Figura 120 - Sede da TELESC – Detalhe da estrutura e brises. Projeto: Liz e Monteiro [1972] - 2003



Figura 121 - Sede da TELESC – Áreas de trabalho [198-] Projeto: Liz e Monteiro [1972][Fonte: Acervo LDA UFSC, 2009]

4.3.5 Tribunal de Contas (1973-1976)

Endereço: **Rua Bulcão Viana, 90 – Centro**

Projeto: **Arq. Moyses Liz, Arq. Odilon Monteiro**

Ano do Projeto: **1973**

Ano da Inauguração: **1976**

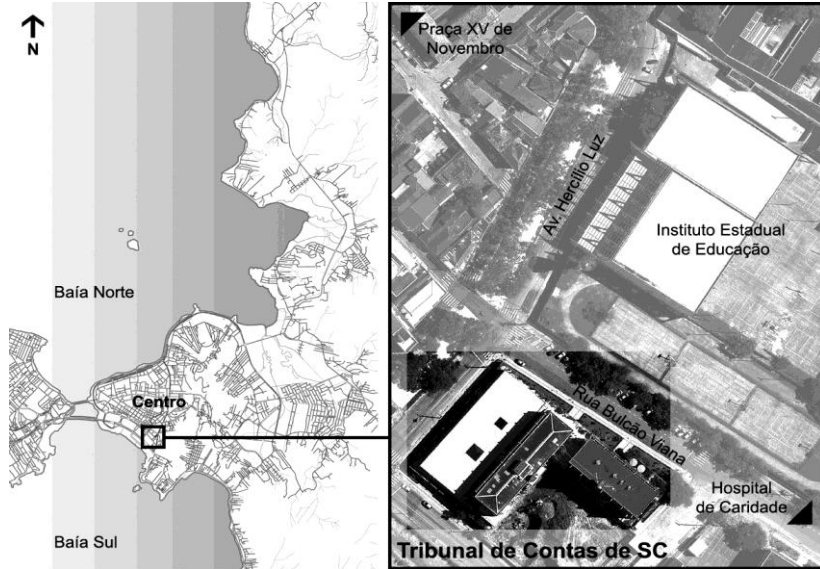


Figura 122 - Localização do edifício do Tribunal de Contas do Estado de SC.

No outro lado da Praça Tancredo Neves, encontra-se o Tribunal de contas do Estado. O projeto de Odilon Monteiro e Moysés Liz dá continuidade ao uso de alguns elementos, como a estrutura externa em concreto aparente, mas não apresenta a planta livre com núcleo central de circulação e serviços que vão caracterizar suas obras durante os anos de 1970.

Externamente já começa a apresentar frisos e ornamentações moldadas em concreto, se distanciando do purismo estrutural das outras arquiteturas institucionais em concreto na cidade. No final da década de 80 passou por reformas que descaracterizaram o projeto original, incluindo aí uma pirâmide de vidro na cobertura com função de iluminação zenital. Hoje passa por novas modificações e já se encontram iniciadas as

obras para a construção da nova sede a localizar-se no terreno ao lado da atual.



Figura 123 - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Vista Rua Bulcão Viana. Projeto: Liz [1973] - 2007



Figura 124 - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Vista Rua José da Costa Moellman. Projeto: Liz [1973] – 2007



Figura 125 - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Detalhe de frisos decorativos. Projeto: Liz [1973] – 2009

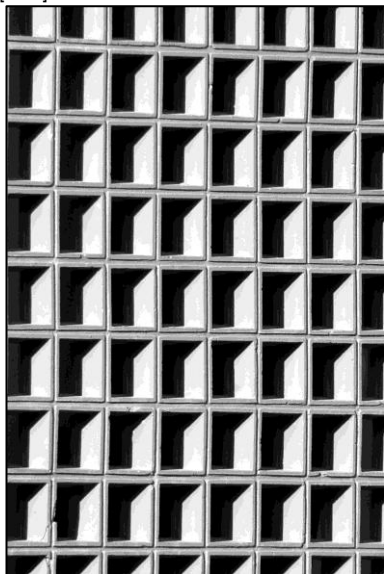


Figura 126 - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Detalhe de parede em blocos vazados. Projeto: Liz [1973] – 2006

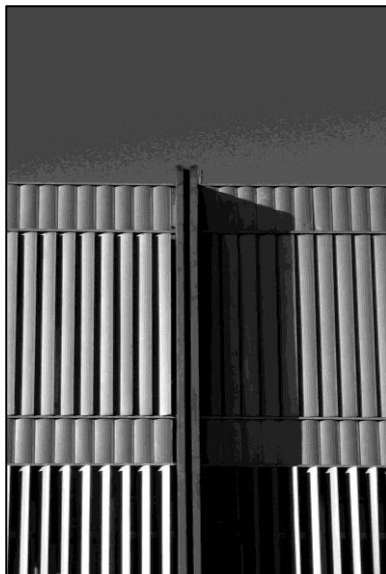


Figura 127 - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Detalhe modulação estrutural e brises móveis. Projeto: Liz [1973] - 2007.

4.3.6 CREA-SC (1973-1978)

(Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina) – Edifício Presidente Carlos Calliari

Endereço: **Rodovia Admar Gonzaga, 2765 – Itacorubi**

Projeto: **Moysés Liz, Ademar Cassol e Odilon Monteiro**

Ano do Projeto: **1973**

Ano da Inauguração: **1978**

Pavimentos: **02**

Área: **1.600,00m²**

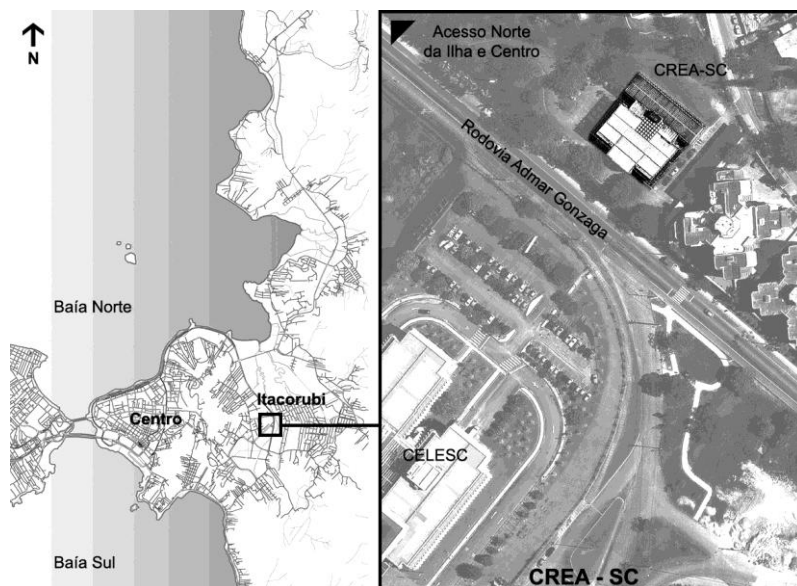


Figura 128 - Localização do CREA-SC

Mais uma das instituições que tem sua sede construída no bairro do Itacorubi nos anos de 1970, o projeto da sede do CREA-SC apresenta partido com área central dedicada a recepção, mezanino e circulação vertical, enquanto as atividades administrativas são realizadas nas duas áreas laterais. O desenho das fachadas dá continuidade a tradição do escritório Liz Cassol Monteiro de adotar elementos decorativos em concreto pré-moldado e antecipa a solução da cimalha formada por placas pendentes de concreto que vai aparecer logo depois no centro comercial Ceisa Center.



Figura 129 - Sede do CREA-SC. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1976][Fonte: www.crea-sc.org.br, 2009]



Figura 130 - Arquiteto Ademar Cassol apresenta o projeto da atual Sede do CREA-SC no Lançamento da Pedra Fundamental [1976] [Fonte: www.crea-sc.com.br, 2009]

4.3.7 CELESC (1986-1988)

Endereço: **Av. Itamarati, 160 - Itacorubi**

Projeto: **Moyses Liz, Odilon Monteiro e Enrique H. Brena**

Ano do Projeto: **1986**

Ano da Inauguração: **1988**

Área: **21.069,43**

Pavimentos: **04 pavimentos e ático**

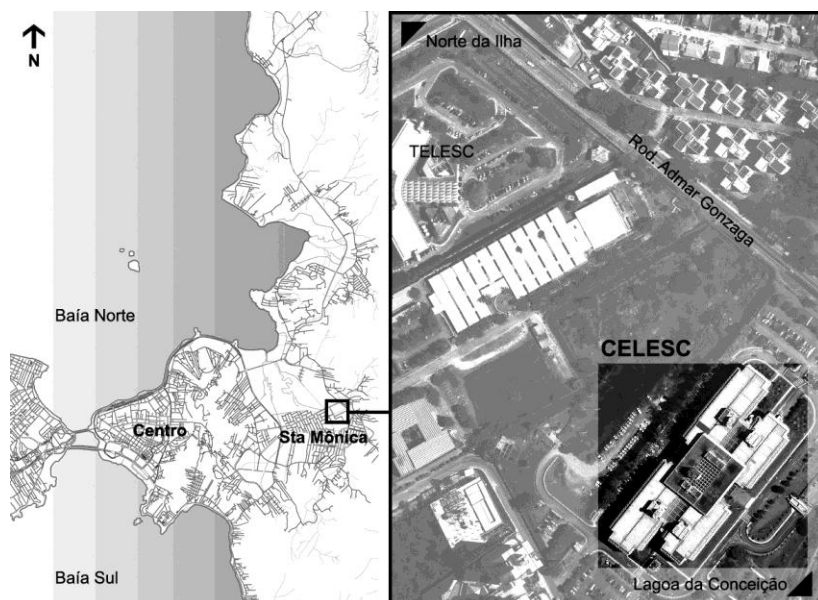


Figura 131 - Localização da sede da CELESC.

Projetado na década de 80 por Moysés Liz, Odilon Monteiro e Enrique Brena, o prédio sede da CELESC localiza-se no bairro Itacorubi às margens da rodovia Admar Gonzaga.

Este edifício marca dissolução do escritório Liz Cassol Monteiro, e a nova parceria com o Arquiteto Enrique Brena.

O prédio apresenta planta livre com um hall de circulação central vertical e duas outras circulações verticais periféricas, dois pátios internos no pavimento térreo e zonas de trabalho

distribuídas em quatro blocos. Pelo hall central – através de clarabóia e aberturas - ainda se dá a iluminação e ventilação do interior do prédio.

Possui estrutura em concreto pré moldado aparente, planta baixa em módulos de 9,60 por 9,60 metros e lajes T pré-moldadas, onde são encaixadas os forros bandejas de alumínio para iluminação.



Figura 132 - Sede da CELESC - Vista a partir do acesso de veículos. Projeto: Liz, Monteiro e Brena [1986] - 2003.



Figura 133 - Sede da CELESC - Entrada principal. Projeto: Liz, Monteiro e Brena [1986][Fonte: Tempo Editorial, 2000]



Figura 134 - Sede da CELESC - Vista a partir do jardim. Projeto: Liz, Monteiro e Brena [1986][Fonte: Tempo Editorial, 2000]



Figura 135 - Sede da CELESC - Detalhe estrutura. Projeto: Liz, Monteiro e Brena [1986] - 2003

4.4 A Reprodução dos Modelos Arquitetônicos

A estética do concreto aparente em Florianópolis, entre 1970 e 1985, não ficou restrita aos edifícios de caráter institucional ou administrativo. Inicialmente, e pelas mãos dos mesmos arquitetos responsáveis pelos projetos institucionais, o concreto aparente e a argamassa armada puderam ser vistos como elementos dominantes em arquiteturas com os mais diversos programas, tanto na região insular quanto no continente.

Poucos desses exemplares ainda apresentam as mesmas características formais de quando foram projetados e construídos. As intervenções mais comuns dizem respeito a alteração do tipo de uso da edificação (resultando em alterações estruturais e compositivas e principalmente na adoção de revestimentos sobre a estrutura), tentativas de adequação ao gosto estético contemporâneo, ou mesmo dificuldades de manutenção relacionadas à exposição do concreto aparente à maresia típica de Florianópolis.

Um programa arquitetônico para o qual se tornou comum a adaptação de edifícios em concreto aparente na cidade é o de agências bancárias. Apenas no perímetro do centro histórico podemos encontrar quatro exemplos relevantes: as sedes vizinhas das agências dos bancos Safra e Banrisul localizadas no entorno da Praça Pereira Oliveira, a agência do Banco Santander, nos altos da Rua Tenente Silveira e a agência do HSBC (antigo Bamerindus), no final do calçadão da Rua Felipe Schmidt.

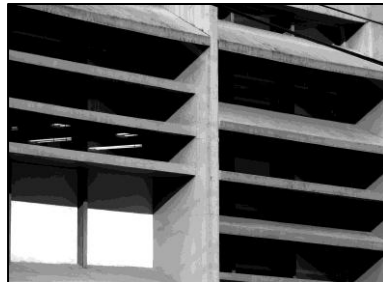


Figura 136 - Sede do Banrisul. Vista a partir da Praça Pereira Oliveira e detalhe do brise. 2009.

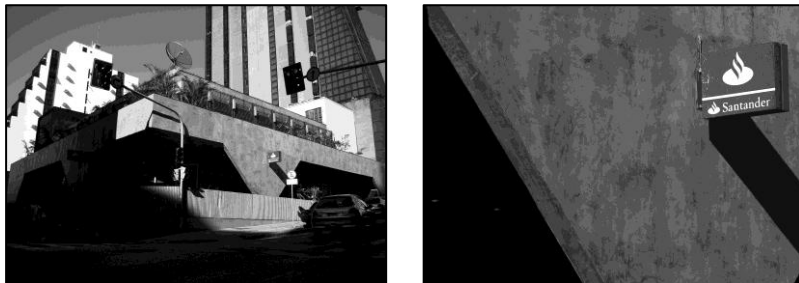


Figura 137 - Agência Banco Santander. Vista da Rua Tenente Silveira e detalhe. 2009.

No que tange aos projetos residenciais, sua presença mais expressiva se dá ao longo das ruas de acesso principal ao mirante do Morro da Cruz (Rua Cruz e Sousa e Rua do Antão) no centro da cidade, e no bairro de Itaguaçu no Continente. Alguns exemplares também podem ser encontrados ao norte da ilha e no bairro do Estreito, também na região continental da cidade.

Poucos exemplos de edifícios residenciais, datados principalmente dos anos de 1980, limitam-se a adotar estruturas aparentes em concreto apenas em seus pavimentos de base (garagens e halls de entrada), enquanto corpos principais são erguidos em alvenaria de tijolos revestidos em argamassa tradicional.

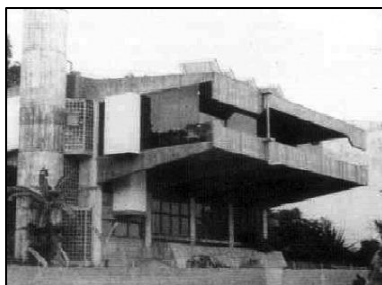


Figura 138 - Residência Carmen e Ademar Cassol. Projeto: Cassol [1970][Fonte: Abraham, 2004]



Figura 139 - Residência Becker. Projeto: Cassol [1966][Fonte: Alberton, 2006]

Entre os edifícios comerciais merecem especial destaque o conjunto do Ceisa Center e a sede da Tractebel (originalmente projetado para sediar os escritórios na indústria cerâmica

Portobello na capital), ambos de autoria do escritório Liz Cassol Monteiro. O primeiro, além de outros atributos, pelo ineditismo compositivo para os padrões da cidade à época e por sua implantação singular, que reúne acessos por três vias com diferentes níveis em uma ampla galeria comercial. O segundo, por simbolizar, cronologicamente - já meados dos anos de 1980 - e esteticamente - como síntese formal de elementos apresentados nos projetos anteriores - o término de um período curto mas bastante representativo para a paisagem construída da capital catarinense.

4.4.1 Sede do Banco Safra (1973-1974)

Endereço: **Rua Arcipreste Paiva, 180 – Centro**

Projeto: **Moyses Liz, Odilon Monteiro**

Ano do Projeto: **1973**

Ano da Inauguração: **1974**

Área: **2.304,00m²**

Pavimentos: **02**

Observações: **Anteriormente agência central da TELESC**

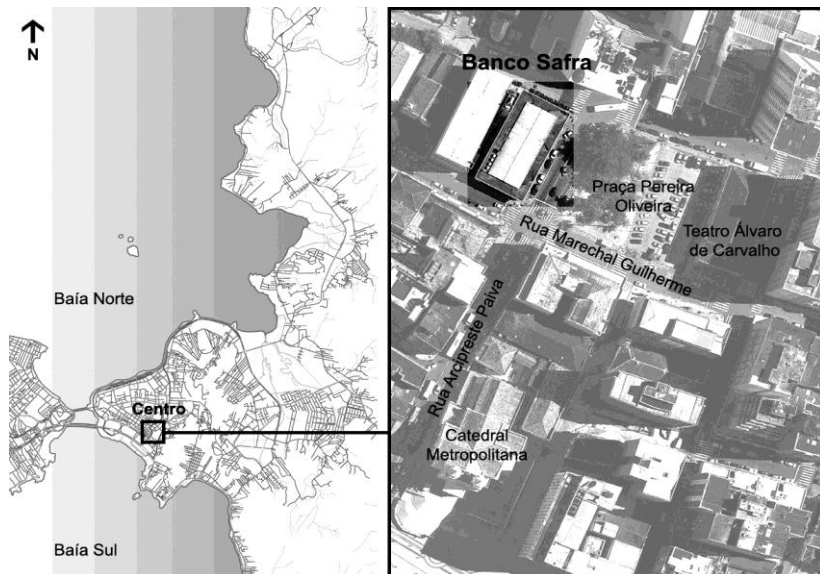


Figura 140 - Localização Agência do Banco Safra.

A sede do Banco Safra é outro projeto do escritório Liz Cassol Monteiro Associados. Segundo o arquiteto Odilon Monteiro, o projeto original, datado da década de 1970, previa um edifício de 12 pavimentos com objetivo de abrigar a “Casa da Cultura Catarinense”. Ainda segundo o arquiteto, o terreno, (que dava lugar à antiga Assembléia Legislativa do Estado destruída por um incêndio em setembro de 1956) chegou a receber as fundações para a Casa de Cultura.

Até o início dos anos 2000 o prédio foi ocupado pela agência central da TELESC quando, logo após ser agregada a TELEPAR, em fevereiro daquele ano, a empresa fechou todos os seus escritórios em Santa Catarina buscando “centralizar o atendimento através do sistema call center” (A Notícia, 2000).

Com apenas dois pavimentos (o segundo formado por um mezanino), chama atenção a solução estrutural diferenciada em relação aos demais edifícios em concreto aparente construídos do mesmo período. Chama a atenção sua estrutura com vigamentos projetados em malha diagonal que atravessam os fechamentos em vidro, até encontrar os pilares de seção em X, que dão ritmo as fachadas. A estrutura modular garante também uma planta livre, apenas interrompida por pequeno núcleo de serviços.

Para abrigar o Banco Safra, o prédio sofreu algumas alterações que descaracterizaram sua arquitetura original, como a laje pintada de laranja e a construção, internamente, de divisórias em alvenaria e concreto - dada a segurança necessária para as novas funções.



Figura 141 - Agência do Banco Safra – Fachada para a Rua Arcipreste Paiva. Projeto: Liz e Monteiro [1973] - 2003

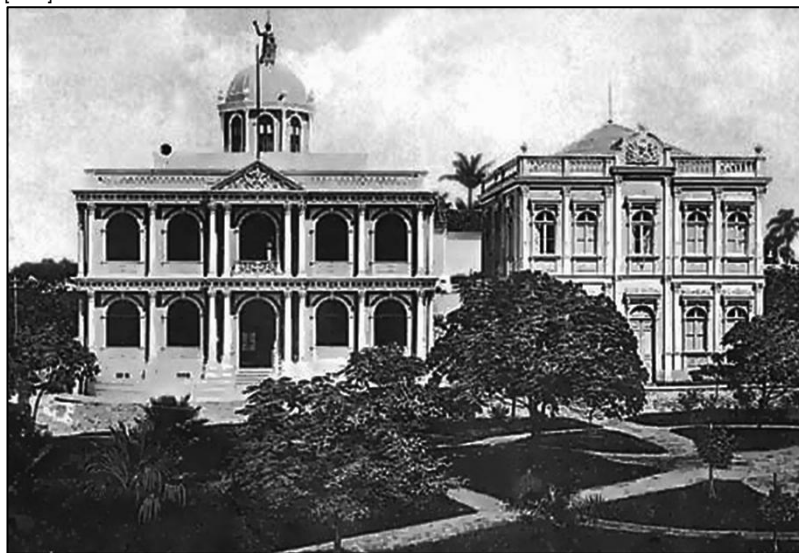


Figura 142 - Praça Pereira Oliveira [192-] Assembléia Legislativa e Tribunal de Justiça no terreno hoje ocupado pelo Banco Safra. [Fonte: IGHS, 2009]



Figura 143 - Agência do Banco Safra – Detalhe estrutura e aberturas. Projeto: Liz e Monteiro [1973] - 2003

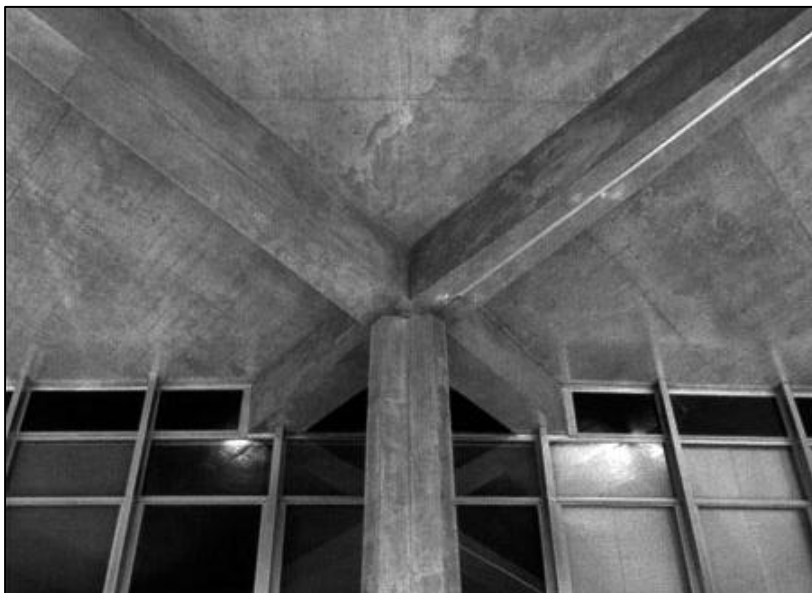


Figura 144 - Agência do banco Safra – Detalhe estrutura em grelha diagonal. Projeto: Liz e Monteiro [1973] - 2003

4.4.2 Ceisa Center (1975-1978)

Endereço: **Av. Osmar Cunha, 183 – Centro**

Projeto: **Moyses Liz, Ademar Cassol e Odilon Monteiro**

Ano do Projeto: **1975**

Ano da Inauguração: **1978**

Área: **31.948,02m²**

Pavimentos: **13 pavimentos, 1 subsolo e 1 ático**

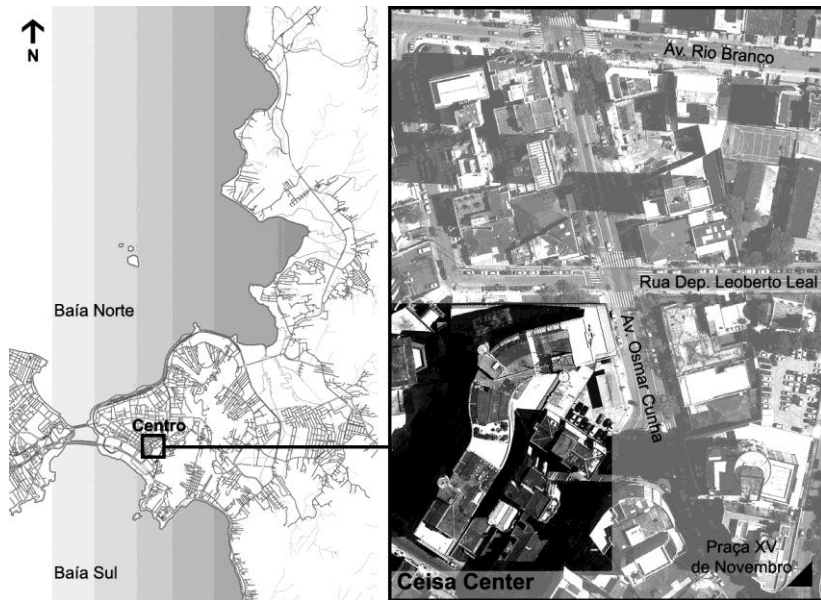


Figura 145 - Localização do Ceisa Center

O Ceisa Center além de ser o principal centro comercial de Florianópolis é também um dos edifícios mais notáveis de seu tempo na cidade. Projetado em 1975 pelo escritório de engenharia e arquitetura Liz Cassol Monteiro Associados, o centro comercial apresenta a Florianópolis a gramática modernista de Oscar Niemeyer e Carlos Lemos, no famoso edifício Copan de São Paulo (construído na década de 1950).

As curvas que a obra assumidas no projeto buscam sua adequação a um terreno de forma trapezoidal, com acessos por

três ruas distintas e com razoável desnível entre elas. Na fachada os brises horizontais em concreto se destacam, além da já disseminada utilização de frisos no concreto formando desenhos geométricos ao gosto da época.

O piso térreo, com pé direito triplo, abriga uma galeria de lojas comerciais, enquanto os demais pavimentos, divididos em blocos A, B e C, recebem inúmeros escritórios e consultórios. A ligação vertical é feita por elevador, mas cabe destaque as escadas helicoidais com caixas em concreto que assumem forma escultórica no conjunto geral do edifício.



Figura 146 - Ceisa Center. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2007

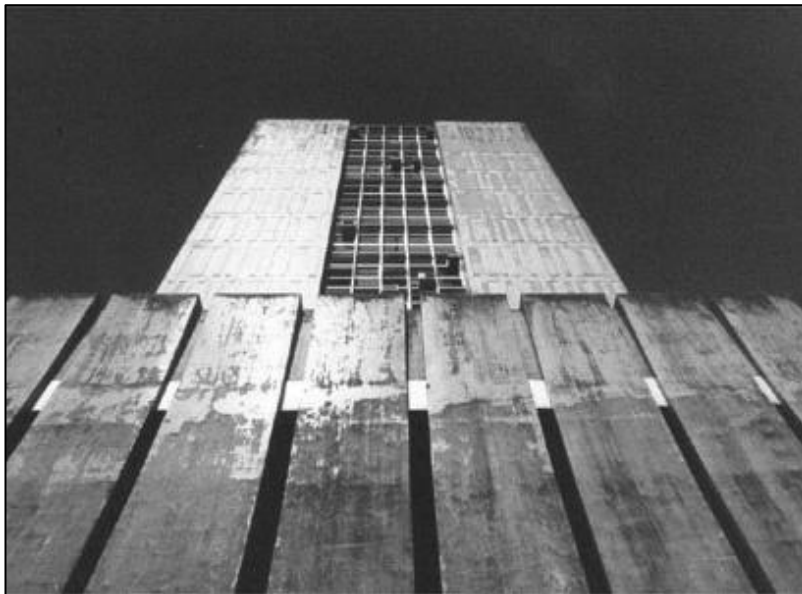


Figura 147 - Ceisa Center – Fachada para a Av. Osmar Cunha. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2003



Figura 148 - Ceisa Center – Detalhe escada helicoidal. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2005



Figura 149 - Ceisa Center – Detalhe fachada em curva e aberturas. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2007



Figura 150 - Ceisa Center – Entrada pela Av. Osmar Cunha. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2003



Figura 151 - Ceisa Center – Fachada em curva e escada helicoidal. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2007



Figura 152 - Ceisa Center – Fachada para a Av. Osmar Cunha. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2007



Figura 153 - Ceisa Center – Detalhe aberturas. Projeto: Liz, Cassol e Monteiro [1975] - 2007

4.4.3 Sede da Tractebel (1982-1984)

Endereço: **Rua Anônio Dib Mussi, 366 – Centro**

Projeto: **Moysés Liz e Odilon Monteiro**

Ano do Projeto: **1982**

Ano da Inauguração: **1984**

Área: **5.383,65m²**

Pavimentos: **12 + 2 subsolos + ático**

Observações: **Originalmente foi sede da Portobello**

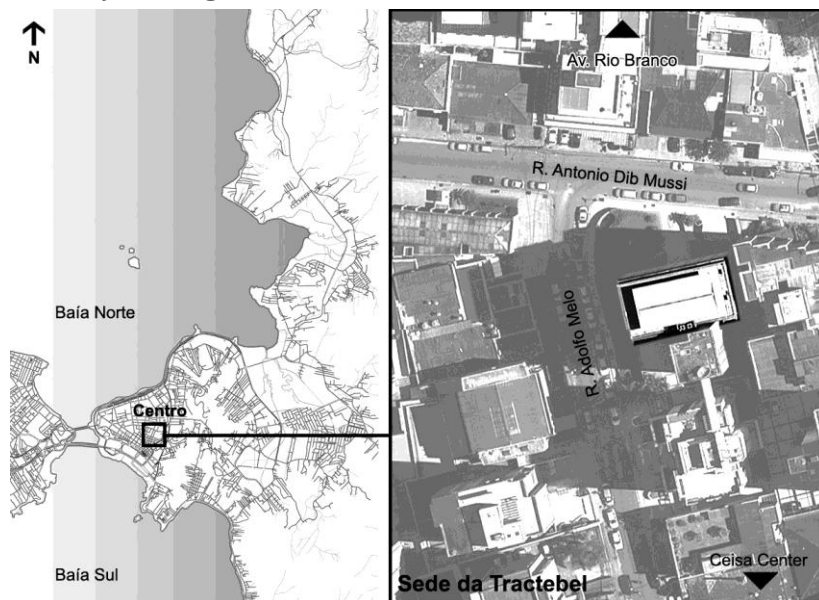


Figura 154 - Localização da sede da Tractebel

Um dos últimos edifícios em concreto aparente erguidos em Florianópolis, a sede da Tractebel reapresenta, em um só prédio, vários dos elementos que marcaram as obras dos arquitetos Moysés Liz e Odilon Monteiro.

Construído sob encomenda da indústria cerâmica catarinense Portobello para abrigar sua sede administrativa, o prédio de 12 andares apresenta solução de implantação bastante

simples: um paralelogramo regular como bloco edificado, com extremos leste e oeste paralelos ao terreno.

Dois pavimentos de subsolo aproveitam 100% do terreno de quase 1000m² enquanto a entrada principal se eleva em relação ao nível da rua, e é acessada por escadaria que atravessa o pequeno jardim frontal.

A fachada principal é composta por aberturas estruturadas na forma de triângulos e protegidas por brises amarelos que remetem a solução adotada no edifício da TELESC, quase dez anos antes. Já as fachadas laterais recebem em, toda sua extensão, sofisticada decoração em relevo moldado em concreto que segue o mesmo gosto dos adotados nos edifícios do Ceisa Center, Tribunal de Contas e CREA-SC.



Figura 155 - Sede da Tractebel – Fachada para a Rua Antônio Dib Mussi. Projeto: Liz e Monteiro [1982] - 2007



Figura 156 - Sede da Tractebel – Detalhe estrutura e brises. Projeto: Liz e Monteiro [1982] - 2007

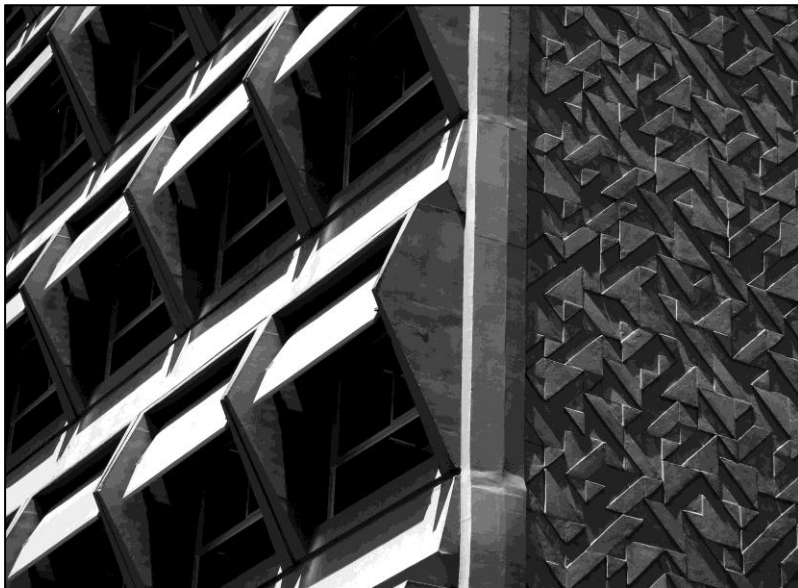


Figura 157 - Sede da Tractebel - Detalhe aberturas. Projeto: Liz e Monteiro [1982] - 2009

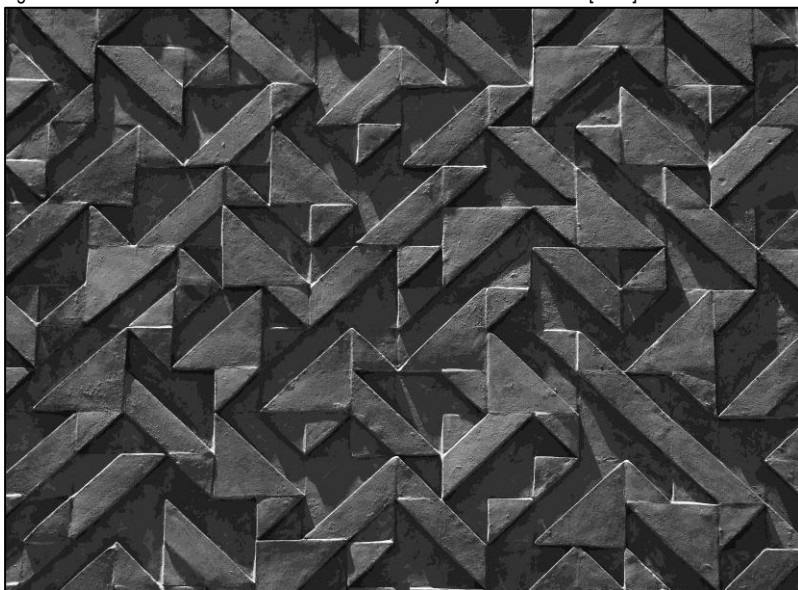


Figura 158 - Sede da Tractebel - Detalhe fachada. Projeto: Liz e Monteiro [1982] - 2009

Conclusões

A partir do golpe militar de 1964 foi instaurado no Brasil um governo de caráter fortemente centralizador e que lançou mão - por vias repressivas e violentas - de estratégias de controle das idéias, do direito de expressão e das garantias individuais. Os sucessivos governantes militares que ascenderam à presidência até os anos de 1980 impuseram também ao país estratégias de desenvolvimento nacional pautadas no incremento da produção industrial e no controle político e territorial pela presença massiva do Estado.

Sob esse mote, o desenvolvimento das cidades brasileiras (sobretudo as de regiões industrializadas) passou a ter como ferramenta promotora principal a aplicação do conceito de planejamento urbano enquanto solução para todos os problemas urbanos. Pelas mãos do SERFHAU passou a ser obrigatória - para cidades com mais de 20.000 habitantes-, a elaboração de planos de desenvolvimento, sem os quais a transferência de verbas federais destinadas a construção de infra-estruturas urbanas para as cidades não era considerada.

Dinheiro para dedicar às obras de infra-estrutura não faltava. O período batizado de “milagre brasileiro” - entre o final dos anos de 1960 e o início da década seguinte - foi marcado por vultosos investimentos estrangeiros no país e empréstimos tomados de instituições financeiras mundiais aplicados, entre outras coisas, em investimentos maciços nas indústrias nacionais da construção civil e automobilística, bem como em inúmeras intervenções no sistema rodoviário brasileiro. Novas ligações viárias cruzaram o mapa do país de norte a sul.

Nas cidades, grandes somas foram dedicadas à implantação ou ampliação de infra-estrutura. As taxas de verticalização dos centros urbanos cresceram, assim como o processo de formação de bolsões de pobreza em áreas periféricas às cidades. Neste período o Brasil passa pela transformação definitiva de um país agrário para um país urbano (com centros preponderantemente litorâneos). As centenas de planos de desenvolvimento urbanos

criados para cidades de todo o país se apoiaram – na grande maioria dos casos – no ideário modernista de ocupação do espaço e de modo de vida. A jovem capital Brasília seu maior modelo.

O plano de desenvolvimento criado para a Florianópolis da época (PDAMF, transformado em Plano Diretor em 1976) não representava exceção a “regra”. Suas bases estavam fundamentadas na idéia do zoneamento funcional, na ênfase à circulação rodoviária e, em específico, a construção de um centro cívico que, seguindo o modelo da capital federal, abrigaria os poderes executivo, legislativo e judiciário estaduais em área comum. Ainda entre suas principais propostas estava a ampliação e “modernização” da economia local através da construção de um novo porto (a se localizar na ilha de Anhatomirim), a criação de uma zona residencial e turística na planície sudeste da ilha e a garantia da acessibilidade - principalmente rodoviária - da capital em relação às demais cidades do estado (são exemplos a BR 282 e a ponte Colombo Salles, segunda ligação entre ilha e continente).

O modelo de desenvolvimento urbano adotado no país era baseado na criação de “zonas metropolitanas”, cujas cidades de maior força econômica e política (comumente as capitais) exerceriam uma “atração” em relação às demais cidades e se configurariam como pólos centralizadores “naturais”. A capital catarinense, no entanto, não apresentava estes atributos, e o estado não foi “premiado” com a criação de uma região metropolitana. As cidades mais industrializadas de Santa Catarina eram, a este momento, Blumenau e Joinville, que por sua vez gravitavam nos campos de ação de Curitiba, São Paulo e Porto Alegre.

De base econômica historicamente ligada ao atendimento das necessidades da burocracia estatal e do funcionalismo público, Florianópolis, todavia, sediava forte elite política e econômica que possuía fortes interesses ligados à especulação fundiária e imobiliária. Desse modo o esforço despendido no sentido de ter a cidade “validada” como um pólo regional – e recebesse, desta maneira, parte das enormes quantias investidas pelo governo federal em suas “metrópoles” – se fazia não apenas necessário, mas prioritário, no estado.

Tanto assim que, quando o governo federal não elege Florianópolis como metrópole regional e, desse modo, repassa valores menores do que os esperados a época, o plano de desenvolvimento da grande Florianópolis (que atingia então, além da capital, mais 20 cidades ao seu redor) foi “revisto”. A prefeitura de Florianópolis - que havia investido no desenvolvimento do plano - consegue cortar pouco a pouco, através de uma série de ações políticas, as outras cidades consideradas no plano original. Em 1976, o plano de desenvolvimento, alterado e restrito a Florianópolis, é aprovado na câmara de vereadores e passa a ser o plano diretor da cidade.

Das intenções expostas para a cidade naquele plano de desenvolvimento, perseveraram e obtiveram sucesso principalmente as relacionadas à constituição de conexões viárias entre o estado e a capital, a serem traduzidas em seus ícones maiores: a BR 282, que se estende até a cabeceira da Ponte Colombo Salles, e a grande área aterrada que vai de sua margem insular até a região da Prainha, onde encontraria outra região também aterrada, mas na década de 1940.

Se a função primeira dedicada ao aterro era a de receber o fluxo de veículos que se dirigiriam à ilha em direção a zona turístico-residencial proposta para o sul - via túnel, era sua função secundária basear um conjunto de edifícios institucionais e administrativos de arquitetura moderna, e uma nova cidade universitária.

O túnel só foi construído em 2002, mas tanto o Campus Universitário como o Centro Administrativo não se realizaram no aterro. Os dois projetos, todavia, tinham importância estratégica. Representavam uma grande intervenção na paisagem da cidade, carregada de simbolismo, e que buscava marcar, fisicamente, a presença do Estado centralizador.

O debate acerca da localização do Campus Universitário já vinha da década de 1950, quanto o diagnóstico feito por Paiva, Ribeiro e Graeff (1952) considerava a construção do campus ao final do eixo rodoviário de acesso a Ilha. Mais do que isso, o plano considerava incabível a idéia paralela de implantação do campus universitário no bairro da Trindade, onde predominava um cenário de caráter essencialmente rural. Ao fim das contas a

universidade, oficializada em 1960, e que até então tinha sedes dispersas pelo centro da cidade, foi transferida para a Trindade, exatamente em direção as áreas de expansão defendidas pelas elites locais.

Como dissemos, o Centro Administrativo proposto também não foi construído no aterro. Na contramão de inúmeras cidades do país - que naquele tempo construíam seus centros administrativos sob o modelo de Brasília e geralmente afastados dos centros urbanos - as sedes dos poderes do estado foram sendo transferidas paulatinamente, entre 1970 e 1985, para região da Prainha, no antigo Largo Treze de Maio, aos pés do morro do Hospital de Caridade.

As primeiras sedes transferidas para a área foram os prédios da Assembléia Legislativa do Estado e o Tribunal de Justiça, ainda em meados dos anos de 1960. Na década seguinte, no lado oposto da praça, são instaladas as novas sedes do Governo do Estado e do Tribunal de Contas. Ao núcleo histórico de modelo português - onde a praça marítima era a sede das instituições religiosas e políticas, além de local sociabilizaçãõ-, restou apenas as duas ultimas funções.

Paralelamente ao deslocamento dos edifícios que abrigavam os três poderes de Santa Catarina, - ainda como gesto estratégico de expansão do estado - diversas empresas estatais, sobretudo as ligadas ao governo do estado, também se instalaram ou tiveram suas sedes transferidas para Florianópolis, indo especialmente se localizar na região do Itacorubi (Empasc - 1977, o Centro de Treinamento do BESC - 1979, a TELESC - 1976, além de muitas outras) e na Trindade - lindeira ao campus da Universidade Federal de Santa Catarina, se instalou a sede da Eletrosul em 1978.

A repercussão de toda essa movimentação afetou diretamente a paisagem local e colaborou para formação do processo de distribuição espacial segregativo que perdura em Florianópolis. A presença das instituições no caminho para o norte da ilha não apenas contrariava os estudos urbanos (tanto o de 1954, quanto o de 1976 que previam o crescimento da cidade na direção sudeste) como impulsionava o crescimento na direção Norte onde as elites locais possuíam terras. Mesmo a definição da

localização do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina - objeto de debate por muitos anos na capital - contrariou os estudos técnicos vindo a ser, deste modo, o primeiro grande gesto do governo para consolidar o direcionamento dos investimentos de infra-estrutura urbana para o norte.

“As instituições públicas de caráter técnico-administrativas, de terceiro grau, as fundações, autarquias e empresas públicas, procuram também desenvolver os mesmos deslocamentos espaciais que os da classe dominante. O Estado, como ficou evidenciado, transfere e aproxima suas edificações na mesma direção de crescimento das áreas residenciais das camadas de alta renda. Reproduz-se na conurbação metropolitana de Florianópolis o mesmo processo evidenciado em outras metrópoles brasileiras. Mantiveram-se estas edificações da esfera municipal, estadual e federal, durante o último século, predominantemente, concentradas na península central da Ilha. Com a expansão das áreas residenciais das elites na direção leste-nordeste da Ilha, na década de 70, houve um processo intenso de transferência para novas edificações nestes bairros até meados da década de 80” (Sugai, 2002, p. 167)

A implantação de todo esse imenso aparato estatal e a necessidade de atendimento com infra-estrutura para a grande população de técnicos, professores e administradores que migraram para Florianópolis, em particular para a região da Trindade, leva à execução de obras de melhoria de acessibilidade ao bairro, abrindo caminho definitivo para a expansão da cidade em direção ao norte e gerando demanda na construção civil e aquecimento do setor imobiliário. Houve também grande crescimento de todo o entorno da região da UFSC, com a criação de bairros residenciais para atender essa nova população, como o Santa Mônica, e o desenvolvimento dos bairros Pantanal, Córrego Grande e Carvoeira.

“As transformações urbanas decorrentes dos investimentos viários e das alterações na distribuição sócio-espacial definiram, nas décadas seguintes, e, principalmente durante os anos 80, também deslocamentos destas instituições estatais. Algumas delas foram precursoras como a CASAN, a CELESC e

TELESC que, concomitantemente às transformações que se operavam no espaço, também reorganizavam os aparelhos do Estado, com grandes investimentos na construção de suas novas instalações físicas. Estas ações refletiam duplamente em Florianópolis, em função do fortalecimento das suas atividades administrativas de Capital e pelas diversas conseqüências espaciais determinadas pela localização destas instituições estatais.” (Sugai, 2002, p. 118)

Junto com as transformações urbanas, ou por causa delas, também veio uma grande transformação arquitetônica na cidade. A princípio relacionada com os novos prédios erguidos para atender a chegada das instituições que por aqui aportavam, eram projetos simbólicos, que tendiam a monumentalidade e representavam, fisicamente, o crescimento econômico do país. Seguiam os passos de um novo modelo arquitetônico lançado em São Paulo, no final dos anos de 1950, que adotava soluções experimentais em estruturas de concreto armado, alavancado também, pelo crescimento da indústria cimenteira no Brasil.

Ainda objeto de polêmica sobre sua existência ou não, a chamada “Escola Paulista” de arquitetura influenciou (em termos formais, compositivos) a arquitetura de todo um conjunto de obras institucionais nas capitais do Brasil entre as décadas de 1970 e 1980.

Neste período haviam poucas escolas de arquitetura no país. Fora do eixo Rio - São Paulo elas começaram a ser fundadas a partir da metade dos anos de 1970, porém com corpos docentes formados prioritariamente por arquitetos formados em São Paulo, sob a égide de Artigas, a exceção do Rio Grande do Sul – que além das influências paulista e carioca, recebia também grande influência da arquitetura e formação acadêmica uruguaia.

Pelas figuras de arquitetos como Demétrio Ribeiro, Edgard Graeff e Edvaldo Paiva, sob forte influência do pensamento uruguaio de urbanismo, diversos planos diretores serão elaborados, incluindo o de 1954 para Florianópolis. Parte do diagnóstico traçado em 1952 e de seu plano resultante vai apoiar também as definições do segundo plano diretor da cidade (1976). A “presença” uruguaia na arquitetura da capital se deu também

por outras duas vias: uma direta, com a chegada dos arquitetos Enrique Hugo Brena e Yamandu Carlevaro, e uma indireta, através da influência exercida pela escola de Montevideu na formação acadêmica dos arquitetos diplomados na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As primeiras obras institucionais em concreto aparente em Florianópolis saem, todavia, das pranchetas da segunda geração dos arquitetos de São Paulo. Inicialmente com Pedro Paulo de Melo Saraiva, Paulo Mendes da Rocha e Alfredo Paesani que, juntos, vencem o concurso para um novo prédio para a Assembléia Legislativa do Estado. O projeto vencedor não foi levado a termo, mas a mesma equipe foi convidada a realizar o projeto definitivo, anos depois. O partido adotado seguiu os princípios modernos difundidos pela “Escola Paulista”, como a forte expressão estrutural, o modelo do grande abrigo, e a utilização do concreto em sua forma aparente, valorizando a expressão tectônica.

É justamente desta ênfase na expressão tectônica do concreto bruto, aparente, que faz com que a “Escola Paulista” seja considerada por muitos como críticos como tributária do movimento Brutalista e, mais do que isso, herdeira de sua denominação. Em outras palavras, para parte dos autores do círculo nacional de publicações sobre arquitetura, a “Escola Paulista” se encontra mais corretamente delimitada no tempo e espaço quando recebe a alcunha de “Escola Brutalista Paulista” ou “Brutalismo Paulista”.

Soma-se a esta polêmica uma outra, relacionada ao “mito de origem” da chamada “Escola Paulista”. Enquanto parte do pensamento arquitetônico nacional considera a escola como uma derivação “natural” da “Escola Carioca” e, portanto, tem como esta uma origem corbuseana, outra parte (encabeçada pelos arquitetos de relação mais aproximada com Artigas) defende a oposição entre as escolas enfatizando, acima de tudo, o distanciamento ético de que comungavam. Uma terceira corrente, que se posiciona ora ao lado da primeira, ora ao lado da segunda, defende a idéia de que a base ética da arquitetura da “Escola Paulista” se funda nos princípios do brutalismo inglês, qual seja, prioritariamente, a busca da “verdade dos materiais” através de sua expressão mais pura.

O uso do termo Brutalismo para designar a arquitetura em concreto aparente no Brasil a partir de meados da década de 1950 e até meados da década de 1970, ganhou uso generalizado e, por vezes, acrítico tanto em meios editoriais quanto acadêmicos. A despeito da enfática negação do movimento por parte dos principais autores dessa arquitetura, encontramos até mesmo a definição de “Brutalismo Caboclo”, atribuída a Sérgio Ferro e extensamente divulgada em publicações de arquitetura. A prof^a e arquiteta Ruth Verde Zein, em sua tese “A Arquitetura da Escola Paulista Brutalista -1953 – 1973”, desenvolve profunda discussão sobre a “indefinição, sobre definição e atributos do termo Brutalismo” e adota, por fim, o termo Brutalismo ao referir-se à arquitetura da chamada “escola paulista” neste período, enfatizando, no entanto, o caráter estilístico da expressão.

Em Florianópolis, a arquitetura produzida em concreto aparente para as instituições e prédios estatais não pode ser considerada, de todo, alinhada com os princípios éticos e estéticos da “Escola Paulista” ou do Brutalismo. Ao mesmo tempo em que tinham em comum a valorização da estrutura, a adoção genérica da planta livre, a valorização dos elementos de circulação, núcleo central de serviços ou núcleo vazio em torno do qual se gerava a arquitetura, estrutura externa conformando a fachada, etc., também se distanciavam à medida que, por exemplo, os projetos implantados em Florianópolis mostravam pouca ou nenhuma preocupação com a inserção urbana ou, ainda, reproduziam soluções de fachadas em que as estruturas/brises se repetiam em todas as faces dos edifícios, independentemente da orientação solar e sua real possibilidade de atenuação ou proteção de sua incidência nas áreas internas dos mesmos. Na produção arquitetônica local observa-se também a busca por uma sofisticação no desenho de detalhes e acabamentos que, não apenas não eram equivalentes com a tecnologia e a mão de obra disponíveis na cidade à época, como também vinham de encontro com um dos princípios paulistas que era a simplificação dos detalhes em nome de uma construção simplificada e veloz (de modo a atender principalmente a demanda por habitação no período).

No processo de assimilação e transformação locais dos princípios arquitetônicos modernos (em especial os paulistas), a arquitetura institucional em concreto aparente de Florianópolis assumiu um certo “maneirismo”, no bom sentido do termo, enquanto significa um fazer arquitetônico “a maneira de”. Mesmo porque a maior parte dos projetos estava nas mãos dos mesmos autores, saídos do governo para os escritórios e vencedores dos concursos.

Apesar de serem nítidas as diferenças ente as primeiras arquiteturas (de autoria de Pedro Paulo de Melo Saraiva) e as últimas do período (do escritório Liz Cassol Monteiro), é possível reuni-las através de uma temporalidade, interesses e “influências” comuns. A arquitetura em concreto aparente institucional em Florianópolis entre 1970 e 1985 representa um retrato fiel dos contextos urbano, arquitetônico, econômico e políticos do país naquele período e, para mais além, representa também um momento único na história da arquitetura e da paisagem da cidade.

Com o atual mergulho da cidade nos ideais de globalização, podemos dizer que estas arquiteturas representaram também o último gesto de peso do governo no desenho urbano e das arquiteturas em Florianópolis (embora este gesto estivesse também vinculado a interesses particulares de uma elite local). Podemos considerar também que foi o último momento da história da cidade em que os prédios administrativos eram construídos com fins específicos de abrigar as instâncias do governo. Hoje eles são frutos de adaptações e locações - acampamentos temporários - de acordo com as vontades do governante no poder.

Por todo esse conjunto de razões apresentadas, a arquitetura institucional em concreto aparente ainda apresenta relevante destaque arquitetônico, urbano e político na cidade. Esta registrada de modo indelével na paisagem de Florianópolis, inscrita em pedra artificial: em concreto.

Bibliografia

6.1 Referências Bibliográficas e Bibliografia Consultada

- A NOTÍCIA. Telepar manda na Telesc. **A Notícia**, Joinville, 10 Fevereiro 2000.
- A NOTÍCIA. Telesc fecha escritórios de atendimento ao cliente. **A Notícia**, Joinville, 03 Fevereiro 2000.
- ACAYABA, M. Brutalismo Caboclo, as residências paulistas. **Projeto**, São Paulo, n. 73, p. 46-48, Março 1985.
- ACAYABA, M. Vilanova Artigas, amado mestre. **Projeto**, São Paulo, n. 76, p. 50-54, Junho 1985.
- ACAYABA, M. M. "Reflexões sobre o brutalismo caboclo" Entrevista de Sérgio Ferro a Marlene Milan Acayaba. **Projeto**, São Paulo, n. 86, p. 68-70, Abril 1986.
- ALBERTON, J. O. **Influência modernista na arquitetura residencial de Florianópolis [dissertação de mestrado]**. Florianópolis: PÓSARQ - UFSC, 2006.
- AMARAL, R. Conforto Renovado: Intercity Premium Florianópolis; projeto de arquitetura. **Finestra Brasil**, São Paulo, v. 8, n. 32, p. 32-33, Janeiro/Fevereiro/Março 2003.
- ARANTES, O. **O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos**. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2000.

- ARANTES, P. F. **Arquitetura nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARGAN, J. C. **Projeto e Destino**. São Paulo: Ática, 2001.
- ARTIGAS, J. B. V. **Caminhos da Arquitetura**. 1. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 1999.
- ARTIGAS, R. C.; SILVA, D. Sobre brutalismo, mitos e bares (ou de como se consagrar uma impropriedade). **AU - Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 17, p. 61-63, Maio 1988.
- BANHAM, R. **El Brutalismo em Arquitectura, etica o estetica?** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1967.
- BARONE, A. C. C. **Team 10 – Arquitetura como Crítica**. São Paulo: Annablume, 2002.
- BASTOS, M. A. J. **Pós-Brasília**: rumos da arquitetura brasileira. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDÃO, C. A. L. O território da Arquitetura e os limites da alegoria. **Universidade Federal de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/ia/alegoria.html>>. Acesso em: Novembro 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 04 ago. 2009.
- BRENA, H. H.; CARLEVARO, J. Y. BRENA, Enrique H; CARLEVARO, Yamandu J. Terminal Rodoviário "Rita

- Maria" [Florianópolis, SC]; projeto de arquitetura. **Projeto**, São Paulo, n. 115, p. s.p, Outubro 1988.
- BRITO, P. As mudanças e transformações na mídia de Florianópolis. **Caros Ouvintes**, 2004. Disponível em: <<http://www.carosouvintes.org.br>>. Acesso em: Fevereiro 2009.
- BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EdUSP, 2003.
- CARLEVARO, Y. J.; BRENA, E. H. Terminal rodoviário de passageiros de Florianópolis; projeto de arquitetura. **Projeto**, São Paulo, n. 35, p. 35-40, Novembro/Dezembro 1981.
- CARLEVARO, Y. J.; BRENA, H. H.; MONTI, R. Estação Rodoviária, Florianópolis, SC; projeto de arquitetura. **Projeto**, São Paulo, n. 42, p. 149, Julho 1982.
- CASTELLOTTI, F. S. **Arquitetura moderna no Rio de Janeiro - a dimensão brutalista [dissertação de mestrado]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- CASTRO, E. R. M. D. **Jogo de formas híbridas. Arquitetura e Modernidade em Florianópolis na década de 50. [Tese de Doutorado]**. Florianópolis: CFH UFSC, 2002.
- CAVALCANTE, L. P. **Moderno e brasileiro: a história de uma linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CAVALCANTI, L. **Quando o Brasil era Moderno**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- CORBUSIER, L. **Por uma arquitetura**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CORRÊA, C. A. P. **História de Florianópolis Ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2005.

CUNHA, G. R. D. Julio Roberto Katinsky [Entrevista]. **Vitruvius**, v. 29, p. 55, Jan/Fev/Mar 2007. ISSN ISSN 2175-6708. Online em http://www.vitruvius.com.br/entrevista/katinsky/katinsky_3.asp.

ESPLAN. **Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis**. Florianópolis: Exemplar Datilografado, 1971.

FACCIO, M. D. G. A. **O Estado e a Transformação do Espaço Urbano: A Expansão do Estado nas Décadas de 60 e 70 e os Impactos no Espaço Urbano de Florianópolis**. Florianópolis: UFSC, 1997.

FRAMPTON, K. **Studies in Tectonic Culture - The Poetics of Construction in Nineteenth and Twentieth Century Architecture**. Chigaco: MIT Press, 1995.

FRAMPTON, K. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FUÃO, F. F. Brutalismo, a última trincheira do movimento moderno. **Arquitextos**, 2000. ISSN ISSN 1809-6298. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp036.asp>. Acesso em: 10 out. 2005.

GIANNECCHINI, A. C. **Técnica e estética no concreto armado: Um estudo sobre os edifícios do MASP e da FAUUSP [dissertação de mestrado]**. São Paulo: FAU USP, 2009.

GIEDION, S. **Espaço, Tempo e Arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GNOATO, L. S. Arquitetura de Luiz Forte Netto: transformações da poética paulista. **Arquitextos**, n. 047, Abril 2004.

- Disponível em:
<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq047/arq047_02.asp>.
- HANAI, J. B. D. **Construções em Argamassa Armada: Fundamentos Tecnológicos para Projeto e Execução**. São Paulo: Pini, 1992.
- KAMITA, J. M. **Vilanova Artigas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- LANDÓ, D. Desenvolvimento Urbano - Uma Experiência. In: SERFHAU **Planejamento metropolitano: anais do II Curso de Planejamento Urbano e Local**. São Paulo: [s.n.], v. II, 1972. p. 25-34.
- LUCCAS, L. H. H. Arquitetura contemporânea no Brasil: da crise dos anos setenta ao presente promissor. **Arquitextos**, 2008. ISSN 1809-6298. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq101/arq101_00.asp>. Acesso em: 20 Junho 2009.
- MAIA, M. Depois do Fim da Arquitetura. A arquitetura não mais como forma no espaço, mas como movimento do corpo no tempo. **Arquitextos**, Porto Alegre, n. 88, Junho 2001.
- MICHELS, I. L. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997**. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.
- MILLARCH, A. Forte Neto, o senhor técnico com 30 anos de experiência e prêmios. **Estado do Paraná [Caderno Almanaque]**, Curitiba, 26 Abril 1992. 3.
- MONTANER, J. M. **Despues del movimiento moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX**. 4. ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1999.
- MONTE-MÓR, R. L. D. M. Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação. **Etc., Espaço, Tempo e**

Crítica. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais., v. I, n. 1, Junho 2007.

NESBITT, K. **Uma Nova Agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica 1965-1995.** São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

PAIVA, E.; RIBEIRO, D.; GRAEFF, E. **Florianópolis: Plano Diretor.** Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.

PEREIRA, E. M. A influência de Lúcio Costa no urbanismo de Florianópolis. In: NOBRE, A. L.; KAMITA, J. M.; CANDURU, R. **Lúcio Costa: um modo de ser moderno.** Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2004. p. 304-307.

PEREIRA, E. M. Desenho Urbanístico Modernista e Visão Teleológica de História. **Centro Sócio Econômico - UFSC.** Disponível em: <www.cce.ufsc.br/~elson/109.pdf>. Acesso em: 23 Maio 2000.

PEREIRA, E. M. A importação de conceitos modernistas no planejamento urbano de Florianópolis. **Centro de Comunicação e Expressão - UFSC**, s.d. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~elson/029mr2.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

PEREIRA, M.; MINOSSO, A. Espaço próprio. **Diário Catarinense (versão online)**, Florianópolis, 08 Agosto 2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/>>. Acesso em: 10 Setembro 2009.

PESQUISA FAPESP ONLINE. A dura poesia - Grupo Brutalista paulista questionou a arquitetura após triunfo internacional. **Pesquisa Fapesp Online**, 2006. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=2951&bd=1&pg=1&lg=>>>. Acesso em: 08 ago. 2009.

- PIAZZA, C. M. S. **Panorama da Arquitetura Catarinense**. 1. ed. Florianópolis: CP Editorial, 2000.
- PIÑON, H. **Paulo Mendes da Rocha**. São Paulo: Romano Guerra, 2002.
- PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA. Começam obras no Fórum da Cidadania. **Veredicto - Boletim Informativo do Tribunal de Santa Catarina**, Florianópolis, 15 Março 2007. 1.
- PORTOGHESI, P. **Depois da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Plano diretor de Florianópolis**: estudos preliminares. Florianópolis: [s.n.], 1952.
- PROJETO DESIGN. Entrevista - Pedro Paulo de Melo Saraiva. **ProjetoDesign**, São Paulo, n. 295, p. 4-6, Abril 2004.
- PROJETO DESIGN. **Projeto Design**, São Paulo, n. 316, Junho 2006.
- RECAMÁN, L. Os Impasses da Arquitetura Paulista Recente. **3º Seminário Docomomo Brasil - A Permanência do Moderno**, São Paulo, Dezembro 1999. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_A4F/Luiz_recaman.pdf>. Acesso em: 15 out. 2008.
- RECAMÁN, L. **Impasses da Arquitetura Paulista Recente**. 3º Seminário DOCOMOMO Brasil. A Permanência do Moderno. São Paulo: DOCOMOMO Brasil. 2007.
- RIZZO, P. M. B. **Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia : caso de Florianópolis, 1950 a 1990**. Florianópolis: (dissertação de mestrado) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas., 1993.

- SABBAG, H. Y. A estrutura como expressão da arquitetura. **Projeto Design**, São Paulo, n. 278, 2003.
- SABBAG, H. Y. Luiz Forte Netto: o moderno como matriz. **Projeto Design**, n. 284, p. 24-26, Outubro 2003.
- SANTOS, R. E. D. **A cultura do concreto armado no Brasil: educação e deseducação dos produtores do espaço construído.** Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia: Universidade Católica de Goiânia. 2006.
- SANVITTO, M. L. A. Brutalismo paulista: o discurso e a obra. **Projeto Design**, São Paulo, n. 207, p. 92-97, Abril 1997.
- SANVITTO, M. L. A. SANVITTO, Maria Luíza Adams. As questões compositivas e o ideário do brutalismo paulista. **Arqtexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 98-107, Janeiro/Junho 2002.
- SARAIVA, P. P. D. M. Paço municipal, Florianópolis, SC; projeto de arquitetura. **Projeto**, São Paulo, n. 42, p. 132, Julho 1982.
- SARAIVA, P. P. D. M.; MENDONÇA, F. D.; SARAIVA, P. D. Ampliação da Assembléia Legislativa [Premiação IAB/SP 2002]. **Projeto Design**, São Paulo, n. 276, p. 31, Fevereiro 2003.
- SAYEGH, S. Meio século de arquitetura [Entrevista com Fábio Penteadó]. **AU - Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 168, Março 2008.
- SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990.** 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2002.
- SERAPIÃO, F. Paralelos (e transversais) na história da casa paulista. Brutalismo caboclo. **Projeto Design**, São Paulo, n. 276, Janeiro 2003.
- SERAPIÃO, F. Pedro Paulo de Melo Saraiva - "Essa arquitetura que lembra a má arquitetura americana está na moda".

- Projeto Design**, São Paulo, n. 295, 2004. Online em <http://www.arcoweb.com.br/entrevista/pedro-paulo-de-melo-saraiva-essa-arquitetura-20-09-2004.html>.
- SERAPIÃO, F. Auditório dialoga com projeto da década de 1960: Ampliação e readequação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; projeto de reforma. **Projeto Design**, São Paulo, n. 333, p. 56-65, Novembro 2007.
- SERAPIÃO, F.; ROCHA, S. Entrevista: Paulo Mendes da Rocha. **Projeto Design**, São Paulo, n. 275, Janeiro 2003.
- SILVA, E. Fotos Históricas da Ilha, 2002. Disponível em: <<http://ufsc.br/~esilva/Albuns.html>>. Acesso em: 10 Agosto 2004.
- SILVA, E. L. **Desenvolvimento Econômico Periférico e Formação da Rede Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional [Dissertação de Mestrado], 1978.
- SOUZA, J. P. D.; SUGAI, M. I. Um plano modernista pra florianópolis. **Anais do 8º Seminário Docomomo Brasil**, Rio de Janeiro, Setembro 2009.
- SUGAI, M. I. **As Intervenções Viárias e as Transformações do Espaço Urbano. A Via de Contorno Norte**. São Paulo: USP, v. I, 1994.
- SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 2002.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**: Memórias dos 110 Anos –

Ed. comemorativa 1891-2001. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

VAZ, N. P. **O Centro Histórico de Florianópolis – Espaço Público do Ritual**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

XAVIER, A. **Arquitetura moderna em Curitiba**. São Paulo: Pini, 1982.

XAVIER, A. **Depoimento de uma Geração**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

XAVIER, A.; MIZOGUCCHI, I. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre**. Porto Alegre: FAUFRGS/Pini, 1987.

ZEIN, R. V. **Arquitetura brasileira, escola paulista e as casas de Paulo Mendes da Rocha**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PROPAR, 2001.

ZEIN, R. V. Brutalismo, Escola Paulista: entre o ser e o não ser. **Arqtexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 32-57, Janeiro/Junho 2002.

ZEIN, R. V. **Arquitetura da escola paulista brutalista (1953-1973)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPAR, 2005.

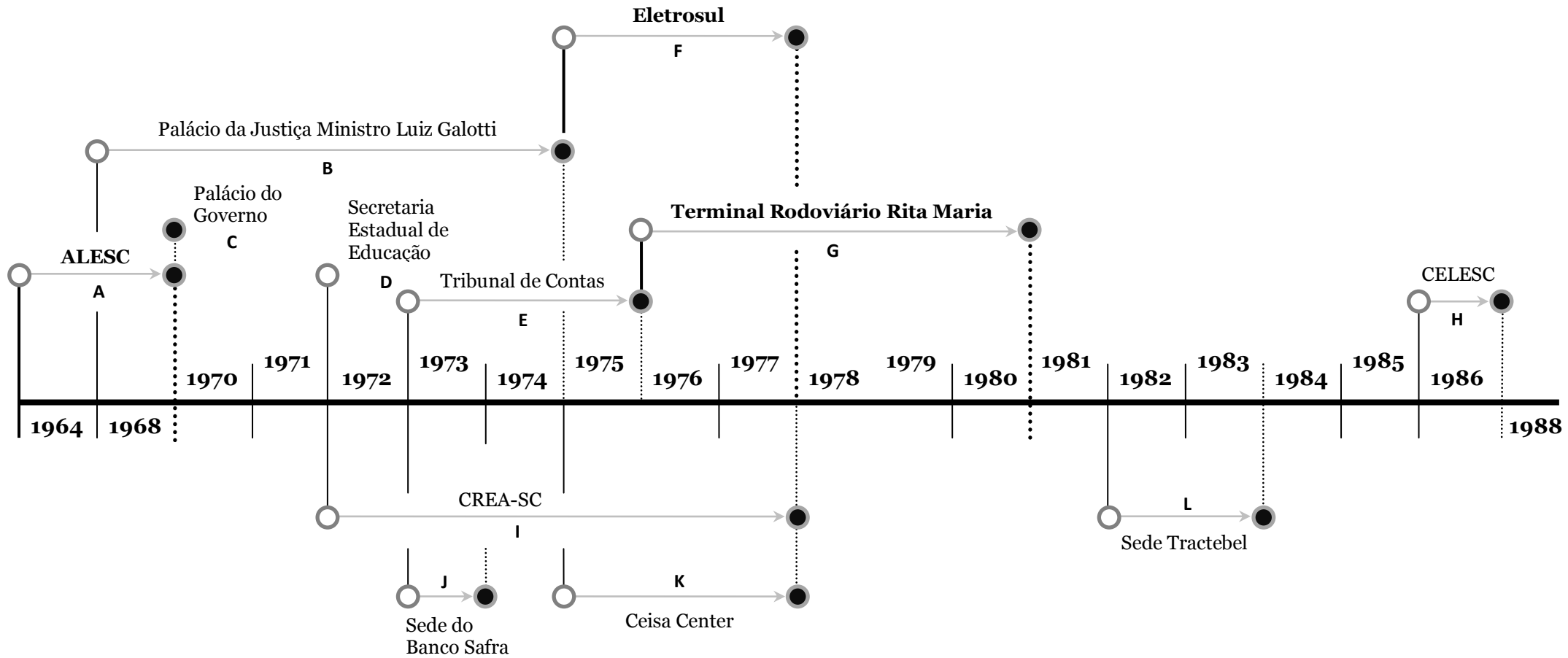
ZEIN, R. V. A década ausente. É preciso reconhecer a arquitetura brasileira dos anos 1960-1970. **Arquitextos 076**, 2006. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>. Acesso em: Setembro 2006.

ZEIN, R. V. Brutalismo, sobre sua definição (ou, de como um rótulo superficial é, por isso mesmo, adequado). **Arquitextos**, 2007. ISSN 1809-6298. Disponível em: <http://www.arquitextos.com.br/arquitextos/arq084/arq084_00.asp>. Acesso em: 25 Janeiro 2008.

ANEXOS

7.1 Linha do Tempo

INSTITUCIONAIS



Legenda:

	Arquitetos responsáveis
A	Pedro Paulo de Melo Saraiva, Paulo Mendes da Rocha, Alfredo Paesani
B	Pedro Paulo de Melo Saraiva, Francisco Petracco e Sami Bussab
C	Hans Broos
D	Moyses Liz, Odilon Monteiro, Ademar Cassol
E	-
F	Luiz Forte Neto e Roberto Luís Gandolfi
G	Henrique Hugo Brena, Yamandu J. Carlevaro, (colaboração: Ricardo Monti)
H	Odilon Monteiro, Moysés Liz e Enrique H. Brena
I	Ademar Cassol, Moysés Liz e Odilon Monteiro
J	Moyses Liz, Odilon Monteiro
K	Ademar Cassol, Moyses Liz e Odilon Monteiro
L	Odilon Monteiro, Moysés Liz

